

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Linha de pesquisa: Mídia e Mediações Socioculturais

Cotas raciais: para reatualizar o discurso da imprensa
e inverter a abolição da escravatura

Zilda Martins Barbosa

RIO DE JANEIRO
Junho / 2015

Zilda Martins Barbosa

Cotas raciais: para reatualizar o discurso da imprensa
e inverter a abolição da escravatura

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral.

RIO DE JANEIRO
Junho / 2015

FICHA CATALOGRÁFICA

M386

Martins, Zilda

Cotas raciais: para reatualizar o discurso da imprensa e inverter a abolição da escravatura / Zilda Martins Barbosa. 2015.

329 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral

Orientador na França: Prof. Dr. Marc Abélès

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Doutorado Sanduiche à l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, Rio de Janeiro, 2015.

1. Imprensa – Brasil. 2. Afrodescendente. 3. Campanha abolicionista 4. Ação afirmativa. 5. Cotas. I. Cabral, Muniz Sodré de Araújo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 079.81

Zilda Martins Barbosa

Cotas raciais: para reatualizar o discurso da imprensa
e inverter a abolição da escravatura.

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2015.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ)

Titular: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares
Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ)

Titular: Prof. Dr. Márcio Tavares D'Amaral
Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ)

Titular: Prof. Dr. Marcelo Jorge de Paula Paixão
Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (I.E.-UFRJ)

Titular: Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire
Professor Doutor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Dedico esta tese àqueles que
pensam a liberdade como
condição imanente do ser.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos meus pais, João e Maria – *in memoriam* –, pela minha existência. Por me permitirem sonhar outra vida para além do sertão, da seca, do analfabetismo, das lamentações. Por não me reprimirem em ficar horas largada em redes lendo romances em livros velhos ou me divertindo com dicionário, e por acreditarem na educação como possibilidade de um mundo melhor;

Ao grande Mestre, Muniz Sodré, meu orientador. Agradeço infinitamente seus ensinamentos. Nesse tempo (quatro anos de doutorado e dois de mestrado) aprendi mais sobre a vida, o afeto e o respeito humano do que em qualquer outro. Sua sabedoria é tocante. Estar a seu lado é entrar pela porta da frente do mundo. Obrigada pelo incentivo, pela indicação ao doutorado sanduiche em Paris, onde vivi um ano de festa: do saber, do debate, da cultura, da arte, da diferença, do amor, das descobertas. Lá, suspendi meu tempo e abri a mente para uma infinidade de bens imateriais;

Ainda ao Muniz Sodré e à Raquel Paiva, agradecimentos especiais por, juntos, no exercício da profissão ou na relação de amizade, me apresentarem a sabedoria de grandes mestres, ensinamentos libertadores, dentre eles, o mais precioso: me libertar da subalternização, reconhecendo o potencial do meu próprio pensamento;

Ao professor Marc Abélès, meu orientador francês, pela confiança e atenção durante minha estadia em Paris. Obrigada pelo carinho, pela paciência em ouvir o meu francês ainda um pouco cambaleante e em ler os meus textos. Agradeço também pelas aulas, sempre repletas de pessoas ávidas por ouvir suas reflexões e as de seus convidados, igualmente inspiradoras;

Ao professor Sylvan Tanquerel, da École des hautes études en sciences sociales, pelas brilhantes aulas de francês em forma de debates dos sujeitos de nossas teses;

Aos professores do PPGCOM da ECO/UFRJ, pelos instigantes e desafiadores ensinamentos, pelos momentos agradáveis de convivência em sala de aula; Agradecimentos especiais a Eduardo Granja Coutinho, a Márcio Tavares, à Ana Paula Goulart, a João Freire, a Hajji Moha, a Paulo Vaz;

Aos pesquisadores e bolsistas do LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária, pelas tardes de trocas de ideias em debates e leituras; à Raquel Paiva, na coordenação do LECC, por proporcionar um espaço de convivência e abertura para outras experiências, outras vozes. Obrigada pela confiança, incentivo, afeto e amizade;

Agradecimentos ao CNPQ, pela bolsa de doutorado sanduíche, que me possibilitou viver uma experiência de estudo, de pesquisa e de trocas de valores inestimáveis;

Aos professores Eduardo Viveiros de Castro, José Ribamar Bessa, Joel Rufino dos Santos e Raquel Paiva pelas ricas entrevistas que me concederam;

Aos ex-alunos e alunos cotistas da UERJ, Rachel de Oliveira, Letícia Esteves Ramiro da Silva, João Santos, Julia Fernanda e Amanda da Cruz Santos, pelas excelentes entrevistas;

Aos alunos bolsistas do LECC, Luísa Abreu, Gabriel Deslandes, Thaís Barcellos, Mila Mascarenhas e Deborah Athila pela contribuição no levantamento online de parte do material bruto de jornais do século XIX e XXI;

À Adriana Saraiva, pela contribuição e esforço em me fazer entender os números do IBGE;

Aos colegas da pós do PPGCOM da ECO/UFRJ, pelo compartilhamento do aprendizado, crítica, transformações, risos, angústias, expectativas e alegrias. Agradeço ao Marcelo Gabbay pela amizade, cumplicidade e incentivo e a tantos outros colegas – Raquel Timponi, João Malerba, Lilian Saback, Priscila Vieira, Pablo Laignier, Renata Sousa, Gabriela Nóra, Danubia Andrade, Glaucia Mendes. Aos que não citei, agradeço igualmente;

Aos funcionários do PPGCOM da ECO/UFRJ, em especial à Jorgina Silva e ao Thiago Couto, pelo cuidado, informações e prestativas ajudas;

Agradecimentos especiais aos funcionários da Biblioteca Parque Estadual, onde fui acolhida para o trabalho de organização e escrita da tese. Agradeço também os funcionários da Biblioteca do CFCH e da Cândido Mendes de Ipanema, pelo atendimento e pela paciência com a última pessoa a sair da sala;

Aos participantes do Grupo de Discriminação Racial, pelas trocas de mensagens com textos e debates, que tanto contribuíram para a compreensão da importância da negritude e da luta de combate ao racismo;

Ao coordenador e ex-coordenador da CoordCom/UFRJ, Ricardo Pereira e Fortunato Mauro, pela compreensão e o apoio, fundamentais para a dedicação às atividades do doutorado e à elaboração da tese. Agradeço igualmente ao diretor de Pessoal, Arley Mascarenhas, pelo prestativo atendimento, resolução de questões funcionais, cuidado, atenção e zelo;

Agradecimentos a Frédéric Mallet, meu professor de francês no Rio de Janeiro, que me ajudou imensamente no dossiê do doutorado sanduiche. Obrigada pelas traduções, pelas considerações. Obrigada pela dedicação, carinho e amizade. Agradeço igualmente à Audrey Laurent, minha professora de francês em Paris, que fazia da aula um laboratório de pesquisa;

À Carolina Souza, pela leitura cuidadosa, revisões e pelos comentários sempre tão pertinentes. Obrigada pelos elogios. Seu olhar me incentiva a seguir em frente.

À equipe da *Maison du Brésil*, pelo acolhimento e pela convivência. Agradecimentos especiais ao Fred;

Agradeço imensamente aos meus amigos recentes pelo compartilhamento da vida, de momentos inesquecíveis de risos, de choros, festas, emoções, descobertas; de seminários, palestras, debates, bibliotecas e cafés, de reflexões e interferências, de apresentações de trabalhos e de tensões. Obrigada pelas intensas trocas durante o estágio sanduiche e a estadia na *Maison du Brésil*. Sheyla, Giselia, Valentin, Douglas, Alejandra, Michele, Argus, Gabriel, Gracielle, Luiz Antonio, Ana Maria, Paula, Daniel, Magno, Dirceu, Yuri, Luana, Sabira, Laura, Nataly, Rodrigo, Vanessa, Nicolas, Sheila, Patrícia, Fábio, Juliano, Nando, Érika, Diane, Michel, Maryanne, Élen, Thiago, Leo, Luna, Pedro Hussak (*Maison de l'Italie*). Obrigada pela resposta às minhas inquietações e pela construção do coletivo *Por que cantamos?* Aos que não citei, agradeço igualmente;

Aos meus antigos amigos, não listados aqui, mas que se sabem queridos, agradeço pela compreensão ao meu silêncio e afastamento temporários. A vocês, dedico meu pensamento e agradeço por se deixarem esquecer, ainda que provisoriamente. Agradecimentos especiais à Denise Saltarelli, que acompanhou meu processo de isolamento para salvar a tese, com intervalos de trocas e de risos;

Aos meus 13 irmãos (dois *in memoriam*), particularmente à Marina e à Tereza, agradeço por respeitarem meu tempo, minhas constantes ausências, meus não aos encontros, presenciais ou virtuais, sejam familiares ou entre amigos. Obrigada pelo apoio;

Agradecimentos especiais às minhas filhas, Carolina e Camila, que, com amor e autenticidade, me motivaram a superar dificuldades e a readquirir forças físicas e psíquicas (como o mito da Fênix) para retomar a vida, investir nos estudos, na pesquisa, no amor. Mesmo que isso representasse abrir mão de pequenos cuidados cotidianos, compreenderam e me apoiaram. Obrigada imensamente pelo carinho e por aceitarem improvisações e horas de ausência;

Finalmente, agradecimentos especiais ao Emilio Bissaya, por ter tornado minha estadia em Paris mais doce; por ter compartilhado amor, sonhos e músicas, poesias e danças, longas conversas filosóficas, calor, doçura e apoio nos momentos mais difíceis. A você, que me inspirou, leu parte dos meus escritos, me encorajou e, mesmo distante, esteve todo o tempo presente, me desviando da nostalgia para que eu pudesse seguir firme com os meus propósitos, dedico essa tese. Obrigada por me devolver o amor.

“O afeto capaz de levar à abolição do racismo é o sentimento (visão e ação) que abole a distância ontológica (psíquica e territorial) entre o Mesmo e o Outro.”

(MUNIZ SODRÉ)

“O eu se põe opondo-se, já dizia Fichte. Sim e não. Dissemos [...] que o homem é sim. Não cessaremos de repeti-lo. Sim à vida. Sim ao amor. Sim à generosidade. Mas o homem também é não. Não ao desprezo do homem. Não à indignidade do homem. À exploração do homem. Ao assassinato daquilo que há de mais humano no homem: a liberdade.”

(FRANZ FANON)

RESUMO

MARTINS, Zilda. Cotas raciais: Para reatualizar o discurso da imprensa e inverter a abolição da escravatura. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estágio doutoral (Doutorado Sanduiche) à l'École des hautes études en sciences sociales. Orientador no Brasil: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Orientador na França: Marc Abélès. Rio de Janeiro, 2015, 329p.

A proposta deste trabalho é analisar as narrativas da imprensa brasileira em dois momentos históricos, a Campanha abolicionista (1880-1890), e as Ações afirmativas, sobretudo as cotas (2003-2013). O corpus do estudo compõe-se dos jornais *Gazeta de Notícias*, *Província de São Paulo*, *Cidade do Rio* (século XIX), *Folha de S. Paulo* e *O Globo* (século XXI), pesquisa bibliográfica e entrevista com alunos e professores. A ideia é compreender o discurso da imprensa, considerando de um lado, o homem negro escravizado, suporte de um sistema de produção econômica, e do outro, o sujeito livre, formalmente cidadão da República. A tese se apoia nos conceitos de sociedade civil, hegemonia e contra-hegemonia, de Gramsci, nos estudos de Muniz Sodré, Jacques Rancière, Marc Abélès, José Murilo de Carvalho, Boris Fausto, Emília da Costa Viotti e outros. A hipótese é de que as cotas invertem a abolição, considerando tratem-se de uma política voltada para o sujeito histórico, concreto, com efetivas condições de assumir um lugar de fala. Nesse sentido, as cotas surgem como um contradiscurso, uma condição de possibilidade de enfrentamento do racismo pelo comum, vislumbrando a formação de um novo *socius* (ser social), logo se diferencia da Campanha abolicionista, cujo caráter era educativo das elites.

PALAVRAS-CHAVES: Campanha abolicionista; Imprensa; Ações afirmativas; Afrodescendente; Cotas.

ABSTRACT

MARTINS, Zilda. Racial quotas: For the updating the media discours and Slavery Abolition Reversal. Rio de Janeiro, 2015. Thesis (PhD in Communication and Culture) – School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro. Interuniversity exchange doctorate (sandwich doctorate) at L'École des hautes études en Sciences Sociales. Mentor in Brazil: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Mentor in France: Marc Abélès. Rio de Janeiro, 2015, 329p.

The proposal of this work is to analyse the narratives of Brazilian media in two different historical moments: Abolitionist Campaign (1880 – 1890), and Affirmative Actions, mainly Racial quotas (2003-2013). The corpus of the study is based on analysis of newspapers, such as *Gazeta de Noticias*, *Provincia de Sao Paulo*, *Cidade do Rio* (19th century), *Folha de S. Paulo* e *O Globo* (21st century), bibliographical research, and interview with students and professors. The goal is to understand the media discourse, regarding the Afro-Brazilian enslaved man on the one hand as a support of the economical production system, and on the other hand the freed man, formally citizen of Republican. This thesis highlights some concepts of civil society, hegemonic and anti-hegemonic by Gramsci, some studies of Muniz Sodré, Jacques Rancière, Marc Abélès, José Murilo de Carvalho, Boris Fausto, Emilia da Costa Viotti, and others. The hypothesis is that racial quotas reverse Abolition as a policy for the historical man, concrete man, with effective conditions to assume a place of speech. Therefore, racial quotas appear as a counter-speech, a possibility to face racism throughout common, glimpsing the formation of a new socius (socil human being), which differentiates from Abolitionist Campaign, whose feature was educative from elites.

Key-words: Abolitionist Campaign; Press, Affirmative Actions; African-descendant; Racial quotas.

RÉSUMÉ

MARTINS, Zilda. Les quotas ethniques : Réactualiser le discours de la presse et repenser l'abolition de l'esclavage. Rio de Janeiro, 2015. Thèse (Doctorat en Communication et Culture) – École de Communication, Université Fédérale de Rio de Janeiro. Stage doctoral à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. Directeur de thèse au Brésil: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Directeur de thèse en France: Marc Abélès. Rio de Janeiro, 2015, 329p.

Ce travail propose d'analyser les récits de la presse brésilienne à deux moments historiques, lors de la Campagne abolitionniste (1880-1890) et des Actions affirmatives, en se concentrant sur les quotas (2003-2013). Le *corpus* de l'étude comprends les journaux *Gazeta de Notícias*, *Província de São Paulo*, *Cidade do Rio* (XIX^{ème} siècle), *Folha de S. Paulo* et *O Globo* (XXI^{ème} siècle) ainsi que des études bibliographiques et des entretiens avec des professeurs et des élèves. L'idée est de comprendre le discours de la presse, prenant en compte d'une part, l'homme noir esclave, pilier d'un système de production économique, et d'autre part, le sujet libre citoyen à part entière de la République. La thèse s'appuie sur les concepts de société civile, hégémonie et contre-hégémonie développés par Gramsci ainsi que sur les études de Muniz Sodré, Jacques Rancière, Marc Abélès, José Murilo de Carvalho, Boris Fausto, Emília da Costa Viotti et d'autres auteurs. L'hypothèse est que les quotas repensent l'abolition de l'esclavage les positionnent en tant que politique recentrée sur le sujet historique, concret, muni de véritables conditions d'assumer un lieu de parole. Les quotas apparaissent, dans ce sens, comme un contre-discours, une condition de possibilité de combat contre le racisme par le commun, mettant en lumière la formation d'un nouvel *socius* (être sociale), se différenciant ainsi de la Campagne abolitionniste dont le débat était destiné à l'éducation de l'élite.

LES MOTS-CLÉS:

Campagne abolitionniste; Presse; Actions affirmatives; Afrodescendant; Quotas ethniques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – charge “Feriado Dia da Consciência Negra” – Angeli.....	54
Figura 2 – Livreto sobre a abolição da escravatura no Ceará – José do Patrocínio....	102
Figura 3 – Quadro “A negra” – Tarsila do Amaral	108
Figura 4 – Quadro “Limpendo metais” – Armando Vianna	108
Figura 5 – Manchete “Assinada a Lei Áurea” – Jornal do Senado de 1888.....	112
Figura 6 – Manchete “Homenagem a Província do Ceará” – <i>Gazeta de Notícias</i> , 1884.....	138
Figura 7 – Repercussão da vitória sobre o fim do cativo – <i>Cidade do Rio</i> , 1888...	150
Figura 8 – Repercussão da abolição da escravatura em todo o país – <i>A Província de São Paulo</i> , 1888.....	157
Figura 9 – Vinheta “Cotas polêmicas” – <i>O Globo</i> , 2004.....	225
Figura 10 – Primeira página da Revista <i>O Globo</i> – matéria sobre cotas, 2004.....	231

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Quantidade de matérias sobre cotas publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i>	198
Tabela 2 – Referência à Abolição da escravatura e/ou ao Dia da Consciência Negra em artigos, notas, editoriais, entrevistas e reportagens publicadas na <i>Folha de S.Paulo</i>	200
Tabela 3 – Quantidade de matérias sobre cotas publicadas em <i>O Globo</i>	220
Tabela 4 – Nível de instrução – censo 2000/IBGE.....	253
Tabela 5 – Nível de instrução – censo 2010/IBGE.....	253
Gráfico 1 - Resumo da quantidade de textos que fazem referência à Abolição da Escravatura ou ao Dia da Consciência Negra na <i>Folha de S.Paulo</i>	201

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1. Problema da pesquisa.....	23
1.2. Hipótese.....	24
1.3. Objetivo.....	25
1.4. Metodologia.....	26
1.5. Estrutura da tese.....	28
1.6. Fundamentação teórica.....	34
2. Ações afirmativas como inversão da Abolição: O contradiscurso.....	37
2.1. Cota racial: a concretude do sujeito histórico.....	37
2.2. Cotas como mal-estar da sociedade.....	48
2.3. Liberdade <i>concedida</i> : A reatualização do discurso.....	61
3. Contextualização histórica da Campanha abolicionista	72
3.1. Imprensa.....	72
3.2. Influência da cultura francesa no país da escravidão.....	78
3.3. Campanha abolicionista.....	82
4. Narrativas de jornais sobre a Campanha abolicionista.....	115
4.1. O intelectual orgânico na imprensa do século XIX.....	115
4.2. <i>Gazeta de Notícias</i> na Campanha abolicionista.....	122
4.3. <i>Cidade do Rio</i>	143
4.4. <i>Província de São Paulo</i>	152
5. Abolição e o silenciamento da imprensa.....	159
5.1. O mito da abolição e o legado da República.....	159
5.2. Comunicação: Construção da identidade nacional e do Outro.....	170

5.3. Imprensa e a (in) visibilidade do afrodescendente.....	185
6. Olhar da imprensa sobre as ações afirmativas.....	194
6.1. <i>Folha de S. Paulo</i>	194
6.2. <i>O Globo</i>	217
6.3. Jornais impõem discurso conservador sobre as cotas.....	241
7. Dimensão política das cotas: O que pensam alunos e professores?	246
7.1. Educação para autonomia: Cotas como libertação.....	246
7.2. Universidade no século XXI: social, racial, universal?	260
7.3. Cotas: uma política ainda tímida.....	268
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	276
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	285
10. ANEXOS.....	302
10.1. Entrevistas a alunos cotistas da UERJ.....	302
10.2. Entrevistas a professores universitários.....	329

1. INTRODUÇÃO

Antes que se façam questionamentos acerca do domínio desta tese, como sendo um estudo no campo da Comunicação ou da História, a autora antecipa que fala do lugar da Comunicação. Não dos veículos como meios, ou dos emissores e receptores tradicionais, nem das novas mídias, especificamente. Fala da comunicação humana, do diálogo entre humanos ou de sua ausência. Tal afirmativa é ancorada no pensamento de Sodré (2014), a partir da definição do campo. Diz o autor:

Com vistas a uma ciência da comunicação humana, um começo estratégico é associar à questão moderna a velha noção de *communicatio* (do latim ciceroniano) para designar a coesão social sob o ângulo de uma transcendência, que é a do ‘diálogo’ entre os deuses e os homens. Diálogo, não como mero intercâmbio de palavras, mas como ação de fazer ponte entre as diferenças, que concretiza a abertura da existência em todas as suas dimensões e constitui ecologicamente o homem no seu espaço de habitação – portanto, como categoria ética. (SODRÉ, 2014, p.191).

O autor (*idem*) considera de pouca valia o olhar voltado para a técnica, uma vez que “enxergar apenas o sistema e a máquina é cegar-se para o que, no homem, é potencialmente abertura.” (*Idem*). É dessa comunicação humana, do sujeito como abertura para si mesmo e, conseqüentemente, para viver a experiência do diverso, que esse trabalho pretende se ocupar, a partir da percepção do indivíduo no contexto das inter-relações, considerando a igualdade de direitos para além das formalidades jurídicas.

Sob o tema da Campanha abolicionista e das Ações afirmativas, representado na imprensa brasileira, o estudo será delimitado nesses dois momentos históricos precisos, com recorte temporal entre 1880-1890 e 2003-2013. A escolha do objeto de tese, ou melhor, do sujeito de tese, será a narrativa da imprensa sobre o homem em diáspora¹, problematizando o enfoque dispensado ao não branco. Será analisado como o indivíduo em si é apresentado na dimensão comunicacional e, usando linguagem gramsciana, de que modo os “aparelhos privados de hegemonia” (no caso específico, os jornais) abordam a temática, no momento em que as relações raciais são colocadas em questão no Brasil. O desafio é trabalhar “o lugar”² do afrodescendente contextualizado no Brasil da Campanha abolicionista e das Ações afirmativas. Quem é esse indivíduo?

¹ Stuart Hall (2003) antecipa as evidências narradas na imprensa acerca do afro-brasileiro. Segundo o autor (*Idem*), “o conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora.” (HALL, 2003, p.33).

² Termo empregado por Muniz Sodré para marcar a importância da ocupação de espaço, cuja referência nas palavras dele, pode ser topográfica ou topológica. No primeiro caso, seria a ocupação territorial de espaço; no segundo, a lógica das articulações de lugar. (SODRÉ, 2014).

Ora, durante o movimento abolicionista, o sujeito do debate estava presente na comunidade com os demais adeptos da libertação dos escravizados e ocupava as ruas, as praças e os clubes, *loci* do discurso articulado, humanista e político, conduzido por grupos de intelectuais. A organização em prol da liberdade era, na verdade, como sinalizam alguns autores (Sodré, 2012a; Fausto, 2007), um forte movimento de educação das elites, considerando não ser mais possível ao país continuar com um sistema escravista e ao mesmo tempo entrar para a modernidade, seguindo o modelo europeu, como era o desejo.

Já na República, por décadas, a separação entre as pessoas era considerada mais de ordem classista. Como observa Emilia Viotti da Costa (1999), o cenário de democracia racial no Brasil foi descrita por Gilberto Freyre ao afirmar que “[...] os negros brasileiros desfrutavam mobilidade social e oportunidades de expressão cultural [...]” (COSTA, 1999, p. 365). Segundo a autora, o sociólogo reconhecia que havia algum preconceito racial no país, mas “Freyre argumentava que a distância social, no Brasil, fora o resultado de diferenças de classe, bem mais do que de preconceitos de cor ou raça.” (COSTA, *idem*).

Numa referência à lógica capitalista de exploração da pobreza, Joel Rufino dos Santos (2009) aponta que “as barreiras que impedem os pobres de subir são muitas, naturalmente. Mas a principal é a exploração do seu trabalho pelo capital – trabalho desvalorizado, já de começo, em si, pela pobreza.” (SANTOS, 2009, p. 145). De fato, a segregação social pela pobreza é uma evidência, mas para além do capital, ao refletir acerca da população negra no Brasil, este trabalho aborda uma separação de ordem simbólica, que é construída pela invisibilidade (sobretudo a midiática), pelo estereótipo e pela naturalização da diferença.

Situando as diferenças apenas no âmbito da pobreza, na República de ideais iluministas, o país viveu longo período embalado pela crença na democracia racial, síntese do pensamento sociológico brasileiro. Em meados do século passado, de acordo com Costa (1999), houve uma maior percepção à prática de discriminação e preconceito, resultando em reação por parte dos cientistas sociais, que denunciavam a democracia racial como mito. “O ataque ao mito, de fato, proveio da luta política contra as oligarquias tradicionais, luta essa que atingiu seu clímax nos anos 60.” (COSTA, 1999, p. 382). Dentre tais cientistas, a autora cita Otavio Ianni e sua reação contra o mito, argumentando acerca da importância de destruir as falsas imagens sociais. “[...] os mitos dominantes numa sociedade eram sempre aqueles que ajudariam a manter a predominante estrutura de interesses econômicos-comerciais e de convenções sociais’.” (IANNI *apud* COSTA, 1999,

p. 383). A crença na democracia racial sucumbiu à própria realidade, mas o mito não chegou a desaparecer totalmente, como será visto ao longo do trabalho.

Na história recente deste século, “a questão” do negro brasileiro volta a rondar as esferas midiática, política e jurídica do país. Nessa esteira, a inevitabilidade de se lembrar de uma gama de subtemas como a escravidão, a abolição da escravatura, a República, o legado para os libertos depois de mais de 350 anos de cativo, a imposição ao silêncio e as reações. O rompimento do discurso de igualdade ganhou força depois que o afrodescendente chegou às páginas mais nobres dos jornais, pautados pela declaração pública do governo brasileiro em território africano de que havia racismo no Brasil.³ Em seguida, deu-se início à implantação das políticas públicas de caráter afirmativo. E com estas, a emergência de lutas que durante séculos se mantiveram como memória subterrânea⁴, tão antigas quanto a opressão de milhões⁵ de humanos em diáspora.⁶

Com as ações afirmativas, a começar pelo sistema de cotas na UERJ, Rio de Janeiro, surgem diversos questionamentos, bem como recursos jurídicos. Um dos argumentos contrários à medida alegava inconstitucionalidade, baseado no artigo 5º da Constituição que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer

³ A declaração do governo brasileiro aconteceu durante a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, em Durban, na África do Sul, em 2001.

⁴ A memória subterrânea para Michael Pollack (1989) é uma estratégia de trabalhar as lutas individuais e coletivas, enquanto se espera o momento histórico adequado para fazer emergir as reivindicações. Em *Memória, Esquecimento e Silêncio*, o autor afirma que a fronteira dos silêncios e não-ditos com o esquecimento total não se fecham, ao contrário, vivem em constante deslocamento. Pollack (idem) argumenta que existe uma vivacidade das lembranças individuais e de grupos. “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.” (POLLACK, 1989, p.6).

⁵ Durante parecer em depoimento, realizado em Brasília, em março de 2012, acerca da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF/186, apresentado ao Supremo Tribunal Federal, Luiz Felipe de Alencastro afirma que “na realidade, nenhum país americano praticou a escravidão em tão larga escala como o Brasil. Do total de cerca de 11 milhões de africanos deportados e chegados vivos nas Américas, 44% (perto de 5 milhões) vieram para o território brasileiro num período de três séculos (1550-1856).” (ALENCASTRO, 2010, p.1).

⁶ “Não podemos jamais ir para casa, voltar à cena primária enquanto momento esquecido de nossos começos e ‘autenticidade’, pois há sempre algo no meio [*between*]. Não podemos retornar a uma unidade passada, pois só podemos conhecer o passado, a memória, o inconsciente através de seus efeitos, isto é, quando este é trazido para dentro da linguagem e de lá embarcamos numa (interminável) viagem. Diante da ‘floresta de signos’ (Baudelaire), nos encontramos sempre na encruzilhada, com nossas histórias e memórias (‘reliquias secularizadas’, como Benjamin, o colecionador, as descreve) ao mesmo tempo em que esquadrihamos a constelação cheia de tensão que se estende diante de nós, buscando a linguagem, o estilo, que vai dominar o movimento e dar-lhe forma. Talvez seja mais uma questão de buscar estar em casa aqui, no único momento e contexto que temos...” (CHAMBERS, 1990 *apud* HALL, 2003, pp. 27, 28).

natureza [...]”⁷ Ao ser levada à julgamento pelo STF (Supremo Tribunal Federal), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, que alegava inconstitucionalidade das cotas na UnB – Universidade de Brasília, foi rejeitada pela Corte. Os Ministros votaram pela constitucionalidade das cotas, por unanimidade, baseados no artigo 3º da Constituição, que preconiza os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, visando a “construir uma sociedade livre, justa e solidária.”⁸

Desde o início da implantação das políticas públicas, surge na mídia uma construção discursiva, de caráter maniqueísta, envolvendo as ações afirmativas, embora o foco tenha sido sempre as cotas raciais. “Alguém já disse que o problema dessa cota que se está discutindo agora não é a cota, mas a cor da cota, já que a cota é aceitável na sociedade brasileira.” (MEDEIROS, 2007, p. 398).⁹ Dentre os diversos argumentos contra tais políticas, destacam-se os que dizem que as cotas são o retrato do racismo às avessas, que haveria dificuldade de distinguir quem é negro no Brasil, que a qualidade do ensino seria prejudicada, que as cotas dividiriam o país em dois, e tantas outras falas contrárias.

Por outro lado, o mérito individual, até então intocável, é desnudado, sob o argumento de que este representa o privilégio de acesso à universidade pública e não necessariamente, um sistema de avaliação infalível, considerando que o vestibular não mede a capacidade do aluno como um todo, mede apenas a capacidade de se fazer um exame. “Um aluno que passou no vestibular no ano passado não passaria de novo, submetido ao mesmo vestibular. Um reitor [...] não passaria naquele vestibular. Então, ele não mede a capacidade de fazer aquele curso, ou [...] de ser um profissional bem sucedido [...]” (MEDEIROS, 2007, p. 399). Diante de tais questões, a autora pergunta qual a relação entre o discurso das cotas e aquele travado em torno do movimento abolicionista?

A fim de responder a essa e a outras questões, o estudo pretende analisar como a imprensa brasileira narrou a Campanha abolicionista (penúltima década do século XIX), a partir da análise dos jornais *Gazeta de Notícias*, *Província e São Paulo* e *Cidade do Rio*. Pretende, igualmente, observar o discurso em torno das Ações afirmativas, sobretudo das

⁷ Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Constituição – República Federativa do Brasil, 1988.

⁸ Ver Constituição, República Federativa do Brasil 1988. Artigo 3º, inciso I, p. 7.

⁹ Pesquisa do Ibope afirma que 62% dos brasileiros são favoráveis às cotas em universidades públicas para estudantes negros, de baixa renda e da rede pública de ensino. O estudo mostra, no entanto, que há uma certa resistência às cotas raciais por parte do grupo de pessoas com renda familiar superior a cinco salários mínimos. “Na média geral, as cotas raciais recebem a aprovação de 64% dos brasileiros, mas nesse grupo a favorabilidade é de 56%.” (IBOPE, 2013). Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/62-dos-brasileiros-sao-favoraveis-as-cotas-em-universidades-publicas.aspx>. Acesso em: 22/05/2015.

cotas raciais (primeira década do século XXI). Para tanto, serão analisados os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Não se trata de comparação, considerando que cada período tem seu próprio contexto, mas de um diálogo entre comunicação e história, um certo deslocamento para saber como se dão as narrativas nos dois períodos.

Na contemporaneidade, o sistema de mídia no Brasil, caracterizado pelo controle da informação, formação de monopólio familiar e propriedade cruzada, é agravado pela falta de regulamentação do setor. E no século XIX, como era representada e quem eram os atores que atuavam nessa esfera? A investigação tentará compreender o que mudou no discurso da imprensa ou o que permanece igual, quando a referência é a população negra. O *corpus* do estudo será composto também de pesquisa bibliográfica e de entrevista com alunos e professores universitários.

1.1. O problema da pesquisa

A investigação tentará responder ao longo do trabalho algumas questões, dentre elas, qual o nexó histórico entre a Campanha abolicionista, no século XIX, e as Ações afirmativas, no século XXI? O que as cotas raciais representam para o sujeito histórico? E ainda, o que tem em comum e o que tem de diferente o discurso da imprensa nos dois séculos, XIX e XXI?

O estudo tentará responder a essas questões, ao tensionar o pensamento do século XIX com o pensamento contemporâneo acerca do afrodescendente e da realidade que a ele se impõe. Para tanto, refletirá sobre as condições de possibilidades de construção de uma nova sociedade, com perspectivas de mudanças a partir do enfrentamento do racismo e de seus efeitos na sociedade. De que modo? Tendo como orientação o olhar do próprio sujeito. Outra questão pertinente diz respeito aos direitos universais. São universais para quem? Em busca de respostas, mergulhamos na tentativa de compreender a dinâmica da Campanha Abolicionista, bem como das Ações Afirmativas, ambas inseridas em um complexo cenário de jogos políticos e simbólicos.

1.2. Hipótese

A hipótese que norteia este trabalho consiste no entendimento de que as ações afirmativas, sobretudo as cotas raciais, invertem a abolição, considerando que esta foi resultado de um processo de educação das elites, portanto, o negro inexistia para a sociedade; era constituído de uma ideia. Tendo a Campanha abolicionista e as Ações afirmativas como referência, acrescentamos que o negro brasileiro sai dessa condição de ideia para a condição de humano, de sujeito real, concreto, inverte o que se fez na abolição e se apresenta como um contradiscurso. Logo, as cotas seriam ainda uma complementação da Campanha abolicionista.

Compreendemos que o contradiscurso das Ações afirmativas contrapõe o discurso hegemônico defendido pela imprensa, contrário às cotas raciais. Ao tensionar o posicionamento da mídia, buscamos uma justificativa para o radicalismo do discurso, considerando que ao definir o lugar de pertencimento do afrodescendente na sociedade (livre, mas subalterno) e ao negar políticas afirmativas, como as cotas, a imprensa reforça uma discriminação secular, em uma tentativa de manter a imobilidade social do afro-brasileiro, de mantê-lo distante da esfera do poder. Contudo, contraditoriamente, promove o ressignificado do/a negro/a no Brasil, ao deslocar a abordagem sobre o sujeito das páginas policiais para os cadernos de opinião, de economia, de política, além dos editoriais, colunas e artigos.

1.3. Objetivo

O objetivo principal desta pesquisa é analisar qual o significado das Ações afirmativas, especificamente das cotas, qual o sentido simbólico de sua prática, em um contexto de ensino público superior, tradicionalmente dedicado a uma elite branca e o que vislumbram tais políticas. A ideia é tentar compreender qual o nexó histórico que existe entre a Campanha abolicionista e as ações afirmativas, procurando identificar semelhanças e diferenças nos dois momentos em destaque. A análise acerca do discurso da imprensa nos séculos XIX e XXI será contextualizada historicamente, tendo em mente a realidade de uma era pré-industrial e da mídia contemporânea. O estudo abordará temas que fizeram da República um ideário do modelo branco europeu, como o projeto de Nação, o esforço de fazer o país entrar para a modernidade vigente e o silenciamento da população negra, bem como a reação articulada pelos próprios atores sociais – em ambos os períodos.

A atenção central é para a população negra do século XIX, sob o olhar de uma imprensa política, bem como para o sujeito contemporâneo, representado por uma imprensa moderna, cuja ambiência midiática ultrapassa o campo dos meios, sendo permeada por “lógicas de mídia logotécnica”, como identifica Sodré (2002). Também é objetivo do estudo evidenciar as tensões sociais experimentadas por intelectuais negros no final do século XIX, bem como aquelas vividas hoje. O trabalho busca perceber quem eram esses atores sociais, antes e agora, onde estão, observar a contribuição do afrodescendente na construção da cultura de mídia brasileira, como era sua presença na imprensa do século XIX e qual a representação nos dias atuais.

Pretende-se refletir acerca da intersubjetividade nos dois momentos históricos distintos, ambos de natureza política, um pela invisibilidade, o outro pela dita inclusão, assim como levantar quem era e quem é o sujeito do debate. Serão analisadas as construções discursivas em torno do afrodescendente, por meio da mídia hegemônica, seus efeitos no imaginário popular e o impacto que isso representa para os sujeitos singulares e para a sociedade em geral. A ideia do trabalho, primeiro, é compreender o discurso da imprensa, considerando de um lado, o homem negro escravizado, suporte de um sistema de produção econômica, e do outro, o sujeito livre, formalmente cidadão da República. É também identificar que modelo de sociedade é desenhado pela imprensa em ambos os períodos.

1.4. Metodologia

A pesquisa se ampara em uma perspectiva metodológica bibliográfica, qualitativa, de natureza empírica descritiva, balizada pelo desenvolvimento de um estudo dialogal entre a narrativa da imprensa sobre a Campanha abolicionista no final do século XIX e acerca das Ações afirmativas no início do século XXI. A entrevista é um dos instrumentos utilizados. A investigação é fruto de um processo de construção, considerando a relação de enfrentamento com a “arrumação” dos materiais, tanto no sentido de organização das questões em análise, como de percepção de pistas indiciais que podem tensionar com o objeto de pesquisa. (Fausto Neto, 2004; Braga, 2008; Boutaud e Verón, 2007).

Durante as aulas de Muniz Sodré (2012b), a metodologia a ser seguida ficou evidente, considerando que este apresentava o mesmo viés dos autores acima citados, o da investigação a partir da construção de um processo. O pressuposto de Sodré (2012b) é pensar a Comunicação como um método sinóptico. Logo, ao reunir todo o material a ser analisado, as leituras e diálogos com autores dos dois períodos em questão, além das entrevistas, aplica-se o método. Este, ao cercar as diversas partes, consiste em analisar os pontos de vistas diferentes e com isso convergir para o resultado.

Para a realização desse trabalho, faz parte do cronograma de atividades, o levantamento das matérias dos jornais do século XIX e do século XXI, o levantamento e leitura bibliográfica, realizados durante os quatro anos de curso, pesquisa em bibliotecas do Brasil e da França, realização de entrevistas com alunos e professores. A autora fará uso de ferramentas digitais, como a internet, buscando identificar nos jornais dos dois períodos propostos o material de interesse. Recorrerá no acervo disponibilizado pela Biblioteca Nacional¹⁰, por meio de palavras-chave, as matérias que tratam da campanha abolicionista. Do mesmo modo, vai explorar os bancos de dados digitais dos jornais do século XXI, a fim de acessar as publicações acerca das ações afirmativas.

No Brasil as Bibliotecas Parque Estadual, Cândido Mendes e Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, são utilizadas para a leitura, pesquisa de natureza bibliográfica e parte da escrita da tese. Do mesmo modo, na França, as Bibliotecas Bulac – Bibliothèqu universitaire des langues et civilisations; Bibliothèqu de la Ciup - Cité internationale universitaire de Paris; Bibliothèqu de l’École des hautes études en sciences

¹⁰ O Plano Nacional de Microfilmagens de Periódicos Brasileiros, foi desenvolvido pela Biblioteca Nacional, com o objetivo de “[...] preservação de toda produção jornalística do país [...]”. Com vistas a consolidar a inserção da Fundação Biblioteca Nacional na sociedade da informação, foi lançado o Portal Institucional (www.bn.br), permitindo o acesso aos Catálogos em linha.” (HISTÓRICO – BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <https://www.bn.br/biblioteca-nacional/historico>. Acesso em 17/02/2015.

sociales; et Bibliothèque nationale de France, em Paris, servem de cenário para levantamento bibliográfico e leitura. Nesta última, na Biblioteca Nacional da França, são feitas consultas a documentos originais, assim como aqueles disponibilizados por meio de acervos digitais. Diante do material bruto, destacam-se as etapas de diálogos com autores, comparação de temas ou de discursos, análise geral, recortes e redação final da tese.

Considerando a distância histórica do século XIX, a decisão é de não limitar o número de meses ao longo do período (1880-1890), mas de escolher para análise as matérias acerca da Campanha abolicionista mais relevantes. Já no século XXI (2003-2013), são selecionados os meses de maio e de novembro. O critério de escolha leva em conta as datas simbólicas, maio – aniversário da Abolição da escravatura; novembro – mês da Consciência Negra. Tal opção considera a lógica do gancho jornalístico¹¹, portanto, traz a expectativa de encontrar matérias especiais sobre a cultura africana no Brasil, sobre a história do afrodescendente e ainda matérias especiais acerca das Ações afirmativas.

¹¹ Um gancho jornalístico é o que leva ao desdobramento de outras matérias relacionadas a um determinado tema. Definição baseada no Manual de Redação de *O Globo* diz: “Gancho – é o pretexto que gera a oportunidade de um trabalho jornalístico. Quanto mais pretextos há para a produção de uma investigação jornalística mais oportuna ela é. Quanto mais ‘ganchos’ estiverem por trás de uma ‘edição’ mais quente ela é. Um fato que se ligue, que dê margem a outro, que sirva de ponte, de gancho, enfim, para a notícia...”. (Glossário de Jornalismo). Disponível em: http://neteducacao.com.br/locales/global/upload_20130304/conduto/plano-aula/ad5391af-9790-4797-b940-f85a5a197c57.doc. Acesso em: 15/04/2015. Outra definição, extraída do Manual de redação da *Folha*, afirma: “Gancho – É fundamental que as pautas e reportagens na Folha tenham alguma razão que lhes dê atualidade e interesse geral para justificar sua publicação, isto é, um gancho. Os 70 repórteres devem procurar o gancho de suas histórias e, se possível, explicitá-los para o leitor. O anúncio de que o jogador de basquete norte-americano Earvin ‘Magic’ Johnson é portador do vírus da Aids é um gancho para publicação de reportagens sobre a síndrome.” Disponível em: <http://www.acmcomunicacao.com.br/wp-content/midias/Manual-de-Redacao-Folha-de-SP.pdf>. Acesso em: 20/04/2015.

1.5. Estrutura da tese

Esta tese será composta de oito capítulos, incluindo a introdução e considerações finais. O primeiro capítulo **“Ações afirmativas como inversão da abolição: o contradiscurso”** apresentará a hipótese do trabalho. O capítulo será dividido em três itens. O 2.1. “Cota racial: a concretude do sujeito histórico” traz a hipótese e a justificativa de que as cotas raciais invertem a abolição, porque colocam o negro na centralidade dos discursos como sujeito concreto. Afirma ainda que as ações afirmativas complementam a Campanha abolicionista, a partir do enfrentamento do discurso hegemônico, da formação de um bloco de resistência e da ocupação de lugar, como a universidade pública. Se apoia em conceitos de Sodré (2014) para dizer que com as cotas o negro concreto aparece, não apenas na condição de “isonomia” (igualdade formal), mas de “isotopia” (igualdade de lugar) e de “isogoria” (igualdade de fala). Explica que esse conjunto de forças promove o que chama de contradiscurso.

O subitem 2.2. “Cotas como mal-estar da sociedade” traz crítica à cultura, ancorada em Hajji Mohammed, para quem cultura é um “recurso retórico, argumento ideológico e postulado filosófico que, antes de explicar o real, o constrói discursivamente e simbolicamente.” (ELHAJJI, M. 2013, p.19). Dialoga com Sodré (2005), cujo pensamento indica a ideia moderna de cultura sendo da ordem da construção de verdade. A autora analisa a realidade do afro-brasileiro construída a partir da lógica de cultura como verdade e dominação. Recorre à Alegoria da Caverna, de Platão, para dizer que face à exclusão secular, o desvelamento do real visto pelo espelho, faz o afrodescendente desejar libertar-se das correntes simbólicas. Vai a Rancière (2009a) para falar de um certo mal-estar social, no caso do Brasil, aquele provocado pelas cotas.

No subitem 2.3 “Liberdade concedida: a reatualização do discurso”, a autora apresenta o debate da imprensa tanto no século XIX como no XXI, acerca da liberdade do afrodescendente. No XIX, tratava-se da campanha abolicionista e a narrativa da imprensa era de que os fazendeiros aceitavam a abolição, desde que concedida, não pela força da lei. Assim, pela concessão, se garantiria a obediência dos escravizados e se construía a submissão. Temiam o ódio racial. No XXI, argumentos contra as cotas falam do temor da divisão do país em dois e do risco de ódio racial. A autora observa que nos dois períodos em análise, a ideia é mudar sem mudar.

O capítulo **“Contextualização histórica da Campanha abolicionista”** analisa a dimensão da Campanha, situando o Rio de Janeiro como sede do movimento. O enfoque é a década de 1880 até a abolição, período de intensos debates nos clubes, nos teatros, nas

ruas e nas praças públicas da Corte, sede também de políticos conservadores e de intelectuais, incluindo lideranças negras. No subitem 3.1. intitulado “Imprensa” faz-se um apanhado histórico da imprensa, surgimento, censura na Colônia e no Império, liberdade de expressão no II Reinado.

O tópico 3.2. “Influência da cultura francesa no país da escravidão” aborda a influência que o país sofria da cultura francesa, as mudanças de costumes, o gosto pela moda, comércio, artes, arquitetura e pela língua. Exemplifica a imprensa de opinião como forma de aumentar a simpatia da população pela causa abolicionista, ao citar o caso de duas jovens escravizadas que sofreram castigos físicos e foram pauta dos jornais da cidade. Questiona o pensamento dominante no Brasil e o distanciamento dos ideais da revolução francesa de liberdade, igualdade e fraternidade, considerando o Brasil um país cujo sistema de governo era baseado na exploração do homem pelo homem, produzindo um contraste de miséria com imagens do “moderno” da Corte.

O subitem 3.3. “Campanha abolicionista” traz a dinâmica do movimento abolicionista, de disputa entre senhores de engenho, governo imperial e intelectuais, assim como a luta dos próprios escravizados pela libertação. Ressalta, à luz do pensamento de Sodré (2012a), que a Campanha, embora tivesse a abolição da escravatura como discurso, exercia o papel de educadora das elites. O negro era apenas uma ideia, o foco real estava em “sair do atraso”, libertar o homem branco para o país entrar na modernidade.

A autora desta tese esclarece, a partir da leitura de Alves (2009), que havia uma série de ações concretas pela abolição, dentre elas, uma campanha para libertar escravos nos quarteirões de diversas ruas da cidade do Rio, sob a iniciativa da Confederação Abolicionista em negociação com os comerciantes locais. A Rua Uruguaiana, sede do jornal *Gazeta da Tarde*, de acordo com Alves (2009), teria sido uma das primeiras a alforriar seus escravos, seguida do Largo da Carioca e da Rua do Ouvidor. O item dá destaque a outras ações, como quermesses, ingressos para assistir a palestras abolicionistas, bailes populares, peças de teatro, banquetes, dentre outras, a fim de arrecadar dinheiro para a compra de alforria. Havia ainda incentivo à fuga e formação de quilombos urbanos, como a Chácara do Leblon, localizado no distante Leblon da época.

O tópico finaliza abordando a aprovação e a repercussão da lei de abolição da escravatura, cujas manifestações populares foram descritas por Machado de Assis, segundo Costa (2001). “Foi o único delírio popular que me lembro de ter visto”. (MACHADO DE ASSIS, *apud* COSTA, 2001, p. 93). Por fim, mostra um exemplar do *Jornal do Senado*, de 14 de maio de 1888, estampando a manchete “Assinada a Lei Áurea”. Logo abaixo da

matéria, ocupando três das cinco colunas do jornal, o destaque é uma foto do salão do Paço da Cidade, com a princesa Isabel cercada por diversos senadores e autoridades.

No capítulo “**Narrativa dos jornais sobre a Campanha abolicionista**”, a autora abre o subitem 4.1. “O intelectual orgânico na imprensa do século XIX” com a definição de Gramsci sobre o intelectual. Nesse tópico, a discussão é em torno das categorias gramscianas de sociedade civil e hegemonia. Para tanto, o diálogo se dá com autores como Carlos Nelson Coutinho (2009, 2007, 1990), Eduardo Granja Coutinho (2014, 2012, 2002) e Muniz Sodré (2012a, 2008b, 2005), dentre outros. Ressalta o papel dos intelectuais da imprensa do século XIX, considerando que estes estariam situados na categoria de intelectuais orgânicos, pelo duplo papel de formadores de opinião e de educadores.

Além disso, a autora cita José de Alencar, um anti-abolicionista, cujo discurso afirmava que os escravizados “precisavam primeiro ser preparados para a liberdade”. (COSTA, 2001, p. 46). Dialoga com Juarez Bahia (2009) e Humberto Fernandes Machado (2010, 2003), que apontam a influência do jornalismo como decisiva no processo da campanha. Coloca como exemplo de repercussão das narrativas o fato de que mesmo diante da constante vigilância dos feitores, havia debate entre os escravizados no eito.

O subitem 4.2. “Gazeta de Notícias na Campanha abolicionista” começa apresentando o jornal, de linha declaradamente abolicionista e republicana. O jornal pertencia aos editores Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro, Elísio Mendes, e aos redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção. Tinha linguagem literária e a crônica como estilo narrativo. Em quase todas as edições havia textos com referências ao tema da abolição, narrando tensões, novas associações, denúncias.

O jornal era composto de seis páginas, cada uma com oito colunas, montadas por notícias diversas. O tópico mostra que o próprio jornal *Gazeta de Notícias* no início dos anos 1880 considerava esquivada sua participação no debate em torno da abolição. Se diz francamente favorável à medida, mas se coloca contra o projeto de emancipação de Joaquim Nabuco, alegando que a abolição gradual proposta por ele, alimentaria por 10 anos o ódio e a revolta entre os senhores e os escravos. Traz discurso de escravocratas, e questiona a educação ou a sua falta como garantidora de lugar de hierarquização, considerando que a declaração dos proprietários de terra de amor ao escravo e de manter a escravidão pelo bem dos pobres é apanágio do discurso da incapacidade destes diante da liberdade, para fins de dominação.

O item também discute o sentido da abolição a partir dos interesses do país, mesmo pelos abolicionistas, como é o caso de publicação do Manifesto da Sociedade

Brasileira contra a Escravidão, publicada em 28 de setembro de 1880. O documento já começa endereçado ao país, acusando os políticos de omissos. Contudo, mesmo no manifesto, a defesa do africano e do afro-brasileiro não era em função do homem em si, não tinha uma dimensão ética, mas visava claramente a boa imagem do Brasil junto às demais nações.

Apresenta a repercussão da abolição da escravatura na Província do Ceará, em 1884, cujas comemorações se deram tanto no Brasil como na França, onde estava José do Patrocínio. Ao receber a notícia, o jornalista fez um banquete, reunindo abolicionistas brasileiros e franceses para comemorar o evento. Patrocínio escreveu um livreto, intitulado *A emancipação dos escravos da Província do Ceará*¹², que foi publicado em seu jornal no Brasil, a *Gazeta da Tarde*.

O item 4.3. “Cidade do Rio” apresenta a campanha fortemente conduzida por José do Patrocínio, intelectual negro, jornalista, propagandista defensor da abolição e empresário. Dialoga com autores, como Juarez Bahia (2009), Humberto Machado (2010, 2003), Joel Rufino dos Santos (2010, 2007, 2005), Clóvis Moura (2010, 2004, 1987) Jacob Gorender (2000). No periódico é publicado tudo o que possa contribuir para o fim do escravismo, desde denúncias de violência contra escravizados, debates contra o sistema econômico, eventos para a arrecadação de dinheiro e compra de alforria. Dentre as publicações que incluem violência e morte, praticadas a mando de fazendeiros, ou que abordam libertação voluntária há também curiosidades, como uma matéria publicada em 5 de novembro de 1887, com o título em francês “*Que voulez-vous?*”, traduzindo “o que vocês querem?”. A matéria fazia referência a uma publicação da véspera, do jornal *Étoile du Sud*, e a pergunta era dirigida aos abolicionistas.

No último tópico 4.4. “Província de São Paulo”, a narrativa jornalística era tanto de reprodução dos discursos de políticos abolicionistas, quanto de opiniões fortemente contrárias ao imperador. Diferente dos demais jornais, o *Província de São Paulo* era de caráter conservador e um veículo representante da oligarquia. Se dizia abolicionista e anti-monarquista. Dentre as matérias publicadas há também nota de suicídio, o que revela um dos tipos de reação dos escravizados. Na nota, o texto diz que encontraram o “cadáver do infeliz”, em referência ao fugitivo, ou seja, nem mesmo morto, o sujeito tinha nome. A autora desta tese problematiza a dispersão da Campanha abolicionista, que de intensa, vibrante e vitoriosa, durante cerca de 10 anos, perde o brilho imediatamente após o ato da

¹² Título original: *L'affranchissement des esclaves de la Province du Ceara*. (PATROCÍNIO, 1884).

lei. Qual a herança da Campanha abolicionista? Na realidade, logo em seguida a abolição, aqueles até então escravizados perdem seus representantes e um lugar na esfera pública.

O capítulo **“Abolição e o silenciamento da imprensa”** é subdividido em três tópicos: 5.1. “O mito da abolição e o legado da República”; 5.2. “Comunicação: Construção da identidade nacional e do Outro”; e 5.3. “Imprensa e a (in) visibilidade do afrodescendente.” Neste capítulo, a autora retoma o processo de exnominação sofrido pelo escravizado, já abordado nos primeiros capítulos, fala da insistência em adotar no Brasil um modelo eurocêntrico como ideal, negando as diferenças étnicas, e de uma imprensa orientada pelo mercado. Questiona o projeto de Nação que, como diz Ortiz (2013), já nasce vinculado à ideia de país moderno. No campo da imprensa, a autora coloca que o afro-brasileiro, mesmo com o fim da escravidão, é reificado, estereotipado, silenciado e a despeito de sua luta de longa data, ainda impera, na contemporaneidade, a suposta superioridade branca, o que retira do sujeito o direito de oportunidades e de mobilidade social.

O capítulo **“Olhar da imprensa sobre as ações afirmativas”** traz no item 6.1. “Folha de S. Paulo” e no item 6.2. “O Globo”, o discurso dos jornais contemporâneos acerca das políticas públicas afirmativas, visando à população negra. O recorte temporal é de 10 anos, de 2003 a 2013, focando nos meses de maio e novembro. A escolha por esses impressos, e não outros, se justifica pelo fato de serem considerados os maiores jornais do país em circulação nacional. Outro motivo considerável é que a Folha se assume como um veículo de posição contrária às cotas, sobretudo as raciais. Já o Globo, mesmo não assumindo tal posição com clareza fica evidente que é contrário às cotas, embora oscile entre discursos escorregadios, alguns chegando a ser duvidosos se favoráveis ou contrários às cotas.

A autora ressalta que a análise dos dois jornais revela uma tentativa de encobrimento, de não discurso, ao observar que a imprensa desvia o debate principal, introduzindo um viés classista. Tal afirmativa se evidencia a partir da constatação que nos meses escolhidos, maio e novembro, simbólicos pelo aniversário da Abolição da escravatura e pelo Dia da Consciência Negra, nos jornais pesquisados, a referência a esses temas foi insignificante. A abordagem sobre ações afirmativas ou sistema de cotas na *Folha de S. Paulo*, nesses dois meses, em um período de 10 anos, esteve presente apenas em 75 matérias. Já o *Globo* publicou no mesmo período 142 matérias. Em ambos os jornais há uma arena de disputa entre grandes nomes da imprensa favoráveis e contrários às cotas, como Elio Gaspari, Ancelmo Gois e Miriam Leitão, de um lado e, do outro, um

peso institucional, o diretor geral de jornalismo da TV Globo, Ali Kamel, os editores de ambos os jornais e seus seguidores.

A reatualização do discurso, como vem sendo apontada por Elio Gaspari, se evidencia nos slogans que ganharam até vinheta como “A polêmica das cotas”, “as cotas, se adotadas, vão provocar mais racismo”. Em ambos os jornais, o nome, o sujeito em si, não existe, ele é substituído pela palavra “negro”. Quando a referência é para um branco, se usa “o aluno da rede pública”, ou “o estudante pobre”, mas quando a referência é para um afrodescendente, se diz apenas “o cotista”, ou a “cota para negro”, logo sua condição de *ser* desaparece. O sujeito deixa de ser aluno, estudante, jovem e passa a ser apenas uma cor. O capítulo fecha com o subitem 6.3. “Jornais impõem discurso conservador sobre as cotas” e mostra argumentos acerca da construção de sentido do real, feita a partir da eloquência das vozes contrárias às cotas, mesmo se negras. Tais vozes são exibidas na narração de fatos que negam a existência do afro-brasileiro enquanto sujeito de direito real, direito à educação, à cultura, à saúde, à moradia, à mobilidade social; direito ao poder. A autora desenha o discurso do passado tangenciando o presente por meio de estereótipos e pela mentalidade moral da definição de um *topos*, lugar do outro. O discurso conservador de construção de um *ethos* da identidade nacional é reforçado por alianças entre o capital, a globalização e o poder. Podemos afirmar que o envelope que reveste e transporta tal conteúdo é a mídia.

O capítulo **“Dimensão política das cotas: O que pensam alunos e professores?”** se centra nas vozes dos mais afetados por esse debate, em ambos os universos, negros e brancos. Traz no primeiro subitem 7.1. “Educação para autonomia: Cotas como libertação” uma discussão acerca da escola tradicional versus projetos de educação, cujo fim é autonomia do sujeito. A fala de cinco alunos aparece nesse item, narrando suas experiências como alunos ou ex-alunos cotistas. Os dois últimos itens, 7.2. “Universidade no século XXI – social, racial, universal?” e 7.3. “Cotas: uma política ainda tímida” revela o pensamento de quatro professores sobre a temática. O último capítulo, item 8, são as considerações finais.

1.6. Fundamentação teórica

A investigação acerca das narrativas da imprensa no século XIX (1880-1890) e XXI (2003-2013) terá como percurso teórico - metodológico as categorias gramscianas de sociedade civil, hegemonia e contra-hegemonia, a partir do próprio autor, na interpretação de Carlos Nelson Coutinho (2009, 2007, 1990), e Eduardo Granja Coutinho (2014, 2012, 2002). A obra de Muniz Sodré (2015, 2012a, 2012b, 2011, 2009, 2008a, 2008b, 2005, 2000a, 2000b), na realidade, fundamentará a tese, considerando que o sujeito do tema em estudo, direta ou indiretamente, está presente em praticamente toda a obra do autor. O trabalho se apoia ainda em Jacques Rancière (2009a), Marc Abélès (2006), Joel Rufino dos Santos (2015, 2010, 2007, 2005), José Murilo de Carvalho (2012, 2009, 2006, 1989), Emilia da Costa Viotti (2007, 2001, 1999), Boris Fausto (2007), Juarez Bahia (2009), dentre outros.

A busca por um nexos histórico entre a Campanha abolicionista e as Ações afirmativas também estará assentada nos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, de Gramsci, sobretudo ao abordar a arena de disputa midiática. Enquanto no século XIX a imprensa era política e artesanal, no XXI é voltada para o entretenimento, para uma narrativa autorreferente e um compromisso com a modernização conservadora. No centro das discussões nos dois períodos históricos, entra em cena a população negra brasileira. Contudo, no XIX, a sociedade civil é fraca e desorganizada, logo não há mudanças significativas, mesmo diante de pressão. O que ocorre são pequenas negociações, acolhimento de “[...] uma certa parcela das exigências provenientes de baixo: trata-se, portanto, de ‘restaurações progressivas’, ou ‘revoluções-restaurações’, ou ainda, ‘revoluções-passivas’.” (COUTINHO, 2007, p. 199).

Diante disso, questionamos se a abolição da escravatura teria sido resultado de uma revolução passiva. Ao longo do trabalho será analisada a intensidade da Campanha abolicionista, assim como o que significou para o sujeito em questão, o negro escravizado, a elite e o país. Um dos objetos de estudo, a imprensa, representa a “vontade de verdade”, para usar palavras de Foucault (2005), junto com outros sistemas de exclusão. São mecanismos que têm como pano de fundo um suporte institucional de apoio. Desse modo, a fim de construir determinadas verdades, diz o autor, é montado “[...] todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como os sistemas dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. (FOUCAULT, 2005, p. 17).

Nessa lógica, os jornais e demais veículos de comunicação, cujos desejos de verdade são configurados no cotidiano jornalístico, podem ser entendidos como práticas pedagógicas de exclusão. Um exemplo é a representação do afrodescendente na mídia como um lugar de pertencimento pré-definido e reforçado por estereótipos. A partir das Ações afirmativas no Brasil e do sistema de cotas, o discurso se intensifica e é veiculado como “cotas da discórdia”, da “divisão do país em raças”, etc. Tal narrativa revela a construção de um lugar simbólico para a população negra, como desejo de verdade, imposto pela negação, pelo esquecimento, pelo silêncio.

Repensar as narrativas da imprensa durante a Campanha abolicionista em diálogo com as práticas discursivas midiáticas em torno das Ações afirmativas é uma tentativa de abordar a questão do afrodescendente de forma contextualizada. Focar os estudos nos dois momentos históricos possibilita a aproximação da realidade e do recorte temporal, de modo que “esse marco longínquo do passado, quase imemorial, faz com que a sua relação com o presente se torne cada vez mais fluida, o que enseja um desejo de revigoração permanente.” (BARBOSA, 2008, p. 88).

Para Sodré, “[...] a identidade cultural/nacional é uma das principais questões – senão a principal – que marcam fortemente a história intelectual do país.” (SODRÉ, 2000a, p. 9). O afro-brasileiro, após 127 anos do fim da escravidão, ainda é reificado, estereotipado, silenciado e, independente da condição socioeconômica, esbarra na cultura patrimonialista da suposta superioridade branca dominante. Tal cultura tenta retirar do sujeito o direito de oportunidade e de mobilidade social. Tanto na Colônia como no Império a educação superior reproduzia a

[...] centralização e homogeneização da formação das elites. [...] Menciona-se, por exemplo, a presença de estudantes de cor já nos primeiros anos da Escola de São Paulo¹³, aos quais, por sinal, um dos professores se recusava a cumprimentar alegando que negro não podia ser doutor (CARVALHO, 2006, pp. 74-75).

Se no sistema de governo imperial havia a prática da discriminação, mesmo com a mobilização nacional pela libertação dos escravizados e o conseqüente debate em torno do *ser humano*, inspirado no iluminismo francês de liberdade, com o advento da República, a realidade não mudou. Não se previu, no novo regime de ideário liberal, nenhum mecanismo de incorporação do ex-escravizado. “Na nova ordem, controlada por oligarquias regionais, a maioria populacional ficava sistematicamente excluída do processo

¹³ Na Escola de São Paulo foi criado o curso de Direito, em 1827, e iniciado em 1828. (Ver “A construção da ordem / Teatro das sombras”, de José Murilo de Carvalho, 2006).

eleitoral, o que eliminava as chances de representatividade política das camadas subalternas, onde predominavam os negros.” (SODRÉ, 2000a, p. 239). Já na República, com o sufrágio universal, o sistema de subalternização do negro deixou de ser explícito, porém não desapareceu; se modificou, adquirindo aspectos camaleônicos, como diz Sodré (2000b), portanto, muito mais difícil de ser detectado.

Há uma vasta literatura com abordagem em torno do afrodescendente no Brasil (conservadora, reacionária, racista, progressista), tanto na História como na Antropologia, Sociologia, Letras. Apesar do número de autores e obras sobre a temática, quando se imbrica a abolição da escravidão e ação afirmativa há uma redução de trabalhos. No banco de dados da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) há quatro publicações, três dissertações e uma tese, nas áreas de História Social, Ciência Política e Diplomacia. No portal do Ibiict (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) também há quatro registros, uma tese e três dissertações, sendo uma repetida da base de dados anterior. No entanto, quando se acrescenta a palavra *mídia* ou *imprensa* na busca, o resultado nos dois sites é zero. Desse modo, observa-se que, sob o olhar da comunicação, há uma carência de debate acerca do afrodescendente e da “obra incompleta da abolição”, como apontavam Joaquim Nabuco e André Rebouças.

2. Ações afirmativas como inversão da Abolição: O contradiscurso

“O amor é sempre a possibilidade de assistir o nascimento do mundo¹⁴.”

(ALAIN BADIOU)

“A compreensão humana nos chega quando sentimos e concebemos os humanos como sujeitos; ela nos torna abertos a seus sentimentos e suas alegrias. [...] É a partir da compreensão que se pode lutar contra o ódio e a exclusão.”

(EDGAR MORIN)

2.1. Cota racial: a concretude do sujeito histórico

No primeiro *Congresso Universal das Raças*¹⁵, realizado no início do século XX, em Londres, o diretor do Museu Nacional e Membro da Academia Nacional de Medicina, João Batista de Lacerda, defendeu seu pensamento de que em cem anos, portanto, em 2011, a população do Brasil seria composta pela “raça branca”. O branqueamento, segundo o congressista, resultaria no desaparecimento do negro e do índio, como um dos efeitos da imigração. Sua previsão de predominância de uma população totalmente branca no país falhou e hoje as estatísticas oficiais mostram que 50,94% da população brasileira é formada por negros – conjunto de pretos e pardos autodeclarados, de acordo com o critério de classificação de raça e cor do IBGE.¹⁶

Analisada aos olhos da contemporaneidade, não é possível não enxergar um desejo de extermínio do *malquisto* ex-escravizado ou descendente, contido na declaração de Lacerda ou no seio da sociedade. A pergunta que se faz é – considerando que em 1911 haviam-se passado apenas duas décadas da intensa campanha que resultou na abolição da

¹⁴ Trad. Livre: “L’amour est toujours la possibilité d’assister à la naissance du monde.” (BADIOU, 2009, p. 29).

¹⁵ O tema e repercussão da participação brasileira no *Congresso Universal das Raças* serão tratados no capítulo 5.

¹⁶ Dados do censo demográfico/2010, divulgado pelo IBGE. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/calendario-teen-7a12/event/56-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em: 23/04/2015.

escravatura – não seria de se esperar a defesa da sociedade pela prática de políticas públicas voltadas à essa população, que ficou mais de 350 anos sob o jugo e a usurpação de proprietários de terra e a conivência do Estado? A resposta pode estar no fato de que não houve, efetivamente, uma abolição da escravatura no país, ou ainda, que a Campanha abolicionista, apesar da efervescente, ficou incompleta.

Como é sabido, a abolição não pôs fim à exploração do negro no Brasil, não o integrou à sociedade e nem o Estado apresentou projeto para tal, logo a batalha do XIX pela abolição continua no presente. (Fausto, 2007; Carvalho, 2006; Costa, 2007). A Campanha abolicionista que mobilizou o país, levando em sua esteira jornalistas, parte da imprensa simpática à causa, capaz de atingir repercussão nacional e internacional, tinha como pano de fundo outra realidade, conforme esclarece Muniz Sodré.

O abolicionismo era em si mesmo um movimento educacional no sentido amplo da palavra, porque se tratava no limite de educar ou preparar as elites dirigentes para o ingresso da nação brasileira no século XX sob o signo de uma modernidade (de inspiração liberal e europeia) incompatível com a escravidão e já muito atrasada frente à conjuntura internacional. (SODRÉ, 2012a, p.125).

Dito de outro modo, o que o autor está afirmando é que diante de uma Europa como representação de modelo ideal de mundo para o Brasil¹⁷, o movimento abolicionista, no papel de educador foi, aos poucos, quebrando resistências quanto à proposta de abolição. O trabalho educativo, contudo, tinha como propósito atingir a parcela dirigente do país, aproveitando o contexto de desejo de mudança.

Os intelectuais abolicionistas eram educadores coletivos (‘macropedagogos’, que se dirigiam não ao indivíduo-criança, mas à nação-infante), porque representavam aquilo que Nietzsche chamaria de ‘autoridade imperiosa em matéria de cultura’ (a exemplo de Goethe, Hegel ou Schopenhauer na Alemanha) e, por isso, podiam ser reconhecidos como ‘instrutores públicos’ ou indicadores da necessidade histórica de se mudar toda uma estrutura anacrônica. (SODRÉ, 2012a, p. 125).

Para os intelectuais, tal tarefa não era tão difícil, considerando que as elites brasileiras no tempo do império eram bastante avançadas em termos de discurso, muitos tinham formação nas universidades europeias, sobretudo, na Universidade de Coimbra; tinham conhecimento da cultura europeia, modelo de modernização. Como assinala Sodré (2012a), os intelectuais sabiam que a escravidão representava um atraso em termos de consciência das elites, e que a abolição significava uma porta aberta; era o momento do

¹⁷ A forte influência da França sobre o Brasil será tratada no Capítulo 3.

Brasil aproveitar e entrar para a modernização, de caráter capitalista. Desse modo, podemos aferir que a abolição foi feita a partir de um movimento, do resultado de um intenso movimento, mas não para o negro real, porque não o contemplou como sujeito concreto, diz o autor (idem), ou como sujeito singular. Ao contrário, contemplou o negro como ideia. E a República, qual o compromisso com os recém-libertos?

Além de não apresentar projeto, a República ignorou a população negra, invisibilizando o sujeito a partir da prática de racismo, de modo a dar legitimidade à exclusão. Joel Rufino dos Santos ressalta que “o racismo não é produto de mentes desqualificadas, como ingenuamente se poderia supor; nem existiu sempre, como tola mente se poderia pensar. [...] O racismo é um dos muitos filhos do capital, com a peculiaridade de ter crescido junto com ele.” (SANTOS, 2005, p. 34-35). Tal característica torna o racismo mais profundo, mais enraizado nas estruturas sociais e nas mentes das pessoas, dificultando seu combate, independente do sistema social no qual se vive. Sua prática, como esclarece Cuti (2010), tem como arma principal a humilhação dos negros. “Desde um escrito maldoso em porta de banheiro até a violência de um policial ou de um bandido que pode levar à morte um inocente ou mesmo um culpado sem julgamento, o racismo atua como crença de superioridade grupal.” (CUTI, 2010, p. 6).

Essa crença apresentada pelo autor (2010) foi o que sustentou na República o tal projeto de nação, do qual o afro-brasileiro não fazia parte, e cuja exclusão teve como âncora os estudos científicos, igualmente influenciados pela Europa. O médico Nina Rodrigues condenava a miscigenação por acreditar que a mistura de raças seria prejudicial ao país. “[...] O tipo híbrido era considerado naturalmente degenerado, geralmente incorporando o pior das qualidades das raças das duas pessoas que o teriam gerado.” (PAIXÃO, 2014, p. 172). Segundo o autor, o futuro do país era uma preocupação para Nina Rodrigues, frente à forte miscigenação da população brasileira. “Tal processo, ao olhar do médico maranhense, faria com que estoques raciais inferiores contaminassem o sangue europeu que corria nas veias dos brasileiros brancos.” (PAIXÃO, idem). Ora, diante de tal argumento racista, e influenciado por suas teorias, o representante do Brasil em Londres, citado no início desse capítulo, apenas evidenciou o pensamento dominante no país.

Contudo, a despeito da discriminação, a história do Brasil traz grandes nomes de origem africana¹⁸, ainda que, como observa Nei Lopes, “na maioria das publicações

¹⁸ São diversos os nomes de personalidades de origem africana, tanto do período da escravidão como da República. Dentre eles, destacamos Aleijadinho, Mestre Valentim, Padre José Maurício, Chiquinha Gonzaga,

disponíveis [...], a condição de ‘negro’ define no Brasil, mais uma categoria social do que uma afirmação de identidade.” (LOPES, 2010, p. 96). O autor acrescenta que “os ‘grandes homens,’ nessas publicações, quando afrodescendentes e pobres, são mencionados apenas como ‘nascidos em lar humilde’ e não em sua dimensão étnica.” (LOPES, idem). De fato, há uma insistência, no passado como no presente, de categorização classista para o negro, o que demonstra um encobrimento da existência do racismo. Com isso, se dá a negação do seu combate e do desenvolvimento de políticas públicas para tal fim, como podemos ver no capítulo 6, que analisa o discurso da imprensa sobre as ações afirmativas e a tentativa de definir um lugar de pertencimento do sujeito, a partir da aceitação da cota social e rejeição à cota racial.

No passado, esse encobrimento era ainda mais radical e o objetivo, lá, como cá, passa pelo econômico. Quando se deu a abolição da escravatura, na realidade, já havia poucos escravizados, cerca de 5% da população, como indicam historiadores (Fausto, 2007; Costa, 2007; Carvalho, 2012). No interior da sociedade existia, de longa data, a história de luta e de resistência do povo negro contra a opressão. No Brasil Império, intelectuais negros, seja pelas letras, seja pelo movimento político, ou pelo jornalismo, e as artes, de forma mais ativa ou mais tímida, faziam parte do bloco de luta. Eram articulações seminais para a constituição do movimento negro, que vai surgir no final dos anos 70 do século XX, com esta denominação. Sodré (2012c) e Santos (2010), asseguram que o movimento negro é um dos movimentos sociais mais antigos da história do país. Com a República, alguns perderam espaço¹⁹, mas ainda assim lutaram para se fazer reconhecer como sujeitos históricos. A luta pela liberdade efetiva se prolonga por todo o século XX e XXI, contra a prática do racismo que “desagrega a sociedade e impede seu potencial humano de se manifestar plenamente. E o Brasil precisa de coesão do seu povo para ter equilíbrio social e prosperidade sustentável.” (CUTI, 2010, p.6).

Machado de Assis, José do Patrocínio, André Rebouças, Cruz e Souza, Luiz Gama, Lima Barreto e tantos outros. Na contemporaneidade, são muitos os personagens que estão em luta permanente pelo reconhecimento do sujeito histórico, dentre eles, o orientador desta tese, Muniz Sodré, cujo tema da negritude, ou da cultura negra atravessa a maioria da sua obra, composta de quase 50 livros.

¹⁹ No início da República, os abolicionistas negros que mais se engajaram na luta, como o jornalista José do Patrocínio e o engenheiro André Rebouças, basicamente saíram de cena. Rebouças partiu do Brasil, acompanhando a família Imperial, mas com a morte do Imperador D. Pedro II, acabou indo para a África do Sul, onde, deprimido, teria se suicidado. José do Patrocínio ficou isolado, “além de ser banido das hostes republicanas também estava sendo vigiado. E isso fazia com que se retraísse cada vez mais.” (ALVES, 2009, p. 252).

Naturalmente que cada tempo histórico traz consigo suas próprias questões. As diferenças são incontáveis, tanto nas relações sociais como do ponto de vista do poder político e econômico. Podemos perguntar o que tem em comum, nesse estudo, o século XIX com o século XXI? Ora, se no final do XIX a prática das relações inter-raciais era pela exnomação²⁰, pela negação de pronunciar o simples nome do sujeito, após a abolição, o indivíduo livre foi silenciado pela invisibilidade. Em ambos os séculos, o racismo, como dito acima, de raízes no capitalismo, se esconde, se camufla, se fortalece e se manifesta, tanto para viabilizar um projeto de Nação de caráter eurocêntrico, quanto diante da mais simples situação de desconforto ou ameaça de perder o *status quo*. Outra semelhança nos dois períodos é o discurso da imprensa, que insiste em encobrir o sujeito histórico.

No XIX, se falava de humanidade, mas com um objetivo específico; no XXI, a negação midiática é também de reconhecer o sujeito real, a partir, por exemplo, do discurso de classe. Porém, há uma diferença fundamental a se ressaltar entre essas duas situações, qual seja o desenvolvimento do que Gramsci chamou de “sociedade civil, enquanto traço específico de sua manifestação nas sociedades capitalistas mais complexas.” (COUTINHO, 2007, p. 131). De acordo com Carlos Nelson Coutinho (idem), Gramsci “afirma ser a sociedade civil uma característica distintiva das sociedades onde existe um grau elevado de socialização da política, de auto-organização de grupos sociais.” (COUTINHO, idem).

A fim de compreender as diferenças, destacamos que no tempo da Campanha abolicionista, o sistema econômico, baseado no trabalho do escravizado, era agrário e pouco desenvolvido. A população era submetida a uma sociedade fortemente hierarquizada. As forças hegemônicas do século XIX eram conduzidas pelo Império, de um lado, e pelos latifundiários, do outro, o que demonstra a ausência de uma sociedade civil forte, capaz de interferir na dinâmica sócio organizacional. Havia uma imprensa com poder limitado, que escrevia para os próprios jornalistas e para uma pequena elite, considerando que a ampla maioria da população era analfabeta, apesar da existência da leitura oral. Isso mostra a fragilidade da população, das articulações dos meios e dos intelectuais no sentido de poderem atuar organicamente com as massas.

²⁰ De acordo com o *Oxford Dictionary of Media and Communication*, “exnomination” é um termo de Barthes, usado para o fenômeno por meio do qual a burguesia escondia o nome do indivíduo (e a identidade), não se referindo a ele próprio como tal. Trad. Livre: “Barth’s term for the phenomenon whereby the bourgeoisie hides its name (and identity) by not referring to itself as such [...]” (CHANDLER, Daniel; MUNDAY, Rod, 2014, online). Falaremos mais sobre a exnomação do negro no Brasil no Capítulo 3.

Os intelectuais não falavam diretamente aos escravizados, embora tenham conseguido ganhar a simpatia popular e o apoio da sociedade pela causa. Nesse sentido, podemos ler a Campanha abolicionista, em termos gramscianos, como a precursora da sociedade civil orgânica, até porque surgia cada vez mais associações pró-abolicionistas. Contudo, mesmo tendo levado a causa da abolição da escravatura a todo o país, em um trabalho de articulação e sensibilização, a Campanha não era caracterizada como uma organização forte para enfrentar o Estado, em uma luta contra-hegemônica, como esclarece Carlos Nelson Coutinho.

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores da sociedade civil são o que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. (COUTINHO, 2007, pp.128-129).

Em outras palavras, a sociedade civil ou esses “aparelhos privados de hegemonia” podem ser entendidos como os partidos políticos, as organizações sindicais, as escolas, as ONG’s (organizações não governamentais), os jornais e outras tantas. No Brasil Império e mesmo no início da República existia apenas a força do Estado. Desse modo, como bem coloca Eduardo Coutinho, “a cultura brasileira tornou-se, assim, em grande parte, uma cultura ornamental, já que o Estado era tudo e praticamente não existia o *medium* próprio da vida cultural: a sociedade civil.” (COUTINHO E., 2014, p. 139). A presença do Estado era fortemente apoiada pelos latifundiários e seus interesses patrimonialistas eram determinantes, ou seja, tomando de empréstimo as palavras de Gramsci, “o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa”. (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 2007, p. 208). O resultado da ausência de uma sociedade civil forte é, conseqüentemente, a fraca representação de determinadas categorias sociais e de formação de consciência, seja política, de classe ou de raça. Mas, e o que mudou com a República?

Bom, a Abolição da escravatura liberou o país para a modernização, mudando a característica de um trabalho predominantemente agrário para o domínio industrial. Porém, tal mudança, como observa Coutinho (2007), se deu gradualmente, e ‘pelo alto’, transformando a grande propriedade latifundiária em empresa capitalista agrária, além da entrada do capital estrangeiro.

Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares [...], a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente

dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. (COUTINHO, 2007, p. 196).

A abolição, embora tenha tido uma intensa campanha como propulsora, com participação popular, a opinião do povo não tinha peso político. Surgiram diversas associações, porém não suficientes para enfrentar o Estado. Na prática, na efervescência da Campanha abolicionista havia pressão e ameaça de rebelião, o que contribuiu para apressar a abolição, mas não como resultado de negociação entre as partes e sim a partir de um acordo “pelo alto”, como diz Eduardo Coutinho.

As transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores e economicamente dominantes. (COUTINHO E. 2014, 139).

O interesse comum entre tais grupos era a abertura do país para a modernização, o que se deu de forma contraditória, considerando o fortalecimento da esfera de poder dominante e a marginalização das camadas populares. Estas, fragilizadas pela ausência de uma sociedade civil forte que as representassem, não tinham voz e, no caso do escravizado, ainda havia um processo de expurgo social, provocado pelo racismo, o que tornou a luta coletiva desse grupo ainda mais isolada. Desde a formação de quilombos, ao movimento negro organizado, o desenho é de um esforço histórico da população negra, como “política de sobrevivência”, para usar expressão de Abélès (2009).

No cotidiano, de acordo com Joel Rufino, “ao se defrontar com o racismo estrutural brasileiro, os movimentos negros ocupam o lugar da insatisfação e da inconformidade.” (SANTOS, 2010, p. 44). Tal lugar é marcado por estereótipos, levando o sujeito a aceitar as regras do jogo ou a resistir, diante de uma sociedade, que sob o comando dos brancos, exige adaptação e branqueamento como alguma possibilidade de aceitação e ascensão social. Contudo, a luta pela cultura torna ainda mais intensa a necessidade de inverter o lugar imposto ao afrodescendente, ressignificando-o ao assumir, ele próprio, um lugar.

Entendemos que esse é o sentido das ações afirmativas. Permitir que determinado grupo saia de uma condição histórica de menos valia decisional, imposta pelo Estado ou pelas relações sociais construídas em situação de desigualdade, para o centro dos debates. É também criar condições de possibilidades para o fortalecimento de tal grupo em situação de desvantagem, sobretudo, os jovens negros, que a partir do ingresso no ensino superior ampliam as perspectivas de futuro para si mesmos, para a comunidade negra, para a sociedade e para o país. Esse entendimento se confronta com a posição conservadora

latente na sociedade, que “atribui, por princípio, aos indivíduos toda a responsabilidade pela posição social que ocupam; por isso, qualquer interferência estatal nessas matérias é considerada indevida.” (GUIMARÃES, 2009, p. 166).

As cotas foram implantadas em 2002, na UERJ, Rio de Janeiro, seguidas por outras universidades. Em 2012, em escala nacional, por meio da Lei 12.711/2012, tornou-se meta a ser atingida por todas as instituições públicas do ensino superior. Em 2014, segundo a SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, “56% das 103 universidades já atingiram a meta da Lei das Cotas prevista para 2016; esse percentual se eleva para 77,5% no caso dos 354 Institutos Federais.” (SEPPPIR, 2015, online). As cotas são uma das modalidades das ações afirmativas, cuja proposta é interferir, por meio de várias frentes de enfrentamento das discriminações, na situação de imobilidade social a que estão sujeitas minorias, como negros, indígenas, mulheres, dentre outras. Na definição da SEPPPIR, as ações afirmativas “são programas e medidas especiais adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.” (SEPPPIR, 2015, online). Nessa direção foi aprovada em 2014, a Lei 12.990/2014 – Lei das Cotas no Serviço Público, ampliando as ações afirmativas para o mercado de trabalho. Tal segmento não será abordado por esta tese, que se limita à aplicação das ações afirmativas no ensino superior.

Contudo, a aprovação das cotas para o ensino superior foi marcada por forte oposição, sobretudo da mídia. A mesma posição conservadora de alguns segmentos da sociedade, apontada acima por Antônio Sérgio Guimaraes (2009), é percebida também na imprensa brasileira, que atua, nas palavras de Gramsci, como “intelectual tradicional”. A definição desse ator social (imprensa) é entendida como aquele que pensa estrategicamente as questões consideradas, por ele próprio, relevantes, lidera grupos e está ligado à esfera do poder, à classe dirigente. Desde que as cotas foram implantadas, primeiro na UERJ, Rio de Janeiro, a imprensa reagiu imediatamente, formando bloco de resistência contra tais políticas públicas, como veremos no capítulo 6, em que são analisados *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. Antes das cotas, a população negra era invisibilizada em suas páginas, com exceção daquelas que tratavam de violência policial. Os jornais, assim como diversas mídias, reproduzem o desejo conservador de manter *o negro no seu lugar*, naturalizando o ditado popular, de forte teor racista, que diz: “cada macaco no seu galho.”

Esse cenário começa a mudar, a partir do momento em que o afro-brasileiro deixa de ser o tema central do debate na mídia e passa, ele mesmo, a debater suas questões no

“mundo da vida”²¹. Nesse momento, ele está apto a interferir, politicamente, na esfera social. Tal mudança é desenhada com as cotas. Muniz Sodré e Joel Rufino chamam a isso de ocupação de lugar, ou seja, ao assumir o protagonismo da sua história, o negro passa a ser, ele próprio, um lugar. Com isso, “o lugar de negro” ou “lugar de pobre”, tão peculiar no Brasil, é posto em xeque, o racismo é desvendado e as demandas por cidadania, de fato, aparecem mais fortes. A busca por cidadania plena, nas palavras de Sodré (2014, 2000a), passa pela lógica de ocupação para além da “isonomia” – direito formal. Esta deve ser seguida da “isotopia” – direito ao lugar, e da “isogoria” – direito ao discurso. Para o autor (idem), “o grande problema no combate à discriminação – pode ser de classe, racial, o que seja – é a questão do lugar. Quando as pessoas ocupam os mesmos espaços, as discriminações são abolidas pelas práticas, pelo afeto, pelas relações.” (SODRÉ, 2014, p.8),

Diante de uma sociedade moderna, a “isogoria” das minorias torna-se possível a partir do fortalecimento do campo de luta pela cultura, ou seja, da sociedade civil. Diríamos que a marca da diferença deste século para o XIX está justo na formação de uma sociedade civil consolidada, embora o país viva uma “modernidade conservadora²²”, na qual a mídia, de caráter hegemônico, ocupa a centralidade social. Em linguagem gramsciana, hegemonia é compreendida como “a imposição de valores que conformam os interesses da cidadania e concorrem para a direção moral e intelectual dos indivíduos.” (SODRÉ, 2008b, p. 27). Desse modo, tal categoria seria “um processo de articulação de representações sociais com vistas a um consenso, não isento de resistência, de conflitos, de movimentações ‘contra-hegemônicas.’” (SODRÉ, idem).

Nesse contexto, podemos ler o movimento de luta pelas ações afirmativas como um movimento contra-hegemônico, dentre tantos outros. As cartas estão na mesa, e oscilam

²¹ Expressão usada por Habermas presente na teoria do agir comunicativo e da esfera pública política, nas sociedades democráticas, diante das quais “há fluxos comunicativos advindos dos interstícios cotidianos, com reivindicações para mudanças na vida prática dos sujeitos. Esses argumentos do mundo da vida, segundo Habermas (1997), alimentam o debate em questões que coordenam uma ação comunicativa. [...] Esses fluxos comunicativos se misturam e se interagem nas páginas dos jornais e nos debates nas várias esferas públicas democráticas.” (FERNANDES, 2010, p. 2).

²² Nos estudos de Gramsci, o autor complementa o conceito de “Via Prussiana”, de Lenin, e apresenta o que chama de “revolução passiva.” Esta, “ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir ‘de baixo’, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de baixo para cima’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes).” (COUTINHO, 2007, p. 198). Desse modo, a sociedade brasileira vive um processo de “modernidade conservadora”, em uma República, cujo processo de transformação “pelo alto” se deu mantendo as elites pré-industriais no cenário das decisões políticas do Estado Nacional, cedendo em algumas demandas sociais, como a imediatamente anterior à República, a Abolição da escravatura. O resultado é a construção de uma sociedade industrial moderna, mas mantendo a estrutura política conservadora.

entre afirmações e contestações. Se por um lado, na contemporaneidade, ocorreu o fortalecimento da sociedade civil, ampliando o campo de luta, por outro, formou-se no país um verdadeiro império midiático, cujos intelectuais tradicionais contribuem para a organização da hegemonia dos grupos de poder. Trata-se, na verdade, de uma arena de disputa, em que para obter tal hegemonia, as elites muitas vezes têm que ceder, sendo obrigadas a contemplar determinados interesses dos grupos subalternos. A televisão brasileira é um bom exemplo.

Enquanto na tevê hegemônica, os programas tinham cor, com poucas exceções, a pressão da sociedade civil praticada por integrantes do movimento negro, por maior participação de profissionais negros e contra a prática de racismo pela emissora, fez o cenário começar a mudar e, embora ainda tímido diante do número de afrodescendentes no país, hoje há uma representação para além de empregadas domésticas e de moradores de favelas. Por enquanto, tal abertura se deu no campo das novelas – com recente inserção no telejornalismo –, mas em se tratando de cotas raciais, os jornais, pelo menos os analisados, ainda são refratários. O “outro lado” da negação das cotas na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo* pode ser lido por meio da manutenção de jornalistas favoráveis à reserva de vagas nas universidades, como Elio Gaspari, Miriam Leitão, e Ancelmo Gois. Digamos que após 2012, com a votação pelo congresso da lei das cotas, a violência discursiva tenha sido reduzida, mas em seu lugar, veio o silêncio, que não significa negociação com os grupos afetados.

O curioso é que as ações afirmativas são uma medida paliativa, temporária e tímida de reparação de uma dívida histórica, uma tentativa de fazer valer os direitos iguais, constantes na lei, cujos efeitos são lentos²³. Logo, o ataque midiático é desproporcional e revela a prática de um racismo profundo, como aquele presente no discurso, já praticado de longa data por Monteiro Lobato. Como assinalou o jornalista Arnaldo Bloch, na página *Logo* de *O Globo*, não se pode negar o pensamento eugenista que Lobato “disseminou paralelamente à sua ficção (e, para alguns, em caráter subliminar, em seus livros, como era, confessadamente, sua própria intenção).” (BLOCH, *O Globo*, 3 de mar. 2011). Bloch cita trechos de diversas cartas de Lobato para amigos, com teor racista, como a que foi enviada a Renato Kehl, em 1930. “A escrita é um processo indireto de fazer eugenia, e os

²³ Nesta tese identificamos as políticas de ações afirmativas, dentre elas as cotas raciais, como uma medida tímida, embora, contraditoriamente, tais ações tragam em si um potencial orgânico forte, de transformação social a longo prazo. O tema será abordado no capítulo 7 – “Dimensão política das cotas: o que pensam alunos e professores?”

processos indiretos, no Brasil, ‘work’ muito mais eficientemente.” (LOBATO, *apud* BLOCH, *O Globo*, 3 de mar. 2011).

Na obra *Claros e Escuros*, Muniz Sodré (2000a) faz referência ao pensamento eugenista de Monteiro Lobato em diferentes capítulos. Cita, igualmente, trechos de cartas do escritor ao amigo Rangel, como a que declara: “Eu gosto muito dos negros, Rangel. Parecem-me tragédias biológicas [...]”. (LOBATO, *apud* SODRÉ, 2000a, p. 158). A persuasão discursiva, repetida como construção de verdade, ensaia avançar para além das palavras. Segundo Sodré, “Lobato jamais escondeu a sua aversão pelo que chamava de ‘pretalhada inextinguível’, onde imbuía o ‘mulatismo que traz dessoramento ao caráter’.” (SODRÉ, 2000a, p. 233). O autor (2000a) acrescenta que a narrativa racista de Lobato antecipava os campos de concentração nazistas e o apartheid sul-africano, ao “sugerir [...] o separatismo de São Paulo, o apartheid paulista [...]”. (SODRÉ, 2000a, p. 233).

Como vimos, elementos do século XIX mantiveram-se no século XX e continuam presentes na República contemporânea, cujo cenário moderno de forte desenvolvimento tecno-mercadológico coexiste com o isolamento simbólico de parcela significativa da população. O pensamento racista desconstrói a possibilidade de uma real entrada na modernidade, de coexistência com a diversidade, ampliando a dimensão de perda para todos. Historicamente, o processo de ‘macropedagogia’ dos abolicionistas, garantiu livre trânsito para a mudança de sistema do país e possibilitou sua participação num contexto mundial de trocas materiais, mas se esgotou com a abolição. Paradoxalmente à entrada do país na modernidade, no plano doméstico, se optou por um modelo de exclusão, de exnominação do afrodescendente, de silenciamento.

Contextualizando os dois períodos históricos, nossa hipótese é de que as ações afirmativas, ou mais especificamente, as cotas raciais, invertem a abolição, ou, ainda, são a complementação da campanha abolicionista, porque colocam o afro-brasileiro na centralidade dos discursos, porém, agora, como sujeito concreto. Tal concretude não estava em pacto algum durante a Campanha, nem após a abolição, era apenas simbólico. Passados 127 anos, a abolição está presente nas ações afirmativas, na tentativa de reverter a exnominação que foi a Campanha abolicionista e sua força está na aparição do negro, ele próprio como sujeito histórico, como protagonista. Se no século XIX, a abolição se deu ancorada em um discurso hegemônico, com o consenso do subalterno, no século XXI, as ações afirmativas chegam como um bloco de resistência, estabelecendo, assim, um contradiscurso.

2.2. Cotas como mal-estar da sociedade

Antes de iniciar esse ponto, questionamos o porquê do título. Como podemos aferir tal afirmativa? Primeiro, recorreremos ao conceito de cultura historicamente, “onipresente e inevitável”, tanto nas ciências sociais, quanto nas ciências políticas ou mesmo no senso comum, como diz Mohammed Elhajj. O autor (2013) afirma que tal conceito é um “recurso retórico, argumento ideológico e postulado filosófico que, antes de explicar o real, o constrói discursivamente e simbolicamente²⁴ [...]” (ELHAJJI, M. 2013, p.19). Podemos afirmar que a realidade do afro-brasileiro foi construída a partir dessa lógica? Se considerarmos a cultura como um processo de dominação, a afirmativa torna-se evidente.

Considerando a dinâmica social, “a ideia moderna de cultura”, como construção de verdade, possibilitou o progresso do capitalismo e em nome dessa ideia “a Europa inflige à África, durante três séculos e meio, o genocídio de dezenas de milhões de pessoas.” (SODRÉ, 2005, p. 7). O autor (idem) cita o tráfico de homens e mulheres na condição de escravos, tornados máquinas humanas, “imprescindíveis à acumulação primitiva do capital europeu.” Observa, ainda, que a produção da cultura como verdade foi incorporada pelas elites coloniais no final do século XVIII, servindo de justificativa às práticas de arbitrariedades. Conceitualmente fluida, a cultura não encontra uma definição única, mas é discursivamente universalizada e “passa a demarcar fronteiras, a estabelecer categorias de pensamento, a justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substancializar, ocultando a arbitrariedade histórica de sua invenção.” (SODRÉ, 2005, p. 8).

Diante da consolidação de uma ideia irrefutável de cultura como verdade, que resultou em exclusão secular, o desvelamento do real, por vezes, ofusca os sobreviventes da cultura como o sol o fez com o homem da Caverna de Platão²⁵. Conta o mito que no interior da caverna havia homens acorrentados pelas coxas e pelo pescoço, de modo a não poder virar a cabeça para os lados ou para além de uma parede, cuja sombra era projetada. O prisioneiro vivia ali desde criança e estava acostumado às sombras. A caverna deixava incidir, de uma entrada no alto, uma fresta de luz do dia, que percorria o interior. Para lá

²⁴ Trad. Livre. “Recours rhétorique, argument idéologique et postulat philosophique qui, avant d’expliquer le réel, le construit discursivement et symboliquement [...]” (ELHAJJI, 2013, p. 19).

²⁵ Alegoria da Caverna: mito em que Sócrates debate com Glauco, a fim de refletir sobre a verdade e a liberdade. A história está na *Politeia de Platão* (traduzida por Cícero como Res-publica) e pode ser consultada em *Ser e Verdade*, obra na qual Heidegger (2007, pp. 137-190) a revisita e interpreta. O autor parte da percepção grega de essência da verdade, como encobrimento ou correção, considerando que “a filosofia de Platão não é senão a luta dessas duas concepções de verdade.” (HEIDEGGER, 2007, p. 137).

também ia, por meio de sombra, toda a movimentação que se passava no exterior, como passos de ida e de vinda de pessoas, com carregamento de apetrechos, sons e falas.

Esse era o mundo do homem acorrentado, que tão somente conhecia a luz vinda do exterior e, ainda assim, refletida na parede. Suas únicas referências eram a sombra e a claridade, que o constituíam. “Esses homens não tinham nenhuma experiência nem de si mesmos nem dos outros. Eles veem, no máximo, suas próprias sombras, sem reconhecê-las como tais; eles se encontram totalmente entregues ao que lhes é dado.” (HEIDEGGER, 2007, p. 143). No entanto, no cotidiano, esse modo de vida não representava falta nem excesso, não havia condições de possibilidade de distinguir verdades ou inverdades, ou mesmo de estabelecer relações. Na filosofia, a grande meta de Platão era a busca da verdade. E “no mundo da vida”, qual a relação entre o mito da caverna, a mídia e as cotas?

As sombras a que foram submetidos milhões de africanos em diáspora tornaram-se naturalizadas pela “verdade da cultura”, universalizada e difundida pela mídia. Contudo, ao contrário do homem da caverna, que não tinha consciência da sombra como tal, a imprensa do século XIX tinha consciência da realidade da população negra, assim como a mídia deste século tem consciência da profundidade do racismo na sociedade. Desse modo, a busca de verdade de Platão nada tem a ver com a verdade midiática, uma vez que, ao contrário do mito, o cotidiano midiático é constituído de consciência, que lhe possibilita vivenciar experiências e narrativas, analisadas pelos sujeitos que escrevem as notícias e as contextualizam em universo societário, micro e macro. No mito, a verdade para o prisioneiro, agora liberto, é a verdade das sombras, não apenas como experiência, mas como fato (ele viveu desde criança sob essa realidade), logo, vem à tona o questionamento sobre o que representa para ele (o homem da caverna) “o desencoberto, o verdadeiro?”. (HEIDEGGER, 2007, 144).

Na descrição de Heidegger (2007), ao se libertar das amarras, o homem chega com dificuldade ao exterior, mas é ofuscado pelo excesso de luz, que lhe provoca dor nos olhos, e o leva, pelo menos no início, a observar o mundo por espelhos d’água e por imagens neles refletidas. Esse estágio, de acordo com o autor (Idem, p. 144), refere-se ao “desencoberto”, ou, como observa Amaral (2012)²⁶, à “experiência da alethéia, um mostrar-se e ocultar-se, um ir e vir, uma radicalidade do encobrimento e do desencobrimento, ambos, gregamente positivos”. Ao longo dos anos, o mundo observado

²⁶AMARAL, Márcio Tavares d’. *Notas de aulas sobre filosofia*, ministradas no curso de Pós-Graduação em Comunicação pelo PPGCOM da ECO/UFRJ. Rio de Janeiro: 2012.1.

pelo espelho leva o afrodescendente a desejar libertar-se das amarras, para além da liberdade formal a que foi relegada a população negra brasileira. Para chegar à luz do sol ele se debate consigo mesmo na escalada da caverna, enfrenta a violência do ofuscamento cotidiano do seu ir e vir, e luta pela ruptura das correntes simbólicas. Para tornar-se sujeito concreto, o homem negro busca a luz em seus próprios movimentos, fazendo-se reconhecer.

Enquanto trava uma luta *periférica e intramuros*, como a Imprensa Negra, a Frente Negra, o Teatro Experimental do Negro, ou mesmo as manifestações culturais e religiosas, a sociedade assiste em silêncio, intercalando uma certa tolerância com manifestações de repressão. Porém, quando a reivindicação passa a ser na esfera do saber – que, como assinala Foucault, leva ao poder –, a intensidade do sol aumenta para ofuscar ainda mais a visão já entorpecida, desta vez não apenas do sujeito afetado, mas também da opinião pública. Assim age a imprensa diante da proposição de cotas raciais, valendo-se de seu potencial poder de persuasão a partir da construção de “discurso de verdade.”²⁷ (FOUCAULT, 2005). Os jornais do século XXI²⁸ reproduzem discursos violentos do mesmo modo que, no século XIX, a imprensa registrava discurso de políticos conservadores, fazendeiros escravocratas, e mesmo de alguns intelectuais, como veremos nos capítulos 4 – análise dos jornais *Gazeta de Notícias, Cidade do Rio e Província de São Paulo*; e 6 – análise dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

A proposta de ação afirmativa sofre todo tipo de ataque, com foco das críticas nas cotas raciais, que adquirem status de guerra ao serem identificadas como “polêmicas²⁹,” e, como tal, são difundidas em todas as mídias. A raça, usada cientificamente no século XIX para justificar a suposta superioridade do branco, como dito acima, vai perdendo sentido ao longo do século XX, quando a mesma ciência reconhece sua inexistência. As diferenças

²⁷ A expressão o “desejo de verdade”, de Foucault, atravessa a obra *A Ordem do Discurso*, no sentido da construção de uma vontade de verdade, não uma verdade filosófica elevada, ritualística, na qual o discurso, segundo o autor, pronunciava a justiça, profetizava o futuro e contribuía para sua realização, mas algo ligado a outra lógica. “Essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades dos sábios outrora, os laboratório hoje.” (FOUCAULT, 2005, p. 17).

²⁸ A referência contempla os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, cujos textos são analisados nesta tese, no Capítulo 6 – Olhar da imprensa sobre as ações afirmativas.

²⁹ Na definição dicionarizada da palavra polêmica, sua etimologia vem do grego *polemikos* (beligerante, agressivo), e de *polemos*, que significa guerra.

biológicas perdem o sentido e a palavra raça passa a ser substituída por etnia. O que isso representa? Segundo Elhajji (2013),

Não é seguro que os estigmas da discriminação e opressão desapareçam, como por magia, por uma simples mudança de nomenclatura que designam seus portadores. A linguagem e o discurso são, sem dúvida, importantes no processo de produção do real, mas certamente tem seus limites – sobretudo se a gente considera as possibilidades retóricas perniciosas de confundir a superfície do texto e seu conteúdo cognitivo. Não podemos não notar, a esse respeito, a promiscuidade e contágio existentes entre as referências biológicas (raciais) e simbólicas (culturais) quando se trata de reificar a identidade do outro, a fim de justificar sua exclusão e/ou assujeitamento. (ELHAJJI, 2013, p.36)³⁰

Esse jogo de verdade é posto em xeque diante da reação desproposital às cotas, em que o racismo reaparece camuflado de denúncia contra ele próprio – ao ser dito na imprensa que as cotas provocariam mais racismo –, e tudo isso gera um certo mal-estar, dito, inclusive, abertamente, em programas de televisão. São comuns frases do tipo “não gosto muito de falar sobre isso, mas...;” ou “esse assunto é meio chato, mas vamos lá...;” ou ainda “eu sei que o tema é desagradável, mas qual a sua opinião, a favor ou contra...?” A falta de aprofundamento histórico levou à formulação maniqueísta dos contrários e favoráveis às cotas e tudo passa a girar em torno dessa dualidade.

Tal reação faz supor que ao demonizar as cotas, a mídia ensaia ganhar a opinião pública, a fim de retardar ainda mais o que chamamos aqui de a inversão da abolição, ou seja, colocar no centro dos debates o que, efetivamente, representou a abolição da escravatura para a população negra brasileira. Tais reações diante das ações afirmativas revelam que a mídia é contrária a esse potencial complementar da campanha abolicionista, já tardio, como deveria ter se dado no século XIX. O embate diante das cotas nos leva a afirmar que o grande conflito hoje está na oposição entre *demos* e *ethnos*, que designam, segundo Jacques Rancière, “dois povos opostos.” (RANCIÈRE, 2009a, p. 317). O autor explica: “Há o povo, como *ethnos*, como consistência coletiva daqueles que têm a mesma origem, o mesmo sangue, o mesmo deus, etc. E há o povo como *demos*, quer dizer, como

³⁰Trad. Livre. “Il n’est pas sûr, en effet, que les stigmates de la discrimination et oppression disparaissent, comme par magie, par le simple changement des nomenclatures qui en désignent les porteurs. Le langage et discours sont, certes, importants dans le processus de production du réel, mais ont toutefois leurs limites – surtout si l’on considère les possibilités rhétoriques pernicieuses de confondre la surface du texte et son contenu cognitif. L’on ne peut pas ne pas noter, à ce propos, la promiscuité et contagion existantes entre les référents biologiques (raciaux) et symboliques (culturels) quand il s’agit de réifier l’identité de l’Autre, afin de justifier son exclusion et/ou assujettissement.” (ELHAJJI, 2013, p. 36).

divisão do *ethnos*, como suplemento a toda a enumeração das partes da coletividade.”³¹ (RANCIÈRE, 2009a, p. 317).

O *ethnos* tem a tradição, a cor e o território como fonte originária das identificações. Já ao *demos* acrescentamos a identificação no campo do direito, da educação, da justiça, do comércio, ou seja, é identificado politicamente com as institucionalizações modernas, dando caráter de instituição, de valor ao que interessa. Nesse contexto, a mídia como produtora de discurso, naturalmente, está ao lado do *demos*, ou da política hegemônica, e atua como se o *ethnos* não existisse. Quer dizer, há um silenciamento³² consciente e ideológico do *ethnos*, e um discurso conservador de valorização do *demos*. Desse modo, o que parece e aparece publicamente é tão somente a existência do *demos*. Tal prática, na realidade, amplia a arena de disputa e a pressão dos sujeitos em luta contra as forças hegemônicas.

Considerando a centralidade midiática e a representação como espetáculo, se o sujeito não é imagem, logo não existe. (Sodré, 2002; Debord, 2006). Na prática das relações midiáticas, a visibilidade do *ethnos* se dá por meio de concessões, desde que haja interesse. Citamos como exemplo o carnaval, o candomblé, a capoeira, o olodum, dentre outros, cujas matérias exploram o exótico. Obviamente, esta não é uma visão apenas midiática, mas de Estado, haja vista a exploração mercantil do carnaval, a amplitude dos benefícios decorrentes do consumo, do turismo, tendo como pano de fundo a *venda de imagens da mulata*. E no cotidiano, como se explica o desinteresse pela singularidade do afrodescendente, das minorias? Tal prática pode ser explicada pelo sistema de doutrinação. De acordo com van Dijk, “a mídia, a educação e a política são três áreas simbólicas que produzem discurso e que produzem racismo.” (VAN DIJK, 2015).³³ O autor define racismo como “sistema de dominação e abuso de poder”, ambos operando em duas

³¹ Trad. Livre. “Il y a deux peuple opposés. Il y a le peuple comme *ethnos*, comme consistance collective de ce qui ont même origine, même sang, même dieu, etc. Et il y a le peuple comme *dèmos*, c’est à dire comme division de l’*ethnos*, comme supplément à tout dénombrement des parties de la collectivité.” (RANCIÈRE, 2009a, p. 317.).

³² O silenciamento, na definição de Eni Orlandi, passa pelo o que a autora chama de “política de sentido”, ou seja, o não deixar dizer. “A relação dito/não-dito pode ser contextualizada sócio-historicamente, em particular em relação ao que chamamos o ‘poder-dizer’”. (ORLANDI, 2007, p. 73). A autora diferencia a “política do silêncio” do “silêncio constitutivo”. O primeiro “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.” Já o segundo, “pertence a própria ordem de produção de sentido e preside qualquer produção de linguagem.” (ORLANDI, idem).

³³ Citação de Teun van Dijk, durante o colóquio “Anti-racismo no discurso político no Brasil”, proferido no Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH/UFRJ, no dia 29 de abril de 2015.

dimensões: as práticas sociais que promovem exclusão; e a dimensão cognitiva, que produz discurso, e que auxilia tais práticas na legitimação dos discursos simbólicos das elites.

Ressaltamos que um desses discursos simbólicos é a cultura como valor universal, em que os iguais se reconhecem. Foucault lembra um princípio grego que diz “que a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade.” (FOUCAULT, 2005, p. 18). O elo desse princípio, seja na oligarquia ou na democracia é a cultura, porque define padrão entre as elites e estabelece distinção social; cria nomenclaturas, como a cultura erudita e a cultura popular, e ao mesmo tempo universaliza tais valores. Com isso se constrói o real. O resultado é o surgimento e o fortalecimento do racismo, “[...] fruto do século XIX, consequência de um conceito de cultura fundada na visão indiferenciada do humano.” (SODRÉ, 2005, pp. 27-28). Nessa visão, ao não se perceber a diferença, não há respeito pela diversidade humana, a prática das relações ao longo dos anos permanece inalterada, impedindo a mobilidade social, como satiriza Angeli. (*FOLHA DE S.PAULO*, 20 de nov.2006, p.2).

Figura 1 – charge “Feriado Dia da Consciência Negra” - Angeli



Charge publicada na página 2 do Jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 20 de novembro de 2006. Fonte: *Folha de S. Paulo*.

Talvez esse quadro nos faça compreender o porquê de tanta reação negativa às cotas raciais. Enquanto o *demos* (branco tomando sol na praia) prevalecia inalterado, como se apenas ele existisse, sendo o *ethnos* o outro, aquele lá, distante, que carrega peso e vende coisas na areia, ou que está em casa, trabalhando no emprego doméstico, as relações raciais no Brasil não eram colocadas ou vistas como uma questão. Ranciére aponta momentos de fortalecimento do *ethnos*, “como o povo revolucionário ou o proletariado. Mas essas figuras, habitadas pela homonímia, foram sempre elas próprias atravessadas pela contradição. Houve sempre vários povos no povo e várias proletariados no proletariado.”³⁴ (RANCIÈRE, 2009a, p. 317). Na contemporaneidade, com a globalização – outro tema

³⁴ “[...] comme le peuple révolutionnaire ou le prolétariat. Mais ces figures, habitées par l’homonymie, ont elle-mêmes toujours été traversées par la contradiction. Il y a toujours eu plusieurs peuple dans le peuple et plusieurs prolétariats dans le prolétariat.” (RANCIÈRE, 2009a, P. 317).

que, assim como a cultura, é fluido e visa a dominação (pelo consumo) –, o autor (2009a) observa que algumas pessoas tinham a expectativa de ver as multidões “explodir o império”. Contudo, contrapõe, o que se viu foi o retorno do “identitarismo,” ou seja, um reforço do *demos* em detrimento do *ethnos*.

Mas, o que a charge e as cotas têm a ver com esse debate? Bom, se até então, havia um lugar determinado para a população negra, como caricatura Angeli, com as cotas, essa lógica se modifica. “O negro, que tinha um lugar, aparece agora como um lugar, ele próprio.” (SANTOS, 2010, p. 56). A explicação filosófica do autor é que “o negro deixou de ser negro em si para se tornar negro para si.” (SANTOS, idem). De fato, o deslocamento apontado por Joel Rufino dos Santos é exatamente o que emerge como questão para o *demos*. Esse lugar que o afro-brasileiro inverte e se posiciona como tal é o *lugar como poder*. Logo, o indivíduo, que desde a abolição da escravatura não existia enquanto sujeito real, em nível de igualdade de fato, ao inverter a abolição e apresentar-se potencializado de contradiscurso provoca grande mal-estar na sociedade.

Ao ingressar em uma universidade pública, ao participar criticamente da construção de uma carreira, ao ampliar sua visão de mundo e do seu entorno, ele passa a ocupar um lugar de fala, durante tantos anos silenciada. É essa condição de possibilidade de formação do afrodescendente, de modo a assumir, ele próprio, um discurso – e não apenas um discurso sobre racismo ou ativismo político –, mas interferir, criticamente na sociedade, que provoca o tal mal-estar na sociedade. Logo, o ressurgimentos do *ethnos*, potencializado pela emergência de novos intelectuais orgânicos é fortemente rechaçado pelo *demos*, representado pela mídia e seus intelectuais tradicionais. A arena de disputa está montada, provocando tensões e potencializando o que Abélès (2006) chama de “deslocamento do político”, ou seja, uma experiência de atuação e visão de mundo diferente, capaz de afetar organizações tradicionais de visão conservadora. As cotas acabariam com a desigualdade?

Evidentemente que as cotas não resolveriam os problemas centenários que afetam a população negra. Elas são apenas uma parte das ações afirmativas, com o fim de reparação das desigualdades sociais de pessoas em situação de desigualdade histórica, portanto, uma medida inicial de um longo caminho que o país precisa percorrer para igualar, efetivamente, seus cidadãos. Um dos bons resultados das cotas é poder se desconstruir a classificação de pessoas como sendo de primeira ou de segunda categorias. É abrir o espírito para o debate sobre o racismo. Contudo, não basta debater tais temáticas, pensando que se vai encontrar solução fácil. Para além do debate, é preciso compreender que existem

diferenças, singularidades. Como diz Sodré, “compreender é aceitar, é abraçar.” (SODRÉ, 2015). De acordo com o autor, “os homens coexistem em sua diversidade. Cada um tem sua história, seus hábitos.” Ele diz que existe uma confusão entre diferença e diversidade, e explica: “diversidade implica proximidade espacial, aproximação, sensível; o diverso é a multiplicidade das identificações sociais, dos valores.” (SODRÉ, 2015). A diferença, segundo ele, implica o concreto, o real. E acrescenta: “A diversidade é a verdade do real concreto”. (SODRÉ, 2015).

Esse real concreto aparece com as cotas e provoca o tal mal-estar societário. A sociedade está acostumada a não falar, a não compreender e a não conviver com os afrodescendentes, a não ser na subalternidade e na hierarquização das práticas de relações. Para manter esse lugar, o *demos* tenta uma manobra. De súbito, um grupo social, antes tão esquecido e silenciado quanto aquele da população negra, é posto na ordem do dia, a fim de desviar a importância das cotas raciais. Trata-se dos pobres.³⁵ O debate é longo – é tratado também no capítulo 6 – e hoje as cotas sociais são prioridades na lei e na prática. Sem dúvida, o tema da pobreza é de suma importância e precisa ser levado a sério do ponto de vista social e político, com reforma do sistema de educação e das instituições. Na verdade, são muitos os que precisam da atenção do Estado, como o negro, o indígena, os portadores de deficiência e os pobres, grupos violentamente silenciadas pelo *demos*. Contudo, considerando a complexidade do social, e embora ressaltando a força coletiva, Gramsci não “crê que a vontade coletiva possa ser suscitada apenas ‘pelo alto’, por um ato arbitrário do partido, sem levar em conta ‘os sentimentos espontâneos das massas’. Esses sentimentos – prossegue ele – devem ser educados, purificados, orientados, mas nunca ignorados.” (COUTINHO, 2007, p.172).

O paradoxo na contemporaneidade é a sociedade civil, fortalecida de um lado, pelo incremento dos “aparelhos privados de hegemonia”, e ao mesmo tempo enfraquecida por tais mazelas, construídas historicamente no país. O racismo e as práticas reacionárias são responsáveis pela fragilidade da democracia, sobretudo diante do isolamento do sujeito excluído, ou de sua luta por reconhecimento e alteridade. Se no século XIX, a escravidão

³⁵ A pobreza no Brasil é um dos temas urgentes na busca de solução política para seu combate, e merece a atenção da sociedade, nos diferentes campos. Sua dinâmica sela na sociedade as piores consequências para as relações sociais, como desigualdade, fome, violência, injustiça, carência de educação, silenciamento, exclusão. Segundo Celi Scalón, “[...] para entender a pobreza no Brasil é preciso reconhecer que ela é produto de uma das mais extremas concentrações de renda do mundo. Essa relação entre desigualdade e pobreza em nosso país se dá, basicamente, porque a renda das pessoas resulta da capacidade de mobilização dos ativos que elas possuem, mas a propriedade desses ativos é bastante concentrada.” (SCALÓN, 2011, p. 52).

representava um atraso em termos de consciência das elites, no XXI, as ações afirmativas, mais especificamente as cotas raciais, representam um avanço de consciência dos sujeitos afetados. De que modo isso acontece?

Inseridos no interior da universidade, o jovem cotista vive a experiência das trocas simbólicas, das tensões inerentes à prática e as mediações da comunidade acadêmica, seja pelo debate, seja pelo enfrentamento das representações do *eu frente ao outro*, ou do *outro de mim*. Ele passa da condição de invisível para se defrontar com o *outro*, por meio da alteridade. Tal conceito está presente na obra de Bakhtin, que define a condição humana na interlocução do *eu* com o *outro* a partir de uma interação própria do ser, que se reflete no outro e se refrata. Nesse ambiente de troca, propiciado pela experiência acadêmica, figura o dialogismo – outro conceito de Bakhtin – cuja característica é o discurso, entendido como fronteira entre o *eu* e o *outro*, tornando o sujeito um ser híbrido, histórico e imbricado pelas relações sociais, aberto e constituído pelos discursos que o rodeiam. Considerando o subjetivismo bakhtiniano, a relação entre linguagem e sociedade é compreendida sob a dialética do signo, que constitui o caráter social do sujeito em constante diálogo.

O ser para Bakhtin (2010) é um evento único, uma experiência da singularidade desse único lugar que lhe pertence. E é essa singularidade própria do ser que o faz existir e que o faz ver o outro como parte integrante do seu ser. A percepção da multiplicidade de tantos outros e de tantos mundos o faz compreender como sujeito constitutivo de um excesso e de uma falta. Contudo, essa prática dialógica, compreendida como a multiplicidade de vozes e a não hierarquização entre os sujeitos falantes, apresentada por Bakhtin, falha, quando temos por perspectiva o ser no contexto das relações raciais, historicamente experimentadas. A afirmação se explica a partir da constatação empírica de que existe uma linha divisória, invisível, na sociedade, colocando de um lado, os brancos, de elite, classe média alta; do outro, os outros, nomeados de negros – independente da classe social – e de pobres. Ao menor sinal de rompimento dessa barreira, as reações discursivas, sobretudo na imprensa – que representa parte da sociedade – são imediatas.

A dimensão reativa tem por base o racismo não dito, o mesmo que permeia a tal linha divisória em macro e micro territórios, nas cidades e na sociedade como um todo, ressaltando a mobilidade de uns e imobilidade a outros. Isso se aplica, por exemplo, no campo da seleção de trabalho e nem sempre o argumento negativo foi tão polido, como o famoso “agradecemos o seu contato, mas não temos mais vagas”, ouvido por tantos homens e mulheres negros/as que procuraram emprego. Até recentemente, a exigência era

de que o/a candidato/a tivesse boa aparência para a ocupação da vaga, mas assim como o racismo, que é escorregadio e cada hora aparece de uma forma diferente, os argumentos se reinventam. Na realidade, isso mostra que os contornos da modernidade continuam cimentados por um discurso de *cultura superior*, logo o “não temos mais vagas” é apenas um eufemismo para dizer “negro aqui não entra.”

Outro exemplo do distanciamento entre o *eu* e o *outro*, quando falamos de relações raciais, é a ausência da população negra em determinados ambientes ocupados pela classe média e, conseqüentemente, o estranhamento de sua presença quando isto ocorre. São recorrentes os depoimentos de pessoas que já foram confundidas e/ou abordadas, *por estarem fora do lugar*, causando constrangimento. O tradutor Carlos Alberto Medeiros contou certa vez que mesmo fazendo questão de andar sempre bem vestido, até nos finais de semana, já aconteceu de estarem, ele e sua mulher, em situação de desconforto, por causa da cor da pele de ambos. No relato, Medeiros disse que o casal já foi seguido e observado insistentemente, por seguranças de banco durante simples operação em caixa eletrônico. Lembra que enquanto ele ficava no carro, esperando a mulher sacar o dinheiro no caixa, percebia o aumento da movimentação e o incômodo dos seguranças no interior da agência.

Em restaurantes ou casas noturnas, não é novidade clientes brancos confundirem clientes negros com manobristas de veículos. O ministro Joaquim Barbosa já foi vítima de tal lapso, assim como o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente. Em lojas de rua e em shoppings centers também há relatos de prática de racismo, frequentemente narrados pela imprensa. Esses são alguns dos muitos exemplos de conduta racista, seja por atos conscientes ou inconscientes. Os atos inconscientes revelam que o racismo faz parte da estrutura da sociedade, está consolidado na educação e na racionalidade, que serviu de base para a modernidade.

Porém, como dizem Joel Rufino dos Santos e Van Dijk, ninguém nasce racista. Se não é algo inato, se a pessoa aprendeu a ser racista, logo ela pode desaprender, argumentam. Essa linha de pensamento ressalta a educação como o álibi para a reaproximação entre os sujeitos. Naturalmente, não falamos de tolerância. A etimologia da palavra vem do latim *tolerare* e significa suportar, aceitar. Ora, suportar alguma coisa ou alguém significa que tal ato demanda um esforço, não é natural. Se envolve sofrimento, limite – e isso é um fato da tolerância, considerando que existe o seu contrário, a intolerância – logo, não cabe a aplicação desse conceito no combate ao racismo, na

proposta de abertura e de estabelecimento de vínculo. Zizek, em palestra na UFRJ³⁶, ironizou a defesa da tolerância, afirmando que em relação de amor entre um casal, ninguém diz que tolera o/a parceiro/a, mas que o/a ama. Para este autor, Martin Luther King não usava a palavra tolerância em seus discursos, e sim focava na importância do respeito entre as pessoas, cujos direitos são iguais para todos.

Sob esse ponto de vista, tolerância é um conceito que reforça o distanciamento entre os indivíduos. Apesar de “tolerar” as diferenças, sua prática é falha quando se deseja combater o racismo pela aproximação, pelo afeto, pela abertura e pela incompletude do ser enquanto sujeito. Para tal combate, é fundamental o respeito e acolhimento à diversidade e sua prática nas relações travadas no interior da sociedade, seja na escola fundamental, no ensino médio, na graduação ou na pós-graduação. A abertura para o outro se dá pela convivência, pela partilha, pelo afeto e trocas simbólicas, o que contribui para uma verdadeira relação do que Sodré chama de “comum”, ou seja, a experiência do “sujeito como entre”. (SODRÉ, 2015). O autor explica que essa dinâmica modifica o comum, entendido pela lógica do entre. E esclarece: “O comum é o que está entre mim e o outro.” Sua proposta é sair dessa lógica do dois, que orienta a discriminação e estar aberto à experiência do “sujeito como comum, sujeito como entre.” (SODRÉ, idem). Para Sodré, esta é uma questão de educação, e embora tal dinâmica seja “irrepresentável, pode ser experimentada.” (SODRÉ, idem).

Em outras palavras, tal conceito, no limite, representa a chave da luta política, porque o “sujeito como entre” se fortalece na sua própria singularidade, e sendo protagonista é potencializado pelo afeto, pelo vínculo, pelo que Esposito (2003) chama de *munus* (dom, obrigação, dívida). Tudo isso nos impulsiona versos à uma verdadeira condição humana, enquanto sujeitos, efetivamente, livres. Raquel Paiva (2007) acrescenta que não é o fato da pessoa estar junto que caracteriza “partilhar da experiência do outro, até porque, de acordo com essa perspectiva, não é apenas a proximidade que define. A experienciação do outro implicaria uma atitude recíproca de interioridade.” (PAIVA, 2007, p. 85). Paiva faz referência ao modo de vida pública grego, e diz “o cidadão é o resultado de um processo de convivência que não se fecha diante de novas possibilidades. Nada está pronto e acabado, e assim se autoriza sempre a experiência da radicalidade.” (PAIVA, 2007, p. 85).

³⁶ Palestra realizada dia 13/10/2008, no Salão Pedro Calmon da UFRJ, para o lançamento do livro “A visão em paralaxe”.

É da experiência dessa radicalidade que falamos, quando o assunto são as cotas raciais, porque abrem novos horizontes diante do jovem negro, que se defronta com ele mesmo, enquanto comum. Tal experiência amplia a percepção da diversidade no mundo em que está inserido e, em linguagem bakhtiniana, o faz compreender-se enquanto sujeito constitutivo de um excesso e de uma falta. “Esse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse – excedente sempre presente em face de qualquer outro indivíduo – é condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do meu lugar no mundo [...]”. (BAKHTIN, 2010, p. 21). Para o autor (idem), o sujeito consciente sabe que todos os outros estão fora dele, mas que o olhar externo complementa o seu eu e constitui elemento de troca.

Essa diferença no vivenciamento de mim e no vivenciamento do outro é superada pelo conhecimento ou, em termos mais precisos, o conhecimento ignora a singularidade do sujeito cognoscente. No mundo único do conhecimento não posso colocar-me como *eu-para-mim* em oposição a todos sem exceção – os outros indivíduos passados, presentes e futuros como outros para mim; ao contrário, eu sei que sou um indivíduo tão limitado quanto todos os outros, e que todo outro vivencia substancialmente a si mesmo de dentro, não se personificando essencialmente para si mesmo em sua expressividade externa. (BAKHTIN, 2010, p. 35).

A percepção do limite do sujeito no mundo e ao mesmo tempo da amplitude de sua abertura para o outro potencializa as relações. Afinal, somente pela abertura é possível experimentar o *eu* e o *outro* em sua plenitude. Trata-se da aproximação como dito por Sodré (2015)³⁷, da aceitação, do abraçar. Nesse sentido, a convivência entre alunos negros e não-negros implica vivenciar a diversidade pelo sensível, como ressalta o autor (2015), trazendo em si mesmo o potencial transformador do afeto. Contudo, essa condição de possibilidade de um novo sujeito, mesmo em um universo restrito da academia, mesmo que as mudanças sejam indicativas não do presente, mas de uma sociedade futura, é violentamente rejeitada pela elite, de acordo com a representação midiática. Na arena de disputa, as concessões são feitas com dificuldades, revelando forte conservadorismo da República democrática, por meio de um discurso requeitado.

³⁷ “Minoria: o diferente e o diverso”, colóquio proferido por Muniz Sodré, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH/UFRJ, no dia 29 de abril de 2015.

2.3. Liberdade *concedida*: A reatualização do discurso

Se a imprensa na contemporaneidade é acusada do comprometimento com a lógica do entretenimento e do mercado, a pauta das ações afirmativas chega como um convite a um aprofundamento maior do tema, à produção de matérias mais densas e de interesse social. Contudo, o que houve foi uma polarização dos debates, com discussões duais, orientando as falas a partir de forte destaque às opiniões de contrários e favoráveis. Muitos dos discursos apresentados são reatualizações do discurso da imprensa no século XIX, em meio à Campanha abolicionista. Como veremos nos capítulos seguintes, o ideal dos proprietários de terra³⁸, no que diz respeito à mudança do sistema, era a *liberdade dos escravizados*, desde que *concedida* por eles próprios.

O que seria essa concessão? A etimologia da palavra conceder deriva do latim *concedere* e significa admitir como possibilidade verdadeira, aceitar, doar, permitir, dar, ceder. Ora, aquele que aceita ou que recebe algo de alguém que dá, não como algo dado, mas como algo cedido, é um devedor, logo impossibilitado, pela própria condição, de contestar. Do mesmo modo aquele a quem é permitido algo tem como dívida moral o agradecimento. Logo uma liberdade concedida representava igualmente a negação da própria liberdade, da autonomia do sujeito de agir segundo a sua vontade.

O que pensava a elite da época sobre a liberdade? Em matéria publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, o político e fazendeiro Pedro Ferreira Vianna afirmava: “[...] É preciso que a lavoura se convença que não será a mão da morte que há de assinar a carta de liberdade do último escravo.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 12 de mar. de 1881, p. 3). Desse modo, antecipando-se a lei, da qual a maioria era contra, os proprietários, como sinaliza Fausto (2007), ganhavam a simpatia, o reconhecimento e, sobretudo, a obediência dos escravizados. Era uma forma maquiada de controlar a situação, evitando perder de uma só vez todos os homens e mulheres que trabalhavam à força em suas propriedades. O político citado era contraditório; ao mesmo tempo em que declarava ter votado contra a Lei do ventre livre em 1871, se dizia favorável à liberdade imediata do “elemento servil”, desde que sob indenização de seus proprietários. Tal discurso que mistura drama (*a mão da morte*) com hipocrisia (*liberdade imediata do elemento servil*) nos remete imediatamente ao discurso do século XXI, acerca das ações afirmativas. A imprensa, representante das elites, diz ser contrária às cotas raciais (*estas dividem o país*) e aceitam as cotas sociais (*a desigualdade no país é provocada pela pobreza e não pela cor da pele*).

³⁸ Os proprietários de terra eram representados na imprensa por políticos, quando não acumulavam a condição de proprietários e de políticos.

O discurso é o mesmo, tanto lá quanto cá. Em ambos os períodos históricos, a ideia é mudar sem mudar. No XIX, a defesa de uma liberdade concedida, não por direito, mas uma estratégia para manter tudo hierarquicamente igual. No XXI, a defesa das cotas sociais em detrimento das cotas raciais é também uma forma de concessão e não o reconhecimento de um direito reivindicado por uma dívida histórica, logo a ideia é manter tudo hierarquicamente igual. Voltando ao XIX, o entendimento de liberdade dos fazendeiros era da ordem da individualidade, ou seja, uma “concepção típica do liberalismo” (PROTÁSIO, 2008, p. 4), em contraste com o pensamento gramsciano de liberdade política, considerando a sociedade civil como território de luta pela cultura, de forma coletiva e consciente, portanto, uma liberdade potencialmente transformadora, como afirma Eduardo G. Coutinho (2014). Aos fazendeiros juntavam-se os intelectuais, até porque muitos pertenciam a essa categoria. “Estes intelectuais eram frequentemente cooptados para a burocracia estatal, uma camada que – herdada da colonização portuguesa e reforçada na época imperial – jamais deixou de crescer ao longo de todo o período republicano.” (COUTINHO, 2007, p. 206).

Quando não faziam parte da burocracia estatal, buscavam os apadrinhamentos para sobreviver, o que gerava conflito entre a liberdade de crítica e o reconhecimento da dívida de gratidão. Contudo, os intelectuais da imprensa, grande parte formada por homens das letras, atuavam como mediadores do espaço público. Assumiam posições políticas contundentes, a exemplo da defesa em favor da Campanha abolicionista. A própria configuração de empresa jornalística na época, ainda de caráter artesanal, possibilitava inclusive ter empresário negro, como o jornalista José do Patrocínio, que foi dono de dois jornais, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Nesse cenário, o debate em torno da Campanha ganhou força, enfrentando as vozes dissonantes, também presentes nas páginas dos jornais, mesmo aqueles abolicionistas.

Já no século XXI, a imprensa adquire nova configuração, identificada como mídia (abrange os diversos meios de produção e circulação de informações e entretenimento). Tal mudança, provocada pela ‘despolitização’ midiática, nas palavras de Sodré (2002, p. 34), “[...] resulta do enfraquecimento ético-político das antigas mediações e do fortalecimento da midiaticização.” O autor distingue os dois sentidos. Mediação seria uma espécie de ponte, do ato da comunicação entre duas pessoas. É resultado de um poder de fazer distinção, logo “um lugar simbólico, fundador de todo o conhecimento”. (SODRÉ, 2002, p. 21). Como exemplo de mediações simbólicas cita todo tipo de cultura (linguagem, trabalho, leis, artes, etc.). Já midiaticização é algo da ordem das mediações realizadas entre os grupos

sociais, com vistas à comunicação no sentido da informação. Trata-se do aporte do mercado, o corpo tecnológico responsável pelo que o autor chama de “tecnointeração”, ou seja, a relação entre a tecnologia, o mercado e o consumo. Significa que as causas sociais também perderam lugar para as práticas de relações e produções tecnológicas. “Sob a égide da produção informacional da realidade, a tecnointeração toma o lugar da mediação, desviando os atores políticos da prática representativa concreta (norteadas por conteúdos valorativos ou doutrinários) para a performance imagística.” (SODRÉ, 2002, p. 34).

Nesse campo midiático, dá-se um novo modo de vida, identificado por Sodré (2002, p. 21) como “bios midiático” ou “quarto bios”, uma esfera existencial regida pela lógica de mercado, portanto, comprometida com o mundo da imagem, da tecnologia e da informação. Em analogia ao século XIX, os fazendeiros da época são os grandes empresários de mídia contemporâneos, tendo como aliados os intelectuais, sobretudo os que atuam na grande mídia. E a *liberdade concedida* contemporaneamente é a imagem. Considerando que a televisão brasileira é branca nos programas infantis, nos noticiários, nas novelas, na propriedade, podemos afirmar que as exceções feitas a imagens de afrodescendentes são concessões. Não se trata de reconhecimento da competência ou mesmo da existência do ser humano em sua subjetividade e diversidade, mas se trata de uma forma de silenciar vozes reivindicantes. Diante de uma sociedade que cultua a imagem, a lógica secular de exclusão da população negra foi impactada pelas cotas, cujo debate público emerge para além dos movimentos sociais, desvenda o disfarce do racismo e inquieta as certezas. Como se dá esse debate?

Trata-se de um debate que coloca na ordem do dia a importância da discussão histórica em torno da população negra e também reatualiza a resistência, em ambos os sentidos: de um lado, reacende o vigor de luta; do outro, aflora o discurso de objeção à liberdade real do sujeito concreto. No século XIX, a relutância à abolição como direito e a oferta de uma abolição concedida falseava a liberdade, considerando que, na época, a elite agrária não estava interessada no destino do africano e de seus descendentes, e sim nas próprias fazendas, produções e circulação de bens, sempre entre os mesmos. Obviamente seus interesses não se limitavam às fazendas, eram voltados sobretudo para o destino da Nação. Nesse sentido, a defesa dos interesses, considerando a forte hierarquização social, se dava de forma *natural*. Para assegurar esse lugar, ao falhar a força, as construções discursivas eram recorrentes e eficazes, mesmo havendo reações. Estas, tanto podem se

sobrepôr³⁹ ao poder opressivo, como sucumbir à opressão e à subalternização. Em diálogo com o século XIX, a trama da subalternização imposta na contemporaneidade é oculta pelo discurso da igualdade. O cerne do argumento é que há igualdade entre brancos e negros, portanto, liberdade e livre arbítrio. É conhecida a obra do diretor geral de jornalismo da TV Globo, Ali Kamel, sobre a qual afirma que no Brasil não há racismo. Tal afirmação é uma tentativa de manter viva a crença na democracia racial, hoje compreendida como mito, embora tal crença ainda ronde o imaginário de muitos.

A despeito da luta contra o racismo, sabemos que mesmo sendo maioria quantitativa, a população negra continua em situação de subordinação e invisibilizada. Para manter o processo de hierarquização, os jogos de poder atuam a partir do consenso ou dissenso. Um dos instrumentos utilizados pela esfera dominante, o discurso, constrói lugares simbólicos (cada macaco no seu galho), imprime estereótipos (fixidez), legitima o pensamento (de caráter eurocêntrico) e naturaliza as diferenças (atuação midiática). Em linguagem gramsciana, a prática das relações em determinados contextos traduz-se no predomínio do discurso hegemônico e da “debilidade da esfera das mediações culturais” (COUTINHO E., 2012, p. 334), silenciando as reações. Um desses discursos é a universalização, legitimado pelo direito internacional, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948.

A construção da universalização de tais direitos segue o princípio do homem como sujeito, contudo “trata-se [...] de uma compreensão de gênero humano limitada, porque branca, europeia e cristã.” (PARAGUASSU, 2006, p. 2). Outro discurso dominante

³⁹ As rebeliões, formação de quilombos ou fugas das fazendas são exemplos de reações ao poder de opressão e violência a que eram submetidos os escravizados. No século XX continuaram as lutas contra a opressão, sendo um exemplo a *Revolta da Chibata*, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1910. Sob a liderança do marinheiro José Cândido, conhecido como o almirante negro, os marinheiros se rebelaram contra os maus-tratos, castigos físicos, condições alimentares e racismo praticados pela marinha. “Demonstrando perícia, capacidade de organização e conhecimento das artes náuticas, eles comandaram os pujantes navios da Armada, apontaram os canhões para a cidade do Rio de Janeiro e bradaram em alto e bom tom: ‘Viva a liberdade’ e ‘Abaixo a chibata’.” (NASCIMENTO; PETRÔNIO, 2008, p. 285). Há outros exemplos de luta, como os movimentos de mobilização dos “homens de cor”, como era chamado na época, e adesão aos Clubes e Associações. Surge também a Imprensa Negra, escrita por negros, do início da República até o Estado Novo. Segundo Petrônio (2007), só em São Paulo havia mais de 31 jornais da imprensa negra. Dentre eles, *A Pátria* (1899); *O Combate* (1912); *O Menelick* (1915); *O Bandeirante* (1918); *O Alfinete* (1918); *A Liberdade* (1918); *A Sentinela* (1920) e outros. Ainda em São Paulo é fundada em 1931 *A Frente Negra Brasileira*. “Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com ‘delegações’ – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), 19 arregimentou milhares de ‘pessoas de cor’, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados.” (PETRÔNIO, 2007, p. 106). Em 1978, surge o Movimento Negro Unificado, cujo fim era o combate radical ao racismo. O MNU tinha orientação marxista e dele originaram-se os movimentos negros pluraes do século XXI.

aparece com o tema da globalização e da respectiva quebra de fronteiras. Considerando a população negra do Brasil, ambos os discursos são vazios, destituídos de valor real em termos de igualdade econômica, política e cultural, na medida em que apenas o padrão europeu é reconhecido como legítimo. “Ao perder a singularidade de sua diferenciação e reduzir-se às constantes repetitivas de sua experiência, a cultura perde a vitalidade do encontro com o outro e de regeneração de si mesma.” (SODRÉ, 2000a, p. 22).

Nessa cultura dominante há 127 anos o afrodescendente tenta o reconhecimento, mas convive com o mesmo ideal de liberdade dos proprietários de terra do século XIX. Tal conceito de liberdade é compartilhado na contemporaneidade pelos escravocratas do presente, quando estes repetem categoricamente que o Brasil não é um país racista, que todos são iguais e quando admitem diferença alegam que esta é socioeconômica, portanto diferença de classe e não de raça. É comum ouvir comentários racistas, inclusive antecedidos da alegação convicta de não discriminação. Apenas para citar os mais comuns: *os negros não estão nas escolas porque não gostam de estudar ou não querem, não estão inseridos em ambientes frequentados por brancos porque preferem os morros, o samba, o funk, a desordem*. Quando desempregados ou subempregados *é por que não gostam de trabalhar*, dentre outros. Tais discursos revelam o desprezo da elite branca pela igualdade de direitos. Por quê?

Primeiro, porque esta tem assegurados os seus direitos desde que nasceu, como saúde, escola, trabalho, moradia, mobilidade, enfim, os bens materiais e imateriais. Segundo, simplesmente porque para manter a subalternização, a elite construiu a crença influenciada pelo pensamento de Gilberto Freyre de viver em um paraíso racial, cuja beleza estava na liberdade e na coexistência entre as raças. Ancorada nessa crença, mantinha-se a ilusão da igualdade de direito, a imagem do exótico e o consenso simbólico da convivência harmoniosa. O cenário é território fértil para a prática do racismo camaleônico, para usar palavras de Sodré (2000b). Assim como o camaleão, que muda variavelmente de cor, em um jogo de aparece e desaparece, o racismo muda de lugar (ora se mostra na escola, ora no trabalho, no campo de futebol, na rua, no bar, no clube) e por vezes tão sorrateiramente que não se percebe, o que torna difícil a identificação.

A partir das cotas e dos debates daí decorrentes, colocou-se em evidência a existência da mentalidade escravocrata revestida de defesa da sociedade desracializada. Logo, um dos resultados das Ações afirmativas está no desvelar do racismo, ao colocá-lo no centro das discussões. Um exemplo de reatualização do discurso racista é a crença de que promover alguma medida reparadora, como as cotas, a quem sempre esteve em

situação de desvantagem geraria ódio e “[...] conduziria o país à guerra entre as raças.” (FAUSTO, 2007, p. 218). O discurso é atual, mas não é novo e a citação não diz respeito às cotas. A fala do autor refere-se a convicção vigente no século XIX entre a classe dominante, de que a liberdade pela força da lei geraria nos escravos a ideia de direito, logo seria grande o risco de “subversão da ordem” (FAUSTO, idem), levando à uma guerra racial.

O mesmo discurso é repetido no século XXI em referência às cotas. Em matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, a antropóloga Ivone Maggie, referindo-se à votação do STF (Supremo Tribunal Federal)⁴⁰, acusa o Brasil de criar leis que dividem os brasileiros. “Leis que, em vez de erigir pontes e aproximar as pessoas, trazem no seu bojo o ovo da serpente da discórdia, da luta entre aqueles que se pensavam iguais.” (*FOLHA DE S. PAULO*, 20 de out. 2012, p.2). Essa “guerra entre as raças” anunciada pela antropóloga chama a atenção para um tipo de cegueira comum na contemporaneidade, aquela cujo véu filtra o que se deseja ver. Sodré chama isso de “cegueira cognitiva.” Certamente que do ponto de vista biológico, só existe uma raça, a humana. Contudo, negar a existência de raça, do ponto de vista da cultura, da história e das relações sociais é continuar acreditando no exotismo do país, no paraíso racial e fechar os olhos à discriminação institucionalizada que produz vítimas diariamente, manda para a cadeia e mata jovens, sob o manto da lei.

Vejamos a matéria “PM baiana é máquina de matar negros. E o governo grita gol!” (DOUGLAS BELCHIOR, 2015, online). O título é referência ao assassinato de 12 jovens negros, na madrugada do dia 06 de fevereiro de 2015, na cidade de Salvador.⁴¹ O autor chama a atenção para o cinismo com o qual o governo fez referência ao crime. Na declaração, Rui Costa⁴² teria comparado a polícia a um artilheiro frente ao gol, no sentido da necessidade de calma e frieza para tomar a decisão certa. Ora, a coisificação da PM

⁴⁰ ADPF/186 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) - Durante dois dias, 25 e 26 de abril de 2012, após debates entre especialistas contrários e favoráveis às cotas, os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) julgaram improcedente a ação impetrada pelo DEM (Partido Democratas) contra a política de cotas raciais implantadas na UnB. A votação histórica, por unanimidade – 10 votos x 0, considerou constitucional o sistema de ingresso de alunos negros e pobres em instituições públicas de ensino.

⁴¹ A Operação Rondesp (rondas especiais) de policiais em Salvador resultou na morte de 15 jovens negros. Teve início em 06 de fevereiro, no bairro Cabula, quando foram mortos 12 jovens. Na troca de tiros um policial militar foi baleado. Após a chacina, novas operações aconteceram, resultando na morte de mais três jovens, todos negros, com menos de 30 anos. Moradores dizem que os policiais invadiram casas, abordaram os rapazes e atiraram. Já a versão oficial afirma que os jovens estavam envolvidos com drogas, ou outros crimes, atiraram nos policiais e estes revidaram em legítima defesa. Fonte: Enderson Araujo. Brasil de Fato. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/31302>. Acesso em 15/02/2015.

⁴² Rui Costa é governador da Bahia pelo PT, eleito em 2014.

(máquina de matar) e do negro (bola, gol) reflete a violência praticada pelo Estado, na figura do governador e dos próprios policiais (militar e civil).

Compreender a polícia como instituição de segurança tornou-se uma questão. Segurança para quem? Ao contrário, na concepção de jovens universitários negros, como afirma Hélio Santos, “[...] a presença da polícia é motivo de insegurança.” (SANTOS H., 2015). Com o episódio de Salvador, acrescenta, a fala do governador traz embutida “[...] a senha da impunidade” (SANTOS H., 2015). O caso gera indignação, mas segundo Santos, a indignação já não basta. É necessário que a sociedade pense a partir desse caso. “Precisamos de uma polícia cidadã. [...] “É preciso encontrar um caminho estratégico para mudar as polícias. [...] A sociedade precisa peitar a PM. A sociedade que derrotou a ditadura militar tem que buscar uma nova polícia. Os partidos não peitam, os governadores aplaudem. A polícia é um alto fator de insegurança.” (SANTOS H., 2015).

O episódio de Salvador não é um caso isolado. “Em Santa Catarina se mata jovens negros, em Minas Gerais, São Paulo. Paraíba é o estado campeão. Esse é um verdadeiro genocídio da juventude negra.” (SANTOS H., 2015, vídeo). Por que a fala do autor não gera debate? Sua indignação não repercute porque há uma contradição entre a realidade e o que a sociedade deseja ver, discutir, interferir. No mundo midiático das imagens, as cotas são anunciadas e amplamente repetidas como possibilidade de “guerra entre as raças”. Contudo, os números revelam que vivemos, sim, em uma verdadeira guerra, mas uma guerra que não causa inquietação à sociedade branca, em suposta segurança. O extermínio institucionalizado da juventude negra é mais um exemplo da reatualização do discurso simbólico, como o fim anunciado do negro no Brasil pelo congressista João Batista de Lacerda, em 1911. A violência contra a população negra está nas ruas e nas estatísticas. Considerando [...] os dados levantados entre os anos de 2006 a 2007, observa-se que foram cometidos 59.741 homicídios contra pessoas pretas e pardas e 29.953 homicídios contra pessoas brancas.” (PAIXÃO *et al.*, 2010, p. 254).

Os negros e pardos são assassinados diariamente, em índices crescentes, segundo as estatísticas, que têm como referência o intervalo de 2001 a 2007.

No ano de 2001, 53,08% das declarações de óbito com registro de homicídios indicavam que a pessoa que sofreu a agressão era preta & parda. Desde então, este peso relativo somente cresceu: 54,2% em 2002; 55,5% em 2003; 57,2% em 2004; 59,8% em 2005; 61,1% em 2006; e 63,3% em 2007. (PAIXÃO *et al.*, 2010, p. 254).

Diante de tais dados, ao invés de “guerra entre as raças”, disseminadas pelas cotas, em narrativas midiáticas, não seria mais adequado se falar de guerra – dissimulada e

consentida – contra a população negra? Com efeito, as estatísticas e as notícias acerca do crescente número de pessoas negras assassinadas são indicativos da divisão real do Brasil. Os “dois brasis”, nas palavras de Santos, sendo um com cidadania plena e o outro com “meia cidadania.”

No Brasil moderno e desenvolvido, que ostenta a gloriosa marca de possuir a segunda frota mundial de jatos executivos, a ausência do negro é quase absoluta. Por outro lado, no Brasil das chacinas e da miséria, que nos reduz a um dos países mais atrasados do planeta, a presença do negro é sólida, vigorosa, majoritária e dramaticamente consistente. (SANTOS H., 2008, p. 2).

A fala do autor é radicalmente pertinente, salvo ao afirmar que em um dos brasis há cidadania plena. Não é possível se considerar cidadão pleno alguém que vive em uma realidade de tantos homicídios, ainda mais quando praticados pelo Estado. Embora a população negra lidere o *front* dos assassinados, pessoas – negras e brancas – estão morrendo diariamente. A dimensão social da violência, pela sua própria existência, afeta vidas, talentos que as famílias negras, sobretudo, mas também brancas, perdem. A sociedade perde, logo o cenário, assim como no XIX, é de atraso das mentalidades. A não cidadania plena, mesmo entre as elites, se evidencia pelo próprio espaço urbano onde habitam, cada vez mais cercados por grades, a fim de se protegerem da insegurança pública. Logo, a luta por cidadania é de todos. Do mesmo modo que a abolição ainda não aconteceu, a *modernidade* também não chegou ao Brasil. É preciso reinventá-la. Não basta um econômico forte.

Como diz Abélès (2006, p. 20), “a gente sabe que modernidade rima com progresso; mas todos aqueles que acreditam no desenvolvimento das ciências e mais genericamente das forças produtivas devem levar a sério a função política.”⁴³ Tal função é responsável pelo fortalecimento do indivíduo ou do grupo e de suas ações coletivas. De acordo com o autor (*idem*), “a viabilização de um poder e das lutas que se comprometem para a captação deste poder são inseparáveis do processo de transformação do mundo.”⁴⁴ (ABÉLÈS, 2006, p. 20). Tal transformação não ocorre diante de uma sociedade violenta, de uma elite que tem medo do seu próprio povo, quando negro, quando favelado, quando

⁴³ Trad. L. “On savait que modernité rime avec progrès; mais tous ceux qui croient au développement des sciences et plus généralement de forces productives doivent prendre au sérieux la fonction politique.” (ABÉLÈS, 2006, p. 20).

⁴⁴ Trad. L. “La mise en place d’un pouvoir et les luttes qui s’engagent pour la captation de ce pouvoir sont inséparables du processus de transformation du monde.” (ABÉLÈS, 2006, p. 20).

pobre. Uma elite que reage contra políticas públicas capazes de empoderar aqueles que potencialmente desejam mudanças. Qual o resultado dessa dinâmica secular?

Sendo o Brasil um país jovem, de tradição política autoritária, o fortalecimento se dá no campo das instituições, sejam estruturais como a segurança ou midiática. Essa cumplicidade evidencia o caráter conservador da sociedade, mesmo diante de um cenário de violência. Reatualizamos a frase de Yvone Maggie para questionar: Em face às estatísticas, aqueles que se pensavam iguais antes das cotas ainda terão motivos para tal pensamento? A igualdade sobre a qual a elite branca se refere ou se imagina em relação ao negro pode ser comparada a aspectos do universal: base para o reconhecimento dos direitos universais do homem, princípio norteador do direito, indicador de garantia da dignidade humana, como definido; porém, na prática, trata-se de retórica do discurso.

Universalizar “significa reduzir as diferenças a um equivalente geral, um mesmo *valor*. É a universalização racionalista do conceito de homem que inaugura, no século XIX, o racismo doutrinário.” (SODRÉ, 2005, p.27). Logo, a universalização é uma invenção também construída para excluir. Contudo, os seus efeitos ao recair sobre os excluídos, no caso analisado, a população negra, tornam conveniente à população branca se pensar igual. Dessa forma, cria-se um ambiente confortável para dizer não às cotas, para não enxergar o racismo, para negar a importância do debate acerca da temática, e ainda para criticar aqueles que reclamam da persistência da discriminação racial.

O jornalista Elio Gaspari, em reação ao rancor manifestado após a implantação de cotas na UERJ, lembra que “se ela(s) faz(em) com que um branco deixe de entrar na universidade porque um negro ocupou o seu lugar, isso não é uma anomalia, é o objetivo”. (FOLHA DE S. PAULO, 25 de jun. 2003, p. A8). O fato é que a negação dos direitos da população negra parece se cristalizar ao longo da história. Marcelo Paixão retoma a frase de Joaquim Nabuco no século XIX que dizia: “a escravidão por instinto procedeu repelindo a escola, a instrução pública, e mantendo o país na ignorância e escuridão, que é o meio em que ela pode prosperar. A senzala e a escola são pólos que se repelem.” (NABUCO, *apud* PAIXÃO, 2010, p. 243). Nesse tempo histórico, diz o autor, a luta era pelo fim da escravidão. Já no século XXI, passados 127 anos da abolição da escravatura, a luta é por reconhecimento. O discurso é reatualizado, de certa forma, como que em nova campanha abolicionista. Desta vez a campanha reivindica a abolição da exclusão, da invisibilidade, da imobilidade social, do racismo e, assim como no XIX, encontra fortes resistências. “Para além da recuperação histórica do distante passado escravista para a explicação daquele quadro, o fato é que a opção por uma visão excludente de escola se

manteve, por parte das elites brasileiras, durante todo o século passado.” (PAIXÃO, 2010, p. 243).

A resistência às cotas desvela o racismo até então encoberto sob a máscara da crença popular no mito da democracia racial. Não é incomum se ouvir falar, no Brasil ou no exterior, do quão maravilhoso é viver no país de mistura de raças, de relações cordiais e oportunidades iguais para todos, sem restrições perante a lei. Esse pensamento fundador do sentimento de nacionalidade tem origem no século XIX. “[...] Tanto a Abolição quanto a proclamação da República foram condições indispensáveis para o estabelecimento do referido mito, sem esses dois acontecimentos não se poderia falar em igualdade entre brancos e negros no Brasil.” (BERNARDINO, 2002, p. 251).

O curioso é que apesar da distância histórica, falar sobre igualdade ainda é uma barreira. Vejamos nova reatualização do discurso, com Elio Gaspari em matéria intitulada “Cotas (ou Abolição): Um perigo público.” (*FOLHA DE S. PAULO*, 21 de mar. 2004, p. A14). Diz a nota: “No século XIX nenhum porta-voz da casa-grande era favorável à escravidão, muito menos racista. Tratava-se, diziam, de uma questão de critério e de oportunidade.” (Idem). Em seguida, o jornalista reportando-se ao século XXI, narra o argumento corrente: “O problema não está na falta de negros nas universidades, mas na má qualidade do ensino básico e na complexidade do problema social brasileiro.” (Idem). Mais dois discursos que se assemelham.

No século XIX, fala do deputado Olímpio Campos sobre a *crueldade da libertação*, segundo Gaspari: “Não é humanitário, não é civilizador libertar escravos velhos. A liberdade como um favor da lei, a quem não pode gozar dela, é um presente cruel.” (*FOLHA DE S. PAULO*, 04 de jan. 2004, p. A10). Votando ao século XXI, escreve o jornalista: “As cotas são prejudiciais aos negros. Estigmatizam os estudantes que se beneficiam desse sistema.” (*FOLHA DE S. PAULO*, 21 de mar. 2004, p. A14). O jornalista faz mais uma série de comparações que evidenciam a afinidade dos argumentos no sentido de manter distante a população negra. Nos dois períodos, mesmo com o intervalo de um século, os discursos são os mesmos, seja na negação dos direitos básicos, como a liberdade, seja no ideal de cidadania, ou na reinvenção argumentativa para a negação desse direito.

Elio Gaspari ironiza a reação do brasileiro frente à proposta de políticas públicas. No Brasil, observa:

[...] sempre se poderá dizer que a ação afirmativa depende do fim do vestibular, assim como a Lei dos Sexagenários deveria depender da

construção de asilos, a do Ventre Livre, da existência de creches, e a da Abolição, de um mercado de trabalho mais forte. É o deixa-para-depois-para-ver-como-é-que-fica. (FOLHA DE S. PAULO, 26 de jun. 2003, p. A8).

Tão logo as cotas foram implantadas, os debates em torno do mérito entraram em pauta e o que havia caído no esquecimento, a reforma do ensino e o acesso ao nível superior vem à tona. No XIX, o debate acerca da abolição não estava vinculado ao negro em si, ao sujeito concreto, do mesmo modo que na contemporaneidade, o debate midiático sobre as ações afirmativas não tem o afrodescendente como eixo. Ao contrário, a centralidade da mídia é tensionada pelo objetivo de manter os benefícios seculares da República para a elite branca, investindo na polarização dos contrários e favoráveis. Com isso, o objetivo é desviar o debate focado na realidade do afro-brasileiro no século XXI. Agindo dessa forma, a mídia reafirma o pensamento ocidental do outro diferente e distante.

Desde que as cotas foram implantadas, a mídia entrou firme na arena de disputa, negando o direito do afrodescendente ao ensino superior, sob os mais variados argumentos. “Isto porque é pela reduplicação, pela contiguidade, pela aproximação que a diferença ameaça seduzir a identidade branca, obrigando-a a realizar a divisão do lugar de onde fala.” (SODRÉ, 2005, p. 28). Desse modo, a narrativa midiática tenta proteger a elite branca da aproximação do outro, garantindo o *status quo* e perpetuando a academia como um espaço privilegiado para poucos e brancos. Assim como a liberdade era temida, no século XIX, as cotas impõem medo pelo potencial de transformação que traz ao oferecer condições de possibilidades de liberdade real e cognitiva, constituintes do vigor da mudança e da reinvenção do sujeito. Logo, o mal-estar da sociedade provocado pelas cotas está centrado no fato das elites brancas serem obrigadas a encarar a possibilidade de liberdade do sujeito concreto, o que não aconteceu com a abolição.

3. Contextualização histórica da Campanha abolicionista

“Digo que da colonização à civilização a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano.”

(AIMÉ CESAIRE)

“Para os afro-brasileiros, todavia, a Abolição não teve nenhuma essencialidade, porque não os libertou da libertação política, isto é, da condição de quem precisa continuamente de desembaraçar-se de uma identidade reputada como subumana. A libertação apenas transferiu o nível da escravidão, abolindo um para fortalecer o outro.”

(MUNIZ SODRÉ)

3.1. Imprensa

A imprensa brasileira conviveu com um sistema econômico escravista, um alto índice de analfabetismo e uma política marcada pelo conservadorismo, desde o surgimento tardio em 1808, até o II Reinado. Antes de abordar a atuação na Campanha abolicionista, este capítulo procura contextualizar, historicamente, a comunicação impressa no Brasil, como a circulação dos primeiros jornais e a relação com a descoberta das técnicas de impressão. Traz um olhar sobre a liberdade de expressão formal da Colônia, como se deu no Império, a prática das relações no Rio de Janeiro no contexto histórico e cultural da época. Lembra que a Corte, principal cenário de atuação da imprensa, era tida “como a representação do elevado, do que se relaciona diretamente com a Europa, o ‘chic’”. (SODRÉ, 2000a, p. 146).

Em comparação com outros países, a imprensa chegou ao Brasil com atraso de cerca de 400 anos, o que não significa que não houvesse outras formas de comunicação,

por meio de diferentes linguagens. Sodré (2012a) ao referir-se a Heidegger e a relação livro-filosofia, observa que “não se precisava do livro para pensar e debater, já que a oralidade no espaço público ou nos banquetes era o âmbito essencial dos discursos reflexivos.” (SODRÉ, 2012a, p. 205). Certamente no Brasil colonial e mesmo imperial, esse lugar de reflexão e de debate era privilégio de poucos que conseguiam estudar na Europa, considerando um país majoritariamente analfabeto⁴⁵. No entanto, numa esfera marginal, práticas clandestinas de reação, conduzidas por aqueles insatisfeitos com o sistema econômico, revela um pensamento organizado e empírico, cujo resultado foram a formação de quilombos, revoltas pontuais, fuga de escravos, assassinato de senhores, abortos provocados, dentre outros. Para essas articulações, não era necessário nem livro nem imprensa, mas uma comunicação de ordem prática que exigia ação, a despeito dos movimentos serem duramente reprimidos e seus líderes mortos ou exilados.⁴⁶

Como surge a imprensa? A etimologia da palavra imprensa vem do Latim, do verbo *imprimere*, que significa marcar, aplicar sobre, fazer pressão e pode ser lida também como tipografia, prelo, conjunto de jornais, publicações congêneres ou, ainda, jornalistas, repórteres. Embora o processo de impressão por meio de matrizes fixas, entalhadas em madeira, já fosse conhecido na China, desde o século VII, como afirma Burke (2008), somente no século XV Gutenberg criou os tipos móveis, possibilitando o que se conhece por imprensa moderna, de caráter massivo.

No Brasil, a primeira tipografia instalada de forma duradoura só acontece em 1808. A máquina vem de Portugal a bordo do navio Medusa, integrante da esquadra que traz a família Real. Naquele ano, a imprensa Régia é oficializada em 31 de maio por ato de D.

⁴⁵ A configuração da sociedade brasileira revela o prestígio de uma elite formada pelo clero, a magistratura, os homens de letras, os médicos, os engenheiros, em suma os bacharéis, contrastando com uma grande massa de analfabetos. De acordo com o censo de 1872, o índice de analfabetos correspondia a 84% da população total, subindo para 86% se considerada apenas a população feminina e para 99%, se considerada a população escrava. Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2434.pdf>. Acesso em 02/10/2014.

⁴⁶ Dentre as revoltas mais importantes ocorridas no Brasil, destacam-se o Quilombo dos Palmares (AL-PE 1629 – 1694), comunidade quilombola (formada por um agrupamento de quilombos, também chamados mocambos). A comunidade, situada na Serra da Barriga, reuniu cerca de onze mil pessoas, entre homens (a maioria) e mulheres fugidos da escravidão. Seus principais líderes foram os reis Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares, que resistiram às investidas dos fazendeiros, temerosos de que o quilombo incentivasse ainda mais as fugas das fazendas. Nos mocambos, livres, os rebeldes se organizavam e as estratégias de luta contra a perseguição eram as mesmas utilizadas em guerrilhas (formação de emboscadas, constantes deslocamentos, facilitados pelo conhecimento do local). Fonte: Albuquerque Wlamyra R. de *Fugas, quilombos e revoltas escravas* – in: Uma história do Negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais - Ceao; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: http://www.ceao.ufba.br/livros_evidoes/pdf/uma%20historia%20do%20negro%20no%20brasil_cap05.pdf. Acesso em 30/09/2014. Outros exemplos de movimento social que trazia na pauta de reivindicação a emancipação dos escravos: Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (BA 1798); Revolta dos Malês (BA 1835); e Revolta da Chibata (RJ 1910).

João VI. O primeiro jornal de publicação oficial, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), começa a circular dia 10 de setembro de 1808, com periodicidade bimensal e circulação às quartas e aos sábados. Trazia estrutura de duas partes, sendo uma seção noticiosa e a outra avisos.

Outros países da América já vinham utilizando as técnicas de impressão, como o México (1533), o Peru (1584) e os Estados Unidos (1600). No Brasil, mesmo chegando com três séculos de atraso, as publicações não eram livres. A imprensa sofre censura na origem. A Colônia proibia qualquer tipo de manifestação impressa. Para isso, a Junta Diretora da Impressão Régia, uma espécie de Conselho de censura prévio, cujas atribuições eram examinar papéis e livros a serem impressos, se encarregava de coibir qualquer tipo de publicação contra a religião, o governo e os bons costumes. Ainda assim, a impressão acontecia na clandestinidade da arte gráfica no Brasil, como a instalação de um prelo em Pernambuco, em 1706, perseguida pelas autoridades coloniais e fechado no ano seguinte. O mesmo ocorre com a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca, aberta em 1746 no Rio de Janeiro e fechada em 1747 por Carta Régia. Nenhum tipo de impressão, seja livro ou papel avulso, era permitido.

São razões de Estado – garantir o colonialismo, conservar incólume o despótico controle de seus interesses políticos e econômicos, deter pela força as aspirações de liberdade e justiça – e não de outra natureza que fazem Portugal insensível, até 1808, à tipografia e ao jornal num Brasil escravocrata e monocultor. (BAHIA, 2009, p. 19).

Com a censura, o governo desejava impedir o fluxo de ideias e a circulação de notícias de qualquer articulação que pudesse ameaçar a colônia na sua política de opressão. Apesar das proibições, o jornalista Hipólito da Costa edita em junho de 1808, em Londres, o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*. Era uma publicação livre que circulava no Brasil até 1822 e formava opinião, como explica Juarez Bahia (2009). “Seu jornal é moderno, dinâmico e crítico. Mensário, impõe-se pela opinião e pela informação política. Costa tornou-se o patrono da imprensa brasileira.” (BAHIA, 2009, p. 17).

A partir daí, surgem novas impressões, oficiais e clandestinas, mas ainda embrionárias. De acordo com Marialva Barbosa,

um longo período é necessário para que a imprensa ocupe lugar efetivo no jogo político das ideias que circulam na Corte. Somente após o término da censura, em 1821, são criadas condições para a proliferação de jornais, inclusive nas províncias mais distantes do Rio de Janeiro. (BARBOSA, 2010, p.21).

De fato, a liberdade de imprensa é garantida na primeira Constituição brasileira, de 1824, outorgada por D. Pedro I. Contudo, tratava-se de formalidade, visto que a censura era praticada na imprensa da Corte e só terminou em 1827, 19 anos após a implantação do primeiro jornal e quase uma década antes do início do II Reinado (1840-1889).

Apesar da censura, surgem no país novas tipografias, panfletos e jornais. Destes, alguns viviam de publicidade e progrediam; aqueles que eram de partidos ou de militantes não conseguiam se organizar e acabavam durando pouco. Os jornais eram de composição artesanal, com algumas exceções, e só no final do século XIX conseguiram se firmar com novos investimentos em infraestrutura, renovação do parque gráfico com equipamentos modernos. Trata-se, de acordo com Bahia (2009), da “segunda fase da imprensa brasileira”, quase no início do século XX, momento em que “está preparada para o estágio empresarial como ocorre em países mais avançados. Nesse espaço, os novos jornais trazem, com seus títulos que se tornarão importantes, experiências e objetivos próprios das organizações industriais”. (BAHIA, 2009, p.111).

Na Corte destacam-se a *Gazeta de Notícias* (1875-1942), *O Paiz* (1884-1930), *Cidade do Rio* (1887-1902). O *Jornal do Commercio*, de 1827, é considerado “exemplo de imprensa independente, que encontra espaço em meio às publicações predominantemente oficiosas [...] é o jornal mais importante do país, expressão da opinião conservadora”. (BAHIA, 2009, p. 46-47). Também tiveram importância o *Diário de Notícias* (1868-1872), o *Correio do Povo* (1895-1986), o *Diário do Comercio* (1854-1857) e a *Gazeta da Tarde* (1854 - 1857).

O jornalismo da época “[...] pautava-se pelo espírito publicista, isto é, o princípio crítico da visibilidade ou da publicidade (*Offentlichkeit*), erigido por Kant como traço marcante do Iluminismo e hoje retomado no pensamento de Habermas como ideal normativo da esfera pública.” (SODRÉ, 2002, p. 65). De fato, em jornais abolicionistas, por exemplo, as livres narrativas misturavam-se à vozes dissonantes no mesmo espaço do jornal. Ideias circulavam, independentes da posição política do narrador e os jornais eram ressonância do espaço público político, cada vez mais difundido entre os leitores. Todas essas manifestações estiveram presentes no II Reinado.

Nesse período, cresce o número de periódicos, a imprensa assume uma nova função na sociedade como *locus* de disputa política e de livre circulação de ideias. Como observa a historiadora Marialva Barbosa (2010), isso se dá em meio a uma maioria analfabeta, mas de recepção oral. “[...] As letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas.” (BARBOSA, 2010, p.21). A partir dessa dinâmica, a disseminação da cultura circulava

entre a população não letrada. Fazia parte dos costumes da época a leitura em voz alta, não havia a leitura silenciosa, individual.

Mas não foi só o jornal que trouxe novos conhecimentos. O século XIX foi marcado por invenções que mudaram a história da comunicação. Não por acaso, mas como exigência de uma nova era, a revolução industrial na Europa, que resultaria, em nova revolução, a tecnológica. Dentre as várias descobertas são destaques a primeira linha de estrada de ferro na Inglaterra, em 1825; a lâmpada de luz incandescente, por Thomas Edison, em 1879; o telégrafo elétrico, por Samuel Morse, na década de 1830; o telefone, por Graham Bell, em 1876; o primeiro veículo, por Karl Benz, em 1885; a fotografia, a partir de um processo chamado daguerreótipo, em 1839; e o cinematógrafo, antecedente do cinema, pelos irmãos Lumière, em 1895. Mais tarde surge o rádio, datado já do início do século XX, assim como a televisão, em meados do século, e a internet, já quase chegando ao XXI. Ora, todo esse aparato foi decisivo para a formação de um novo paradigma comunicacional, baseado sobretudo na tecnologia.

A gênese da palavra tecnologia é grega (*téchne + logos*). *Téchne* significa arte, destreza e *logos* quer dizer argumento, discussão. Assim, a junção de ambas as partes confere significado ao fazer, a técnica, que afetou particularmente o modo de relação interpessoal, até então encurtado pela distância dos lugares, centralização das cidades portuárias e no isolamento do campo. A ampliação da malha ferroviária aproxima pessoas e regiões, fazendo circular mercadorias, mas também ideias entre diferentes grupos sociais. Tratava-se, na realidade, do avanço da indústria e suas complexas relações de produção, teorizadas por Marx (2011, p. 427), para quem a invenção da maquinaria não foi desenvolvida a fim de aliviar o trabalho do ser humano, como questionou Mill, mas com o fim de “baratear as mercadorias” e ampliar o ganho do capitalista.

O autor (2011) questiona a utilização da mão-de-obra como objeto de exploração e geração de mais valia. Aponta o avanço da industrialização, a partir da descoberta da necessidade de construir máquinas de fazer máquinas, as chamadas “máquinas-ferramentas.” Para garantir a demanda, “[...] o sistema de transportes e comunicações foi progressivamente adaptado ao modo de produção de grande indústria com a introdução dos navios a vapor fluviais, das vias férreas, dos transatlânticos e do telégrafo”. (MARX, 2010, p. 440). Isso significa que, na gênese, os meios de comunicação já atendiam aos interesses mercantis. Sodré (2012a) ressalta que “na sociedade industrial clássica a informação já era indispensável à relação social (de exploração) entre proprietários e trabalhadores a serviço do capital”. (SODRÉ, 2012a, p.32).

Considerando os meios citados, o comprometimento mercantil vem desde então se ampliando. Afinal, os grandes impérios se utilizaram de tais mecanismos para adquirir poder, dominar e lucrar. Haja vista as inúmeras invasões da África, disputa e divisão de território africano entre as potências europeias (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Portugal, Itália). A riqueza do Continente, principalmente o ouro, atraiu estrangeiros e trouxe fortes consequências, como a destruição da cultura local.

Quase toda a África, mais de 17 milhões de quilômetros quadrados, fora colocada sob o domínio europeu. Em média, uma área de 650 mil quilômetros quadrados (duas vezes o tamanho da França) era acrescentada por ano às possessões europeias. Próximo ao final do século, os europeus governavam virtualmente o continente inteiro, uma área de tamanho equivalente a cerca de 10 vezes o da Índia. (WESSELING, H. L, 2008, p. 13).

Diante da diferença de organização encontrada na África⁴⁷ e interessados na riqueza natural⁴⁸, os europeus aos poucos foram se impondo e construindo suas próprias verdades e estereótipos. E para legitimar a dominação, além dos meios de comunicação já citados, a cultura emerge dando liga às ações e definindo fronteiras hierárquicas. A palavra cultura, cuja definição é fluida, “[...] relaciona-se com as práticas de organização simbólica, de produção social de sentido, de relacionamento com o real”. (SODRÉ, 2005, p. 12). Trata-se de uma invenção perfeita para justificar os comportamentos e lhes dar sentido de verossimilhança. Desde a invasão do Continente que a orientação cultural é a do desencontro por meio do estabelecimento de uma linha divisória invisível e poderosa que transforma o *Mesmo* em *Outro*, e nega a experiência de viver o coletivo na diversidade. A violência dessa construção simbólica foi uma tentativa de destituir os povos africanos de sua singularidade e impôr um olhar atravessado dos de fora. Olhar este que está presente nas instituições sociais, nos brancos e na imprensa, disseminando o medo, antecipando o julgamento e negando “à África o direito à sua história e aos africanos o papel de sujeitos e não apenas objeto de dominação, conversão ou escravização”. (LIMA, 2012, p. 279).

⁴⁷ “As formas de organização dos povos do continente eram extremamente fluidas e variadas e a inovação e criatividade eram bastante comuns.” (FIGUEIREDO, 2011, p. 15). O autor acrescenta que os povos seguiam a tradição, que era recriada, quando necessário. Havia grupos étnicos ligados à autoridade central, como religião, política ou poder militar, e mesmo aqueles que se ligavam ao tráfico de escravos e a escravidão.

⁴⁸ As várias regiões da África são ricas em ouro (Rio Volta e Níger), marfim, óleo de palma, amendoim, mel, cravo-da-índia, borracha, algodão, cacau, etc. Para a exportação, os mercadores utilizavam a mão-de-obra escrava. (Ver Figueiredo, 2011; Ajayi, 2010).

3.2. Influência da cultura francesa no país da escravidão

A despeito do envolvimento empírico do Brasil com a África, resultando em exploração, contribuição e miscigenação, a formação cultural passa por outro viés, o modelo eurocêntrico. O país do fim do século XIX vivia um cotidiano de grande influência francesa, no segmento das artes, do urbanismo, da cultura, dos costumes. A elite importava perfumes, obras de arte, moda. A rua do Ouvidor, no Centro do Rio, também era chamada de ‘Beco do luxo’ e considerado o endereço mais sofisticado da cidade. A jornalista Rose Esquenazi (2009) conta que

A francofilia carioca chegava a tal ponto que a primeira coluna de moda do *Jornal do Brasil*, publicada em 1896, não foi escrita em português! A colaboradora Marguerite Saint Gene fazia jus ao nome e redigia na língua de Napoleão. Não importava que a temperatura na Rua do Ouvidor fosse oposta à das avenidas europeias – as cariocas refinadas não podiam deixar de ler os conselhos da ‘*Causerie parisienne*’ (‘bate-papo parisiense’). Somente dois anos após sua estreia, a coluna passou a ser escrita em português, ainda que as dicas sobre ‘o que usar’ continuassem importadas. (ESQUENAZI, 2009, p.56).

Mas não era só na coluna de moda que a língua francesa aparecia. No *Segundo Reinado* (1840-1889), dentre as diversas publicações existentes, a revista “*Ba-ta-clan, Chinoiserie franco-brésilienne*” (1867-1871), era escrita totalmente em francês. Dirigida por Charles Berry, “sempre mostrava na capa uma caricatura colorida à mão, em geral retratos-charge de execução litográfica de alta qualidade”. (COSTA, 2009, p.190). O jornalista e historiador Juarez Bahia (2009) afirma que o sucesso da publicação era devido às caricaturas de J. Mill. Vale ressaltar que o recurso gráfico largamente utilizado para representar a ironia e o humor, no período do II Reinado, não causava incômodo ao imperador ou, ao menos, não passava pela censura.

A influência europeia também se dava no campo do saber, não para a produção do conhecimento ou da partilha deste, mas a fim de ocupar um lugar de distinção social. “O desejo de titular-se como doutor, na realidade o desejo de legitimar-se individualmente como membro da classe dirigente na sociedade brasileira, organizava um modelo de consciência ainda hoje predominante.” (SODRÉ, 2000a, p. 147). O autor (idem) discute um modelo ético baseado nos valores individuais, cuja afirmação social define a atuação do indivíduo no espaço urbano. Ou seja, quanto mais preparado para se distanciar da origem mais o sujeito estaria pronto para o mundo liberal individualista e “moderno”, pleno de novidades.

O período final do século XIX, marcava a efervescência da *Belle Époque*. Walter Benjamin já havia escrito: “Paris, a capital do Século XIX”. Como observa Ortiz, suas anotações são análises da “emergência do *flâneur* como tradução do espírito de mobilidade que se inaugura com a modernidade”. (ORTIZ, 2000, p.11). Seus textos são um estudo sobre o espaço urbano, considerando a *flânerie* como uma atividade intelectual. “[...] A figura do *flâneur* anuncia a do investigador.” (BENJAMIN, *apud* ORTIZ, 2000, p.22). Este impacto cultural da *Belle Époque* esteve presente no Brasil até o início da República. O período era vivenciado quase como uma performance, a partir da exibição de personagens saídos do luxo (clubes, cafés, magazines e salões) para formar uma estrutura de relações sociais e hierarquização.

À frente das transformações e inovações urbanas da capital, essa elite quis fazer do Rio de Janeiro uma Paris tropical. Nascidos Joões, Josés e Marias sonhavam ser Jeans, Josephs e Mariannes. Dormiam sob estrelas tropicais e sonhavam acordar com o sol por trás da colina de Montmartre. (PECHMAN; LIMA JÚNIOR, 2009, p, 63).

Os autores (2009) apontam que a sociabilidade e o conservadorismo político da época produzia uma “plebe ignara e inculta”. (Idem). Contudo, o campo de luta se ampliava diante do cenário de uma “modernidade europeia” incoerente com o sistema socioeconômico vigente no Brasil desde o século XVI (1530-1888). Este era um dos últimos países independentes do mundo a manter o sistema de escravidão, já condenado externamente. “A maioria da população culta do país não podia deixar de reconhecer essa realidade incômoda. A escravidão era uma instituição ultrapassada, arcaica, símbolo do atraso do país.” (COSTA, 2001, p. 40).

Ainda assim, na contramão da corrente política externa⁴⁹ e da influência cultural francesa experimentada no Brasil e aplaudida por uma elite, o sistema econômico - baseado na exploração da mão-de-obra escrava e na opressão - denunciava o nível de atraso nas mentalidades e nas relações. A manutenção do sistema, além de impedir o desenvolvimento industrial, que dava sinais de crescimento, era defendida por políticos do Império. Mesmo entre os liberais havia aqueles que defendiam o direito de propriedade, afinal “possuir escravos era o ideal de grande maioria da população que, com raras exceções, não parecia ver outras alternativas para o problema da mão-de-obra”. (COSTA, 2001, p.25). Nas palavras de Fausto (2007), a escravidão foi uma instituição nacional e

⁴⁹ A Europa vivia um período de forte desenvolvimento e de expansão econômica, com o crescimento de parques industriais, dominação, divisão e exploração da África, ampliação e formação de monopólios dos mercados. Tudo isso gerou disputa entre as grandes potências, provocou crise e acabou levando a conflito, como a I Grande Guerra Mundial, no início do século XX.

perdurou no Brasil Colônia e Império por mais de 300 anos. Isso, de fato, revela o resultado das relações estabelecidas como definidor de uma estrutura social cuja cultura da violência, do racismo e da discriminação perdura até os dias atuais.

Era comum na Corte a mistura de imagens do “moderno” e da degradação, representada pelas novidades importadas do exterior e pelas cenas de violência praticadas contra os escravizados. Como observa Costa (2001),

se bem que a Carta Constitucional de 1824 incluísse um artigo transcrevendo a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (uma cópia idêntica à original francesa de 1789), na qual se afirmava que a liberdade era um direito inalienável do homem, manteve-se escravizada quase a metade da população brasileira. A constituição ignorou os escravos. Sequer reconheceria sua existência. A eles não se aplicavam as garantias constitucionais. (COSTA, 2001, p. 19).

O submundo a que eram submetidos os africanos escravizados desnudava mais uma incoerência no universo do discurso de caráter abstrato, da retórica e das práticas cotidianas. Apesar das leis proibindo o tráfico, de 1831⁵⁰ e 1850⁵¹, entre esses dois períodos, segundo Costa (2001), a entrada forçada de africanos no país foi intensificada e mais de meio milhão desembarcou em terras brasileiras. Já considerando o período de três séculos, entre 1550-1886, de um total de cerca de 11 milhões de africanos deportados nas Américas, 44% vieram para o Brasil. Os dados são do cientista político e historiador Luiz Felipe de Alencastro, para quem o Brasil foi o país americano que mais praticou a escravidão. “Durante esses três séculos, vieram para este lado do Atlântico milhões de africanos que, em meio à miséria e ao sofrimento, tiveram coragem e esperança para constituir as famílias e as culturas formadoras de uma parte essencial do povo brasileiro.” (ALENCASTRO, 2012, p. 1). Somente após a aprovação da lei de 1850, que considerava o tráfico pirataria e como tal deveria ser punido é que este foi suprimido, despertando nos fazendeiros a preocupação com o tratamento que deveriam dar aos escravizados. A partir daí começam efetivamente os debates em torno da questão, mas ainda em âmbito político, com a defesa da emancipação do chamado elemento servil e forte resistência por parte dos proprietários de terras e de seus representantes, a maioria do partido Conservador.

⁵⁰ A Lei de 1831 foi assinada pelo governo brasileiro por pressão da Inglaterra e previa a aplicação de severas penas aos traficantes, além de considerar livres todos os cativos que entrassem no Brasil a partir daquela data. A lei foi descumprida, gerando a expressão “para inglês ver”, indicativa de que algo não funciona, em uso até o presente.

⁵¹ A Lei de 1850, chamada de Lei Eusébio de Queiroz, previa que os escravos apreendidos seriam reexportados para os portos de origem e as embarcações envolvidas no comércio ilegal seriam vendidas com toda a carga a bordo. Ver: Costa, 2001.

Nas últimas décadas do século XIX, a sociedade brasileira não comportava mais as contradições entre a miséria humana e a modernidade importada da Europa. No mundo, os países independentes já tinham condenado a escravidão e a economia vivia em fase de expansão, com base nas relações de produção capitalista. O Brasil, um dos últimos países a emancipar os escravos, contou com forte resistência à mudança no sistema, e apesar das demandas pela libertação, prevaleceu em última instância o fator econômico. “A escravidão foi tida até o final como economicamente compensadora e a opção pela mão-de-obra livre era feita mais pela certeza do fim inevitável do braço escravo do que pela crença em sua ineficácia.” (CARVALHO, 2006, p. 321). A fim de impulsionar os debates, intelectuais se uniram em torno da causa e propuseram abertamente a abolição, sem indenização aos fazendeiros, como era a defesa de alguns parlamentares. A Campanha Abolicionista contava com certo consenso entre esse grupo de políticos e com a simpatia do Imperador, embora entre os ministérios houvesse divisão. Tinha o apoio de intelectuais de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, reduto de bacharéis e homens de letras. Tal elite intelectual esteve à frente da campanha abolicionista, independentemente de serem monarquistas ou republicanos.

3.3. Campanha abolicionista

A Campanha abolicionista, um dos movimentos mais fortes do país, foi antecedida por debates e impulsionada por medidas jurídicas, como a Lei do Ventre Livre⁵², antes de assumir um caráter mais popular. Desde o início, o tema operava com a chave do sistema binário, dos contrários e favoráveis. Aqueles que defendiam o projeto de emancipação apresentavam questões morais e econômicas, afirmando que o trabalho livre seria mais produtivo. Contudo, a preocupação não estava focada no homem em si, enquanto sujeito singular, na sua libertação, mas no sistema e no interesse pela imigração. A demanda pela abolição visava a queda de barreiras contra a entrada de estrangeiros no país. O argumento principal era de que “a emancipação abriria as portas a tão desejada imigração”. (COSTA, 2001, p. 45).

Na esfera moral, os defensores do cativo alegavam o direito de propriedade⁵³, argumento rejeitado e denunciado como ilegítimo. A autora (2001) cita Torres Homem⁵⁴, para quem “propriedade de escravos era uma monstruosa violação do direito natural.” ‘A maioria dos escravos brasileiros descendia de escravos introduzidos no país por um tráfico não só desumano como criminoso’”. (HOMEM *apud* COSTA, 2001, pp. 45-56). Joaquim Nabuco também já havia denunciado a ilegalidade do sistema, ao proferir discurso de defesa em favor de um escravo, preso em Recife por duplo assassinato: o primeiro, uma autoridade que mandou açoitá-lo em praça pública e, o segundo, um guarda que o impediu de fugir da prisão.

Joaquim Nabuco, jovem recém formado em Direito, subiu à tribuna e ousou: “se há um crime a ser punido antes de se condenar o escravo Tomás, esse crime é a própria

⁵² A Lei do Ventre Livre é de 1871. Outra medida jurídica importante foi a *Lei dos Sexagenários*, proposta por um gabinete liberal, sob a presidência do Conselheiro Saraiva, e aprovada no Senado já no retorno dos conservadores ao poder, cuja liderança pertencia ao Barão de Cotegipe. O teor da lei, de 1885, era dar a liberdade aos cativos maiores de 60 anos, assim como o estabelecimento de normas para a libertação gradual de todos os escravizados, condicionada à indenização aos proprietários de terra. A Lei também ficou conhecida por *Lei Saraiva-Cotegipe*.

⁵³ Direito de propriedade, ou direito absoluto de propriedade foi sancionado na Constituição de 1824, como uma repetição do Código napoleônico. “A decisão de libertar os escravos nas colônias francesas fora tomada pela Convenção revolucionária de 1794, mas Napoleão a revogou em 1802, e, novamente legalizada, a propriedade do homem pelo homem se manteria até que a revolução de 1848 decretasse a abolição definitiva.” (BOSI, 2010, p. 93).

⁵⁴ Na citação, Costa (2001) descreve o autor como sendo “político famoso, homem de cor e de origens modestas que chegara ao Senado depois de brilhante carreira.” (COSTA, 2001, p. 45). Enquanto estudante residente em Paris, Francisco Sales Torres Homem foi redator da Revista Niterói (1836), junto com Domingos José Gonçalves de Magalhães e Manuel Araújo Porto Alegre. O propósito da revista era valorizar a literatura, a ciência e as artes, aproveitando o contato com a intelectualidade francesa e as novas ideias filosóficas do século XIX. Ver: ANDRADE, 2009.

escravidão.” (BOSI, 2010, p. 92). Segundo o autor (2010), a defesa do réu se desdobrou em ataque e inversão de sentido, ao afirmar que a escravidão ataca o direito de propriedade.

O que faz o defensor do escravo Tomás? Considerando, de plano, a escravidão um crime, Nabuco o qualifica em termos de delito de dupla violação contra o direito de propriedade: *ao escravo tinham sido ilegítimamente subtraídos o direito de dispor do próprio corpo, alienado ao senhor, e o direito à vida, por força da pena de morte assinada no seu primeiro julgamento*. ‘Assim’, propõe Nabuco, ‘veremos como a escravidão ataca o direito da propriedade’. A transgressão desse direito sagrado já havia começado com um crime: o tráfico negreiro contemporâneo da descoberta e dos três séculos de colonização. O tráfico acabara, mas seus efeitos perversos perduravam. (BOSI, 2010, p. 93).

Chamada ao longo dos séculos de atraso, vergonha ou mancha, a escravidão se sustentava pela força da própria estrutura em que fora montada, a de um organismo social, como bem identificaram os historiadores. Para Alberto Torres⁵⁵ (1914), político fluminense do início da República, tratou-se de uma das mais sólidas instituições sociais do país e, como tal, era responsável pela organização da produção e do trabalho. O autor nomeava os proprietários de escravos de “diretores do destino do homem” (TORRES, 1914, p. 87), numa alusão à organização institucional, de caráter autoritário.

As instituições opressivas do passado, sob as formas do despotismo, da escravidão, da servidão, do poder dinástico, da autoridade, do feudalismo, eram, principalmente, restrições e peias ao desenvolvimento, à expansão, aos movimentos da personalidade humana, à ação de suas energias, ao trabalho, à distribuição dos meios de ação e dos frutos da ação. (TORRES, 1914, p. 87).

Independente da nomeação dada ao sistema de produção do Brasil colonial e imperial, o fato é que a dinâmica triangular do tráfico, envolvendo Europa, África e Américas promoveu a circulação de dinheiro, a riqueza e a sustentação da ideologia de dominação. O resultado da organização produtiva e do trabalho forçado de milhões de africanos foi a construção do país e ao mesmo tempo, estrategicamente, a manutenção de seus construtores na invisibilidade. Toda a resistência à pressão internacional fez com que

⁵⁵ Alberto Torres foi militante dos movimentos republicano e abolicionista (atuando mais intensamente no primeiro), deputado estadual, federal, senador, Ministro da Justiça e presidente do Rio de Janeiro. Carregava a bandeira do nacionalismo, assim como defendia a centralização governamental. Sua atuação política, desde a juventude, na Faculdade de Direito, às crises econômicas e políticas, vivenciadas no início da República, foi motivadora para a formação do pensamento. Alberto Torres é considerado um pensador de caráter conservador, seguido pelo discípulo Oliveira Vianna. Ver: FERNANDES, (2007).

o tráfico humano operasse na ilegalidade por mais de 20 anos⁵⁶. A força da exploração residia exatamente no silenciamento em torno da ilegalidade do tráfico como parte da ideologia do sistema. Dos debates pontuais até a proposição da Lei do Ventre Livre, a ideia, inclusive do então Ministro Rio Branco, era abrandar as preocupações dos proprietários de terra. Eles temiam a revolta dos escravizados e caprichavam na vigilância e no castigo aos rebeldes. Depois do fim do tráfico, isso se inverteu. Os proprietários passaram a se preocupar mais com o tratamento dado ao cativo, a fim de evitar as fugas e o descontentamento.

As tensões eram justificadas. Durante todo o período da escravidão e a despeito da vigilância, houve reações em diferentes formas e níveis de organização. Entre as duas leis antitráfico (1831 e 1850), por exemplo, aconteceu a grande revolta escrava na cidade de Salvador, a Revolta dos Malês⁵⁷, como é conhecida. Liderado por africanos, o levante reacendeu o debate em torno da questão.

Dado o número de insurgentes e as suas pretensões, a Revolta dos Malês teve repercussão nacional e internacional, que abalou a estrutura escravista brasileira. O medo senhorial frente às possibilidades de outras revoltas africanas do mesmo porte ou maiores e a possibilidade real do levante ter dado certo, não fosse por uma denúncia, fez com que fosse reacendido o debate sobre o tráfico de africanos para o Brasil. (AMARAL, 2009, p. 21).

Se entre os proprietários de terras já havia medo sobre possíveis levantes de escravizados, após a Revolta dos Malês, a insegurança cresceu e o espectro da emancipação assombrou os escravistas. Estes, totalmente identificados com a ideologia dominante, ancorada na opressão e no autoritarismo, não aceitavam qualquer avanço rumo à abolição. Como observa Costa (2001), bastava a defesa do pensamento pró abolicionista para afastar políticos do poder, a exemplo de José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da independência, que se incompatibilizou com as elites políticas por criticar o

⁵⁶ A Inglaterra apoiou o Brasil em 1822, no processo de independência política de Portugal e em troca queria a abolição do tráfico, acordo aceito pelo país, em 1826, mas não respeitado. Em 1831 foi assinada uma lei proibindo o tráfico, no entanto tornou-se “letra morta” ou “lei para inglês ver”, como já dito aqui. Diante da indiferença do Brasil, a Inglaterra aumentou a pressão e em 1845 promulgou a Lei *Bill Aberdeen*, que autorizava a captura de navios brasileiros e o julgamento da tripulação por tribunais militares britânicos. A entrada forçada de africanos continuou acontecendo na ilegalidade, e só cessou a partir da promulgação de nova lei antitráfico, em 1850. Dessa vez, havia a equiparação do traficante à pirataria, e este ficava sujeito à prisão e ao pagamento da reexportação de africanos. Ver: Amaral, 2009.

⁵⁷ A Revolta dos Malês aconteceu em 1835, depois de longa articulação no preparo do que seria a tomada da província da Bahia. Liderado por africanos muçulmanos, o levante foi denunciado e teve duração de poucas horas. As tropas de segurança derrotaram os revoltosos e durante o embate mataram 70 africanos. Outros cerca de 500 foram condenados à pena de morte.

cativo, mesmo sem apresentar proposta de abolição. Contudo, diante das práticas das relações e da evidência de insustentabilidade do sistema, a partir da proibição do tráfico e da renovação da mão-de-obra, havia de se pensar em alternativas para evitar novos conflitos e garantir a continuidade do trabalho. As primeiras exigências da nova realidade foram com o tratamento dado ao escravizado a fim de evitar fuga. Os políticos tiveram que assumir o tema da emancipação, tirando as propostas das gavetas para os fóruns de debates.

Embora em 1851, o deputado Silva Guimarães tenha proposto a liberdade dos nascituros, apoiado pelo deputado Silveira da Mota, somente 20 anos depois, em 1871, a Lei do Ventre Livre foi finalmente aprovada. O projeto proposto pelo governo imperial saiu do gabinete conservador presidido por Visconde do Rio Branco. A proposta tornava livres todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data, os quais ficariam sob a guarda dos senhores de suas mães até os oito anos de idade. Depois, cabia aos senhores decidir receber uma indenização do Estado pela liberdade da criança ou ficar com ela pelos serviços prestados até a idade de 21 anos. Apesar do descontentamento dos senhores de escravos com a lei, na realidade, a liberdade dos menores era apenas formal. Ainda assim, a base política de apoio do imperador sofreu um impacto. Enquanto D. Pedro compreendia a questão como um “mal menor” diante do “risco potencial de revoltas de escravos” (FAUSTO, 2007, p.218),

a classe dominante, pelo contrário, via no projeto um grave risco de subversão da ordem. Libertar escravos por um ato de generosidade do senhor levava os beneficiados ao reconhecimento e à obediência. Abrir caminho à liberdade por força da lei gerava nos escravos a ideia de um direito, o que conduziria o país à guerra entre as raças. (FAUSTO, 2007, p. 218).

O curioso é que esse discurso de “guerra entre as raças” se repete quase um século e meio após os debates em torno da lei do Ventre Livre, com as Ações afirmativas, no século XXI, o que falaremos no capítulo 6. Bom, a despeito da insatisfação dos senhores de escravos com a condução e aprovação da lei, esta tinha pouco efeito prático, como vimos acima. Na visão conservadora, o mérito residia em afastar outras propostas de medidas mais radicais, retardando uma legislação abolicionista efetiva. Em revanche, despertou o debate em torno da emancipação, que aos poucos foi crescendo para além da esfera política, cujos debates eram cada vez mais tensos.

Diante da necessidade de uma posição efetiva, o Imperador encomendou um projeto de lei ao chefe de gabinete, Senador Dantas, do Partido Liberal, recomendando que

encontrasse uma solução para o problema. O senador convidou o deputado Rui Barbosa para redigir o projeto e juntos pensaram uma série de medidas de abolição gradual, até a idade dos 60 anos. Dentre estas havia uma proposta de assistência, a partir do uso e gradual transferência de terras para os ex-escravizados. As medidas não previam indenização aos proprietários, o que causou grande resistência, crise parlamentar, culminando com a queda de Dantas e a não aprovação do projeto. Muitos saíram em defesa do Ministério, conforme explica Costa (2001, p. 67). “Rui Barbosa, famoso orador e um dos abolicionistas na Câmara, advertiu aos que se opunham à proposta do governo que quanto mais resistissem à emancipação gradual, mais contribuiriam para fazer o processo avançar.” (COSTA, 2001, p. 67). Na tentativa de reverter a crise, os discursos proferidos pelos abolicionistas eram eloquentes.

O movimento parlamentar da emancipação não retrocede uma linha. Não há maioria com força para o deter. As vossas vitórias aparentes, reverter-se-ão contra vós. De cada uma delas, o espírito libertador reerguer-se-á mais poderoso, mais exigente, mais afoito. As concessões moderadas, que hoje recusardes, amanhã não satisfarão a ninguém. (RUI BARBOSA *apud* COSTA, 2001, p. 67).

Se de um lado a reação dos escravocratas foi violenta, resultando em vitória para os proprietários de terra e aprovação de um novo projeto diferente do original (abolição aos 60 anos e mais cinco anos de trabalho de graça, além de indenização), do outro, os abolicionistas deram grande ímpeto à Campanha, conquistando a simpatia da imprensa, adquirindo caráter nacional e internacional. O país vivia a efervescência do movimento abolicionista, que teve nas figuras de intelectuais como José do Patrocínio, André Rebouças e Joaquim Nabuco, dentre outros, grandes expoentes.

A Campanha começou no Rio de Janeiro, então cenário de ideais conservadores e revolucionários, centro literário e *mimese* da *Belle Époque* francesa. Por ser a sede do poder político e cultural, a cidade servia de espelho para o resto do país. Inicialmente, os encontros dos abolicionistas se davam em clubes e associações, passando por teatros, cafés e praças públicas. Eram discussões conduzidas por políticos e homens da elite. Como diz Sodré (2012a), no Brasil,

o espaço público consistia de uma conjugação de política e Letras (na acepção ampla, e não apenas literária, da palavra), o que lhe conferia uma dimensão educacional, senão modernizadora, em termos coletivos: o movimento abolicionista pode ser avaliado à luz desta perspectiva. (SODRÉ, 2012a, p. 169).

O que o autor (2012a) diz é que diante das evidências de um país majoritariamente analfabeto, de um lado, composto por uma elite política conservadora, do outro lado, a

Campanha abolicionista foi, no limite, um movimento de educação no interior da própria classe dominante. Compactua também dessa ideia o cientista político José Murilo de Carvalho, para quem a educação superior foi “um elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial.” (CARVALHO, 2006, p. 65). O autor aponta três razões que justificam seus argumentos: em primeiro lugar, afirma, “quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos.” (CARVALHO, idem). A segunda razão estava relacionada ao campo do ensino superior, cuja formação jurídica concentrava “um núcleo homogêneo de conhecimento e habilidades”. (idem). E em terceiro lugar, ressalta que devido à escassez de universidades, o ensino superior até a independência era na Universidade de Coimbra. Após a independência, o ensino chega a quatro capitais, sendo duas delas dedicadas à formação jurídica.

A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil. (CARVALHO, 2006, p. 65).

Sodré (2012a) observa que apesar do circuito transnacional em favor da abolição, o *ethos* da campanha é nacional, portanto, educativo e modernizador. Desta forma, a Campanha apresenta um viés precursor do Movimento Modernista no Brasil. Tal suposição se ampara em um dos pilares do Movimento, cujo objetivo era promover a ruptura com padrões estéticos em voga na Europa, embora não tivesse ainda esse desenho. O movimento estava nas ruas do Rio de Janeiro, escola aberta, com laços tecidos pelas lideranças intelectuais formando a própria elite, mas em coexistência com uma parcela invisível da população que se engajava na luta pelo fim do cativeiro. Ainda que sem voz, porque sequer existiam enquanto cidadãos, os escravizados e libertos eram atores com a cara do Brasil que o Brasil não assumia e não queria ter. De fato, o homem concreto, socialmente discriminado e excluído, iria permanecer por muito tempo convivendo com uma sociedade construída nos moldes europeus, e ao mesmo tempo à margem, em silêncio, pelo menos até o ensaio de virada com as Ações afirmativas, no século XXI.

A preocupação das lideranças da época era em primeiro lugar garantir a entrada do Brasil na modernidade, considerando o advento da indústria e sua incompatibilidade com um sistema econômico escravista. A fim de preparar terreno para a mudança necessária, adotavam um discurso de forte teor humanista, mas o pano de fundo não era bem a liberdade do escravizado, e sim acabar com um sistema indigno que não correspondia aos

princípios liberais de livre mercado. O africano e afrodescendente escravizados não eram levados em conta, a questão continuava na oposição entre os escravocratas que defendiam a mão-de-obra, considerada investimento, e os abolicionistas que defendiam a modernidade.

Até ganhar força e adquirir o caráter de movimento, a luta passou por resistência no interior da própria estrutura política. Os dois partidos imperiais, Liberal e Conservador⁵⁸, a despeito de terem nascido como agremiações opostas, comungavam da mesma ideologia contrária a abolição. Contudo, não tardou a surgir no Partido Liberal uma ala favorável a emancipação. “A resistência [...] era grande tanto da parte de outros liberais como da grande maioria dos Conservadores⁵⁹.” (COSTA, 2001, p.39). Politicamente, era confusa uma distinção precisa entre um e outro partido. Era comum que conservadores propusessem a centralização do poder contra a descentralização proposta pelos liberais, assim como o inverso dessa posição. Boris Fausto (2007) questiona se haveria alguma diferença ideológica ou social entre ambos. Observa que

a ideia de indiferenciação dos partidos parecia também confirmar-se pelo fato de ser frequente a passagem de políticos de um campo para o outro. Na historiografia, existem opiniões diversas sobre o tema, variando de acordo com as concepções gerais dos autores sobre o período e mesmo sobre a formação social brasileira. Por exemplo, Caio Prado Júnior admite a existência de certo conflito entre o que chama de burguesia reacionária, representada pelos donos de terras e senhores de escravos, e a burguesia progressista, representada pelos comerciantes e financistas. Mas, segundo ele, a divergência não se manifestava através da política partidária. As duas correntes se misturavam nos dois partidos, embora houvesse certa preferência dos retrógrados pelo Partido Conservador. Por sua vez, Raimundo Faoro vê no Partido Conservador a representação da burocracia, enquanto o Partido Liberal representaria os interesses agrários, opostos ao reforço do poder central promovido pelos burocratas. Ao considerar a questão, devemos ter em conta que a política desse período, e não só dele, em boa medida não se fazia para se alcançarem grandes objetivos ideológicos. Chagar ao poder significava obter prestígio e benefícios para si próprio e sua gente. (FAUSTO, 2007, p. 180).

⁵⁸ O Sistema Partidário do Império tinha em 1840 apenas os Partidos Conservador e Liberal. Depois surgiu o Partido Progressista (1864), formado por dissidentes dos dois partidos anteriores. O programa do Partido, considerado radical, pedia entre outras coisas, a abolição da escravidão. No início dos anos de 1870 surge o Partido Republicano, já dividido na base, cujos interesses no Rio “refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província.” (CARVALHO, 2006, p. 209).

⁵⁹ A resistência era tanta que a estratégia era de silenciar sobre qualquer demanda de debate em torno da possibilidade de emancipação. Segundo Costa (2001), o então Ministro do Império e Chefe de Gabinete, Marquês de Olinda (1865), não aceitava nem pronunciar uma só palavra que desse a ideia de emancipação. Logo, qualquer projeto que tratasse do assunto era engavetado, morria no nascedouro.

No tocante à abolição, como a maioria dos políticos era oriunda da elite e portanto representante da propriedade privada, o tema emancipação era simplesmente evitado, passando a ser assunto proibido. Falar a respeito da emancipação significava correr o risco de se gerar milhares de desgraças. Ora, essa crença resultou na recusa da própria sociedade em pronunciar o nome do escravizado. Na prática das relações era comum usar outra palavra, simplesmente para não falar o nome do indivíduo. Este era chamado de *boi zebu*, *coisa ruim*, *capeta*, *miserável*, *peste*, *coisa feia*, *maldito* e tantas outras variantes. Tratava-se de um processo de exnomação do sujeito na sociedade, da construção de significado no âmbito dos tabus. “As palavras exteriorizadas podem ter forças sobrenaturais benéficas ou malélicas, porém há palavras que não devem ser exteriorizadas, a fim de se evitarem malefícios dos mesmos poderes. Estes vocábulos são tabus.” (GUÉRIOS, 1979, p.01).

Considerando que toda linguagem é carregada de ideologia, a origem da formação cultural brasileira já traz a invisibilização da população negra. A violência que isso acarreta implica consequências da ordem da psiquê (alma). Como ressalta Fanon, o negro na sua casa não precisava “confirmar seu ser diante de um outro”. (FANON, 2008, p. 104). Em diáspora, o africano perde suas referências, seus costumes são ignorados e este se vê diante de uma realidade fortemente hierarquizada, uma civilização que não conhece e que arbitrariamente fará parte da sua vida.

Existe o momento de ‘ser para-o-outro’, de que fala Hegel, mas qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada. Parece que este fato não reteve suficientemente a atenção daqueles que escreveram sobre a questão colonial. Há na *weltanschauung* de um povo colonizado, uma impureza, uma tara que proíbe qualquer explicação ontológica. Pode-se contestar, argumentando que o mesmo pode acontecer a qualquer indivíduo, mas, na verdade, está se mascarando um problema fundamental. A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas de sê-lo diante do branco. [...] Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. (FANON, 2008, pp. 103-104).⁶⁰

Ora, a opressão a que foram submetidos os africanos escravizados, a violência sofrida antes e durante o processo do tráfico e da escravidão foram estruturadas de tal modo que ultrapassam o fim da escravidão, permeando a contemporaneidade. Como bem

⁶⁰ Na obra *A ideia de justiça em Hegel*, Salgado (1996) esclarece: “o ser-para-si é, no sentido que lhe é dado na estruturação do pensamento na Lógica, o ser que sabe de si mesmo, portanto um *eu*, ao passo que o ser-aí é um ser para o outro, tal como a natureza que tem o seu ser-aí para o outro, para o espírito que sabe de si, que é para si.” (SALGADO, 1996, p. 122).

observa Fausto, “o preconceito contra o negro [...] chegou modificando os nossos dias.” (FAUSTO, 2007, p. 69).

A exnominação, a negação da subjetividade do sujeito traz prejuízo não apenas para os indivíduos afetados, mas para toda a sociedade. Contraditoriamente, esse mesmo *não-sujeito* ajudou a construir o Brasil em diversos campos da cultura, da arte, da agricultura, da engenharia. A utilização de técnicas desconhecidas pelos portugueses é um exemplo. Os africanos trazidos compulsoriamente ao Brasil possuíam conhecimento da agricultura, metalurgia do ferro, técnicas de cura (Reino do Congo), trabalho com pedra, e invenção da cerâmica, além das “técnicas militares baseadas no poder dos arqueiros, que permitiram à cidade manter os vizinhos mais poderosos a distância e dominar os mais vulneráveis”. (FIGUEIREDO, 2011, p. 69).

Excluir, negar e não referenciar o africano ou seu descendente, mesmo que este tivesse papel importante no Brasil, fazia parte da estratégia da cultura dominante.

Essa ocultação das origens africanas de grandes vultos nacionais, associada à falta ou falsificação de suas iconografias, inclusive por fotografias retocadas, contribuiu lamentável e fatalmente para o desconhecimento sobre o peso real da contribuição de intelectuais, artistas e técnicos pretos e mulatos na formação da cultura brasileira ao longo dos anos. (LOPES, 2010, p. 96).

Segundo o autor (2010), é comum encontrar em publicações referências a condição de ‘negro’ no Brasil como definidora de uma categoria social e não de uma identidade ou de um reconhecimento do sujeito singular. “Os ‘grandes homens’, nessas publicações, quando afrodescendentes e pobres, são mencionados apenas como ‘nascidos em lar humilde’ e não em sua dimensão étnica.” (LOPES, 2010, p. 96). Observamos que, de um lado, a pobreza no Brasil ocupou um elevado índice nos indicadores sociais ao longo dos séculos e, de outro, o mais significativo autor dos estudos teóricos acerca da luta de classe e relações de trabalho, Karl Marx, não contemplou em seus escritos as relações raciais. Desse modo, o enquadramento de identificação das relações e práticas sociais gira em torno de classes, tudo o que foge a essa classificação se torna externalidades.

Na contramão da história branca do país, Nei Lopes (2010) discorre sobre diversas personalidades negras na cultura brasileira. Apresenta personalidades de destaque nas áreas das Artes plásticas e visuais, Música de concerto e popular, Artes Cênicas, Arquitetura, Letras, Política, Direito, Jornalismo, Engenharia, Geografia e História, Medicina e Academia. Cita, entre outros, nomes como Aleijadinho, Padre José Maurício, Carlos Gomes, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Lima Barreto, Cruz e Souza, Luiz Gama, José

do Patrocínio, Teodoro Sampaio, André Rebouças, Juliano Moreira, Nilo Peçanha, Rodrigues Alves e Barão de Cotegipe. São atores sociais integrantes da História de séculos passados, no entanto não aparecem na composição “da grande História do Negro no Brasil” (LOPES, 2010, p. 132), ainda a ser contada, como observa.

Alguns dos nomes levantados foram também lideranças do Movimento abolicionista, como José do Patrocínio, André Rebouças e Luiz Gama; outros, pelo contrário, a exemplo de Barão de Cotegipe, presidente do Conselho Imperial e chamado por Patrocínio de ‘carrasco impassível de sua própria raça’. (PATROCÍNIO, *apud* ALVES, 2009, p. 204). O autor (*idem*) conta que indignado com a lentidão do processo de abolição, confiado por D. Pedro II à pasta de Cotegipe, Patrocínio referia-se a esta como ‘governo da escravidão’. (ALVES, 2009, *idem*). As declarações foram publicadas na *Gazeta da Tarde*, um dos jornais adquiridos pelo líder abolicionista, que acaba endividado e perde o veículo. Logo depois Patrocínio funda o jornal *Cidade do Rio*, em 28 de setembro de 1887, tendo como um dos articulistas André Rebouças. “Esta data, em verdade, uma espécie de provocação, era a mesma da Lei do Ventre Livre, instituída seis anos antes, e também a da Lei Saraiva-Cotegipe, ou ‘Lei Negra’, que era a dos Sexagenários, também promulgada em 28 de setembro, só que de 1885.” (ALVES, 2010, p. 203).

O movimento abolicionista surge de forma incipiente nos anos de 1870, mas a força dos debates adquire um caráter de educação capaz de modificar a mentalidade dos políticos, a maioria comprometida com os proprietários de terra ou com suas próprias propriedades. O movimento vai ganhando cada vez mais adeptos fora da esfera política. No auge da Campanha, um caso de castigo contra adolescentes chamou atenção da imprensa, conforme narrativa da *Revista Ilustrada* de 18 de fevereiro de 1886, contada em tese de História, por Gilberto Maringoni de Oliveira (2006):

Nas páginas de texto da revista era explicado que as duas, Eduarda, 15 anos, e Joana, 17, ‘habitam com sua proprietária, a Exma. Sra. D. Francisca de Castro, o aristocrático bairro de Botafogo. A história prossegue, narrando os castigos sofridos por ambas: ‘as pancadas brutais reduziram os olhos (de Joana) a duas postas de sangue, a testa apresenta o aspecto de um tumor, as cartilagens do nariz estão quebradas (...), enfim, este rosto juvenil está mutilado em todos os sentidos.’ (OLIVEIRA, 2006, p.137.)

Consta que a denúncia da violência física e psicológica só foi possível porque uma das jovens, a Eduarda, conseguiu fugir, com o intuito de ir à chefatura de polícia, mas, ao ser vista em estado deplorável, teria sido interpelada e orientada a procurar o jornalista José do Patrocínio, proprietário do jornal *Gazeta da Tarde* (1880-1901). O abolicionista

assumiu o caso e expôs as duas jovens aos demais jornalistas da cidade, na expectativa de chamar atenção da sociedade e da opinião pública para a urgência da abolição. O caso das adolescentes teve repercussão na imprensa, e foi igualmente seguido de perto por João Clapp, um dos fundadores e dirigentes da Confederação Abolicionista, junto com José do Patrocínio.

Essa história conduz a pelo menos três observações: primeiro, ao se encontrar em situação limite, a jovem é orientada a procurar os meios de comunicação como alternativa à polícia, o que denota a existência de dúvida quanto à eficiência do poder público. A atitude de ir à redação do jornal *Gazeta da Tarde* (1880-1901) em busca de solução para um problema grave dá maior credibilidade a imprensa e a evidencia como potencial instrumento de transformação social. Segundo, o fato de o jornalista ter usado as jovens para mostrar as marcas da violência espalhadas por todo o corpo mostra a espetacularização da imprensa como pano de fundo da notícia. A terceira observação é o uso pelos abolicionistas das mesmas armas dos escravocratas, a exibição da vítima do castigo como exemplo, tanto para evitar novas rebeliões ou fugas quanto para sensibilizar a sociedade.

O que se ressalta nessa última análise é a percepção de como duas ações iguais podem ter sentidos completamente opostos, uma para oprimir, a outra para libertar. Como sinaliza Marx (2007), a dualidade está presente na história da civilização e aparece no campo e na cidade, na burguesia e no proletariado, na consciência política e na alienação, no capital e no trabalho. O que está em jogo é a ideologia, ou seja, é o grau de consciência do sujeito sobre o grupo ao qual está vinculado, se individualista ou coletivo.

A classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. (MARX, 2007, p. 48).

De fato, ao refletir sobre reivindicações de ações coletivas, presentes na sociedade como alternativa ao pensamento instituído, observa-se um distanciamento entre os ideais da revolução francesa de liberdade, igualdade e fraternidade, e a vida real. No século XIX, o mundo vivia um processo de industrialização, em plena atividade de desenvolvimento, de exploração e de riqueza e/ou busca desta, mas também de disputas simbólicas. No entanto, a força da ideologia dominante, cuja finalidade, em última instância, é a riqueza, jogou por terra a coerência entre os direitos do homem e os preceitos da revolução francesa,

perseguidos até os dias atuais. A divisão de um Continente inteiro, a África, é um exemplo de exploração, de construção de uma ideologia dominante, destituída de qualquer valor ético. Mesmo na contemporaneidade, a cultura ocidental, a despeito de manter um discurso de pluralidade, de aparentar respeito e acolhimento às diferenças, na verdade, se fecha nela mesma e exclui:

o não-ocidental pode apenas chegar a ‘sub’, isto é, a cumpridor de normas, executor de modelos. Quanto ao transculturalismo, não é noção que se deduza até agora da análise das diferenças concretas, mas do imaginário de uma cultura política única, fundada na utopia iluminista e liberal de uma democracia universalista. (SODRÉ, 2000a, p. 21).

O que é a democracia universalista e para quem? Ao criticar os fundamentos da política cultural única, o autor dialoga com Etienne Balibar, segundo o qual a dominação de uns sobre os outros tem suporte no universal. O filósofo desloca termos tradicionais como universalismo, identidade, movimento e luta para o debate sobre o modo como eles são transformados, adquirindo novos sentidos e faz uma oposição frontal entre universalismo e particularismo, afirmando que

muitos dos discursos que nos são endereçados nos fecham nessa alternativa que é mais ou menos estéril. Nós somos levados a escolher entre o universalismo de afirmação de identidade ou de autonomia cultural ao curso dos acontecimentos políticos, [...] econômicos e culturais. (BALIBAR, 1993).⁶¹

Nesse sentido, ressalta que a solução do nacionalismo como recurso é uma forma de se estigmatizar e de se fechar, e que o universalismo é um conceito equivocado. “O que existe são universalismos”, como o extensivo (ou hegemônico) e intensivo ou de liberação. Balibar (1993) explica que este seria uma forma de “reivindicação da igualdade, [...] a luta contra a discriminação, a reivindicação de uma não discriminação entre os indivíduos que pertencem à espécie humana.” (BALIBAR, 1993). De fato, o discurso universalista, na maioria das vezes, resultado de um consenso politicamente dominante, é um modo de legitimar as exclusões. Exemplo: a triangulação *Europa, África, América*, no processo da escravidão, destituiu da condição humana milhões de homens e mulheres com o fim de exploração e de enriquecimento, sob o consenso do Estado e da Igreja.

Para fortalecer a Campanha abolicionista, aos poucos foram surgindo associações cujas atividades resultaram na mobilização cada vez mais intensa. Em 1880 Joaquim Nabuco e José do Patrocínio criaram a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e

⁶¹ “Quel Universalisme Aujourd’hui” - Conferência proferida por Etienne Balibar, no Cercle Gramsci – Limoges, França. Disponível no site: <http://www.cerclegramsci.org/archives/balibar.htm>.

lançaram manifesto destinado aos fazendeiros, agricultores, ao imperador, aos partidos políticos, juventude e povo em geral. O manifesto, de 20 páginas, conclamava todos a lutarem pela emancipação dos escravos. Diz um trecho:

Levantando um grito de guerra contra a escravidão; apelando para o trabalho livre; condenando a fábrica levantada a tanto custo sobre a supressão da dignidade, do estímulo, da liberdade nas classes operárias; proclamando que nenhum homem pode ser propriedade de outro, e que nenhuma nação pode elevar-se impunemente sobre as lágrimas e os sofrimentos da raça que a sustentou com o melhor do seu sangue e das suas forças; nós mostramos que somos somente dignos de pertencer ao país livre que quiséramos ver fundado. (NABUCO, 1880, p. 17).

Ainda de acordo com o documento, os abolicionistas representam o direito moderno. Afirma que a luta é no interesse do progresso, do crédito, da unidade moral e nacional do país. Embora traga todo um apelo emocional, os tais interesses revelam o desinteresse pelo sujeito em si, pelo destino do africano e do afrodescendente, além de mostrar que a modernidade representa o foco no desenvolvimento industrial, no lucro, nos valores financeiros, no mercado.

Além da Sociedade, surge a Confederação Abolicionista, sob a liderança de José do Patrocínio, André Rebouças e João Clapp. Em 1883, ano de sua fundação, é lançado também um manifesto dirigido aos representantes da Nação brasileira. No documento, José do Patrocínio apresenta dados e argumentos condenando a escravidão à ilegalidade desde o primeiro momento de deportação de africanos nos portos brasileiros até a adoção de leis proibindo o tráfico. Afirma que a Constituição brasileira não fala em escravos, fala apenas em libertos e que o espírito emancipador da independência é incontestável. E reivindica a abolição.

Considerações de direito positivo, oriundo de leis como as de 1755 e 1831; considerações de ordem moral, como as que resultam do histórico do nosso parlamento e da lei de 28 de setembro de 1871; considerações de economia política, evidenciadas pelo depreciação da terra e do trabalho, nos obrigam a insistir na urgência da abolição da escravidão. O bem da pátria a exige, e não há interesse maior que ela. (PATROCINIO, 1883, pp. 19-20).⁶²⁶³

⁶² Assinam o Manifesto representantes de diversas instituições, como: Club dos Libertos de Nitherohy; Gazeta da Tarde; Sociedade Brasileira contra a Escravidão; Libertadora da Escola Militar; Libertadora da Escola de Medicina; Caixa Libertadora José do Patrocínio; Abolicionista Cearense; Centro Abolicionista Ferreira de Menezes; Club Abolicionista Gutenberg; Club Tiradentes; Club Abolicionista dos Empregados do Commercio; Caixa Abolicionista Joaquim Nabuco; Libertadora Pernambucana; Abolicionista Espírito Santense; Sociedade Libertadora Sul Rio-Grandense.

⁶³ As referências às leis de 1755, de 1831 e de 1871 dizem respeito, respectivamente à Lei de Abolição dos índios do Maranhão e Grão Pará; Lei de 7 de Novembro de 1831 – institui a liberdade a todos os escravos que

O movimento, predominantemente urbano, foi adquirindo novos adeptos e se tornando forte também em outras regiões do país, até ganhar caráter nacional. “[...] Envolveu pessoas de várias camadas sociais, desde membros da elite, como Joaquim Nabuco, até os próprios escravos, passando por jornalistas, pequenos proprietários e operários. Principalmente, tratou-se de uma luta por um direito civil básico, a liberdade.” (CARVALHO, 2009, pp. 65-66).

A liberdade da qual fala o autor (2009) era o pano de fundo de toda a luta, embora seja questionada, tanto no século XIX como na contemporaneidade, considerando que o africano ou afrodescendente livre oficialmente não é livre efetivamente, exatamente pela falta de direitos básicos. É conhecida a frase de Joaquim Nabuco, afirmando que “não basta acabar com a escravidão. É preciso destruir sua obra.” O abolicionista falava das implicações da escravidão, de seu enraizamento nos comportamentos e no imaginário social e de como seria necessário alterar a estrutura do país, a fim de promover a efetiva abolição. A leitura que se faz é da existência prolongada de uma cultura de dominação, de caráter ideológico, com dimensão normativa e excludente.

[...] A palavra cultura relaciona-se com as práticas de organização simbólica, de produção social de sentido, de relacionamento com o real. A delimitação da estrutura cultural, ou seja, a demonstração da irredutibilidade ou da especificidade dessa prática vai implicar estabelecer as condições de admissão de um fenômeno como elemento de cultura. Em outras palavras, trata-se de determinar o que pode ser considerado fato cultural e, ao mesmo tempo, de situar os fatos admissíveis em suas posições contraditórias dentro e fora do campo demarcado pela estrutura. (SODRÉ, 2005, p. 12).

Ora, diante da distinção entre as fronteiras culturais, o homem uma vez escravizado, ainda que liberto, era destituído de qualquer valor cultural. Bastava ser afrodescendente para encontrar enormes dificuldades de transpor a barreira da discriminação. Uma das estratégias para estabelecer práticas hierárquicas passava pela desqualificação, e nesse processo se dava a apropriação do saber do outro resignificando-o como valor cultural genuíno. O Brasil, na origem, conviveu com a diversidade cultural de africanos de mais de cem povos diferentes, segundo o historiador e diplomata Alberto da Costa e Silva.⁶⁴ Dentre outros produtos, eles “trouxeram para o país muitos vegetais,

entrarem em território ou portos do Brasil; e Lei do Ventre Livre – garante a liberdade dos nascidos de mães escravas.

⁶⁴ Os africanos vindos para o Brasil pertenciam a diferentes etnias, mas ao chegarem, “deixavam de ser conhecidos pela sua terra natal, pelo clã, pelo nome que seu povo dava a si mesmo ou recebia dos vizinhos

como o dendê, a malagueta, o maxixe e o quiabo, básicos na cozinha brasileira, que enriqueceram com novas comidas. Assim como ocorria na África, as mulheres iam vendê-las nas ruas.” (SILVA, 2012, p.1). Essa apropriação que começou no sistema escravocrata seguiu durante a República e é considerada natural. Outras manifestações como a dança e a música tornaram-se símbolo nacional.

A fim de amenizar os efeitos de anos de cativo, uma das mudanças previstas no âmbito do debate abolicionista, era a reforma agrária a ser adotada junto com a abolição, como lembra Alfredo Bosi (2010).

Nabuco viu claro quando, na esteira de seu fraterno amigo André Rebouças, propôs uma reforma agrária como condição para conferir dignidade ao trabalhador do campo e estancar o êxodo que resultaria na urbanização patológica, mal que hoje nos parece crônico. Rebouças lhe falava da urgência de promover a ‘democracia rural’ no Brasil. (BOSI, 2010, p. 1030).

A reforma agrária também foi proposta pelo senador Dantas, cuja medida, uma vez aprovado o projeto de lei, entraria em vigor um ano após a abolição, mas este acabou sendo modificado pelos conservadores e o tema abortado pela República. Na última década da campanha, o movimento foi imbuído de um sentimento de busca de cidadania, contando com a simpatia da população de um modo geral. No plano político as disputas se acirravam, ocupando o cenário de um lado os abolicionistas, do outro, os escravocratas, com algumas mudanças de posição. Um dos representantes dos fazendeiros e braço forte do Estado, o baiano Barão de Cotegipe, “[...] era capaz de dissolver a Câmara dos Deputados, como fez na legislatura de 1886, para lhe dar uma feição mais conservadora que liberal.” (ALVES, 2009, p. 197). Nas palavras do autor, tanto para Cotegipe como para quem o apoiava “os abolicionistas não passavam de uns vadios, anarquistas, assaltantes da propriedade alheia.” (Idem, 2009). E contraditoriamente é ele que apresenta a Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários.

O discurso acima carregado de produção de sentido é atualizado e amplamente praticado na contemporaneidade pela mídia, de modo a desqualificar afrodescendentes e pobres. Ao anunciar determinada ação ou reação, o adjetivo “escravo”, no século XIX, ou “negro”, no século XXI, empregado para identificar a pessoa da qual se fala, antecede uma qualidade, um juízo de valor, independente das subjetividades do sujeito. Trata-se de uma construção midiática, que funciona para o bem ou para o mal, como esclarece Paulo Vaz

[...]. Não era mais um iaca, auori ou gun: passara a ser chamado angola, nagô ou mina; e africano e negro.” (SILVA, 2012, p. 1).

(2009, p.58). “Assim como as ciências humanas, a mídia também possui um lugar social que a autoriza a enunciar o verdadeiro.” No século XIX, o movimento abolicionista questiona a verdade dos escravocratas, colocando em xeque a legitimidade do poder público diante de um sistema mal visto aos olhos externos.

A imprensa também estava dividida quanto à questão da emancipação dos escravos e anunciava suas verdades de acordo com cada posição, no entanto, na penúltima década muitos jornais assumiram a Campanha com vigor, a exemplo do jornal *Província de São Paulo* (atual *Estado de São Paulo*), jornal conservador, assumidamente republicano e abolicionista, como veremos no capítulo a seguir. Os meios de participação eram os mais variados. Jornais, revistas e panfletos traziam artigos, colunas, charges e anúncios numa dinâmica crescente. O movimento foi se intensificando e contava cada vez mais com a participação popular, de forma voluntária. Clubes, teatros, cafés e praças públicas funcionavam como *loci* da campanha. A Confederação Abolicionista, dirigida por José do Patrocínio, João Clapp, Domingos Gomes dos Santos e Serpa Junior, “promovia conferências, quermesses, benefícios teatrais, concerto a favor da libertação dos escravos. [...] Realizadas nos finais de semana elas arregimentavam uma multidão.” (ALVES, 2009, p. 150).

A repercussão dos encontros estava por toda parte e em todas as bocas, de pessoas livres a escravizadas que conseguiam fugir. Havia uma ampliação da esfera pública e mesmo sob pressão do governo, os organizadores dos encontros promoveram novas mobilizações para a realização de “*matinnées* abolicionistas”. (ALVES, 2009, p. 151). Com o aumento do interesse popular pela causa e a conseqüente participação ativa na campanha fez crescer o número de eventos. Entre julho de 1880 e julho de 1881 “foram realizadas um total de 43 conferências, proferidas geralmente por ativistas negros.” (Idem, 2009, p. 150). Havia repercussão dos eventos por todo o país.

Toda a imprensa, com exceção daquela comprometida com o escravagismo, tem atuação decisiva nas campanhas abolicionista e republicana. Cobre e amplia as atividades de propagandistas que percorrem o país em campanha. [...] Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Piauí, Paraíba inauguram jornais abolicionistas de curta duração, que se esgotam na República. Mas é em Pernambuco, Bahia, Minas, Rio Grande do Sul, e particularmente no Rio e São Paulo que o jornalismo mais influi, com Bocaiuva, Rui, Patrocínio, Silva Jardim, Antônio Bento, Júlio Mesquita, André Rebouças, Nabuco, João Clapp e tantos outros. (BAHIA, 2009, p. 120).

O jornalista e líder abolicionista José do Patrocínio viajava pelo Brasil, proferindo conferências. Depois de mais de 300 anos de regime escravista, o que muda na

mentalidade dos brasileiros? Na realidade, a história revela que os desejos de mudança se desenhavam desde meados do século, apesar da Campanha começar tímida. Foram muitos os fatores que contribuíram para impulsionar o movimento abolicionista. Um deles, segundo Bahia (2009), foi se desenvolvendo na sociedade uma percepção em torno da política arrastada pelos ideais absolutistas, da igreja atrelada ao Império e da economia agrária sustentada na escravidão, a despeito do tráfico ter se encerrado, oficialmente, em 1850, por pressão inglesa.

Esse também foi um fator importante, no entanto, os interesses da Inglaterra não eram humanitários, considerando-se que entre os séculos XVII e XVIII, o país era tido como um dos que mais se beneficiou do tráfico humano para fins de escravidão. Consta que no final do século XVIII, a Inglaterra tinha 800 mil pessoas escravizadas para 150 mil indivíduos livres (BN, 1988). O interesse daquele país, que vivia a experiência da revolução industrial, estava relacionado a fatores econômicos, logo o trabalho escravo se tornava anacrônico. Diante da mudança de sistema, “a acumulação de capital passou a ser feita predominantemente na esfera da produção – nas indústrias e nas propriedades rurais modernizadas –, o que conferiu maior importância à produtividade e à ampliação de mercados.” (BN, 1988, p.29). A igualdade de condições das colônias, desejada pela Inglaterra, estava relacionada ao crescimento do mercado de consumo de seus produtos. O terceiro fator dizia respeito à estrutura militar do país. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), em função do efetivo do exército brasileiro ser insuficiente, muitas frentes de alistamento voluntários ou compulsórios foram realizadas, a fim de aumentar o número de pessoas que seriam enviadas para o campo de batalha. Os que tinham condições davam um jeito de escapar da guerra, enviando cativos em seu lugar.

A compra de substitutos, ou seja, a compra de escravos para lutarem em nome de seus proprietários, tornou-se prática corrente. Sociedades patrióticas, conventos e o governo encarregavam-se, além disso, da compra de escravos para lutarem na guerra. O império prometia alforria para os que se apresentassem para a guerra, fazendo vista grossa para os fugidos. (TORAL, 1995, p. 292).

A história mostra fragilidade e despreparo do Império, que ao recrutar soldados entre os homens escravizados, evidencia a ausência de um exército e de uma estrutura capazes de garantir a segurança e a soberania do país. O período era de grande tensão social que nem mesmo o fim da guerra conseguiu dissipar. Ao contrário, deslocou o foco. Ao retornar da guerra, vitoriosos, os soldados, ex-escravizados, não aceitavam voltar à

condição de cativos. Muitos tinham sido condecorados e queriam a liberdade prometida, o que aumentava a tensão.

Outros fatores também mexeram com as certezas do Império, como a guerra civil nos Estados Unidos e o fim da escravidão naquele país, em 1865, contribuindo para aumentar o receio de uma rebelião interna. O Brasil temia uma guerra civil, o que fez o Imperador encomendar um programa moderado que colocasse fim a escravidão (BN, 1988)⁶⁵. O que se pode observar é que a Campanha se dava em duas frentes: uma institucional e outra de caráter popular, contribuindo para reduzir as resistências dos fazendeiros, que tentavam prolongar o regime, cujo lucro era garantido. De acordo com o economista Celso Furtado,

Constituindo a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma ‘hecatombe social’. Mesmo os espíritos mais lúcidos e fundamentalmente antiescravistas, como Mauá, jamais chegaram a compreender a natureza real do problema e se enchiam de susto diante da proximidade dessa ‘hecatombe’ inevitável. (FURTADO, 2007, pp. 198-199).⁶⁶

Na análise do autor, o temor de abalo na economia do país com a abolição, acontecia porque se considerava que cada escravo era ‘riqueza’ e que a abolição resultaria no empobrecimento do país. Tal raciocínio, diz Joel Rufino dos Santos, construiu o ideia de que o negro passaria “a ser considerado mau cidadão, dispensável na criação da riqueza nacional”. (SANTOS, 2010, p. 32). O autor (idem) observa que este era o argumento principal daqueles que defendiam a imigração⁶⁷ de trabalhadores europeus, uma atitude assumida de discriminação racial. De fato, segundo Boris Fausto (2007), o país abriu as portas para a imigração em massa e “cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930”. (FAUSTO, 2007, p. 273). Os imigrantes (portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses) vieram embalados pela oferta de trabalho nas lavouras de café. Independente do temor generalizado com a abolição, Emília Viotti da Costa (2007),

⁶⁵ D. Pedro II solicitou a Pimenta Bueno, o futuro Visconde de São Vicente, que elaborasse proposta de ação legislativa, com o fim de emancipação dos escravos. O jurista conservador apresentou proposta em janeiro de 1866, mas a discussão no Conselho de Estado foi adiada. (Valle, 2010).

⁶⁶ O autor faz referência a Visconde de Mauá.

⁶⁷ Segundo Boris Fausto (2007), o Brasil recebeu imigrantes em massa. “O período 1887-1914 concentrou o maior número, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. [...] O Estado de São Paulo se destacou no conjunto, concentrando sozinho a maioria de todos os residentes estrangeiros no país (52,4%).” (FAUSTO, 2007, pp. 275-276).

ressalta que o sistema colonial criticado por Adam Smith, Jean Baptiste Say⁶⁸, “proscrito pela prática e pela teoria [...], estava prestes a ruir.” (COSTA, 2007, p.23).

Na política, a época do II Reinado foi marcada por disputas entre abolicionistas e anti-abolicionistas, entre monarquistas e republicanos, todos sujeitos às tensões da participação popular, que resultaram em novas adesões ao Movimento. Mesmo os políticos mais resistentes, como os republicanos paulistas, afirma Carvalho (2006), acabaram aderindo à abolição. No interior do próprio governo havia o que Nabuco, segundo Carvalho, chamou de “ideia da dialética da ambiguidade, [...] quando disse que se o governo era uma sombra da escravidão, era também a única força capaz de acabar com ela. [...] O Estado imperial se tornava, por sua elite, instrumento ao mesmo tempo de manutenção e de transformação das estruturas sociais.” (CARVALHO, 2006, p. 234). No entanto, nem a aparente união entre os políticos, nem a luta pela emancipação foi uma simples adesão à causa abolicionista.

O liberalismo que levou segmentos da elite monarquista a reivindicar a abolição da escravatura não estava comprometido com a realidade social e humana da maioria populacional, que era constituída pelos africanos e seus descendentes, e sim com a adequação das ideias nacionais ao ideário culto da Europa. O abolicionismo da elite branca fazia o trânsito histórico do racismo de dominação para o de exclusão: o homem concreto, o povo, seria socialmente discriminado, excluído, mas formalmente realocado num padrão culto de inspiração europeia. (SODRÉ, 2000a, p. 79).

O autor (idem) fala da gênese estrutural do racismo, “do nexos histórico entre Estado nacional e raça”, de uma abolição formal, com o país pronto para entrar na modernidade, seguido de um silenciamento real. Ou seja, o século da abolição, que se pressupõem a liberdade e o ingresso nos ideais republicanos franceses, pode ser entendido também como a era da construção simbólica da diferença e do reforço da subordinação, de fundamentação racista, do ponto de vista científico e filosófico. A ciência tentava explicar a superioridade racial, a partir da crença em raça superior e inferior. Não faltaram autores para sustentar essa tese, como Conde de Gobineau, na França, e Nina Rodrigues, no Brasil; dentre outros. O mesmo ocorria em outras áreas, com filósofos ou sociólogos demonstrando claramente desprezo pelo homem negro.⁶⁹ A abolição não se deu sem

⁶⁸ Costa (2007) esclarece que Smith condenava o trabalho servil, assim como os monopólios, os tratados de comércio, defendia a adoção de um regime de livre concorrência e da mão-de-obra livre. Jean Baptiste Say denunciava a espoliação do sistema colonial.

⁶⁹ Artigo de Walter Praxedes, *Eurocentrismo e racismo nos clássicos da Filosofia e das Ciências Sociais*, apresenta o pensamento racista de diversos autores como Kant, Hegel, Comte, Tocqueville, Weber e outros. (2008)

cobrança. Da maneira como foi realizada trouxe em sua dimensão a construção do outro e tudo o que isso representa até os dias atuais.

Ainda nos anos de 1880, a Campanha abolicionista, de cenário conservador e de resistência política, adquire novo fôlego. Os líderes Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, que já contavam com grande repercussão nacional, partiram em busca de apoio internacional. O primeiro em Londres, o segundo em Paris. Ambos articulavam adesões em favor da abolição, alianças políticas e repercussão na imprensa. Na esfera doméstica, o Ceará lidera o Movimento abolicionista, ganhando impulso, apesar de ser o berço do romancista José de Alencar, defensor da manutenção do cativo.⁷⁰ Alves (2009) conta que em 1882 o Estado recebeu a visita de Patrocínio, diretor do jornal *O Diário da Tarde*, que viajou e fez discursos por todo o interior. No retorno ao Rio de Janeiro, o jornalista decide viajar para a Europa.

José do Patrocínio era jornalista, escritor, empresário e político. Foi proprietário dos jornais *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Participou ativamente do Movimento Abolicionista e se identificava com os ideais republicanos. Sua história de vida diz muito da história do Brasil e das práticas de relações no período da escravidão. Era filho do padre português José Carlos Monteiro e da quitandeira Justina Maria, jovem escravizada que trabalhava para o vigário da cidade. Viveu a infância e parte da adolescência na fazenda paterna, em Campos, onde convivia com escravos e cenas de castigos físicos.

Na luta pela abolição viaja para Paris, onde se encontra com o escritor brasileiro José de Santana Nery, “conhecedor profundo da cultura francesa” (ALVES, 2009, p. 168), e participa ativamente da vida política e cultural daquele país.

Por suas mãos, Patrocínio teve acesso à reunião anual da *Aliança Latina*, entidade que congregava, entre outras nacionalidades, portugueses e brasileiros. Essa organização, aparentemente sem importância, tinha como presidente de honra ninguém menos que o maior poeta da França, o legendário Victor Hugo. (ALVES, 2009, p. 168).

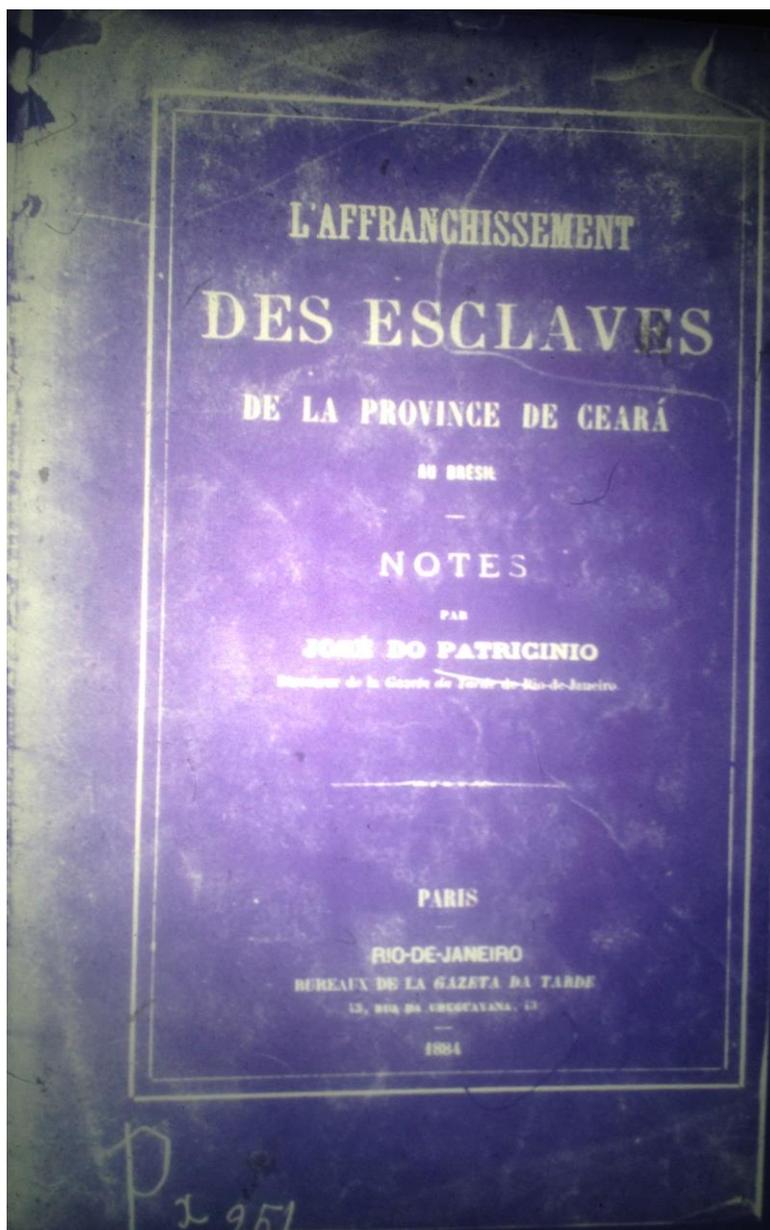
De acordo com o autor (idem), o jornalista brasileiro passa a frequentar reuniões, jantares e a conhecer personalidades, como o senador abolicionista Victor Schoelcher e o deputado Étienne Auguste Édouard Lockroy, genro de Victor Hugo⁷¹. Os discursos pela

⁷⁰ José de Alencar, político conservador, discursava no Parlamento contra a Lei do Ventre Livre. Na sua opinião, a escravidão possuía uma missão civilizatória, logo a reforma do chamado elemento servil “deveria se dar pela revolução dos costumes. Uma revolução lenta, segura e civilizatória.” (SIMÕES, 2011, p. 180).

⁷¹ O parlamentar de esquerda, da corrente radical socialista, se casa em 1877 com Alice Lehaene, viúva de Charles Hugo, filho de Victor Hugo.

liberdade plena se intensificam e repercutem na imprensa brasileira. José do Patrocínio enviava de Paris matérias que saíam no jornal *Gazeta da Tarde*. Uma delas resultou na publicação de um livreto em francês, intitulado *A emancipação dos escravos da província do Ceará no Brasil*⁷². A obra é de 1884 e o original encontra-se na Biblioteca Nacional da França.

Figura 2 – Livreto sobre a abolição da escravatura no Ceará – José do Patrocínio



Notas publicadas na *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, e em forma de livreto, Paris, 1884. Fonte: Biblioteca Nacional da França.

⁷²Trad. Livre: *L'affranchissement des esclaves de la province de Ceara au Brésil*. O livreto tem 20 páginas. (PATROCÍNIO, 1884).

A notícia de que todos os escravizados da província do Ceará seriam libertados no dia 25 de março de 1884 chegou a Paris cinco dias antes (20 de março) e, sob impacto, José do Patrocínio escreveu notas, que resultariam em matéria publicada na *Gazeta da Tarde* e em livreto, conforme ilustração acima. O jornalista inicia o texto falando da alegria de ter recebido a notícia da abolição e da tristeza de não estar pessoalmente com os companheiros de luta. Em compensação, anuncia o banquete que fará para amigos e mestres, reunindo pessoas ilustres como o senador Victor Schoelcher “cujo nome venerado é popular tanto no Brasil como na França” e que aceitou presidir a “reunião de família.” (PATROCÍNIO, 1884, p. 5). Atribui a vitória da abolição no Ceará à luta popular e afirma que a opinião pública não se calará

[...] graças à liberdade de imprensa e a liberdade de fala. Esta opinião nada pode perturbar: nem as ameaças diretas, nem as perseguições dissimuladas. Ela desafiará o governo estendendo a bandeira da abolição, cujos marcos foram acenados pelos mestres, significando para os escravos o símbolo da esperança e de uma libertação próxima. (PATROCÍNIO, 1884, p. 9).⁷³

O autor acentua que a Lei do Ventre Livre, a despeito da intenção de seus autores, não resolveria a questão da escravidão, considerando-se que os filhos nascidos de mães escravizadas ficariam sob a guarda dos senhores até a idade de 21 anos. Ressalta a incansável luta dos abolicionistas, a exemplo dos jangadeiros cearenses que impediram o embarque de escravos nos portos de Fortaleza, por meio de greves, sob a liderança de Francisco Nascimento, conhecido como Dragão do Mar. A recusa dos jangadeiros incluía transporte de africanos tanto os vindos do exterior como aqueles que eram comercializados internamente, passando de um proprietário no nordeste para outro no sudeste. Com o apoio popular, das instituições e o estabelecimento da lei, “em seis meses, a província do Ceará conta com 16 municípios livres da escravidão. O movimento termina em 25 de março de 1884 com a emancipação dos últimos escravos da província, um total de 19.588.”⁷⁴ (PATROCÍNIO, 1884, p. 15). Lamenta não estar presente para abraçar os companheiros de luta, mas se consola diante das mais belas páginas escritas da história. Deseja que o Brasil

⁷³ Trad. Livre: “[...] grâce à la liberté de la presse et à la liberté de la parole. Cette opinion, rien ne put la troubler: ni les menaces directes, ni les persécutions déguisées. Bravant le gouvernement, elle déploya le drapeau de l’abolition, dont les plis, en souffletant les maitres, apparurent aux esclaves comme le symbole de l’espérance d’une délivrance prochaine.” – (PATROCÍNIO, 1884, p. 9).

⁷⁴ Trad. Livre. “En six mois, la Province de Ceara compta seize municipes libérés de l’esclavage. Le mouvement va terminer le 25 mars 1884 par l’affranchissement des dernières esclaves de la province qui em comptait 19.588.” (PATROCÍNIO, 1884, p. 15).

inteiro siga o exemplo da província do Ceará e que “os partidários da escravidão devem estar saciados de três séculos de crimes. Chegou o momento de receberem o perdão da generosidade dos negros.”⁷⁵ (PATROCÍNIO, 1884, p. 20).

O curioso nessa fala é que José do Patrocínio sempre defendeu a abolição imediata e sem indenização, cujo discurso em favor da liberdade do africano e descendente era incisivo e emocionado. Ao finalizar o texto com esta frase atribui ao negro uma certa áurea de não sujeito, de alguém sem sentimento, ou um “bom sujeito” para usar palavra de Todorov (2003). Ora, se o Estado cometeu crime durante a escravidão, roubando do indivíduo o direito à própria vida, ao próprio destino, e mesmo por manter o tráfico fora da Lei, por que esse crime ficaria impune? Ou ao menos, por que não foi posto em debate, mesmo pelos mais aguerridos abolicionistas? O teor do discurso está revestido de uma certa subalternização que se seguiu após a abolição incompleta.

No Brasil, como se sabe, aconteceu uma Abolição da Escravatura sem direito ao trabalho, sem reforma agrária e sem uma estrutura político-partidária que reorientasse os conflitos. A mesma matriz social da Colônia reeditou-se no Império, reforçando a segregação, as barreiras sociais. (SODRÉ, 2000a, p. 250).

O resultado dessa política é a continuidade de um modelo fortemente hierarquizado, cuja herança na contemporaneidade aparece nas mentalidades colonialistas presentes em vários segmentos da sociedade.

Outro importante propagandista da abolição, Joaquim Nabuco, viajou para Londres em busca de apoio à causa, não sem antes passar por Portugal, com repercussão positiva. No Brasil, sua história é longa e significativa. Filho de ilustre político e dono de engenho, Nabuco foi eleito deputado em 1879, depois de abandonar a carreira diplomática. A partir daí, assume a causa da Abolição como bandeira política principal, tema que lhe tocava. Nabuco era afetado por lembranças da infância no engenho em Pernambuco, onde vivia e convivia com escravos. Em um dos projetos, o deputado apresenta à Câmara proposta gradual de abolição da escravidão, finalizando em 1º de janeiro de 1890. No entanto,

a proposta que fez ao Parlamento ainda era tímida, na medida em que previa um prazo de dez anos antes da emancipação total dos escravos e a indenização aos proprietários. [...] Mesmo assim, o projeto não encontrou grande apoio na Câmara liberal [...] e não foi discutido.” (BETHELL; CARVALHO, 2009, p. 213).

⁷⁵ Trad. Livre. “Les partisans de l’esclavage doivent être réassasiés de trois siècles de crimes. Le moment est venu pour eux de recevoir le pardon de la générosité des noirs.” (PATROCÍNIO, 1884, p. 20).

A medida rejeitada na Câmara teve repercussão imediata, sobretudo nos jornais abolicionistas. Não havia mais clima para postergação. Politicamente, a manutenção do cativeiro causava certo incômodo e não era bem vista no exterior. Nas Américas, depois da abolição da escravatura nos Estados Unidos (1865), somente Brasil e Cuba⁷⁶ mantinham a exploração da mão-de-obra escrava. Como dito acima, Nabuco funda, no Rio de Janeiro, em setembro de 1880, a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*. Ele se inspira na *Sociedade Britânica e Estrangeira Antiescravidão*⁷⁷, criada em 17 de abril de 1839. A iniciativa aprofunda ainda mais as relações entre Nabuco e os representantes da instituição internacional, como o secretário Charles H. Allen, com o qual mantém correspondência desde janeiro de 1880. A aproximação entre os dois, segundo Bethell e Carvalho (2009), aconteceu depois da denúncia de Nabuco contra a Cia. Inglesa, *St. John Del Rey Mining Company*, que mantinha ilegalmente homens e mulheres escravizados no Brasil.

A denúncia fez barulho e sob promessa de “intercâmbio de informações e colaboração” (BETHELL; CARVALHO, 2009), Nabuco viaja para Londres em dezembro do mesmo ano. O abolicionista tinha o firme propósito de obter apoio para a luta antiescravidão no Brasil. Já no início obteve repercussão imediata, inclusive em outros países da Europa.

Ao passar por Lisboa, foi recebido na Câmara dos Deputados como o campeão da luta abolicionista no Brasil. Em Madri, quem o homenageou foi a Sociedade Abolicionista Espanhola. Ao chegar a Londres, levava uma carta de apresentação assinada pelo vice-presidente da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, Adolfo de Barros. Além de apresentar Nabuco, o vice-presidente referia-se à Sociedade britânica como a primeira e mais influente sociedade abolicionista do mundo e pedia sua cooperação na luta contra a escravidão no Brasil. (BETHELL; CARVALHO, 2009, p. 214).

A mobilização dos abolicionistas provoca agitação na esfera pública com ressonância na vida urbana e rural, cujas consequências implicam rejeição ao modelo eurocêntrico. Ancorada na participação de intelectuais e apoio popular, a Campanha abolicionista tem “dimensão modernizadora em termos coletivos”, segundo afirma Sodré, e pode ser lida como precursora do Movimento Modernista do país. Tal suposição se ampara

⁷⁶ A abolição da escravatura definitiva em Cuba se deu em 1886, antecedida de encaminhamento legal, como a Lei Moret, um tipo de Lei do Ventre Livre cubana. Estudos da professora Iacy Maia Mata (2011) mostram que na Colônia espanhola como no Brasil, o processo foi lento e conservador, com debates em torno dos “direitos de propriedade.” No entanto, no tocante à educação, Cuba exigia dos proprietários, o ensinamento de um ofício aos filhos libertos.

⁷⁷ British and Foreign Anti-slavery Society, frequentemente chamada de Anti-Slavery International.

em um dos pilares do Movimento, o de ruptura de padrões estéticos em voga na Europa. Para usar palavras de Eduardo Coutinho, tratava-se de uma “luta pela cultura” (COUTINHO, 2012, p. 322) ou, na linguagem gramsciana, uma “problemática da hegemonia”. (idem). Na verdade, os conceitos evidenciam uma arena de disputa onde se estabelecem as relações sociais de trocas, discursos, ações e reconhecimentos.

A dinâmica da Campanha possuía um teor contra-hegemônico, embora não tenha avançado como tal, tendo em vista que a mudança do sistema foi apenas formal e o caráter de luta popular se encerrou na própria campanha. Durante o Movimento, o homem iletrado estava em cena na coexistência com os filhos da elite, cidadãos de boa educação, mas esse cenário também não tinha força para prosseguir, porque foi montado para fortalecer a ideia da liberdade e não propriamente o sujeito agente dessa luta. O Movimento Modernista, cujas características são de rejeição ao seu oposto - o antiquado - e busca constante por transformação, rompe com o modelo de pensamento único e vislumbra novos olhares sobre o social. Trata-se de ampliar o universo de cultura, momento em que

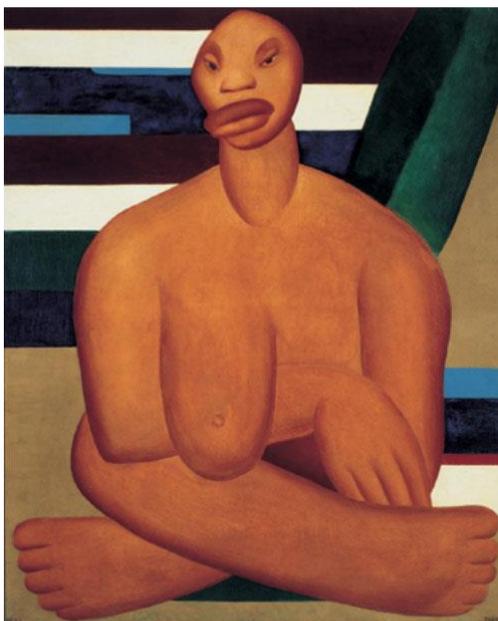
entram em cena formas múltiplas ou plurais de leitura (em suportes orais, visuais e literais), que já hoje se definem como um processo de interação entre linguagens e culturas diversas, existentes não apenas nos livros, mas na casa e na rua, no trabalho e na política, possibilitando o exercício da palavra, dando voz às minorias. (SODRÉ, 2012a, p. 222).

Contudo, no Brasil do final do século XIX, a presença de outros atores sociais na esfera pública para além dos líderes abolicionistas, ainda era simbólica. Durante a Campanha, a voz simbólica das minorias circula em todas as partes da cidade e do campo e, na coexistência com um modelo rural ultrapassado e uma elite formada nas melhores universidades europeias, dá-se a mudança de um sistema. A dinâmica da Campanha abolicionista desvela uma antecedência ao Movimento Modernista no Brasil, colocando os atores sociais, aparentemente, como protagonistas das mudanças. Mas somente na República irrompe um outro país nos domínios da Literatura, das Artes Plásticas e da Música. O que começou com a Campanha abolicionista, a presença viva do afrodescendente e o desejo de ruptura do padrão europeu, é retomado no século XX por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti e outros. A Semana de 1922, como ficou conhecida, foi conduzida novamente por intelectuais oriundos da elite, a partir de uma releitura da cultura nacional em diferentes estilos de linguagens. Na pintura, Tarsila do Amaral apresenta “A negra”, celebrada pela crítica, como salienta a historiadora Maraliz de Castro Vieira Christo (2010).

[...] a obra da pintora moderna em pouco tempo ganhou fama. Produzida em Paris, “A negra” de Tarsila foi exibida com entusiasmo pelo importante artista francês Fernand Léger (1881-1955) aos seus alunos. Reproduzida na capa de um livro de poemas escrito por Blaise Cendrars (1887-1961), tornou-se rapidamente símbolo de ruptura absoluta. A obra reduz o corpo nu feminino a uma superfície plana, meio alaranjada, salientando tão somente suas características étnicas, incorporando à estética moderna um elemento de identidade nacional. (CHRISTO, 2010).

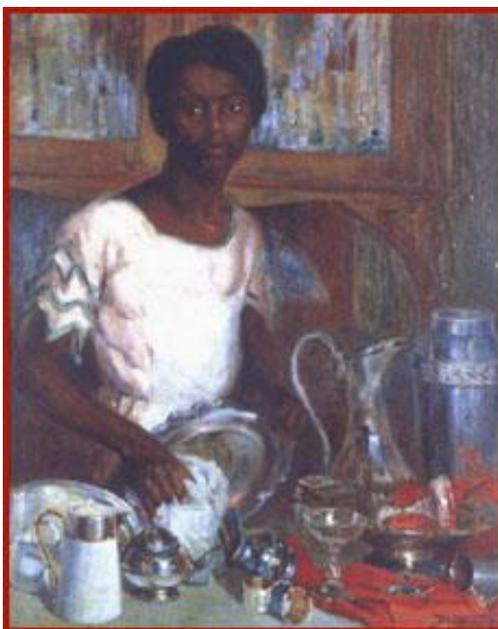
O quadro, abaixo, é de 1923 e representou um marco na história da pintura brasileira. Christo (2010) observa que no século XIX havia pouca representação do afro-brasileiro em tela, mas nesse mesmo ano o artista Armando Vianna exhibe “Limpendo metais”, quadro que mostra uma empregada negra em sua subjetividade. A obra tem estilo tradicional e, segundo a autora (2010), logo caiu no esquecimento, embora tenha sido premiada com uma viagem de estudos a Paris.

Figura 3 – Quadro “A negra” – Tarsila do Amaral



TARSILA DO AMARAL: *A negra*, 1923.
Óleo sobre tela, 100 X 80 cm.
São Paulo, MAC-USP.

Figura 4 – Quadro “Limpendo metais” – Armando Vianna



ARMANDO VIANNA: *Limpendo metais*, 1923.
Óleo sobre tela, 99 x 81 cm.
Juiz de Fora, Museu Mariano Procópio.

Independente de como se dava a representação do negro no século XIX, sua presença na condução do movimento popular, culminando com a abolição da escravatura

indicava “um início de cidadania ativa” (CARVALHO, 2009, p. 65), sob o olhar de José Murilo de Carvalho. De fato, considerando a estrutura de poder colonialista altamente hierarquizada, a arena de disputa aberta durante a Campanha colocou as contradições e os conflitos em cena. Junto a isso estavam os interesses nacionais de modernização do país, uma forte campanha educativa das elites acerca da importância da mudança do sistema econômico para que o país entrasse efetivamente na modernidade, o que levou o governo a tomar uma atitude.

Na Corte, o movimento era intenso e aos poucos foi se fortalecendo em outras cidades, como São Paulo, apesar das consequências. Segundo o autor, “a reação contra os ativistas era frequentemente violenta, tendo havido mesmo casos de linchamento e assassinato. Mas o movimento adquiriu tal dimensão e simpatia popular que quebrou a solidariedade dos donos de escravos.” (CARVALHO, 2006, p.320). No final do século, tornou-se insustentável manter o regime de escravidão. Além da pressão coletiva que englobava trabalhadores formais, informais, estudantes, intelectuais, políticos, homens e mulheres escravizado/as ou ex-escravizados/as, havia uma série de ações concretas pela abolição. No Rio começou uma campanha para libertar escravos nos quarteirões de diversas ruas da cidade, sob a iniciativa da Confederação Abolicionista em negociação com os comerciantes.

Uma das primeiras a aceitar o desafio foi a Rua Uruguaiana, sede da *Gazeta da Tarde*, seguida do Largo da Carioca, da Rua Nova Ouvidor e de toda a Rua do Ouvidor, onde foram libertados 28 escravos só do proprietário da Confeitaria Paschoal, local de reunião de poetas, políticos e escritores. (ALVES, 2009, p. 191).

Havia ainda a compra de alforrias, com dinheiro arrecadado pelas associações abolicionistas, obtido em palestras e quermesses realizadas nas cidades. O Estado assumiu a causa com participação ativa no movimento, a partir da própria princesa Isabel, invertendo a cultura elitista dominante na sede do governo. Como assinala Alves (2009), a princesa vinha “realizando uma série de atividades no Palácio de Petrópolis [...]: festas, bailes populares, apresentações teatrais, banquetes, além de recepções elegantes nos hotéis.” (ALVES, 2009, p. 207).

Outra estratégia dos abolicionistas era o incentivo a fuga de escravo e seu acolhimento em quilombos urbanos, chamados de quilombos abolicionistas, ou quilombo de resistência, como explica o historiador Eduardo Silva. “No novo modelo [...], as lideranças são muito bem conhecidas, cidadãos prestantes, com documentação em dia e, principalmente, muito bem articuladas politicamente.” (SILVA, 2003, p. 1). O autor refere-

se às relações do dono da Chácara do Leblon, José de Seixas Magalhães, com a Princesa Isabel. O português era famoso comerciante de malas feitas com tecnologia avançada, premiadas em feiras no Brasil e no exterior. Além disso, a chácara do Leblon, de sua propriedade, era o local de produção de flores, as Camélias.

A chácara de flores, a floricultura do Seixas, era conhecida mais ou menos abertamente como o ‘quilombo Leblond’, ou ‘quilombo Le Blonn’, então um remoto e ortograficamente ainda incerto subúrbio à beira-mar. Era, digamos, um quilombo simbólico, feito para produzir objetos simbólicos. Era lá, exatamente, que o Seixas cultivava as suas famosas camélias, o símbolo por excelência do movimento abolicionista. (SILVA, 2003, p. 2).

Localizado na zona sul do Rio de Janeiro, o Quilombo do Leblon acolhia escravos fugidos com o incentivo de integrantes da Confederação Abolicionista e a cumplicidade da Princesa Isabel, que tinha como fornecedor de flores o comerciante português. A fuga de escravos era viabilizada a partir do apoio de membros da Confederação, que cuidavam da parte jurídica. Os abolicionistas usavam isso como estratégia para um certo desmantelamento de fazendas de café, onde se mantinha grande resistência à libertação dos escravos. Alves (2009) conta que havia um esquema, uma espécie de senha para identificar os aliados da abolição, como uma camélia que, afixada na lapela, indicava a pessoa comprometida para receber, na estação de trem, o fugitivo de fazendas de São Paulo e levá-lo para o quilombo do Leblon, onde ficaria em segurança. O valor simbólico da camélia permeava as instâncias de segurança, que faziam vistas grossas ao “esconderijo” de escravizados, uma espécie de pacto secreto com os abolicionistas, protegidos pela Princesa Isabel.

Para além da proteção aos abolicionistas, a Princesa acolhia fugitivos no próprio Palácio Imperial de Petrópolis e contava com um amplo apoio, o que viabilizava a ampliação do esquema de fuga. Segundo Silva (2003), um dos principais articuladores no esquema era o abolicionista negro, o engenheiro e professor André Rebouças. Também apoiava a luta o proprietário do Hotel Bragança, que chegou a abrigar 30 negros em sua fazenda, localizada próximo de Petrópolis. A coordenação geral das fugas ficava por conta do advogado Marcos Fioravanti, cujo apoio se ampliava cada vez mais. “Não faltava ao esquema nem mesmo o apoio de importantes damas da corte [...]. Às vésperas da Abolição final, conforme anotou Rebouças, já subiam a mais de mil os fugitivos ‘acolhidos’ e ‘hospedados’ sob os auspícios de Dona Isabel.” (SILVA, 2003, p. 5).

Os abolicionistas atuavam em diferentes lugares, sobretudo entre 1885 e 1888, período em que a campanha foi intensificada.

O fato mais importante agora era a desorganização do trabalho nas fazendas paulistas, provocada pela fuga em massa de escravos. Ativistas liderados por Antônio Bento, membro de uma família rica de São Paulo, partiam para as fazendas e cidades do interior, incentivando os atos de rebeldia. Em pouco tempo, Santos converteu-se no centro onde se abrigavam os escravos fugidos. (FAUSTO, 2007, pp 219-220).

Assim como no Rio, São Paulo tinha o seu lugar de resistência, o famoso Quilombo do Jabaquara, considerado “uma das maiores colônias de fugitivos da história [...], um bom exemplo do novo paradigma da resistência.” (SILVA, 2003, p. 2). O autor explica que a organização do quilombo e a construção dos barracos recebia o apoio financeiro de comerciantes e de moradores de Santos. Diferentemente do início dos debates no Parlamento, a população local apoia a fuga, mesmo as senhoras de renome “protege o quilombo das investidas policiais e parece fazer disso um verdadeiro padrão de glória.” (SILVA, idem). O líder do quilombo, Quintino de Lacerda, era, segundo Silva, uma espécie de administrador, líder populista ou articulador entre o quilombo e a sociedade.

Aos poucos, a Campanha conquista a opinião pública, quebra as resistências até dos conservadores paulistas e obtém apoios diversos, o que tornava evidente o fim de um sistema de opressão de mais de 300 anos. Restava ainda as queixas dos proprietários de terra junto à segurança pública sobre as fugas de cativos, com a exigência de captura. No entanto, como observamos nos parágrafos precedentes, diante do apoio do poder imperial aos abolicionistas e suas ações, a perseguição policial já estava mais relaxada. A abolição torna-se inevitável a partir do momento em que os policiais começaram a se recusar a sair em campo atrás de fugitivos, golpe decisivo, conforme explica Carvalho (2006).

[...] o Clube Militar publicou um manifesto recusando-se a perseguir escravos fugidos. Com isto o governo ficava desguarnecido para enfrentar uma situação de rebeldia generalizada dos escravos, pois as forças policiais eram pequenas e a Guarda Nacional há muito deixara de ser força militarmente organizada. Além disso, a Coroa continuou sua pressão e utilizou o pretexto de um incidente policial para demitir Cotegipe e levar João Alfredo à presidência do Conselho. Em maio de 1888, o ambiente era tão abolicionista que somente nove deputados e seis senadores votaram contra a lei de abolição. Dos nove deputados, oito eram da província do Rio de Janeiro, impenitentes até o final. (CARVALHO, 2006, p. 319).

O Movimento abolicionista culminou com a formalização da abolição da escravatura pela Princesa Isabel, ao assinar dia 13 de maio de 1888 a lei de libertação dos cerca de 600 mil escravos, ainda existentes no Brasil. Conforme narrativa do Jornal do

Senado, abaixo, “poucas vezes nos seus 62 anos de funcionamento a Assembleia Geral produziu uma lei com extraordinária rapidez como a que acaba de emancipar os escravos”. O Jornal publicado dia 14 de maio de 1888 exhibe em caixa alta a manchete “Assinada a Lei Áurea”. (*JORNAL DO SENADO*, pp. 1-3, 14 mai. 1888).

Figura 5 – Manchete “Assinada a Lei Áurea” – *Jornal do Senado*

Jornal do Senado
 Uma reconstituição histórica
 Órgão do Senado do Império Rio de Janeiro, segunda-feira, 14 de maio de 1888

ASSINADA A LEI ÁUREA

Brasil está livre do trabalho escravo. Na tarde de ontem, domingo, a Princesa Isabel sancionou a lei que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão. Conforme o senador Sousa Dantas, havia no país 600 mil escravos. Levantamento do Império mostra que, no ano passado, eram mais de 700 mil. A Lei João Alfredo, já chamada de Lei Áurea, foi aprovada em tempo recorde na Câmara dos Deputados e no Senado. Calcula-se que cerca de 5 mil pessoas se concentraram diante do Paço da Cidade. O povo irrompeu em aplausos quando Joaquim Nabuco, de uma sacada, comunicou que não havia mais escravos no Brasil. Ao surgir em uma janela, Dona Isabel foi aclamada pelos manifestantes. O Imperador Dom Pedro 2º, que se encontra gravemente enfermo em Milão, onde se submete a tratamento, ainda não sabe da abolição. Por meio do telégrafo, a notícia já chegou a várias províncias do País e nações americanas e européias. A Lei Áurea (nº 3.353) tem apenas dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”. Pág. 3

Leis que antecederam a abolição nem sempre provocaram resultados práticos

Em 1845, surgiu a lei que previa sanções contra o tráfico de escravos. Em 1871, foi adotada a Lei do Ventre Livre, que dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir da sua edição, mas os mantinha na tutela dos seus senhores até os 21 anos. E em 1885, garantiu-se liberdade aos que completassem 60 anos, com a obrigação de prestar serviços, a título de indenização ao senhor, por três anos. Essas medidas, porém, não trouxeram os resultados esperados, pois a contrapartida geralmente exigida inviabilizava seu cumprimento ou a lei era simplesmente desrespeitada. Pág. 2

Primeiros registros da resistência negra são de 1575

A resistência dos negros ao trabalho servil foi um dos fatores que levaram à abolição da escravatura

Os primeiros relatos de resistência à escravidão são de 1575, quando se registrou fuga de negros na então Capitania da Bahia. Inicialmente, eles se refugiavam em mocambos, espécie de acampamento. As comunidades de fugitivos passaram, depois, a ser chamadas de quilombos; o mais conhecido deles foi o dos Palmares, que pode ter abrigado mais de 20 mil pessoas em 1670. A resistência foi um dos fatores que levaram à abolição da escravatura. Pág. 7

Escravidão foi abolida no Ceará quatro anos atrás

No Ceará a escravidão acabou há quatro anos. A iniciativa reforçou o sentimento abolicionista em províncias como Amazonas, Pernambuco, Bahia, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Foi Mossoró, em 1883, a primeira cidade a pôr fim ao trabalho servil. Pág. 8

Campanha envolveu monarquistas e republicanos

O abolicionista Joaquim Nabuco relata que o movimento pelo fim do trabalho servil no país concentrou-se inicialmente em clubes, lojas maçônicas, associações, cafés e jornais, e só aos poucos estendeu-se à população. No período de 1879 a 1884, diz ele, “os abolicionistas combateram só, entregues aos seus próprios recursos”. Só mais tarde, discursos nas tribunas, artigos e poemas nos jornais ajudaram a pressionar o Império para que fosse extinta a escravidão. Os republicanos, praticamente todos eles, eram abolicionistas, mas nem todo defensor do fim do trabalho escravo preferia a República. Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e Castro Alves estão entre os grandes nomes do abolicionismo, que contou também com negros ilustres, como André Rebouças, José do Patrocínio, Luís Gama e Tobias Barreto. Luís Gama chegou a ser vendido, aos dez anos, como escravo, e se transformou em símbolo do movimento em São Paulo. Pág. 6

Câmara dos Deputados votou o projeto em dois dias

O Projeto de Lei nº 1, de iniciativa do governo imperial, foi aprovado em apenas dois dias pela Câmara. A decisão em tempo recorde só foi possível graças ao esforço da bancada antiescravagista – liderada pelo pernambucano Joaquim Nabuco – e à ajuda do presidente da Casa, deputado Barão de Lucena. “Previstamos apressar a passagem do projeto, de modo que a libertação seja imediata”, conclamou Nabuco. Pág. 4

Apenas dois senadores se manifestaram contra a proposta

Ontem, domingo, o Senado do Império aprovou a proposta que extinguiu o trabalho escravo no Brasil. Dois senadores se manifestaram contra a iniciativa: Paulino de Sousa e o Barão de Cotegipe – advertindo que no futuro haveria grave perturbação da ordem no Brasil. Ao defender a proposta, o abolicionista Sousa Dantas disse que a medida constituiu o maior acontecimento da história do Brasil e tornará a Nação mais próspera. Pág. 5

Campanha envolveu monarquistas e republicanos

O abolicionista Joaquim Nabuco relata que o movimento pelo fim do trabalho servil no país concentrou-se inicialmente em clubes, lojas maçônicas, associações, cafés e jornais, e só aos poucos estendeu-se à população. No período de 1879 a 1884, diz ele, “os abolicionistas combateram só, entregues aos seus próprios recursos”. Só mais tarde, discursos nas tribunas, artigos e poemas nos jornais ajudaram a pressionar o Império para que fosse extinta a escravidão. Os republicanos, praticamente todos eles, eram abolicionistas, mas nem todo defensor do fim do trabalho escravo preferia a República. Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e Castro Alves estão entre os grandes nomes do abolicionismo, que contou também com negros ilustres, como André Rebouças, José do Patrocínio, Luís Gama e Tobias Barreto. Luís Gama chegou a ser vendido, aos dez anos, como escravo, e se transformou em símbolo do movimento em São Paulo. Pág. 6

Edição comemorativa dos 120 anos da Lei Áurea – *Jornal do Senado* – 13 de maio de 2008 – Ano XIV – Nº 2.801/172

Exemplar do jornal do Senado de 1888, com a repercussão da assinatura da Lei Áurea, no Rio de Janeiro. Fonte: *Jornal do Senado* online.

O Projeto de Lei da Abolição foi apresentado à Câmara e ao Senado pelo ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, ligado ao Partido Conservador. “A Lei Áurea (3.353) tem apenas dois artigos: ‘Art.1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.’” (*JORNAL DO SENADO*, pp. 1-3, 14 mai. 1888). Desse modo se deu a abolição, libertando os últimos homens e mulheres escravizados/as, cerca de 5% da população brasileira⁷⁸, que ainda viviam em regime de cativeiro.

A aprovação da Lei Áurea causou comoção popular e uma multidão saiu às ruas do Rio de Janeiro, ao som de bandas, soar de sinos e lançamento de fogos para celebrar finalmente a emancipação dos escravos. Mesmo durante o processo de votação, as galerias ficaram lotadas e os populares reagiram à aprovação da Lei jogando flores no plenário. Todas as ruas do centro foram tomadas de gente.⁷⁹ “Em razão da grande concentração de pessoas na praça, só com muita dificuldade as carruagens que levavam a comissão de senadores e o presidente do Ministério, senador João Alfredo, conseguiram chegar às portas do Paço, sob aplausos dos manifestantes.” (*JORNAL DO SENADO*, 1888, p. 3). Os abolicionistas foram ovacionados, alguns carregados no colo, como o senador Dantas. “‘Foi o único delírio popular que me lembro de ter visto’, disse Machado de Assis, descrevendo as manifestações populares”. (*MACHADO DE ASSIS, apud COSTA, 2001, p. 93*).

O acontecimento mais propagado da história do país ficou no entusiasmo popular temporário e na formalidade jurídico-política, considerando-se que o sujeito objeto da luta teve a voz silenciada já no nascedouro de uma República proclamada um ano após o fim da escravidão. Desse modo, conforme observa Sodré (2012a), o africano e o afrodescendente ficaram excluídos da cultura, esta entendida como esfera política, lugar de discurso do sujeito político. Revendo material da época, fica evidente que os abolicionistas tinham consciência da necessidade de integrar o ex-escravizado à sociedade, a partir de ofertas de empregos e outras compensações. Segundo matéria do *Jornal do Senado*, durante a Campanha, intelectuais como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Luiz Gama e Rui Barbosa demonstraram preocupação com o destino da população negra. Intitulada

⁷⁸ Devido às condições de trabalho era grande a mortalidade entre os escravizados e com o fim do tráfico o número de pessoas em cativeiro foi aos poucos sendo reduzido. “Na época da independência [...], a população escrava correspondia aproximadamente à metade da população do País. Em 1872 os escravos representavam 16% do total da população e, às vésperas da Abolição, eles constituíam apenas 5% do total.” (*COSTA, 2001, p. 34*).

⁷⁹ Segundo o *Jornal do Senado* (1888), estavam presentes nas imediações do Paço Imperial cerca de cinco mil pessoas.

“Reparação aos escravos precisa ser discutida”, eles chamavam a atenção para a importância do assunto.

[...] “é lícito prever que a pauta de debates do Parlamento nesse final de século 19, deverá incluir propostas visando contemplar, de alguma forma, os ex-escravos e seus descendentes. É possível até que essa discussão não tenha fim na próxima década e termine se estendendo pelo século 20, mas deve-se ter em vista que a reparação aos ex-escravos e sua gente não se confunde com qualquer tipo de dádiva, por representar, isto sim, um legítimo direito. (*JORNAL DO SENADO*, 14 de maio de 1988, p. 8).

A visão profética de se estender para o século XX o debate em torno da reparação aos africanos ex-escravizados e descendentes, na verdade, chegou ao século XXI e ainda assim enfrentou fortes resistências, como as reações à implantação das cotas raciais no ensino superior do país. Todo o envolvimento popular durante a Campanha abolicionista se perdeu na fragilidade da sociedade civil, já que antes de atingir as massas de forma organizada, o objetivo final da Campanha era mesmo educar as elites. Havia a necessidade de fazer compreender a importância da mudança de regime não propriamente focada nas singularidades do homem real, mas voltada para um projeto de Nação compatível com o mercado que se anunciava promissor. A educação não prezava pelo despertar da consciência de liberdade do homem, mas por uma visão de engrandecimento do país livre da escravidão e pronto para integrar o mundo moderno da indústria.

Os intelectuais abolicionistas eram educadores coletivos (‘macropedagogos’, que se dirigiam não ao indivíduo-criança, mas à nação-infante), porque preparavam aquilo que Nietzsche chamaria de ‘autoridade imperiosa em matéria de cultura’ (a exemplo de Goethe, Hegel ou Schopenhauer na Alemanha) e, por isso, podiam ser implicitamente reconhecidos como ‘instrutores públicos’ ou indicadores de necessidade histórica de se mudar toda uma estrutura anacrônica. (SODRÉ, 2012a, p. 125).

Logo, a libertação de 13 de maio representou a libertação dos homens brancos, uma vez que a escravidão era lida como o atraso do Brasil, se livrar dela diante do mundo significava a abertura do país para a modernidade. Todo o discurso humanista pronunciado durante a Campanha caiu em esquecimento imediatamente após a proclamação da República. Logo, a história do afrodescendente no Brasil continua sendo a história da luta pela libertação. Uma luta contra o racismo, contra a invisibilidade, o imobilismo social e a falta de reconhecimento. Trata-se, portanto, de uma questão presente, um futuro a se construir e uma história a se escrever, como observou Nei Lopes (2010).

4. Narrativa de jornais sobre a Campanha abolicionista

“[...] nunca é prudente isolar indivíduos e jogar a culpa sobre seus ombros. Eles podem não ser responsáveis pelas decisões que tomam. Podem ser meramente os meios através dos quais operam forças mais poderosas.”

(NELSON MANDELA)

“Dona Isabel que historia é essa? De ter feito abolição. De ser princesa boazinha. Que acabou com a escravidão.[...]A abolição se fez bem antes. Ainda por se fazer agora. Com a verdade da favela. E não com a mentira da escola. [...]”

(PASTINHA, MESTRE JOÃO PEQUENO)

4.1. O intelectual orgânico na imprensa do século XIX

Em *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*⁸⁰, Gramsci rompe com o pensamento tradicional de separação entre o *homo faber* e o *homo sapiens*, de desvalorização do trabalho braçal diante da tarefa exclusiva de pensar, ao afirmar que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 2001, p. 18). Mesmo Marx e Engels em *A ideologia alemã*, declararam que o trabalho intelectual, quando separado do trabalho manual “[...] passa a ser função privilegiada de certo segmento da classe dominante, o qual se dedica a pensar.” (MARX & ENGELS, 2007, p. XXIX). Na opinião de Gramsci, intelectual é qualquer sujeito com capacidade criativa; o que muda são as atividades e as relações sociais; exemplifica: “[...] o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates.” (GRAMSCI, 2001, p. 18). Contudo, o ato de costurar ou fritar os ovos

⁸⁰ Ver: GRAMSCI, Cadernos do Cárcere – nº 12 (1932)

evidencia o indivíduo exercendo a atividade de pensar e ambos, pensamento e ação, modificam o meio.

Na fala do autor (2001) há uma abertura, uma mobilidade que faz com que o sujeito, independentemente do grupo social ao qual pertença, possa exercer a função de intelectual, seja “orgânico” ou “tradicional”. A distinção entre os dois grupos está basicamente no modo de atuação do líder. Ambos os intelectuais agem no sentido de sustentar a ideologia de classe, envolvido com determinada causa e luta para formar consciência. O intelectual orgânico, diz Carlos Nelson Coutinho (2007), “surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe, ‘não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.’” (COUTINHO, 2007, p. 175).

Já o intelectual tradicional, observa o autor (2007), tem origem no intelectual orgânico do passado, exercendo as mesmas funções, mas a diferença é que forma “uma camada relativamente autônoma e independente.” (COUTINHO, 2007, p. 175). Coutinho esclarece que as funções exercidas por ambos os intelectuais são análogas às de um partido político, no sentido de formação homogênea da consciência de classe. Tanto um como o outro “preparam a hegemonia dessa classe sobre o conjunto dos seus aliados. São, em suma, agentes da consolidação de uma vontade coletiva, de um ‘bloco histórico.’” (COUTINHO, 2007, p.176). Não importa o nível de pertencimento e reconhecimento social do sujeito, mas o tipo de trabalho que desenvolve.

Os conceitos de intelectual – orgânico e tradicional – na realidade estão vinculados a um outro conceito, considerado chave na obra de Gramsci, o da sociedade civil. Para entender o que é isso vemos que o autor contrapõe Estado e sociedade, ou como diz Coutinho (1990), amplia “a teoria marxista clássica do Estado” para além do processo de relações econômicas de produção, indicando uma nova esfera social, “[...] dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas [...] e de uma dimensão material própria. É a essa esfera que ele vai chamar de sociedade civil [...]” (COUTINHO, 1990, p. 14). Sua emergência sela a dominação do Estado, que atua pela coerção, enquanto a sociedade civil age pelo consenso e ambos se complementam, tendo como foco o dominado. Para tanto, o amparo principal é a ideologia. As forças das organizações burocráticas, das leis e de polícia garantem a hegemonia do Estado, enquanto a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, as escolas e os jornais fazem parte dos “aparelhos privados de hegemonia”⁸¹,

⁸¹ Coutinho (1990) ressalta que o termo “aparelho privado de hegemonia” é utilizado por Gramsci para denominar os organismos da sociedade civil, historicamente diferente do termo “aparelhos ideológicos de

organizações da sociedade civil. Tais instituições são resultados de lutas sociais, mas “[...] embora possam ter como objetivo a defesa de interesses particulares, ‘privados’, tornam-se também portadores materiais de cultura, de ideologia.” (COUTINHO, 1990, p. 15).

Analisando o conceito de sociedade civil no contexto do século XIX, ressaltamos que esta era ainda incipiente, não contava com uma pluralidade de organizações, de luta social coletiva, a despeito da existência dos jornais na categoria gramsciana de “aparelhos privados de hegemonia”. Os próprios jornais ainda vinham de um certo modo artesanal de produção. Tinham forte presença literária e perfil político partidário. Contudo, a dinâmica necessária para o seu funcionamento com as demandas de atividades internas e externas, o caráter de construção de linguagem, de narração dos fatos, de formação da *doxa* (opinião), de sustentação da credibilidade e ainda a lógica política e mercantil justificava a presença dos intelectuais orgânicos e tradicionais. Segundo Gramsci, os dois tipos de intelectuais, presentes em qualquer organização, não se ocuparão o tempo inteiro em liderar grupos e em formar consciência e estão ligados a quem exerce o poder, ainda que se digam autônomos. Pensando na imprensa do Brasil, no final do século XIX, como atuavam os intelectuais?

Podemos dizer que os profissionais de imprensa estariam situados na categoria de intelectuais orgânicos, pelo duplo papel de formadores de opinião e de educadores. Ainda que pareça incoerente com a realidade de poucos leitores, o conteúdo dos jornais, se comparado à contemporaneidade, era mais contundente, mais político e incitava seus leitores a se posicionarem diante de questões importantes, como a Campanha abolicionista⁸². O *ethos* da notícia era a opinião e os jornais se apoiavam na literatura. Como forma de atrair os leitores, o jornalismo oitocentista além dos comentários políticos e das colunas anônimas de debates, portava uma narrativa literária, abrindo espaço para a convivência entre o factual e a linguagem de romance de folhetim.

[...] a transformação do modo de produção do romance, que fez dele uma espécie de ‘documento’ narrado, foi a responsável pelo triunfo do romance realista. [...] Na primeira metade do século XIX, mudaram as condições de publicação do romance, doravante destinado a aparecer em uma revista ou em um jornal, como um *feuilleton*, um folhetim. A imprensa não era lugar para o culto das emoções, das memórias íntimas,

Estado”, usado por Althusser no mesmo sentido. Exemplifica a diferença, fazendo referência a igreja absolutista que era de fato um “aparelho ideológico de estado”, mas com o liberalismo a Igreja passa para o domínio do privado.

⁸² A atuação da imprensa do século XIX foi igualmente forte no Movimento Republicano e, assim como o Movimento abolicionista, começou a se fortalecer nos anos de 1870. O primeiro manifesto pró-República foi lançado no final desse ano no jornal *A República*.

dos segredos da alma – apanágio setecentista ancorado em gente como Chateaubriand, Rousseau, Bernardin de Saint-Pierre e outros – e sim para a reportagem ou a documentação de si mesma que a sociedade burguesa deseja consumir sob a forma de intrigas pitorescas. O folhetim e o realismo literário nascem, assim, de mãos dadas. Antes de serem conhecidos pelos críticos como obra do espírito, os grandes romances oitocentistas eram inicialmente textos produzidos para a imprensa – *folhetins*, portanto.” (SODRÉ, 2009, p. 237).

Decerto os jornais eram um excelente espaço público de divulgação do trabalho dos escritores, que participavam ativamente do cotidiano das redações também como jornalistas, escrevendo artigos, crônicas e folhetins; influenciando a linguagem jornalística e sendo influenciados por ela. Dessa relação entre literatura e jornalismo surge o chamado jornalismo literário⁸³. Suas definições são amplas e vão desde o período do século XIX, cujas funções nas redações eram ocupadas por escritores, “[...] à crítica de obras literárias veiculadas em jornais”, (PENA, 2006, p. 47). Para o autor (2006), o conceito está mais ligado à uma questão linguística. Citando Nietzsche, para quem a linguagem é inseparável do pensamento, Pena (2006) define jornalismo literário como

Linguagem musical de transformação expressiva e informacional. Ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, transforma-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose. Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata nem de jornalismo, nem de literatura, mas sim de melodia. (PENA, 2006, p. 56).

Nessa marcação rítmica de linguagens sonoras encontravam-se as produções de escritores-jornalistas do século XIX, como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Olavo Bilac, Castro Alves, José de Alencar e tantos outros. A maioria era abolicionista, outros, a exemplo do romancista José de Alencar, defendiam o “direito de propriedade”. Alencar entendia que antes da abolição, os escravos “precisavam primeiro ser preparados para a liberdade”. (COSTA, 2001, p. 46). Embora fosse aplaudido em seus discursos, o escritor acabou isolado na posição anti-emancipacionista. O país vivia a efervescência do Movimento abolicionista em escala nacional e em praticamente todos os setores da sociedade, do café urbano ao meio rural, se debatiam a abolição. Mesmo no eito, o tema estava presente, driblando a constante vigilância dos feitores. Certamente o

⁸³ São considerados precursores do jornalismo literário grandes escritores como Balzac, Victor Hugo e Stendhal, tendo a classificação do gênero a partir da publicação da literatura nas páginas de jornais. Ver: PENA, Felipe (2006).

jornalismo refletia essa realidade e assumia uma posição política diante da defesa de mudança do sistema econômico.

Toda a imprensa, com exceção daquela comprometida com o escravagismo, tem atuação decisiva nos movimentos abolicionista e republicano. Cobrem e ampliam a atividade de propagandistas que percorrem o país em campanha. [...] Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Piauí, Paraíba inauguram jornais abolicionistas de curta duração, que se esgotam na República. Mas é em Pernambuco, Bahia, Minas, Rio Grande do Sul e particularmente no Rio e São Paulo que o jornalismo mais influi, com Bocaiuva, Rui, Patrocínio, Silva Jardim, Antônio Bento, Júlio Mesquita, André Rebouças, Nabuco, João Clapp e tantos outros. (BAHIA, 2009, p. 120).

Embora embrionários no processo de industrialização, os jornais prenunciavam profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais no seu modo de existir. Ao contrário da Colônia, que controlava qualquer publicação, inclusive proibindo a instalação de indústria até 1808, data da vinda da Corte para o Brasil, a imprensa do II Reinado era caracterizada pela liberdade de expressão. Os periódicos atuavam livremente, sem qualquer censura, tanto na elaboração dos textos jornalísticos como nas caricaturas.

A Marmota Fluminense (e outras *Marmotas*), de uma série de publicações que contam com Machado de Assis como revisor e apresentam alguns ensaios de caricatura; *O Correio da Tarde* (1855-1862); o *Correio Nacional* (1864-1870); *Ba-ta-clan*, ‘*Chinoiserie franco-brésilienne*’ (1867-1871), que faz sucesso, não por ser todo em francês, mas por causa das caricaturas de J. Mill; *Diário de Notícias* (1868-1872) e *O Mosquito* (1869-1877) como jornal de crítica e caricatura, fundado por Manuel Carneiro, que ainda lançaria a *Gazeta de Notícias*. Alguns dos maiores caricaturistas da primeira fase da imprensa trabalharam em *O Mosquito*, como Pinheiro Guimarães, Ângelo Agostini, Leopoldo Faria e Bordalo Pinheiro. Todos jornais do Rio. (BAHIA, 2009, pp. 80-81).

Havia, ainda, a *Revista Ilustrada* (1876-1898), de Ângelo Agostini⁸⁴, que estava à frente da Campanha abolicionista. A força do movimento atravessava dezenas de jornais espalhados por todo o país, inclusive no interior, levando a bandeira do abolicionismo. Contudo, observa Bahia (2009), o centro das inquietações era mesmo o Rio de Janeiro, por conter o núcleo político – sede do governo imperial e a Assembleia, com os principais partidos. Na Corte, arena de disputa política, também se concentravam “os maiores órgãos do jornalismo político brasileiro.” (BAHIA, 2009, p. 120).

⁸⁴ Ângelo Agostini é considerado um dos maiores artistas gráficos do final do século XIX e precursor da história em quadrinhos no Brasil. Foi forte ativista do Movimento Abolicionista e sua obra inspira teses e dissertações.

A propaganda abolicionista era o tema diário dos jornais, sobretudo daqueles que faziam campanha aberta contra a escravidão, dentre eles a *Gazeta da Tarde* (1880-1901), de José Ferreira de Menezes (fundador) e de José do Patrocínio, um dos maiores defensores da causa (adquiriu o jornal e o dirigiu de 1881 a 1887). Os Jornais *Gazeta de Notícias* (1875-1942) e *Cidade do Rio* (1887-1902) também lideravam o Movimento. Na *Gazeta*, onde foi admitido em 1877 como redator, José do Patrocínio usava o pseudônimo de *Proudhon*⁸⁵ na coluna *Semana Parlamentar*, dando início à Campanha. Além desses jornais, periódicos republicanos aderiram igualmente ao Movimento abolicionista. Destacam-se o *Diário de Notícias* (1885-1895), cujos redatores eram Rui Barbosa, Antônio Azeredo, Gastão Bousquet, Lopes Trovão, Aristides Lobo e Medeiros de Albuquerque.⁸⁶ O *País* (1884-1930), fundado por conde S. Salvador e tendo como redator principal Quintino Bocaiuva, seguia a mesma linha política dos demais.

Estabelecida a Abolição, esses jornais concentram suas baterias na propaganda republicana, ao lado de *A Província de São Paulo*. Nesse período, surgem *A Imprensa* (1889-1914), de Rui Barbosa, e, em 1891, o *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, com Joaquim Nabuco, Sancho de Barros Pimentel e José Veríssimo. O próprio Rui, em 1893, viria a ser o seu redator-chefe e proprietário. (BAHIA, 2009, p. 121).

Como podemos observar, o período foi marcado pelo empenho de escritores e jornalistas frente à Campanha abolicionista. Os intelectuais orgânicos estavam engajados em “formar consciência”, diria Gramsci, e atuavam de forma incisiva na divulgação do movimento, junto a uma população que embora majoritariamente analfabeta tinha acesso à leitura oral das matérias. Nos pontos de distribuição dos jornais, como os quiosques, “[...] por onde circulavam as notícias e as ‘últimas novidades’, era comum a leitura dos textos em voz alta. A ‘leitura de ouvido’ fazia com que as ideias abolicionistas fossem difundidas mesmo a analfabetos.” (MACHADO, 2010, p. 50). O autor (2010) observa que contrariando a orientação política ou ideológica do periódico, os jornalistas, ainda assim, não se omitiam na divulgação do movimento.

⁸⁵Escritor francês, Joseph Pierre Proudhon (1809-1865) foi um teórico do movimento anarquista francês, influenciado pelo filósofo e economista Charles Fourier, dentre outros. Também fez contato com o escritor russo, Mikail Bakunin, anarquista reconhecido mundialmente. Em 1840 Proudhon publicou o livro *Qu'est-ce que la propriété* (O que é a propriedade?), no qual defende a ideia de que toda propriedade é uma forma de roubo.

⁸⁶ Ver: SIMÕES JUNIOR. (2006, p. 132).

De fato, a narrativa histórica sobre os jornais e os jornalistas evidencia forte atuação política e reflexão acerca das questões públicas, independentemente do caráter conservador ou progressista do veículo.

A imprensa mais independente ou combativa originava-se de agrupamentos político-partidários, em muitos casos com objetivos reformistas e até mesmo revolucionários. Em ambos os casos, porém, o jornalismo era ideologicamente conotado como uma instituição ‘quase-pública’, geradora da informação necessária ao cidadão para o pleno funcionamento da democracia”. (SODRÉ, 2009, p. 113).

Logo, os intelectuais da imprensa, parte integrante da sociedade civil que se desenhava timidamente, podem ser lidos como educadores por excelência. Suas ideias impressas em defesa de um país livre da escravidão permeavam o mundo das elites e também da população que tomava gosto pelas narrativas jornalísticas, produzidas em forma de histórias do cotidiano. Eles atuavam como agentes de cultura, mais ainda que mantivessem uma certa autonomia, na realidade, estavam inseridos nas relações de poder, e reforçavam a hegemonia política de uma elite letrada. Como observa Coutinho (2014), “no regime burguês, onde a opinião pública é o fundamento da legitimidade da dominação política, a hegemonia envolve mobilização e indução de correntes de opinião por meio de instrumentos de informação, propaganda e entretenimento.” (COUTINHO, E. 2014, p. 20). Mesmo os discursos mais inflamados em prol da abolição não trazia a defesa propriamente do oprimido, mas a defesa do Estado. Ainda assim, não se pode negar que foi grande a contribuição da imprensa para a queda do sistema escravista, com atuação desde os anos de 1870, intensificando-se na década de 80, por meio de posições firmes em estreita sintonia com a Campanha abolicionista, que vinha sendo desenvolvida por diversas lideranças.

4.2. *Gazeta de Notícias* na Campanha abolicionista

De linha declaradamente abolicionista e republicana, a *Gazeta de Notícias* foi fundada em 2 de agosto de 1875 para servir de alternativa ao único jornal consolidado da época, o *Jornal do Commercio*, de caráter conservador. Pertencia aos editores Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro, Elísio Mendes, e aos redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção. De linguagem literária, tinha a crônica como estilo narrativo e o maior destaque, segundo Bahia (2009), era a qualidade dos colaboradores: Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Raul Pompéia, que na *Gazeta* divulgou *O Ateneu* (1888), dentre outros. O periódico, afirma o autor (2009), traz mudanças gráficas importantes e aprofunda a cobertura política e policial. Em quase todas as edições da *Gazeta de Notícias* aparecem textos com referências ao tema da abolição, narrando tensões, novas associações, denúncias.

O jornal era composto de seis páginas, cada uma com oito colunas, montadas por notícias diversas, como assuntos parlamentares, pequenas matérias, artigos de opinião, avisos, anúncios, publicações a pedido, publicidade e folhetim, que ocupava as oito colunas da parte final do jornal. Na primeira página ficavam as matérias políticas, editorial e folhetim (o local não era fixo e o folhetim podia aparecer na segunda ou na terceira páginas)⁸⁷. A segunda página trazia diversas matérias, atividades parlamentares, pequenas notícias, declarações, avisos marítimos, leilões, publicações a pedido. Nas demais páginas se anunciavam de tudo: carta de enterro, remédio para tosse, programação do Jôquei Clube, óleo de fígado de bacalhau, loterias, chapéu inglês, venda de sítio, de casa, de animais. E, certamente, não faltava anúncio em francês. Apesar de o jornal ser abolicionista estampava anúncio de venda e aluguel de escravo, assim como uma coluna a respeito de escravos fugidos, com prêmios oferecidos pela captura. A programação de teatro ficava na quinta página e na sexta voltavam as matérias, algumas de tamanho médio e outras pequenas pílulas de notícias.

A diagramação da primeira página, além das oito colunas estreitas já faladas, trazia o nome do jornal em destaque, centralizado no alto, separado por duas linhas finas superiores e inferiores. Também na parte superior, ao centro, vem o local e a data da publicação. Já nas extremidades se vê o ano e o número da edição. No cabeçalho consta, ainda, o endereço do escritório – Rua do Ouvidor n. 70, e da tipografia – Rua Sete de

⁸⁷ O mesmo ocorria com as crônicas semanais, que não tinham páginas definidas para a publicação e podiam ser assinadas ou não.

Setembro n. 72, e oferta de assinatura. O preço avulso era de 40 réis e a tiragem de 20 mil exemplares até abril de 1880, passando, em seguida, para 24 mil exemplares.

No início dos anos de 1880, período em análise, a *Gazeta de Notícias*⁸⁸ traz na coluna intitulada “Assuntos do dia”, na primeira página, texto crítico sobre o projeto de emancipação apresentado por Joaquim Nabuco. Posiciona-se quanto à Campanha abolicionista, afirmando que o jornal tem se esquivado de “[...] debater a importante questão da escravatura, limitando apenas a noticiar fatos ou apontar violações das leis que regulam a matéria [...]”. E se justifica:

Não o temos feito, e essa abstenção se impõe agora, porque os fatos demonstram que é uma questão que agita grandemente os espíritos, e entendemos que só deve agitar a opinião quem tem força ou prestígio para reprimi-la se ela se excede, incitá-la se ela esmorece, encaminhá-la se ela se transvia. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 3 de set. 1880, p.1).

O Jornal se diz “francamente partidário da extinção da escravatura”, mas

[...] não apoia o projeto do Sr. Joaquim Nabuco, porque nele se decreta dez anos de ódios o lutas entre os senhores que procurarão exaurir o último suco da matéria explorável que se vai extinguir, e os escravos que enxertarão na promessa florida da liberdade o ramo da revolta.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 3 de set. 1880, p.1).

A narrativa é referente ao projeto de emancipação apresentado pelo deputado pernambucano Joaquim Nabuco, propondo a abolição de forma gradual até 1890. O curioso é que mesmo Nabuco, o aguerrido defensor da abolição, contraditoriamente à sua própria fala em defesa do escravo Tomás⁸⁹, denunciando a escravidão como um crime, ao apresentar projeto de emancipação, não colocou a liberdade do escravizado como um direito e sim como algo a ser negociado. Além de não propor a abolição incondicional, o autor do projeto ainda previa a indenização aos proprietários de terra, nos moldes do que foi adotado na Inglaterra⁹⁰. Como lembra Vainfas (2010), Joaquim Nabuco “[...] foi o intelectual afinado com o pensamento social britânico, ele foi adido diplomático em Londres na década de 1870 e membro da ‘Anti-Slavery Society’.” Era contra medidas

⁸⁸ O periódico apresenta na coluna Folhetim da edição 245, de 3 de setembro de 1880, na parte inferior do jornal, *IZA*, texto do escritor francês Alexis Bouvier.

⁸⁹ Nabuco, jovem advogado, chamou a atenção ao questionar a legitimidade do sistema escravista durante o discurso de defesa do escravo Tomás, preso em Recife, acusado de duplo assassinato, uma autoridade que mandou açoitá-lo em praça pública e um guarda que o havia impedido de fugir da prisão. A defesa desqualificou o caso, invertendo o crime para o sistema escravista. O tema foi abordado no Capítulo 3.

⁹⁰ A abolição na Inglaterra aconteceu em 1833, “[...] com indenização plena aos proprietários, o que implicava reconhecimento aos direitos destes.” (BOSI, 1988, p. 13).

radicais e “[...] defensor de um projeto de modernização conservadora do Brasil, que pressupunha a manutenção do regime imperial combinado a mudanças que favorecessem o capitalismo no país.” (VAINFAS, Caderno Mais, *Folha de S. Paulo*, 17 de jan. 2010).

O argumento principal da *Gazeta de Notícias* de não apoiar o projeto de Nabuco, além da discordância quanto ao prazo de dez anos para a emancipação plena, era a desvinculação entre a abolição e o trabalho. De acordo com o jornal, tanto esse projeto de Lei, como a Lei do Ventre Livre são falhas e não trazem ensinamentos aos escravos. “Estes últimos dez anos de escravidão não serão uma aprendizagem para os homens que vão ser livres; eles não os considerarão como o seu primeiro passo para o futuro, mas como a última cadeia que os prende ao passado.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 3 de set. 1880, p.1). A opinião do jornal é que o trabalho era visto pelos escravos até aquele momento como

[...] um abuso, uma violência, quase um castigo por faltas não cometidas, unicamente imposto pelo direito da força, simbolizado na superioridade da raça, o primeiro impulso do liberto não educado será a revolta contra o trabalho por ele considerado um mal a que a sua antiga condição o sujeitou. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 3 de set. 1880, p.1).

Ora, a maneira como a questão do trabalho é tratada evidencia uma preocupação com o futuro das relações de produção no Brasil, um país interessado na modernização e coaduna com a opinião do anti-abolicionista José de Alencar, para quem o escravo deve ser preparado antes de obter a liberdade. Ao mesmo tempo, o jornal critica os escravagistas, alegando que muitos não pensam no país, mas em interesses individuais, ligados às lavouras e que para estes o que lhes resta é “[...] explorar o trabalho que o escravo pode dar até que tenha produzido todos os efeitos da lei de 28 de setembro e depois liquidar tudo. Estes, não podem falar em nome dos interesses do país, [...] porque se os preocupassem, eles tratariam do futuro.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 1880, *idem*).

A preocupação com o trabalho após a extinção gradual da escravidão, promovida pela Lei do Ventre Livre (28 de setembro) prossegue em outras edições do jornal, mas uma narrativa que chama atenção é a descrição do discurso dos escravocratas:

[...] os mais exaltados escravagistas, bradando que são tão humanitários como os mais decididos abolicionistas, e chegando mesmo a dizer que pugnam pela conservação da escravatura por amor dos infelizes escravos, argumentam sempre com o bem, o futuro, a riqueza do país, que eles dizem ligados ao desenvolvimento da lavoura. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 4 de set. 1880, p.1).

O discurso de amor ao escravo, ou ainda de luta e de decisão por ele, para o seu melhor, pelo seu próprio bem e/ou segurança é um discurso moral carregado de ideologia

para fins de dominação, uma inversão da singularidade do amor e do livre arbítrio de se pensar e decidir sobre a própria vida. Isso revela que independentemente da posição adotada pelos políticos-proprietários do século XIX, o pano de fundo do discurso era mesmo o interesse mercantil. Para atingir tal fim valia tudo, quer seja a usurpação da mão-de-obra do africano escravizado, geradora de lucro, quer seja se livrar dele para entrar em um processo mais amplo de circulação de moeda a partir da produção e do consumo. Já nas últimas décadas do século imperava o desejo da modernização do país, logo, os discursos eram inflamados, e pela própria natureza carregados de uma dimensão simbólica de construção de valor. Dessa forma, iam-se desenhando lugares, naturalmente hierarquizados em que “[...] a esfera-pública liberal-burguesa [...] exhibe sempre as marcas do domínio de uma comunidade (concreta) de iguais, identificáveis como os mais ricos ou como os que detêm a mais-valia decisória.” (SODRÉ, 2002, p. 195).

Ainda que a citação se situe nos tempos efetivos da modernização, considerando que no sistema escravocrata a esfera-pública estava mais para a esfera-privada da dominação, ainda assim reforça o laço entre os iguais, proprietários e políticos, ora um, ora o outro, porém ambos sempre no poder e em disputa pela manutenção do subalterno. Nesse sentido, a educação ou a sua falta era garantidora desse lugar de hierarquização. Afinal, a declaração dos proprietários de manter a escravidão pelo bem dos pobres é apanágio do discurso da incapacidade destes diante da liberdade. “Compreende-se que a ideia deles é que os escravos, pertencendo a uma raça inferior, sem educação alguma, não saberão dirigir-se quando estiverem no uso de sua liberdade.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 4 de set. 1880, p.1).

Sem subterfúgios e em acusação direta, a *Gazeta de Notícias* responsabiliza os proprietários de terra pela ignorância do subalterno. “Qual a educação que nas fazendas se dá aos escravos? Alimentam-lhes as superstições religiosas, impõem-lhes pelo castigo o medo do senhor, retiram-lhes pela falta de compensação o amor do trabalho. E dizem depois que é para o bem deles que os não libertam!” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 4 de set. 1880, p.1). Percebe-se que a narrativa aborda sobretudo a educação formal, mas também apresenta inquietação com a construção de sentido das relações senhor-escravo, estabelecidas na base da dominação, a fim de manter toda uma estrutura de controle. A educação não era permitida por medo de que a função da escola fosse invertida, ou como diz Sodr e ao citar McLuhan, “[...] que a função da escola j a não seja instruir, mas descobrir”. (McLUHAN, *apud* SODR E, 2012a, p. 186).

A descoberta da qual falam os autores esteve em campo desde o início do processo da escravidão, já nos chamados navios negreiros a partir da luta dos africanos contra o destino desconhecido e a resistência às ações de seus captores, como relata o historiador Joel Rufino dos Santos:

Foram inumeráveis as formas dessa luta, embora a nossa tendência seja se concentrar nos quilombos. Ainda na África o negro lutou com os pombeiros⁹¹, contra os chefes e estados escravistas, contra os tumbeiros⁹², durante a espera de embarque para a América e durante as travessias; já escravo, através do assassinato de feitores, senhores e seus familiares, suicídio, aborto, automutilação, insurreição, rebelião, fuga, com formação ou não de quilombo, adesão a levantes e rebeliões iniciadas por índios e brancos; organização de caixas de socorro, consórcios para alforria, irmandades, sociedades secretas, clubes recreativos, terreiros. (SANTOS, 2010, p. 14).

A narrativa do jornal *Gazeta de Notícias* acerca da Campanha abolicionista é um alibi a afirmativa de Joel Rufino dos Santos de que “a história da escravidão no Brasil é a história da luta contra a escravidão.” (SANTOS, 2010, p. 14). Na publicação do dia 28 de setembro, na terceira página, coluna Comunicado, o periódico divulga, na íntegra, o “Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão.” O documento, endereçado ao “País”, relata os maus tratos dispensados aos cativos, critica os políticos de desejarem perpetuar o sistema de escravidão e convida o Partido Liberal a ser algo “[...] mais do que o grande cliente submisso da grande propriedade rural [...]”. Acusa os políticos de indiferentes. “Os atuais escravos, um milhão e meio de homens! [...] O Parlamento não os enxerga. Pairando nas alturas, ele só vê, na extensão do país, a casa do senhor, não descobre a senzala dos escravos.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 de set. de 1880, p. 3). Contudo, mesmo no manifesto, a defesa do africano e afro-brasileiro não era em função do homem em si, não tinha uma dimensão ética, mas visava claramente a boa imagem do Brasil junto às demais nações.

Quando um brasileiro leva o nosso nome à Europa; quando a proteção concedida aos sábios europeus mostra a nossa cultural intelectual; quando nas nossas relações exteriores aparecemos como um país adiantado, generoso e liberal, o nosso amor próprio se satisfaz e se estimula. Pois bem, pode uma nação assim, inteligente, sensível e cheia de incentivos próprios, assistir indiferente ao atraso revoltante em que a escravidão a mantém em relação ao mundo inteiro? (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 de set. de 1880, p. 3).

⁹¹ “Pombeiro era o agenciador de escravos na África.” (SANTOS, 2010, p. 14).

⁹² “Tumbeiro é navio negreiro e seu comandante.” (SANTOS, idem).

O manifesto diz textualmente: “o que temos em vista porém, não é só a libertação do escravo, é a libertação do país; é a evolução do trabalho livre que se há de fazer sob a responsabilidade da geração atual.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 28 de set. de 1880, p. 3). Ao que afirma em seguida: “Não queremos desconhecer nenhuma das nossas obrigações, repudiar nenhum dos nossos deveres.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, idem). Ora, a obrigação da Sociedade seria a emancipação por si só? Que deveres foram cumpridos após o 13 de maio de 1888? Diz o texto que a Sociedade está aberta a todos, convidando tanto os proprietários agrícolas a se engajarem na luta contra a escravidão, como o governo a assumir a liderança do movimento. Observa que o Brasil é uma exceção no Continente, ao manter a escravidão como organização social e a monarquia como organização política.

Com a queda desses dois tipos de organizações (social e política), aparentemente a incoerência teria sido resolvida, seguindo a máxima de que “um país se redefine sem cessar”. (SANTOS, 2010, p. 13). No entanto, após a abolição, e com o advento da República, os recém libertados adquirem outro status, o de “lugar de memória”⁹³ para usar conceito de Pierre Nora, historiador francês, que o criou com o fim de analisar a questão nacional francesa na sua complexidade entre memória e história. O autor observa que só “há lugares de memória porque não há mais meios de memória.” (NORA, 1993, p. 7). Trazendo para o caso brasileiro em análise, a partir da efetivação do ato de libertação dos escravos, o sujeito, objeto da luta, desaparece de cena e a liberdade “experimentada” na República pode ser lida como um lugar de esquecimento.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, pp.8-9).

Desse modo, a memória do afrodescendente é reduzida a um objeto, perdendo a dimensão simbólica, porque sua luta pela liberdade, quando lembrada, aparece tão somente como “lugar de memória”, não como sujeito de memória. Na realidade, seria mais apropriado afirmar que a liberdade do afro-brasileiro foi resumida a um evento, aquele realizado no passado, portanto histórico, e se encerrou com o cumprimento do objetivo da Campanha abolicionista, de pôr fim a um sistema de governo atravessado por um modelo

⁹³ De acordo com Pierre Nora “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção.” (NORA, 1993, pp. 12-13).

arcaico, em desacordo com os ideias liberais do capitalismo emergente. A liberdade efetiva ficou na promessa dos políticos abolicionistas e do Império brasileiro.

De fato, tal palavra⁹⁴ fazia parte da estratégia de aumento da produção do trabalho agrícola por parte dos proprietários. Em matéria publicada dia 12 de março de 1881, Pedro Ferreira Vianna, portador dos títulos de Barão e Visconde, político e fazendeiro brasileiro, assume que impugnou em 1871 a liberdade progressiva⁹⁵, adotada pelo governo, “com todas as forças.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 12 de mar. de 1881, p. 3). Se declara defensor da liberdade imediata do “elemento servil”, mas com indenização. Reconhece a inevitabilidade da emancipação, logo, “é preciso que a lavoura se convença que não será a mão da morte que há de assinar a carta de liberdade do último escravo.” (Idem). Com isso, acrescenta, “[...] a prudência está na iniciativa e à lavoura compete fazer voluntariamente aquilo a que será obrigada pela força das circunstâncias”. (Idem). Para tanto, afirma, “procuraremos [...] o meio de não perder tudo, e de uma só vez.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 12 de mar. de 1881, p. 3). Observamos que a lavoura é colocada como sujeito e a luta era pela garantia de conter o prejuízo com a perda de seus investimentos, *a mercadoria negro*, como consideravam o sujeito escravizado. “Se a economia política nos auxiliar nesta indagação, talvez nos seja possível continuar com a liberdade progressiva, sem os terrores e apreensões que nascem deste sistema de emancipação. Tome a lavoura a iniciativa da liberdade progressiva.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 12 de mar. de 1881, p. 3).

Ora, a emancipação conduzida pela lavoura foi pensada como mais uma forma de lucro e evidentemente o negro escravizado não era uma questão. Fixou-se um prazo de 10 anos para a emancipação e a cada ano o lavrador deveria libertar uma décima parte de seus escravos. Como fazer isso? Quem responde é o próprio fazendeiro, Pedro Ferreira Vianna:

Reúna cada lavrador os seus escravos, segundo o número deles, prometa a liberdade aqueles que mais trabalharem durante um ano, restringindo a promessa a décima parte dos mesmos escravos. Figuremos uma hipótese para maior clareza. Admite-se um lavrador com 100 escravos, ele deverá prometer a liberdade dentro de um ano aos 10 escravos que mais trabalharem, procedendo do mesmo modo nos anos seguintes. Esta promessa obrigará os escravos a um aumento do esforço, a uma luta de emulação, que deverá ser muitas vezes contida no interesse do próprio lavrador. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 12 de mar. de 1881, p. 3).

⁹⁴ Promessa de liberdade.

⁹⁵ O autor refere-se à Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que considera livres todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data. No entanto, como suas mães continuariam escravizadas, a “liberdade” dos filhos só ocorre, de fato, após os 21 anos de idade. Outra opção de tutela prevista pela lei era a entrega da criança ao Estado, mas poucos proprietários abriram mão dos serviços prestados pelos filhos “livres da escravidão”.

A estratégia para o aumento da produção passa pelo processo seletivo, impondo a competição entre os escravizados, em um frenesi produtivo que por si só regula o ambiente de trabalho. Aprisionados pela competição, os negros já exaustos, teriam reduzidas a solidariedade entre si, as possibilidades de luta e a vontade de fugir, de juntar-se em territórios livres de quilombos, diante da selvageria da organização privada em busca de lucro. Já os proprietários só tinham a ganhar, apostando na competição como estratégia redutora de tais ações, na certeza de que os escravizados só pensavam no término dos dez anos e no cumprimento da promessa de liberdade. Diz o texto, “se o escravo tiver a certeza que será livre, aplicando toda a sua força animal, é evidente que o lavrador duplicaria produção, e portanto poderá libertar a décima parte dos escravos e tirar ainda vantagem.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 12 de mar. de 1881, p. 3). O redator recorre ao economista e filósofo inglês para fundamentar seu argumento: “Stuart Mill, distinto economista [...] nos vai oferecer os dados econômicos, que justificam o plano por nós traçado: Diz ele que, calculado o termo médio, a metade da força animal do escravo não é empregada no trabalho.” (Idem).

De fato, o indivíduo escravizado foi tratado como mercadoria desde a captura, de modo a justificar, sem culpa, a ganância por ganho, cujos meios para tal fim pouco importavam se eram forças humanas, animais ou máquinas. Tal prática constituiu a escravidão moderna. Na base de tais comportamentos temos o que Benjamin chama de “fantasmagorias da modernidade” e suas consequências, advindas das experiências da indústria. Diz o autor: “O século não soube responder as novas virtualidades técnicas para uma nova ordem social. [...] O mundo dominado por suas fantasmagorias é – para nos servir de expressão de Baudelaire – a modernidade.” (BENJAMIN, 2012, p. 48).⁹⁶ Mas o que é a modernidade? Embora Sodré (2012a) afirme que o termo gera confusão de entendimento, na medida em que pouco se sabe a seu respeito, ele próprio o define, tanto na origem, como na contemporaneidade. “A modernidade que se concebe não é mais aquela, originária, da invenção de possíveis, nem sequer a do progresso universal, e sim a da tecnologia e do mercado como a utopia realizada do capital.” (SODRÉ, 2012a, pp. 268-269).

Voltando ao tema da emancipação por iniciativa da lavoura, proposta pelo fazendeiro Pedro Ferreira Vianna, a partir do uso de métodos competitivos e persuasivos, o

⁹⁶ Trad. Livre do texto original: “Le siècle n’as pas su répondre aux nouvelles virtualités techniques par un ordre social nouveau. [...] Le monde dominé par ses fantasmagories, c’est – pour nous servir de l’expression de Baudelaire – la modernité.” (BENJAMIN, 2012, p. 48).

autor do texto também propõe incentivo financeiro do governo para aqueles proprietários que libertarem os escravizados seguindo tal plano. O incentivo constituiria de uma lei, solicitada pelo governo ao parlamento, de abatimento de 5% no imposto geral de exportação em favor dos agricultores que libertassem seus cativos de acordo com o estabelecido. “Esses 5% serão muito mais nominais do que os 5% de garantia de juros ao banco real, porque desde que resulte aumento de produção, a consequência necessária é o aumento na exportação.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 12 de mar. de 1881, p. 3). O artigo ainda traz uma série de falas de teor conservador, mas o curioso é que ao final do texto, o autor, um anti-abolicionista, agradece ao jornal, abolicionista, por lhe ter cedido espaço “sem retribuição” e antecede-se a novos pedidos para tratar de questões econômicas, com o objetivo de não prejudicar a Pátria.

Já a publicação de 3 de setembro de 1881, *Seção Semanal* da primeira página, denuncia demissão de servidores públicos da província do Ceará, em função do engajamento no Movimento abolicionista. São telegramas de leitores que chegam à redação do jornal, relatando fatos ocorridos com um “certo caráter de gravidade” e manifestações do público contra as demissões. O texto cobra explicações do governo, dizendo que todos sabem que “[...] a província do Ceará, pelo seu modo de proceder, no sentido de levar por diante a propaganda abolicionista, tem-se colocado em ostensiva posição, e à frente de todas as suas coirmãs do império.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 3 de set. 1881, p.1). O resultado disso, ressalta, são as diversas sociedades abolicionistas e emancipadoras criadas na capital e em outras localidades, além da fundação de clubes propagadores da liberdade. Interessante observar que a Campanha na primeira província a libertar os escravos já era intensa no início dos anos de 1880. O jornal alerta que enquanto o governo se preocupa com outras questões políticas e sociais, ações violentas de demissão contra os defensores da abolição costumam dar resultado contrário, “[...] e por certo que algumas demissões não terão a força precisa para fazer calar a grande ideia que atualmente trabalha o espírito de toda a província do Ceará.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 3 de set. 1881, p.1).

De fato, de nada adiantaram as medidas repressivas para conter as manifestações de apoio ao movimento abolicionista. Ao contrário, intensificaram-se de tal modo que à causa juntaram-se jornalistas, parlamentares, militares, ativistas, “[...] toda essa legião de lutadores que inclui os mais elevados nomes da sociedade e de outras camadas mais

humildes do povo [...].” (PATROCÍNIO, 1884, p. 6)⁹⁷, disse José do Patrocínio ao receber em Paris telegrama sobre a libertação dos escravos no Ceará.

O sofrimento que experimento por estar longe deles no momento em que nossa querida província do Ceará dá ao mundo o nobre espetáculo só é atenuado pelo pensamento de que hoje mesmo estarei em uma reunião, ao lado de Victor Shoelcher, o legendário defensor dos escravos de todos os países [...]. (PATROCÍNIO, 1884, p. 6).⁹⁸

Patrocínio desejava conseguir o apoio do escritor Victor Hugo à causa abolicionista, o que acabou obtendo por meio de carta, redigida e assinada pelo poeta francês. Na mensagem, afirma que o gesto da província do Ceará é “uma grande notícia” e ressalta que a iniciativa libertadora é um exemplo. “Constatamos numa palavra a situação do progresso; a barbárie recua, a civilização avança”, assina Victor Hugo. (ALVES, 2009, p. 175). Contudo, a abolição no Ceará⁹⁹ não foi apenas resultado da luta dos abolicionistas, embora tenha sido decisiva, sobretudo o empenho dos jangadeiros ao bloquear o mercado escravagista no porto de Fortaleza, por meio de paralisação da categoria no final de janeiro de 1881. A greve dos jangadeiros aumenta a pressão contra o tráfico ilegal, mas outros fatores também contribuíram para a decretação do fim do cativeiro.

Em 1877, uma grande seca devastou o Nordeste brasileiro, especialmente o Ceará, empobrecendo centenas de milhares de habitantes da região e forçando-os a vender ao mercado sulista escravos em números sem precedentes, com frequência simplesmente para sobreviver. (CONRAD, 1985, p. 199).

Outro fator importante foi o alto imposto cobrado por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, nos primeiros anos da década de 1880, sobre a importação interprovincial de escravo, o que inviabilizava o comércio. Logo, fatores econômicos também pesaram na decisão de abolir a escravidão no Ceará, mostrando que a medida não se trata nem de uma força revolucionária dos abolicionistas, nem de uma ação heroica do presidente daquela província, Sátiro de Oliveira Dias.

⁹⁷ Trad. Livre: “[...] toute cette légion de lutteurs, dont les uns appartiennent aux rangs les plus élevés de la société, et les autres aux couches les plus humbles du peuple [...]” (PATROCÍNIO, 1884, p. 6).

⁹⁸ Trad. Livre: “Le chagrin que j’éprouve à me trouver ainsi loin d’eux, au moment où notre chère province de Ceara donne au monde ce noble spectacle, n’est atténué que par cette pensée : aujourd’hui même je serai le dernier dans une réunion où à côté de Victor Shoelcher, le légendaire défenseur des esclaves du tous pays [...]” (PATROCÍNIO, 1884, p. 6).

⁹⁹ A abolição no Ceará ocorreu primeiro na vila de Acarape, atual Redenção, nome dado em alusão à libertação dos escravizados. O movimento abolicionista era intenso no local e contava com o apoio dos moradores.

Na edição de 9 de dezembro de 1881, Joaquim Nabuco escreve “aos abolicionistas brasileiros”, antes de partir a Londres, onde fica até 1884. O texto, na verdade, é um desabafo político, diante da dupla derrota que sofreu. Ele tenta se reeleger mas, primeiro, não consegue lugar na chapa pelo Partido Liberal, em Pernambuco, depois é derrotado na candidatura pela Corte para a Câmara dos Deputados. Diz Nabuco:

O modo pelo qual o meu nome foi repellido pelo distrito da corte, mostra bem que na atualidade nada eu poderia fazer para convencer os que são mais diretamente interessados no problema da extinção da escravatura, de que não promovi essa aspiração por ódio a nenhuma classe, mas tão somente por puro e desinteressado patriotismo, por amor ao bom nome deste país. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 9 de dez. 1881, p. 3).

Lamenta não poder servir à emancipação de outro modo, “[...] senão renunciando a tudo o que a escravidão atualmente oferece aos que transigem com ela: as posições políticas, a estima social, o respeito público.” (Idem). De fato, o abolicionista estava diante de um jogo político, que nem mesmo a reconhecida oratória e a nobreza familiar lhes foram suficientes para obter o apoio de que precisava para se reeleger. A primeira eleição de Nabuco “deveu-se, em grande parte, ao voto das populações urbanas do Recife. O povo enfrentou as oligarquias e votou no candidato abolicionista. A grande maioria da população urbana, no entanto, se bem que simpática ao abolicionismo, não tinha direito a voto.” (COSTA, 2001, p. 81).

Embora o ano de 1881 tenha sido um período de reforma eleitoral, não significa que tenha havido avanço político. Pelo contrário, além de manter o voto nas mãos das elites tradicionais, como os grandes proprietários, nada mudou, mesmo tendo como objetivo aumentar a participação do eleitorado urbano. “Depois da reforma, o número total de votantes era ainda menor do que nos anos anteriores.” (COSTA, 2001, p. 81). Segundo registro do Senado, “na primeira eleição sob o império da lei Saraiva, em 31 de outubro de 1881, compareceram 96.411 eleitores, para um eleitorado de 145.296, menos de 1,5% da população [...]” (SENADO, 1881, p. 1). A reforma eleitoral, também chamada de “Lei Saraiva”, teve como redator o deputado Rui Barbosa e foi feita por meio do Decreto nº 3.029 que

[...] proibiu o voto de analfabetos, além de ter adotado eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império: senadores, deputados à Assembleia Geral, membros das Assembleias Legislativas Provinciais, vereadores e juizes de paz. Estabeleceu ainda que os imigrantes de outras nações, em particular a elite de comerciantes e pequenos industriais, e os que não fossem católicos, religião oficial do Império, poderiam se eleger, desde que possuísse renda não inferior a duzentos mil réis. (SENADO, 1881, p. 1).

Considerando o Brasil do século XIX um “mar de analfabetos”, como disse José Murilo de Carvalho (2006), se estes estavam de fora do processo eleitoral, evidentemente que o número de eleitores seria bem reduzido. Os escravizados não eram considerados cidadãos, portanto não podiam votar, as mulheres também eram proibidas de exercer o direito de cidadania, logo o sistema eleitoral passou a ser protagonizado por uma minoria. Podemos afirmar que a Lei Saraiva resultou de uma verdadeira cassação aos direitos políticos, legitimando um perfil elitista do eleitorado brasileiro, sobretudo a partir da vinculação entre aquele que poderia se eleger e a posse de renda. A reforma eleitoral de 1881 traz consequências para os abolicionistas, evidenciando, segundo o texto de Nabuco, “[...] os que exultam porque desapareceu da câmara a pequena minoria abolicionista da passada legislatura, e porque o partido liberal vai emular com os antigos adversários da lei de 28 de setembro, no respeito à ordem de coisas, criada pela escravidão.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 9 de dez. 1881, p. 3). Observamos que a mesma Lei que deixa de fora do sistema eleitoral a grande maioria dos brasileiros, inclui o imigrante estrangeiro como portador de direitos políticos, bastando para isso, apresentar renda, como explicitado na citação acima.

As edições de 10 e 11 de dezembro de 1881 são matérias sobre estupro, narrativas que abordam a violência, a impunidade e a trama policial. A primeira, sob o título “Crime Misterioso”, apresenta o caso de uma escravizada, internada há dias em estado grave, depois de ter sido estuprada pelo seu proprietário e mais dois criados, na frente deste e sob seu consentimento. Relata a negação do fazendeiro, não do estupro em si, mas da responsabilidade com a vítima, por tê-la vendido há três anos. Cobra uma posição da polícia, e diz que “o caso da escrava Monica não é isolado. Apenas é um dos poucos que chegam ao conhecimento público.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 1881, p. 1). Em seguida, o redator informa que houve contradição no segundo depoimento, o que “uma das pessoas que ouviu as declarações [...] afiança-nos ser o Sr. barão da Penha vítima de uma tremenda calúnia, de que Mônica é apenas o instrumento.” (Idem). Ou seja, a escrava, violentada e no hospital em estado grave, passa da condição de denunciante a acusada. Apenas um instrumento, um meio para se obter algo, destituído de qualquer valor.

Os horrores da escravidão já não passavam em branco, com denúncias e repercussão na sociedade, o que aumentava a participação na luta pela causa. Os grandes teatros abriram as portas para os abolicionistas, realizando festivais, cuja renda era destinada a compra de alforria. Na primeira página da *Gazeta de Notícias* do dia 6 de

fevereiro de 1882, sob o título “Europa”, matéria aborda a oratória do senador Silveira Martins, durante o festival abolicionista, realizada pela *Associação Central Emancipadora*, no teatro *Recreio Dramático*¹⁰⁰.

Depois de se fazer ouvir o orador inscrito, que ao terminar foi muito aplaudido, tomou a palavra o Sr. Silveira Martins, do camarote do bocca, onde se achava [...]. O Sr. Senador, referindo-se à sua posição no parlamento, onde tinha uma tribuna para dali advogar as suas ideias e a causa que a si tomara, declarou que, ao vir assistir a conferência, nem sequer cogitara da possibilidade de usar da palavra. Que a questão da abolição do elemento servil não era uma questão de partidos, porém sim da humanidade e da humanidade inteira: S. Exa. e seus colegas rio-grandenses defendendo-a seguem a corrente das ideias, e hasteiam a bandeira nos arraiais do partido liberal, prestes a resignar o poder, antes que o partido adverso venha a realizar a reforma, ele que já decretou a emancipação do ventre. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 6 de fev. 1882, p. 1).

A fala do senador referia-se à lei de 28 de Setembro de 1871 (Ventre Livre), apresentada pelo Visconde do Rio Branco, do partido conservador. Em seguida, o redator afirma que Silveira Martins, do Partido Liberal, e seus comprovincianos no parlamento estão em oposição ao atual ministério, porque veem no seu programa o mesmo do outro partido. E acrescenta: “Não se acham em contradição com o seu procedimento anterior: já se bateram pela elegibilidade dos acatólicos e dos naturalizados, isto é, pela liberdade dos estrangeiros: pugnam agora pela liberdade dos escravos, corolário daquela medida.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 6 de fev. 1882, p. 1).

A edição 134, de 16 de maio de 1882, traz matéria que relata sessão da Câmara Municipal de Cachoeira, província da Bahia, relatando a fala do vereador tenente Francisco Xavier Vieira Gomes, em debate com os demais vereadores acerca de um requerimento a ser levado à Assembleia provincial. O tema era “[...] a extinção do elemento servil”, colocado como “[...] uma das maiores aspirações do país.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 16 de mai. 1882, p. 2). A proposta era apresentar à Assembleia provincial pedido de inclusão no orçamento do ano seguinte de verba suplementar destinada ao fundo de emancipação para libertação de escravos. Os efeitos da Campanha abolicionista já começavam a chegar ao interior, tanto que o parlamentar deseja que a cidade de Cachoeira “seja a primeira a dar o

¹⁰⁰ O Teatro Recreio Dramático ficava na rua Espírito Santo, atual 21 de Abril, próximo à Praça Tiradentes. O prédio era uma antiga fábrica de sabão, adaptado para o teatro em 1877, com o nome de Teatro *des Varietés*. Ganhou o nome de Recreio Dramático em 1880. Abrigava até duas mil pessoas no interior e nos jardins, onde era possível assistir a espetáculos de grande sucesso. Fonte: Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/artigos/antigos-teatros-do-rio-de-janeiro-o-recreio-dramatico>. Acesso em: 19/11/2014.

nobre exemplo, digno por certo de ser pelas outras imitado”. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 16 de mai. 1882, p. 2).

Jornalista engajado na luta pela abolição, José Ferreira de Menezes, dono do Jornal *Diário da Tarde*, morre em 1881. Um ano depois, seus colegas abolicionistas decidem oferecer 500\$ ao *Club dos Libertos de Nictheroy* para a libertação de um escravizado. “[...] A melhor maneira, sem dúvida de prestar uma homenagem aquele grande batalhador que tanto e tão nobremente se esforçou pela santa causa da emancipação dos escravos.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 6 de jun. 1882, p. 2). O escolhido era um homem negro, que ao ser perguntado se conhecia o endereço do abolicionista João Clapp, levou gentilmente o interessado ao local desejado. De acordo com o texto, “o escravo em questão, moço e válido, tem valor três vezes superior à quantia que era oferecida por sua liberdade.” (Idem). Logo, o Sr. Clapp, por parte do Clube, oferece mais 200\$, comprando, sem resistência, a liberdade de Manuel, cuja carta de liberdade “[...] hoje será entregue [...], em honra à memória de Ferreira de Menezes.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 6 de jun. 1882, p. 2).

Desse modo, a Campanha ia ganhando fôlego e conquistando a opinião pública. Seus atos interferiam nas convicções dos políticos escravocratas, já confrontados com a contradição entre um país de sistema baseado na violência, exploração e ganância, de um lado, e seu modelo, a Europa, de bases liberais que experimenta transformações econômicas, políticas e sociais, do outro. Tais valores advinham de um capitalismo emergente. Os abolicionistas se articulavam e tudo era motivo para aumentar a propaganda libertadora.

Aniversários, casamentos, bodas, nascimentos ou falecimentos serviam de cenário para as festas de entrega das cartas de alforria. Nas reuniões, de preferência públicas, descritas pelos jornais como produto do esforço dos abolicionistas, enfatizava-se a generosidade dos senhores. (MACHADO, 2003, p. 6).

Os intelectuais abolicionistas enfrentavam a oposição de parlamentares, explicitada em discursos ou silenciando, como foi o caso do conselheiro Martinho Campos, denunciado por um dos fundadores da Libertadora Cearense¹⁰¹, associação abolicionista, José Correia do Amaral. Ele escreveu uma carta sob o título “Ao Sr. Martinho Campos” e enviou ao jornal *Gazeta de Notícias*, que publicou dia 4 de julho de 1882. Fazendeiro em Minas Gerais, político chefe do Partido Liberal, por sua província, o senhor Campos era

¹⁰¹ A Libertadora Cearense, associação abolicionista, foi fundada em 1880 por João Cordeiro, José Correia do Amaral, Frederico Borges, José Marrocos, entre outros. A Libertadora “[...] um ano depois de sua fundação conseguiu a adesão de todos os tipógrafos da cidade de Fortaleza, que se comprometeram a não mais compor artigos contra o ideal abolicionista.” (MOURA, 2004, p. 242).

um anti-abolicionista convicto. Na carta dirigida a ele, o autor é direto: “o Sr. Conselheiro Martinho Campos não falou sobre o elemento servil na Fala do Trono. Esse importantíssimo e augusto relatório da soberana majestade da nação não mencionou, entre as necessidades do país, a mais grave e urgente de todas, que é a extinção do instituto cativerista.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 4 de jul. 1882, p. 2). Em seguida diz que o conselheiro ameaçou D. Pedro II.

‘dizem que o Rei quer a abolição; ele não quer, não; mas se quiser, nós a aceitaremos juntamente com a república. Estamos combinados’. Era uma noite fria e tiritante de inverno em Niterói, mas Sua Exa. estava ardendo e quentíssimo. Por essa ocasião disse palavras injuriadas aos brasileiros do norte, e declarou que o norte conspirava. Sua Exa. foi rude nas invectivas e mostrou-se menos delicado do que qualquer um poderia supor.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 4 de jul. 1882, p. 2).

Embora a matéria seja uma acusação, consta na citação da fala do conselheiro escravista o tom da sua linguagem. A ameaça substitui o argumento. Era um recurso dramático, considerando que o país vivia um momento singular do despertar da consciência, senão de toda crítica, porque era incipiente o processo de formação de cultura, ao menos por uma causa particular: a libertação dos escravizados.

A menos de cinco anos da abolição, o tráfico ainda era motivo de debate na imprensa, como mostra matéria publicada em 2 de junho de 1883, na *Gazeta de Notícias*. “Sua Exa. não quer fazer respeitar a Lei de 1831 que proibiu o tráfico de africanos”. Assim conclui a primeira frase da matéria, afirmando ser do conhecimento geral o jogo do Sr. conselheiro Lafayette, “[...] a respeito de uma das faces da questão do elemento servil.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 2 de jun. 1883, p. 1). Lafayette Rodrigues Pereira, o conselheiro Lafayette, era proprietário de terras. Foi advogado, jurista, jornalista, ministro e senador do Império. Interessante observar que mesmo sendo ministro do Império era republicano assumido, tendo assinado manifesto pró-república, como sinaliza a matéria. Questionado se ainda era vigente a lei de 1831, que proibia o tráfico, a resposta teria sido “[...] pode ser que sim, pode ser que não.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 2 jun. de 1883, p. 1). A frase, como assinala o próprio texto com propriedade, revela o caráter ético dos políticos da época, o nível de compromisso, e carrega “[...] em si a moralidade de toda a nossa política.” (Idem). Mais a frente, denuncia as fraudes nas práticas cotidianas das relações de ganância dos senhores-políticos-senhores, dentre elas, a venda de escravos nascidos livres pela Lei de 28 de setembro. Responsabiliza D. Pedro II por tais atos e sinaliza para sua desmoralização:

A fama de monarca sábio e ilustrado é um castelo em Espanha e não resistirá ao tempo; na próxima viagem à Europa, ao invés dos ecos da lei

de 28 de setembro, que da outra vez chegaram lá como indício de uma grande ação generosa, chegará agora esta triste verdade, que não só nada se fez no presente para melhorar a sorte dos escravos, mas que se calça diariamente aos pés, com plena ciência de Sua Majestade, o Imperador [...]. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 2 jun. de 1883, p. 1).

As contradições atravessam as relações, não importa qual o sujeito da ação. Ser republicano ou liberal não era garantia de apoio ao africano escravizado e à luta pela liberdade. Isso porque havia de tudo no Brasil do século XIX, como políticos que desejavam a república, mas não defendiam nem os ideais republicanos, nem os democráticos, no sentido estrito da palavra¹⁰². “Até meados do século, o discurso, ou o silêncio de todos, foi cúmplice do tráfico e da escravidão.” (BOSI, 2010, p. 217). Ou seja, nem mesmo os liberais seguiam suas ideias, considerando que o liberalismo¹⁰³ brasileiro,

[...] parcial e seletivo, não era incongruente: operava a filtragem dos significados compatíveis com a liberdade intra-oligárquica e descartava as conotações inoportunas, isto é, as exigências *abstratas* do liberalismo europeu que não se coadunavam com as *particularidades* da nova nação. (BOSI, 2010, p. 217).

A historiografia mostra que o modelo político brasileiro seguia uma orientação própria, de acordo com a realidade local, os interesses dos fazendeiros, dos políticos, da elite, cuja disputa se dava entre os mesmos. Nessa arena de intelectuais plenos de interesses políticos e econômicos, a cultura emerge de forma tímida, desenhando uma sociedade civil que só veio a se formar ao longo do século XX. Na disputa, a Campanha abolicionista pode ser lida como a precursora de uma imprensa importante para a formação da opinião pública. Foi assim durante os últimos anos que antecederam a abolição, com fortes apelos pela causa, demonstrados cotidianamente nos jornais. A libertação dos escravizados no Ceará foi explosiva. A *Gazeta de Notícias* dedicou a edição número 85 ao tema.

¹⁰² Etimologicamente, república, vem do latim *res pública*, significa coisa pública, governo de muitos, coletivo. Já democracia vem do grego *demos* = povo; *cratos* = poder, Estado. Celso Lafer observa que “existe um hiato entre os princípios republicanos e a realidade nacional. Não é esta a Nova República com que sonhamos, podemos todos hoje dizer, repetindo o que disseram, logo em 1890, próceres republicanos.” (LAFER, 1989, p. 222).

¹⁰³ Liberalismo, segundo Bosi, é “[...] um conteúdo pleno e concreto, equivalente a ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia.” (BOSI, 2010, p. 195).

Figura 6 – Manchete “Homenagem a Província do Ceará” – Gazeta de Notícias



Exemplar do jornal impresso *Gazeta de Notícias* com a repercussão da abolição na província do Ceará. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Com discurso incisivo, a matéria intitulada *A abolição* traz narrativa de caráter emocional, utilizando elementos da natureza e do romantismo para falar da liberdade.

Nossos campos, nossas vargens e encostas, hoje enristecidas pelas monotônias do eito, por esses gemidos saídos do peito despedaçado pelas saudades da África e daqueles que foram separados pela força, entoarão em breve os hinos festivos do colono feliz, senhor da terra que ele vai cultivar, regando-a com seu suor, não mais com seu sangue! (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25 de mar. 1884, p.1).

O texto, assinado pelo político e um dos diretores da Sociedade Central de Imigração¹⁰⁴, Dr. Ennes de Souza, fala de uma América livre, de um país onde “todos serão cidadãos perante a lei” e não mais dividido em duas classes: “a dos opressores e dos oprimidos; a dos senhores e dos escravos.” (Idem). Termina com um desafio: “Contra 18 mil proprietários de escravos protestam 12 milhões – os habitantes livres do Brasil! Contra a senzala protesta a moral e a família! Contra o eito protesta o colono! Contra a escravidão, a liberdade.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 25 de mar. 1884, p. 1).

O Movimento mostrava que a luta pela abolição não tinha volta, evidenciado a partir da decisão do Ceará de antecipar o processo e declarar livres os escravizados daquela província. Assim, “[...] reivindicando os seus direitos, entra triunfalmente no agremiamento dos povos livres e vai ocupar o lugar de honra que lhe é destinado pelas nações civilizadas.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 25 mar. 1884, p. 1). Na matéria, a referência aos proprietários era cuidadosa: “restitui a liberdade ao escravo, senhores fazendeiros, e tereis nela firmado a vossa incriminalidade perante a História.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 25 de mar. 1884, p. 1). Outra matéria publicada no mesmo dia ressalta a importância do ato de abolição na província do Ceará ao afirmar que “o dia 25 de março de 1884 passa a registrar-se na história como uma das mais brilhantes datas da iniciativa popular no Brasil.” (Idem). São muitas as frases de efeito: “longo tem sido o sono, criou vergonha por fim o Brasil!”. (Idem). Mas há também algum reconhecimento de que a decisão isolada do presidente daquela província, Sátiro de Oliveira Dias, não era usual, mas sinalizava uma possibilidade de mudança no *ethos* nacional. “Não há dúvida que se trata de um fenômeno anormalíssimo, que incontestavelmente denota a aproximação de sérias modificações no caráter brasileiro.” (Idem, 1884).

Na edição 132 de 11 de maio, a *Gazeta* publica ofício recebido do Club da Lavoura e Comércio¹⁰⁵ de Barra Mansa. O texto é uma convocatória de reunião junto aos lavradores, comerciantes, homens do trabalho, a fim de debater uma maneira de encerrar o

¹⁰⁴ A Sociedade Central de Imigração foi fundada em 1883. Tratava-se de uma “[...] instituição particular que tinha a incumbência de organizar o processo de imigração [...] no Rio de Janeiro.” Ver: (CRYSOSTOMO; VIDAL, 2014, p. 11).

¹⁰⁵ Em nota de rodapé, Lusirene Celestino França Ferreira cita Louis Couty, médico francês, para quem “os Clubes da Lavoura foram criados a partir da iniciativa privada dos fazendeiros. [...] Assim que a ideia de uma abolição imediata entrou na pauta dos abolicionistas, os proprietários de escravos se reuniram e, rapidamente, as associações dos fazendeiros se proliferaram no interior das províncias do sudeste. Segundo Couty, grandes proprietários se reuniram e ‘protestaram contra os exageros de um abolicionismo sentimental que, dando aos negros a esperança de uma mudança imediata, põem em perigo a vida dos fazendeiros e do país.’” (FERREIRA, 2014, p. 12). Disponível em: <http://www.escravidao e liberdade. com.br/site/images/Textos. 6/ lusireneferreira.pdf>. Acesso em: 10/12/2014.

“[...] modo violento com que alguns indivíduos atacam a propriedade escrava, ao ponto de pôr em perigo a vida e segurança dos seus donos e de fazer paralisar a fonte principal de riqueza pública – a lavoura.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 11 de mai. 1884, p. 1). O medo passa a fazer parte da vida dos fazendeiros, que veem a abolição do Ceará como um incentivo à rebeliões em buscas de novas liberdades. A resistência aparece claramente, como declaração publicada na edição 06, de 6 de janeiro de 1885, pelo deputado liberal, Carlos Antônio de França Carvalho. Diz o texto: “Na minha circular já fui bem explícito sobre a questão do elemento servil. Anti-abolicionista, sou contrário ao projeto do governo.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 6 de jan. 1885, p. 1).

A matéria de 6 de janeiro sobre o “tráfico e a escravidão nas antigas colônias europeias” aborda comércio intenso de africanos, afirmando que “[...] os ingleses comprovam trinta mil por ano na costa da África [...]”. A revenda de escravos gerava lucro e a transação aumento nas exportações de produtos manufaturados. Diz o texto que foram transportados da África para as Antilhas, no período de 1730 a 1779, mais de trezentos mil negros e que Liverpool era o centro do tráfico. Somente após o levante do Haiti, resultando na abolição da escravatura em 1794 o tema tomou outra dimensão. O texto ressalta os efeitos dessa revolução no consciente dos escravocratas, fazendo crescer o medo de novas rebeliões. Cita a Inglaterra, que após abolir a escravidão em 1834 passou a pressionar os demais países. O curioso é que a matéria critica a escravidão no mundo e ao mesmo tempo condena a abolição imediata, defendendo a distribuição de terra de forma voluntária. “Que se dê ao negro agricultor algumas geiras de terra para que ele as cultive como sua propriedade futura, e ver-se-á em poucos anos que essa simples recompensa será para o escravo tão valiosa como a liberdade.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 6 de jan. 1885, p. 1).

Os abolicionistas lamentavam a lentidão das conquistas em prol da liberdade dos escravizados. Matéria de 29 de setembro de 1885 fala do festival promovido pela Confederação Abolicionista no Teatro Recreio Dramático, reunindo as diversas sociedades abolicionistas para comemorar o aniversário da lei do Ventre Livre e debater a recém aprovada Lei dos Sexagenários. Dentre os oradores cita João Clapp, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, este sendo “constantemente interrompido por aplausos entusiásticos do auditório”. Cita o orador: “não há lei no mundo – e quanto mais esta em que os interesses da pirataria são servidos por herdeiros dos piratas – que faça abafar a consciência do povo quando ela irrompe indignada.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 29 de set. 1885, p. 1). O projeto da Lei dos Sexagenários, também chamado Lei Saraiva-Cotegipe, foi apresentado em 1884 e a ideia era libertar todos os escravizados a partir dos 60 anos. Diante de manobra dos

cafeicultores de São Paulo, o projeto foi modificado, aumentando o teto de idade para 65 anos e aprovado em 28 de setembro de 1885¹⁰⁶. Patrocínio, convencido de que somente a pressão colocaria fim à escravidão, incentiva a fuga de escravizados. Se auto define sem imunidade parlamentar e complementa: “[...] o orador que é pobre, que é negro e que é plebeu, declara ao Império que há de sentar-se no banco dos réus porque a sua casa é casa franca para o escravos fugidos.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 29 de set. 1885, p. 1).

O discurso inflamado permeia a sociedade, vindo de oradores nos teatros, nas ruas, nos cafés, na imprensa. Mas os opositores também insistem nas críticas, como diz a narrativa contra Joaquim Nabuco, “um abolicionista sui generis”, acusando-o de falta de fundamento nas suas atividades. “Quando deputado da fábrica de janeiro de 1873, agitou sem plano, sem provas e sem sistema a questão servil.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 9 de jul.1886, p. 1). A crônica de 19 de setembro já começa dizendo que “sem sair do terreno da política [...]”, a crônica não é política, mas “simples relatório de fatos evidentes”. Narra questões apresentadas pelo deputado por Minas, Célio Junior, ao presidente do Conselho, Barão de Cotegipe, e suas respostas lacônicas e achincalhadas. Ao ser questionado acerca da validade da lei de 1831 (proibição do tráfico negreiro), considerando que esta não havia sido revogada, Cotegipe responde “que nada tinha com isso.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 9 de jul.1886, p. 1). A segunda questão¹⁰⁷, o presidente do Conselho repetiu a resposta anterior, acrescentando “[...] que escravo era escravo mesmo.” (Idem). Por fim, Célio Junior “[...] perguntou se o governo não cuidava de tratar da sorte dos ingênuos que a lei Rio Branco obrigara-se a amparar”, ao que responde Cotegipe: “aos particulares cabia cuidar da sorte de tais ingênuos.” (Idem). A narrativa revela o nível de comprometimento tanto do governo como dos políticos, deixando transparecer o quão era insignificante a vida do homem escravizado. Se o valor do indivíduo no primeiro momento era comercial, baseado na opressão, no final do século XIX passou a ter valor de senha para possibilitar o acesso do país a era industrial, seguido da omissão.

O processo de coisificação levado a cabo desde o início do tráfico de africanos foi fiel ao término da escravatura. São Paulo sai à frente ao afirmar que a transição do trabalho

¹⁰⁶ A aplicação dessa Lei era de pouca valia, considerando que “[...] a escravidão moderna, com que se fez a colonização das Antilhas e das Américas, era um sistema impiedoso – quando, por exemplo, a lavoura do café se espalhou pelo vale do Paraíba, entre Rio e São Paulo, um trabalhador não aguentava mais de 10 anos. Fosse comprado aos 15, morreria, provavelmente, antes dos 30 anos.” (SANTOS, 2010. p. 27).

¹⁰⁷ O deputado Célio Junior perguntou ao Barão de Cotegipe “[...] se os escravos que têm de ser todos libertados por força da idade, à vista da última lei sobre o elemento servil, não mudarão de condição, pois que são escravizados que caminham para a libertação, isto é, indivíduos que não são mais objeto de posse absoluta, porém de posse temporária.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 19 DE SET. 1886, p.1).

do elemento servil para o trabalho livre se dará a partir da iniciativa da lavoura das províncias locais, de abolir a escravidão, ao mesmo tempo que desenvolve ações de incentivo a imigração. A medida é anunciada como um engrandecimento do espírito público.

Os paulistas desde que foi votada a primeira lei de 28 de setembro compreenderam que estava de vez acabada a escravidão, não somente porque ela foi estancada no ventre da mãe escrava, mas porque a evolução do espírito nacional havia de exibir rapidamente a consagração de medidas que apressassem o término daquele vicioso sistema de trabalho. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 5 de nov. 1886, p. 1).

Diz o texto que todos os esforços vem sendo feitos para o processo de transição, como reforço de orçamento, reserva anual de seiscentos contos de reis para compra de passagens de imigrantes, criação de associações, a fim de aumentar a corrente imigratória. É contraditório perceber que São Paulo avança na questão da abolição da escravatura, considerando se tratar de uma das províncias mais conservadoras e de maior resistência à proposta. Por ser território com grandes concentrações de fazendas de plantações de café e de utilização da mão-de-obra escrava, os proprietários não concebiam a libertação dos escravizados.

Contudo, os paulistas perceberam a transformação do trabalho e agiram rápido. Ou seja, diante de seus interesses, não havia mais dificuldades e logo começaram a se organizar para *se livrarem dos cativos*, dando início “[...] a libertação do litoral para o centro, das cidades para o interior. O município de Vicente já não tem mais nenhum escravo. Santos tem 30, dentro em poucos dias a comarca estará libertada.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 5 de nov. 1886, p. 1). No final do ano seguinte eram poucos os escravizados em São Paulo. Matéria de 17 de dezembro de 1887 traz lista de vários municípios que tinham decidido pela libertação. A expectativa era libertar todos os que ainda se encontravam em cativeiro num prazo máximo de três anos. Assim, fazia-se a transição do trabalho, evitando a libertação imediata, que eles tanto temiam e sem prejuízo para a lavoura. Além disso, ainda se colocavam como bons patriotas, por terem antecipado a abolição em nível nacional. Já ao futuro ex-escravizado cabia a ele decidir o que fazer com a sua liberdade. Uma liberdade formal, desacompanhada de qualquer ação política capaz de inseri-lo na cultura de um país em marcha para sua própria libertação.

4.3. Cidade do Rio

O jornal *Cidade do Rio* (1887-1902) foi fundado por José do Patrocínio, intelectual negro, jornalista, propagandista defensor da abolição e também dono do jornal *Gazeta da Tarde*¹⁰⁸. Nasceu de um projeto inovador, com o propósito de ser moderno, sólido e influente, traz propostas de jornalismo “inspirado no *New York Herald*”, afirma Bahia (2009). Alcança sucesso no início, vira líder de mercado nas vendas, mas dura apenas cinco anos e acaba em 1902. Na época, muitos jornais tinham duração efêmera, quer seja por questões políticas ou por falta de recursos financeiros. No plano empresarial, a novidade, como afirma Bahia (2009), foi a antecipação em cinquenta anos aos grandes jornais, ao inaugurar um restaurante com almoço e jantar para os trabalhadores. Mas mesmo atingindo a liderança de vendas no Rio, o jornal não sobrevive e a empresa acaba se endividando e encerrando as atividades.

No jornal *Cidade do Rio*, a notícia era mais importante que a opinião, além da produção editorial moderna, que fazia o impresso ser bem recebido pelo público. Na época era considerado “[...] um dos jornais com possibilidade de êxito [...] pelo programa inovador que apresentava. É, no seu tempo, o primeiro a pretender seguir o padrão americano de informação.” (BAHIA, 2009, p.148). Destacou-se pela qualidade dos redatores, dentre eles Olavo Bilac, Guimarães Passos, Luís Murat, Coelho Neto, Aluísio Azevedo e Paula Ney. Jornal abolicionista defende a abolição da escravatura de forma imediata e de modo incondicional. Os jornais *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias* e *Diário da Tarde*, também de Patrocínio, “[...] nos meses finais que antecederam a extinção legal do cativo, foram os baluartes da luta contra o cativo”, (MACHADO, 2010, p. 54).

O jornal tem apenas quatro páginas e é dividido em seis colunas. Na primeira página, no alto, aparece o nome do jornal, em caixa alta, e logo abaixo, centralizado, a propriedade e direção de José do Patrocínio. Ainda no cabeçalho, à esquerda, vem o ano e o endereço da redação e tipografia, à rua do Ouvidor, curiosamente, numerada a direita e à esquerda pelo número 74. Ao centro estão local, Rio de Janeiro, e data; e à direita aparecem os valores de venda, pelo preço avulso de 40 réis, além do número do periódico. As seis colunas são equilibradas com matérias e publicidade. Esta pode ser lida mais na terceira e na quarta páginas. Os textos são separados por assunto (“Telegramas”, “Serviços da agência Havas”, “Na Corte”, “Correio das Câmaras”, “Política externa”, “Turf”, etc.). O

¹⁰⁸ José do Patrocínio adquiriu o jornal *Gazeta da Tarde* em 1881, após a morte de José Ferreira de Menezes, proprietário anterior, e o dirigiu até 1887. Intelectual negro, Patrocínio foi farmacêutico, jornalista, escritor e político. É considerado um dos maiores líderes do abolicionismo no Brasil.

jornal *Cidade do Rio* publica tudo o que possa contribuir para o fim do escravismo, como denúncias de violência contra escravizados, debates contra o sistema econômico, eventos para a arrecadação de dinheiro voltado à compra de alforria, dentre outros.

Em publicação de 5 de outubro de 1887, o jornal deixa ver que a Campanha atingia não só a cidade, mas também o meio rural.

Diz a *Imprensa Ytuana* que, tendo um fazendeiro do município de Itatiba ido a roça examinar o serviço de seus escravos, em vez de encontrá-los no eito, os achou todos reunidos e atentos ao redor de um outro, a ouvi-lo ler na *Província de São Paulo* o resumo de um discurso do conselheiro Dantas. (*CIDADE DO RIO*, 5 de out 1887, p.1).

A notícia ratifica a prática da comunicação oral e o interesse das pessoas pela leitura, como visto na *Gazeta de Notícias*. Revela a existência de letrados entre os homens e mulheres escravizados/as, mesmo entre aqueles que trabalhavam no eito. Na mesma notícia do Conselheiro Dantas, a crítica a seguir vai para os aliados do conservador e escravista, Barão de Cotegipe, um dos autores da Lei do Sexagenário: “Diante deste exemplo, venham todas as gerações de Cotegipes havidas e por haver soffrer o movimento abolicionista que cada vez mais se avanta em sua gloriosa marcha.” (*CIDADE DO RIO*, 5 de out 1887, p. 1).

As cartas de denúncias também davam mostras da insustentabilidade moral do sistema escravista no país. A coluna, intitulada “Tragédias negras”, relata por meio de carta particular enviada ao jornal, a denúncia de crime por castigo físico contra libertos. O primeiro parágrafo é impossível de ser lido devido ao estado de desgaste do jornal. Em seguida, já na segunda coluna da primeira página, diz a matéria.

Acaba de dar-se aqui um crime horrível. Na fazenda Bonança, do Dr. Davino F. de Carvalho e Silva, foram assassinados quatro homens libertos, que tinham de prestar serviços ao doutor por mais um ano. Como se houvessem ausentado para casa do sogro do mesmo doutor, este os mandou buscar, com auxílio da polícia, algemados e, quando os apanhou em casa, mandou-os surrar, do que resultou falecerem três, logo após os castigos bárbaros, e o quarto no fim de alguns dias. A polícia seguiu para lá a fazer inquérito. Do que se passou não sei, mas é muito possível que nada aconteça ao célebre doutor, pela proteção que tem do chefe conservador. O administrador e feitor já estão presos na cadeia desta vila, mas o maior culpado, o Dr. Davino, que mandou e consentiu os castigos bárbaros, este dizem que fugiu; mas V. Exa. compreende bem o que quer dizer esta fuga. O quarto homem assassinado morreu quando a polícia lá estava. (*CIDADE DO RIO*, 13 de out 1887, p. 1).

O relato deixa clara a banalidade da morte dos “de baixo”¹⁰⁹, praticada secularmente, e a institucionalização da violência, em contraposição a um aspecto teatral de busca oficial de desvendamento do crime. É da escravidão moderna americana, diz Joel Rufino dos Santos, a origem da tortura, ao exigir “[...] a transformação do trabalhador em animal ou coisa.” (SANTOS, 2010, p. 27). De fato, como se sabe, é dessa época a ampla utilização de instrumentos de castigo físico (tortura), compreendidos pelos fazendeiros como exemplos contra fuga ou tentativa de rebelião.

Já na coluna intitulada “Movimento Abolicionista”, matéria de 15 de outubro de 1887 fala de abolição voluntária. “No município de Limeira o capitão Antônio Olegário de Barros declarou livres todos os seus escravos nas fazendas: [...]” O nome da primeira fazenda citada é impossível de ler, devido ao estado do jornal. As demais fazendas são: “[...] Santa Maria e Barreiros.” Diz a matéria que foram mais de 200 as libertações, mas condicionadas a trabalhos obrigatórios até 1889. Também “no Amparo o Sr. Elyseo de Campos [palavra impossível de ser lida] declarou por escrito, no Livro de ouro da câmara municipal de S. Paulo, livres todos os seus escravos, de 7 de setembro de 1889 em diante.” (CIDADE DO RIO, 15 de out.1887, p. 1).

A língua francesa era tão usual entre os intelectuais que aparece até em título de matéria. *Que voulez-vous?* (O que vocês querem?) foi estampado na primeira página do dia 5 de novembro de 1887, em referência a uma publicação da véspera do jornal *Étoile du Sud*¹¹⁰. A questão do autor, diz o texto, é saber o que querem e o que desejam os abolicionistas. O redator atribui tal pergunta ao adversário Henrique Morel, a quem chama de pequeno articulista e de ingênuo. Responde que o que os abolicionistas querem é a abolição. “Por que meio – perguntará ainda o abelhudo pequeno.” Não hesita em responder: “Por qualquer meio, pois que em semelhante questão admitimos em absoluto [...palavra incompreensível] *o fim justifica os meios*, e todo caminho que nos levar ao nosso ponto de chegada, isto é, à extinção do elemento servil, parece-nos bom e honesto.” (CIDADE DO RIO, 5 de nov. 1887, p. 1). A frase seguinte deixa clara a intenção principal da Campanha: “E como consideramos a nossa opinião de acordo com as necessidades da nossa pátria, aplaudimos sem reboços o procedimento dos escravizados de Capivary [...]” (CIDADE DO RIO, Idem). Ou seja, o apoio dos abolicionistas aos escravizados e a

¹⁰⁹ Conceito usado sociologicamente para situar o pertencimento das classes sociais, como a burguesia e o proletariado.

¹¹⁰ Jornal fundado por franceses em 1874, considerando a presença francesa no Peru no período colonial, desde o século XVII, diante das negociações econômicas com as américas. Assim como as demais publicações, o jornal tem vida efêmera. Ver: Riviale (2014).

aprovação à liberdade incondicional não tem o sujeito em si como foco da libertação, mas sim a certeza de que a abolição abolirá o país de um sistema anacrônico, portanto incompatível com a modernidade e a experiência da industrialização, estes sim, ardorosamente desejados.

As fugas e/ou tentativas de rebelião eram anunciadas com frequência no jornal *Cidade do Rio*, assim como as reações policiais. Matéria intitulada “Invasão de escravos” informa que “Cerca das duas horas da madrugada de hoje, um grupo de escravos fugidos de diversas fazendas se apresentou do outro lado do norte, junto à ponte do Parahyba, com o fim, dizem, de atacar o quartel e a cadeia.” (*CIDADE DO RIO*, 6 de nov. 1887, p. 1). Em seguida afirma: “a polícia, pressentindo a aproximação do grupo suspeito, deu o alarme, seguindo então do quartel uma força que conseguiu dispersar os assaltantes, que, segundo dizem, eram em número de 60.” (Idem). As notícias também dão conta do número de escravizados presos e denunciados a seus proprietários. A matéria revela o nível de conflito, em franco crescimento na penúltima década do século XIX. Com a Campanha abolicionista e a simpatia da população, os escravizados tensionam por liberdade, a partir de estratégias como o aumento de fugas e a formação de Quilombos. Tal dinâmica faz parte da história da escravidão no Brasil, como observa Clóvis Moura. “[...] A marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desses sistema por parte dos oprimidos.” (MOURA, 1987, p. 13).

Na Igreja do Rosário, local de encontro de abolicionistas e rota de fuga de escravizados, os fiéis ouviam “as palavras eloquentes do reverendo monsenhor Brito, vigário geral do bispado.” (*CIDADE DO RIO*, 7 de nov. 1887, p.1). Segundo a matéria, cerca de cinco mil pessoas lotaram a igreja para ouvir “[...] a brilhante oração do pregador que, tanto definindo os direitos sagrados do homem, como narrando com cores vivas os horrores dos sofrimentos da escravidão, abalou os ouvintes até às lágrimas.” (Idem). Ressalta também “a profundidade [...] dos argumentos com que demonstrou a necessidade de abolir *quanto antes* a escravidão da nossa pátria.” Parte dos argumentos, diz a matéria que o “orador em nome de Jesus, condena a escravidão.” Afirma que o vigário se pergunta “por que *ainda há quem deseje opor barreiras ao movimento que honra a pátria* e que deve atrair para ela as bênçãos do céu.” (Idem). E termina fazendo “as mais incisivas e sensatas considerações sobre o que se está passando no país”. (*CIDADE DO RIO*, 7 de nov. 1887, p.1). Ora, até mesmo o discurso do padre, que reconhece a liberdade como parte intrínseca do ser humano, não deixa de colocar a pátria como o objetivo final da abolição.

Considerando-se o pensamento vigente na época, disseminado em toda a sociedade, o que se observa na contemporaneidade é que “a abolição não apagou a influência da escravidão na sociedade brasileira.” (GORENDER, 2000, p. 54).

Passadas as maiores resistências percebidas desde o começo da Campanha, parecia ser senso comum que a melhor solução para o país seria mesmo a libertação dos escravizados, ainda que estes se mantivessem apenas como pano de fundo da luta. Não por acaso, historiadores afirmam que a abolição era um tema acima dos partidos e das ideologias partidárias, justificando as rejeições e/ou adesões tanto de conservadores como de liberais, assim como de Monarquistas e de Republicanos. Na Coluna “Abolição e República”, publicada dia 27 de março de 1888, diz o texto: “Na atualidade trata-se, com efeito, antes de tudo de ‘fazer-se a abolição’ já e já. E’ o momento psicológico da abolição; não é ainda o da Republica.” (*CIDADE DO RIO*, 27 de mar. 1888, p. 1). A narrativa costura o ideal entre um país livre, moderno e republicano, mas cada um a seu tempo. “Feita a abolição teremos um incontinenti a democracia rural e o regime industrial e econômico, que são os verdadeiros elementos da Republica.” (Idem). Vimos, assim, mais um texto que faz referência à reforma agrária, considerando a “democracia rural” item importante para um governo comprometido com os ideais republicanos.

Na sequência da matéria, diz o texto, assinado pelo dr. Ennes de Souza¹¹¹, que na qualidade de político e cidadão, “não venho profligar, mas investigar se tem havido ou não erro por parte daqueles de meus concidadãos correligionários que têm levantado a bandeira da República acima do lábaro da abolição, ou que têm sustentado esta separadamente daquela... uns e outros dividindo o que deverá estar sempre unido.” (*CIDADE DO RIO*, 27 de mar. 1888, p. 1). Na realidade, o desejo do político estava claro quando este afirmava: “[...] Seja a república o maior bem do mundo, ao bem deve preceder a cessação do mal, que é a escravidão; pois não podemos em nome da liberdade cívica condenar mais por uma hora, por um instante que seja, criaturas humanas às torturas morais e carnis da escravidão.” Ou seja, quando se trata da libertação cívica, a opressão secular passa a ser uma ‘questão moral’. Não importa o sujeito, se escravizado, em diáspora, sem liberdade, inumano; afinal este não existe. Está em pauta em todos os jornais apenas para fazer frente a uma mudança de sistema econômico fundamental. Nesse caso, o afro-brasileiro torna-se um discurso, passa a ser da ordem do simbólico, como percebemos nas diversas narrativas. Em primeiro lugar, o país que, como sabemos, na esfera do poder e das decisões é branco.

¹¹¹ Político do Partido Republicano e um dos diretores da Sociedade Central de Imigração.

O jornal *Cidade do Rio* também publicou matérias ressaltando “a grande obra da redenção dos escravizados” para referir-se a fazendeiros de São Paulo e também do Rio, que decidiram libertar todos os seus cativos, mesmo antes da decisão nacional. Certamente, não se tratava de mudança de caráter dos proprietários, os conhecidos “senhores”, mas de substituição de mão-de-obra, a partir do incentivo à imigração de operários vindos de países da Europa. E diz o texto: “A escravidão não pode viver mais um dia. Não podemos consentir que esse vampiro suga mais uma gota do sangue de nossos concidadãos”. (*CIDADE DO RIO*, 27 de mar. 1888, p. 1). Interessante observar que o “vampiro” é a própria escravidão, como se esta existisse por si só, sem a ação do homem, do proprietário de terra, do fazendeiro, do político, muitos deles agora envolvidos com a Campanha abolicionista, condenando o mesmo ato do qual participaram como agentes ativos e dele se beneficiaram.

Há ainda notícias de libertação em diversos municípios do Norte do país, cujos protagonistas recorrem à imprensa local, apelando à nação para fazer a abolição imediata e incondicional. “O movimento abolicionista é extraordinário,” diz o texto, publicado dia 6 de abril de 1888, após criticar a posição da Coroa de oscilar entre o recuo e o avanço no processo da abolição. Afirma que esse é o momento de avanço, em referência ao gabinete João Alfredo, que substituiu o anti-abolicionista Cotegipe, e que a regente terá todo o apoio dos republicanos. Por fim, novas narrativas emocionais, desta vez unindo as Campanhas abolicionista e republicana. “Depois da abolição venha a República, que são ambas a aspiração constante dos brasileiros que sentem na alma o amor sagrado da pátria.” (*CIDADE DO RIO*, 6 de abr. 1888).

Matéria publicada dia 2 de maio anuncia, para conhecimento da pátria, a divulgação em breve do projeto de governo sobre a extinção do elemento servil. Diz o texto:

Maio, o mês floral, Maio, o mês dos desabrochamentos, vai fecundar a flor suavíssima da Liberdade, juntamente com as rosas, quando ela estiver desabotoando os lírios. A parasita do escravismo vai rolar da pátria para ceder o lugar à estrela luminosa da Redenção. Primavera de amor! Primeira primavera pura - entra pelo formoso céu cianico, entra pelos horizontes serenos, ilumina a terra da Cruz, onde estão sacrificados milhares e milhares de homens. Sacrifício de séculos! Sacrifício de uma raça inteira, presa ao flagício dos eitos, sob a vergasta, bebendo o fel das mágoas pela esponja da nostalgia. Vão descer a vítima do cruzeiro - Pátria! Golgotha dos negros, os teus montes verdes esperam a hora de ouro da liberdade para se colorirem, as tuas planícies esmeraldinas não consentem no desabrochamento dos lírios antes que a liberdade desabroche. (*CIDADE DO RIO*, 2 de mai. 1888, p. 1).

O texto poético combina palavras e figuras de linguagem, com a intenção de comover pela causa da abolição, agora colocada como valor, a hora da liberdade sendo convertida ao metal precioso, o ouro. Aliás, podemos afirmar, em linguagem marxiana, que a abolição conforme se percebe ao longo da Campanha e especificamente no texto acima, seria a passagem do “valor de uso” para o “valor de troca”. Durante mais de 350 anos de cativo, o africano escravizado foi naturalizado como mercadoria, portanto, utilizado como “valor de uso”, de satisfação de necessidade e de produção de riqueza. Analisando as narrativas da imprensa percebemos a passagem de “valor de uso” para o “valor de troca”. De que forma?

Sendo a escravidão um elemento de mercadoria (o africano escravizado) esta é trocada por outro de igual valor, a abolição (o fim do sistema escravista), também um elemento de mercadoria, considerando que o sujeito concreto não figurava no cenário das negociações. Ao contrário, o objetivo era outro e ambos (escravidão-abolição), representavam uma produção de riqueza para um *país branco*. Na teoria marxista, a passagem de um valor para outro exige que ambos sejam diferentes, mas que tenham equivalência, de modo a gerar o “valor de troca”. No caso em análise, entre a escravidão e a abolição, a diferença está no status do sujeito e no sistema de governo (na escravidão, mercadoria, sistema de produção escravista; na abolição, sujeito invisibilizado, sistema de produção capitalista), e a equivalência está no próprio sujeito humano. Realizado o valor de troca, de ambos, surge um terceiro valor, uma pátria livre, pronta para entrar na modernidade, pondo fim a Campanha abolicionista.

“A extinção dos escravos” é o título da matéria publicada dia 11 de maio de 1888. O texto começa informando que “foi ontem aprovado em terceira discussão, e quase unanimemente, o pré-projeto extinguindo a escravidão no Brasil.” (*CIDADE DO RIO*, 11 de mai. 1888, p. 1). Ressalta que alguns parlamentares discursaram em plenário, e que rapidamente a redação do projeto foi aprovada. Após falar da votação simbólica, acrescenta: “[...] choveram flores sobre os ministros e os deputados.” (*CIDADE DO RIO*, 11 de mai. 1888, p. 1). Diz ainda que era frenético o entusiasmo e que “[...] os vivas reboavam, e todos que têm contribuído para o grande acontecimento nacional ouviram o seu nome vitorioso pela multidão.” (*CIDADE DO RIO*, Idem).

Segundo a matéria, os estandartes das Sociedades Abolicionistas, precedidos de banda de música, foram seguidos por uma “grande multidão que se postara diante da câmara e nas imediações, seguiu pela rua Primeiro de Março e rua do Ouvidor, parando em frente à redação d'O Paiz de onde falaram os deputados Joaquim Nabuco, Afonso Celso

Junior e barão de Jaceguay.” (CIDADE DO RIO, 11 de mai. 1888, p. 1). Informa, ainda, que da sacada da redação muitos falaram à multidão, dentre eles, Joaquim Nabuco, Castello Branco, José do Patrocínio e outros. Passaram pela redação da *Revista Ilustrada*, de onde Ângelo Agostini falou ao povo. João Clapp discursou sobre os quilombos. Na manifestação, “os pretos fugidos, que se achavam entre o povo, saudaram o orador e subiram à redação da *Revista* para abraçá-los e assim demonstrar o seu reconhecimento.” (CIDADE DO RIO, 11 de mai. 1888, p. 1). Também usou a palavra em nome do exército, o capitão Serzedello, saudando o povo e a pátria livres.

Figura 7 – Repercussão da vitória sobre o fim do cativoiro – *Cidade do Rio*



Exemplar do jornal impresso *Cidade do Rio* com a repercussão da abolição em nível nacional. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Diz a matéria que João Clapp pediu ao povo para aguardar a votação no Senado e finalmente vibrar pela Lei aprovada, o que ocorreria dois dias depois. Assim, estava selada a libertação dos escravizados por meio da Lei Áurea, resultado da soma dos esforços entre abolicionistas (dentre eles liberais e republicanos), governo e proprietários de terra. Embora com interesses políticos e ideológicos diferentes, todos convergiram para a libertação formal do cativo. Muitos intelectuais desejavam a libertação real, denunciavam o sofrimento do escravizado e defendiam a reforma agrária como meio de passagem menos traumática e de democratizar o campo. Contudo, tal defesa ficou apenas no campo do desejo, caindo no esquecimento dos políticos. Ao afrodescendente livre restou a própria sorte e a luta solitária. Outros intelectuais só tinham em mente a substituição do trabalho escravo para o livre, executado, de preferência, por imigrantes europeus.

De qualquer modo, a Campanha acabou sendo muito bem conduzida, popularizada e incorporada pela imprensa. A luta dos abolicionistas contava com a simpatia geral, no entanto, em um país em que não havia trabalho livre e as relações políticas eram praticadas pelos mesmos, não existia condições para o surgimento de uma “[...] sociedade civil, responsável pelo conteúdo ético do Estado.” (COUTINHO, E., 2014, p. 17). Afinal,

É na sociedade civil, compreendida como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – mídia, escola, igreja, partidos, sindicatos, instituições culturais [...] -, que se legitima (ou se contesta) a dominação. É nessa esfera – o *medium* próprio da cultura – que atuam os intelectuais na construção e difusão da visão de mundo dos grupos que representam. (COUTINHO, E., 2014, p. 17).

Mesmo a imprensa atuando de forma incisiva na Campanha abolicionista, formando opinião, e despertando a consciência das massas, não havia condições de possibilidade de um contrapoder, porque o Estado, no plano político, não tinha interlocutor, com ressalvas para o poder oligárquico, que acabou formando, ele próprio, o poder em seguida à proclamação da República.

4.4. A Província de São Paulo

Diferente dos anteriores, o jornal *A Província de São Paulo*, de caráter conservador, era considerado porta-voz da oligarquia. O periódico foi fundado em 4 de janeiro de 1875, sendo um dos mais antigos de São Paulo, e ainda em circulação. Seu atual nome *Jornal Estado de S. Paulo*, também conhecido como *Estadão*, surgiu em janeiro de 1890, no início da República. Desde a fundação se colocava abertamente favorável a abolição da escravatura e contra a Monarquia. Na verdade, trata-se de “uma proposta de criação de um diário republicano surgida durante a realização da Convenção Republicana de Itu, com o propósito de combater a monarquia e a escravidão.” (HISTÓRICO GRUPO ESTADO, 2014).

O jornal foi fundado por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense e tinha como base os ideais republicanos. Filho de proprietários rurais cafeicultores, Manoel Ferraz de Campos Salles foi advogado e político brasileiro, eleito em 1885 como deputado geral pelo Partido Republicano paulista.¹¹² E em 1898 Campos Salles é eleito presidente da República. Américo Brasiliense também foi advogado e político, tendo exercido diversos cargos, dentre eles, o de juiz, governador de São Paulo e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A tiragem inicial do jornal *A Província de São Paulo* era de dois mil exemplares, chegando a oito mil em 1890, já no Brasil República e como *Estado de S. Paulo*. Tinha quatro páginas e também equilibrava os espaços de notícias com publicidade. As colunas continham textos literários, folhetins, correios de leitores e matérias. O jornal publicava discursos feitos por políticos abolicionistas, opiniões fortemente contrárias ao imperador e a ineficiência das leis. Também era frequente em suas páginas, notas sobre eventos relacionados à questão abolicionista.

Teve lugar na sexta-feira passada na Escola Neutralidade a festa escolar, em comemoração à lei de 28 de Setembro. Subiu à tribuna ilustrado diretor daquele útil estabelecimento de ensino, o dr. Kopke, que, por mais de uma hora, prendeu a atenção do resumido mais seletivo auditório, estudando a escravidão desde a mais remota antiguidade e os seus perniciosos efeitos. Demonstrou claramente os benéficos resultados que se poderiam, auferida a lei que acabou com a fonte da escravidão no Brasil e referindo-se ao nome de seu benemérito iniciador, o visconde do Rio Branco, incitou os seus alunos a servirem a pátria com o mesmo zelo, dedicação e patriotismo [...]. (*A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO*, 1º de out 1885, p. 1).

¹¹² O PRP – Partido Republicano Paulista foi fundado em 1873, durante Convenção realizada em Itu e organizada pelo então jovem advogado Manoel Ferraz de Campos Salles.

A matéria expõe o caráter educativo da Campanha pela liberdade, conduzida pelos abolicionistas, independentemente da posição político-ideológica do orador. Também no jornalismo, “a imprensa tradicional atuou fortemente na Campanha abolicionista. Mesmo a imprensa conservadora, tinha uma certa noção das questões públicas. A abolição foi discutida pela maioria dos jornais oficiais, publicamente.” (SODRÉ, 2008b)¹¹³. O autor lembra também a forte atuação da imprensa durante a Campanha pela República, conduzida basicamente no mesmo período do movimento abolicionista. E diz tratar-se do exercício das funções “[...] como polo de formação de uma cultura política no Brasil” (SODRÉ, 2008b). As narrativas dos jornais confirmam o que diz Sodré, a partir do momento em que coloca a abolição como uma questão pública, discursivamente tratada no interesse da Nação.

Matéria publicada dia 12 de novembro de 1886 faz referência a importância da abolição em São Paulo, mesmo afirmando que muitos fazendeiros são contra a medida. Cita o município de Santos como um dos que emanciparam seus escravizados, seguindo a campanha encaminhada por José Bonifácio, “o mais notável vulto do abolicionismo nestes últimos tempos.” (*A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO*, 12 de nov. 1886, p.1). Afirma também que “o movimento generoso” de redenção dos escravizados tem valor mais significativo “[...] para a memória do ilustre paulista que dez mil estátuas espalhadas pelas praças públicas do Brasil.” E ressalta a importância política da medida.

Pode-se dizer que os interesses comerciais da cidade de Santos se acham ligados muito estreitamente aos da lavoura da província que ainda se mostra tímida ao ver alargar-se o movimento abolicionista. Muitos fazendeiros fazem tenaz oposição aos mais legítimos e prudentes trabalhos no sentido da abolição; irritam-se quando se lhes mostra a possibilidade de uma mudança no serviço dentro de prazo curto; não compreendem a lavoura nestes cinquenta anos sem escravos. Há muitos outros, é verdade, que se conformam com a abolição no prazo mais curto, que até o desejam fixado pela lei e reguladas as novas relações dos libertos com os ex-senhores. (*A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO*, 12 de nov. 1886, p. 1).

A imprensa teve papel importante no encurtamento do caminho que levou à abolição, mas, a Campanha veio antes, serviu de pauta, era efetivamente pública e ocupava o espaço público. Já não bastavam os cafés, os clubes ou os teatros, a luta chegava também às escolas. É no movimento que se percebe a atuação de uma imprensa política, preocupada em discutir os interesses do país. Contudo, os discursos, mesmo deixando transparecer o ideal de um país livre, são visivelmente elitistas, o que se percebe na fala

¹¹³ Palestra de Muniz Sodré durante o 3º Encontro de Comunicação Comunitária do Rio de Janeiro, realizada dia 07/11/2008, na ECO - Escola de Comunicação da UFRJ.

sobre a história da escravidão e “seus perniciosos efeitos”. O que está em jogo no enunciado não é o sujeito retirado de sua condição humana; não é o reconhecimento da injustiça de ser colocado naturalmente sem pertencimento, sem família, destituído de sentimento, de afeto ou de dor, mas um elemento de valor de troca, como desenvolvido acima. Quem construiu o país por mais de 350 anos? Mesmo destituído de seu ser, o africano e descendentes atuaram nas lavouras, na construção civil, na arte, na gastronomia, na cultura, na literatura e em tantas frentes. Sua história, como diz Nei Lopes (2010), ainda não foi escrita.

As narrativas do jornal *A Província de São Paulo* pro-abolição, não deixavam de atacar os liberais, mesmo aqueles que lutavam por interesses semelhantes. Matéria de 3 de setembro de 1885 acusa os adversários de confusos no tocante às ideias, diz que os abolicionistas “[...] apesar de se terem constituído em grupo parlamentar, desde logo debandaram, acompanhando uns o ministério conservador e outros os ‘escravocratas liberais’, os chefes da dissidência.” (*A PROVINCIA DE SÃO PAULO*, 3 de set. 1885, p. 1). Afirma que nesse cenário, o Barão de Cotegipe encontra espaço para buscar apoio às questões relativas ao seu gabinete, como a emancipações dos escravos. O texto refere-se às modificações realizadas no projeto original do senador Dantas de libertação dos escravizados acima de 60 anos.

Nas páginas do jornal também circula nota de suicídio, como a que foi publicada dia 30 de setembro de 1885, anunciando a morte de um escravizado, que teria desaparecido há dias da fazenda do Sr. Manoel Francisco de Oliveira, na Serra Negra. Diz a nota que “uns campeiros que andavam à procura de uns animais [...] encontraram o cadáver do infeliz, que tinha posto o fim à sua existência com um tiro de revólver. A arma foi encontrada junto do cadáver.” (*A PROVINCIA DE SÃO PAULO*, 30 de set. 1885, p. 2). Ora, sem voz, o escravizado tinha o suicídio como uma forma de expressão e de resistência. Na obra “O suicídio”, Durkheim analisa tal prática, do ponto de vista sociológico, afirmando que esta deixa de ter um caráter estritamente pessoal para ser analisado como um fenômeno social, algo que diz respeito às práticas sociais e ao Estado. O tema é analisado sob diversos aspectos, mas no caso descrito pela nota, revela uma questão moral, profundamente consolidada na estrutura social do Império, de prática hierárquica e de colonização. Desse modo, podemos afirmar que o suicídio praticado durante o sistema escravista no Brasil foi, sobremaneira, um grito de denúncia contra o caráter bestial humano, vendado sob o *ethos* de suposta superioridade do europeu. “O mal-estar de que sofremos não decorre, portanto, de que as causas objetivas de sofrimentos

tenham aumentado em número ou intensidade; ele atesta, não uma maior miséria econômica, mas uma alarmante miséria moral.” (DURKHEIM, 2000, p. 506). Voltando à contemporaneidade, o suicídio ainda pertence a esfera do pessoal, sendo tratado como tabu e ignorado pela imprensa.

No tocante à escravidão, a miséria moral persistiu até às vésperas da abolição, na defesa de supostos direitos. “Se se admitir o princípio de que por amor de uma ideia, justa ou injusta, nobre ou mesquinha, pode-se alterar a letra da lei e a disposição expressa do direito, para mais ou para menos, ai da tranquilidade, da segurança, da propriedade e da vida de todos!” (A *PROVINCIA DE SÃO PAULO*, 4 de jun.1887, p. 2). O argumento é uma crítica aos parlamentares liberais engajados na Campanha abolicionista e que defendem a abolição imediata por meio de lei. Para tanto, a nota abusa de metáforas, imbricando o poder judiciário ao poder divino, acima das paixões e dos interesses humanas que “poluem”, apresentado como “mármore augustos” ou “estátuas da lei”, com o fim de garantir a ordem social. “O direito é um e não pode ser restringido, nem ampliado para o bem ou para o mal; o tribunal da relação da Corte deve reconhecer a verdade e a justiça dessas observações a bem da sua própria autoridade e da segurança social.” (A *PROVINCIA DE SÃO PAULO*, 4 de jun.1887, p. 2). Além de defender a perpetuação de injustiças em nome da lei, a nota não se intimida e ameaça o governo imperial, caso este não compreenda os efetivos interesses da propriedade, em nome da Nação, é claro. A defesa de uma lei dura, feita para uns em detrimento de outros, revela, para usar termos de Bourdieu, um nítido processo de dominação social, que não se dá apenas pelo caráter econômico e político, mas também pela construção simbólica.

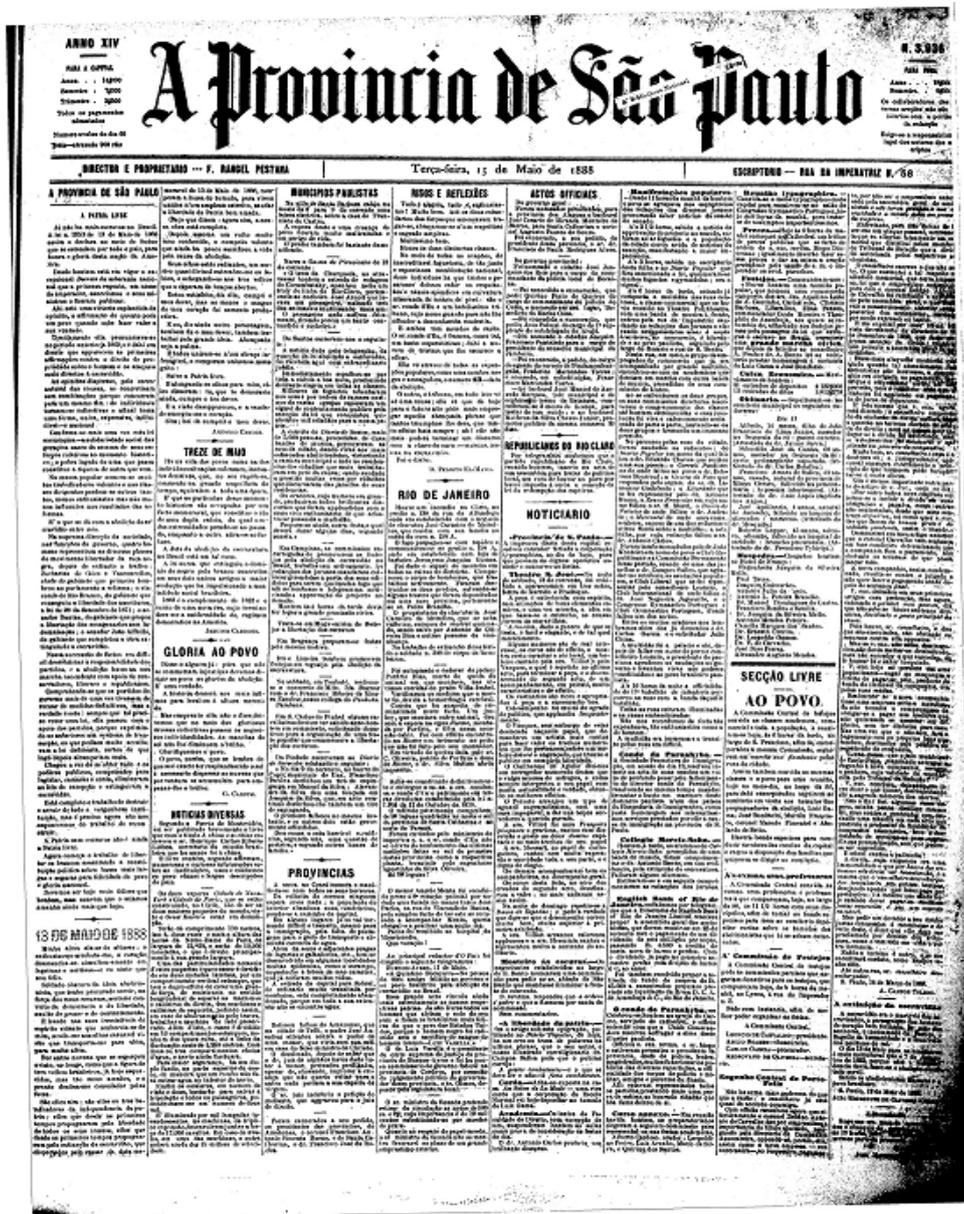
A despeito do empenho dos intelectuais abolicionistas e de uma imprensa artesanal e política em grande parte pró-abolição, a Campanha se dissolveu em si própria, não ultrapassando o objetivo final de libertação formal do homem. De fato, acabar com um sistema econômico de tão longa data não foi resultado de uma campanha humanista, mas de uma corrida à ideia de progresso, prometida pelo paraíso da modernidade. Não precisa muito esforço para se perceber que “nas sociedades colonizadas pelas potências imperiais europeias, a Modernidade transforma-se não raro numa retórica de encobrimento da realidade econômica, política e cognitiva da exploração colonial.” (SODRÉ, 2012a, p. 43). No caso do Brasil, o discurso de amor à Pátria evidenciando um projeto de Nação surge com a República. Para os “de baixo”, a herança da Campanha abolicionista, passado o 13 de maio, é a ausência de representantes e a perda de lugar na esfera pública.

As transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes. (COUTINHO, E. 2014, p. 139).

De fato, acabar com a escravidão que durou quase quatro séculos não foi uma revolução, mas resultado de um consenso entre as partes, uma data histórica para a história do país. Em linguagem gramsciana, o que ocorreu foi uma “transformação pelo alto”¹¹⁴. É fato que o ato do Império contou com o apoio popular, mas não deixou de ser construído a partir de uma elite intelectual para uma elite política e econômica. Considerando a formação desse segmento, concluímos que a data indica a vitória do modelo eurocêntrico no Brasil do final do século XIX. Uma grande vitória da elite econômica do país, que não tinha na liberdade do escravizado, motivo da luta, como meta para o sujeito – o afrodescendente – e sim para o mercado (liberdade para sua efetiva implantação). Assim, mesmo tendo os fazendeiros do Vale do Paraíba, região da Corte, como opositores à abolição, o ato da Princesa Isabel, ou a transformação do país foi resultado de conciliação entre os representantes dos grupos econômicos, políticos e culturais.

¹¹⁴ O autor empregou o termo “Revolução pelo alto” para referir-se ao processo de revolução Russa, “[...] encarnada na coletividade forçada e na industrialização acelerada.” (COUTINHO, 2007, p. 82). No caso brasileiro, a “transformação pelo alto”, que resultou na abolição da escravatura, embora não se trate de medida antipopular, indica uma decisão do poder político, em consonância com a elite econômica.

Figura 8 – Repercussão da abolição da escravatura em todo o país – A *Provincia de São Paulo* de 1888.



Exemplar do jornal impresso *A Provincia de São Paulo* com repercussão da abolição da escravatura em nível nacional. Fonte: Acervo do Jornal Estado de São Paulo.

A repercussão da abolição no jornal *A Provincia de São Paulo* também foi ampla e o ato da princesa Isabel apontado como “o excepcional Decreto da soberania nacional.” (*A PROVINCIA DE SÃO PAULO*, 15 de mai.1888, p. 1). Para o redator do jornal “ali está uma vitória esplêndida da opinião, a afirmação do quanto pode um povo quando sabe valer a sua vontade.” (Idem, 1888). Após dizer que a Campanha começou de forma tímida para depois tomar corpo de movimento nacional, afirma que a abolição é de responsabilidade de

todos, possibilitada pelo apoio geral dos partidos, incluindo diferentes bandeiras, sejam conservadores, liberais ou republicanos. Diz a matéria que o trabalho de destruir “a vergonhosa instituição” está completo, embora falte a coragem de reconstruir, considerando que “a Pátria sem escravos não é ainda uma Pátria livre”. (*A PROVINCIA DE SÃO PAULO*, 15 de mai. 1888, p. 1). O curioso é que mesmo o jornal de caráter conservador compreende que não basta um ato formal de abolição da escravatura, embora tenha sido uma grande vitória, mas falta a construção da liberdade real dos libertos, que demanda ações políticas corajosas e efetivas. A pertinência da análise do jornal persiste na contemporaneidade, considerando a incompletude da obra da abolição, como diria Joaquim Nabuco. Já no que se refere à vontade coletiva, o texto parece tratar de uma vontade espontânea, diferentemente do conceito de vontade coletiva em Gramsci, segundo Coutinho, defendida também como “vontade política”, “consciência operosa da necessidade histórica.” (COUTINHO, 2009, p. 36). O autor observa que para Gramsci a manifestação da vontade coletiva está relacionada à democracia, logo não se aplica ao momento histórico relatado pelo jornal, considerando uma sociedade escravista.

5. Abolição e o silenciamento da imprensa

"Se você não cuidar, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as pessoas que estão oprimindo."

(MALCOLM X)

"Será que já raiou a liberdade / Ou se foi tudo ilusão / Será, que a lei Áurea tão sonhada / Há tanto tempo assinada / Não foi o fim da escravidão / Hoje dentro da realidade, onde está a liberdade / Onde está que ninguém viu [...]."

(HÉLIO TURCO, JURANDIR E ALVINHO)

5.1. O mito da abolição e o legado da República

No século XIX, a mesma imprensa que atuou fortemente em duas frentes, as Campanhas abolicionista e republicana, contraditoriamente tratou de silenciar o afro-brasileiro nos anos que seguiram a queda do Império. O que mudou? Se a escravidão era uma vergonha para o Brasil, por que após a abolição o país não acolheu os recém libertos? Não eram os direitos civis reivindicados na Campanha abolicionista que importavam? Ou a abolição teria sido um "presente de grego?"¹¹⁵ A palavra abolição vem do latim *abolere* que quer dizer "destruir", "retardar o crescimento", "fazer morrer", de *ab* (dando a noção de afastamento) mais *adolere* (crescer).¹¹⁶

Conta o mito que cansado de uma guerra de cerca de 10 anos entre aqueus, povos gregos que habitavam a Grécia antiga, e os troianos, que viviam em uma região da atual Turquia, o guerreiro Ulisses, Odisseu (em grego), colocou em prática um grande plano. Mandou de presente aos troianos um enorme cavalo de madeira, como símbolo da paz, e anunciou a retirada da tropa grega. Os troianos, sem saber que se tratava de uma armadilha, aceitaram o presente e após comemorarem exaustivamente foram dormir. No meio da

¹¹⁵ A expressão, popularmente conhecida, tem origem na epopeia Ilíada, de Homero, mistura de mito e realidade sobre o presente grego que deu fim à Guerra entre gregos e troianos e que aconteceu entre 1.300 e 1.200 a.C.

¹¹⁶ Site de Etimologia. Disponível em: www.origemdapalavra.com.br. Acesso em 12/01/2015.

noite, os gregos escondidos na barriga do cavalo abriram as portas das grandes muralhas protetoras do reino de Troia para deixar entrar a tropa grega, que invadiu o reinado e o destruiu. A metáfora do Cavalo de Troia, de domínio popular, traz em si o encantamento do presente e da sedução, ao mesmo tempo que tem a capacidade de derrubar muralhas, enfraquecer conquistas e de impor uma nova ordem.

Podemos intuir que no caso brasileiro, o cavalo de troia seria o discurso simbólico sobre a modernidade¹¹⁷ e os gregos escondidos na barriga do cavalo seriam os meios usados para definir quem podia ou não fazer parte dela. O país era cenário de um contexto social, cultural, econômico e político em construção, que não deixava espaço para os não brancos, de origem europeia, ou ao menos aqueles que não se adequassem a esse modelo. Dentre os discursos, se fortalece o entendimento do universal como parâmetro definidor das inter-relações. Embora tenha como pressuposto os direitos do homem, “universalizar significa reduzir as diferenças a um equivalente geral, um mesmo valor. É a universalização racionalista do conceito de homem que inaugura, no século XIX, o racismo doutrinário.” (SODRÉ, 2005, p. 27).

Ora, a vontade do país de entrar no universo dito civilizado está para além das liberdades individuais e coletivas dos povos, suas subjetividades, seus direitos políticos. Haja vista que o africano em diáspora, como dito no primeiro e segundo capítulos, sofria um processo de exnominação e mesmo durante a Campanha abolicionista era tratado como “elemento servil”, “carne humana”, “atraso do país”, “infeliz”, “cancro social” e tantos outros estereótipos, ressignificados ao longo dos tempos. Se o objetivo, repetidas vezes na imprensa, era condenar a escravidão e convencer a sociedade da importância da abolição, essa narrativa “[...] reflete com muita cruzeza as dificuldades de convivência relacional e psíquica causadas pelo compromisso étnico com o grupo de escravos e seus descendentes.” (SODRÉ, 2000a, p. 148). Ou seja, o enraizamento da mentalidade eurocêntrica dificulta a visualização do não europeu, as singularidades dos sujeitos tornam-se nulas ou embaçadas, distantes, excêntricas, assim como o discurso eloquente dos jornais sobre liberdade rapidamente desaparece, cedendo lugar a outros discursos.

É fato que a estrutura do poder no século XIX não contava com uma sociedade civil orgânica forte, capaz de denunciar as práticas de relações de exploração, baseadas na hierarquização social. As elites, nas palavras de Celso Furtado eram aculturadas. “Essa aculturação implica dominação” (FURTADO, 2002, p. 18), tornando difícil pensar em

¹¹⁷ A abolição fazia parte desse discurso, considerando que o sistema escravista era incompatível com a proposta de modernidade, de entrada na era industrial de forte produção e desenvolvimento capitalista.

organizações civis e representações de fato. No topo do poder havia duas correntes políticas. Como observa Paixão (2010), de um lado, os conservadores defendiam a nação pela centralização do poder; do outro, os liberais pela descentralização. De forte poder, ambas operavam contra o povo e defendiam que não era possível modernizar o país com um elevado nível de atraso, portanto, a solução para o primeiro grupo era ignorar o povo, para o segundo era mudar o povo.¹¹⁸ Essa perspectiva reforça as oligarquias e inspira concepções racistas, como o discurso da indolência. O resultado é a ausência de conflito e a constituição do racismo camuflado, que todos sabem da existência, das técnicas sutis, mas ninguém assume e sua prática se reatualiza, persistente na contemporaneidade.

O Brasil República se inspira no ideal positivista de ordem e progresso, conta com uma elite oriunda da oligarquia, que se apoia na razão científica. Na época, a razão “torna-se o grande mito unificador do saber, da ética e da política.” (MORIN, 2010, p. 159). Tudo o que foge à regra está excluído, sem contar que apenas uma pequena elite se enquadrava nesse modelo. Além disso, como a lógica da razão está vinculada à lógica da economia, a vida fica submetida “aos princípios utilitários da economia burguesa.” (MORIN, 2010, p. 159). E é com base em um discurso eloquente e ideologicamente ancorado nos princípios morais da época que nasce a necessidade de construir um conceito de nação para um país moderno. Neste, o desenvolvimento socioeconômico estava imbricado a uma pequena esfera social, que não se identificava enquanto grupo, mas tinha cor e capital cultural, conforme observa Paixão (2014).

Nesta *Europa tropical* o contingente portador das marcas raciais negras (e, certamente, também as indígenas) iria desaparecendo progressivamente, assim nos livrando de um legado bárbaro (em termos culturais e raciais) que impediria que nosso país alcançasse o estágio dos países mais desenvolvidos. (PAIXÃO, 2014, p. 447).

A morte simbólica e real do africano e descendentes é amplamente praticada pelo Estado. Desse modo, complementa o autor, “dada a sua suposta incapacidade de participação nos espaços modernos da sociedade, seu papel ficaria relegado às atividades de baixa produtividade e aos locais sociais menos prestigiados.” (Idem, 2014). Nesse cenário, iam-se tecendo uma nação, cuja identidade e sentimento de pertencimento tinha sobretudo um caráter político com discurso de formação de uma cultura de nação.

[...] o Estado-nação configura um tipo de organização no interior do qual se exprime uma comunidade de cidadãos, a ideia de cidadania é um dos elementos chaves na sua definição. Sublinho, entretanto, a dimensão

¹¹⁸ Anotações de aula da disciplina *Intérpretes do Brasil*, do PPGE-IE/UFRJ, com os professores Marcelo Paixão e Aloisio Teixeira. 2010-1.

integradora, a nação é um todo integrado, totalidade capaz de vincular as pessoas no interior de um mesmo território, de um mesmo mercado (o mercado nacional emerge apenas com a Revolução Industrial), de um Estado cujas normas são legítimas para todos. (ORTIZ, 2013, p. 610).

A ideia de país moderno, acrescenta, era vinculado ao desenho de nação. “Em termos durkheimianos diríamos: ela consiste numa consciência coletiva que aproxima os indivíduos de uma coletividade, cria vínculos sociais, soldando-os entre si.” (Idem, 2013). Para tal vínculo era necessário construir um Projeto Nacional, a fim de dar legitimidade às ações do Estado e de uma burguesia, emergente que controlava o mundo dos negócios e da política. De que forma? A cultura é uma grande aliada desse projeto. O que à primeira vista parece dar legitimidade às ações políticas e sociais, a cultura como discurso universal “passa a demarcar fronteiras, a estabelecer categorias de pensamento, a justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substanciar, ocultando a arbitrariedade histórica de sua invenção.” (SODRÉ, 2005, p. 8).

Compunha-se, assim, o racismo legitimado pelo pensamento científico da época, sobretudo de cientistas vinculados às faculdades de medicina e de direito, além dos museus etnográficos, como sinaliza Schwarcz (1994). As teorias raciais, também importadas da Europa do século XIX, tiveram grande acolhida no Brasil, praticadas com entusiasmo entre os cientistas e suas escolas.

[...] se existiu alguma disputa pela hegemonia intelectual, essa se evidenciou entre os profissionais de direito e os de medicina: ora o remédio, ora a lei; o veneno para uns, o antídoto na mão dos outros. Se para os *homens de direito* a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado, para os *profissionais médicos* somente de suas mãos saíam os diagnósticos e a cura dos grandes males que assolavam a nação. (SCHWARCZ, 1994, p. 146).

Um desses males era a miscigenação e tanto as leis como os remédios (estes, no sentido estrito) não os contemplavam. Já o remédio metafórico constava da exclusão do diferente. As diferenças dos nativos e dos africanos e descendentes eram diagnosticadas como atraso e responsabilizadas pela estagnação do país. O projeto Nacional é, então, o passaporte para a era da modernidade, logo, o país não desejava acolher o ex-escravo como um integrante legítimo, cujas demandas de visto seriam negadas. A integração se deu apenas formalmente. Essa população, que vibrou nas ruas pela abolição da escravatura é, logo em seguida, politicamente marginalizada. Paralelamente, emerge um sentimento de nacionalismo, conduzido pela nova burguesia e ancorado na ideia de cultura nacional. Como afirma Paixão (2010), foram criados mecanismos de união e de pertencimento por

meio do tal sentimento de Nação e quem não se identificasse com esse caráter eurocêntrico era excluído. O projeto Nacional visava à unidade. De que forma? Silenciando e deslocando os diferentes, e ao mesmo tempo gerando um paradoxo.

Contudo, o país desejado precisava de uma identidade. Para fazer frente à “[...] chegada de imigrantes europeus e asiáticos, suas disparidades culturais conduzem as classes dirigentes a se unirem em um ‘nacionalismo de Estado’, cujo corolário é a reconstrução da sociedade [...]” (ALENCASTRO, 2006, 382). A identidade nacional e o nacionalismo foram construídos por e para uma pequena elite (de intelectuais, funcionários públicos, proprietários de terras) e uma burguesia com poder e força política. A ideia era “[...] fazer da imigração um instrumento da ‘civilização’, dito de outro modo, de embranquecimento do país.” (ALENCASTRO, 2006, p. 377). Qual é o resultado dessa política? É a implantação do racismo institucional. Ou seja, de um lado, os nacionalistas fortemente amparados pelo Estado, pelo sentimento de pertencimento nacional e pelo discurso simbólico. Nesse grupo são aceitos os imigrantes. Do outro lado, os outros, os diferentes, os excluídos da construção de concepção de uma nova sociedade, submetidos à moral do Estado.

Assim, a República, contraditoriamente, adota uma marca de cor, ignorando mesmo a participação de intelectuais negros que brilharam durante o antigo regime, a exemplo de José do Patrocínio, André Rebouças, Luiz Gama, Castro Alves, todos com forte participação pela libertação e liberdade do sujeito. “Luiz Gama sempre associou o fim da escravidão à luta contra a discriminação racial, pela educação formal e cidadania negra.” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 184). Também Rebouças não dissociava a abolição da luta pelos direitos, como o direito à terra,

[...] o que ele chamava de ‘democracia rural’, uma espécie de reforma agrária que deveria promover a inclusão social dos ex-escravos. Para Rebouças a luta contra a escravidão não poderia ser desligada da luta pela cidadania dos ex-escravos e dos seus descendentes.” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 184).

Essas oposições sociais são “[...] também o que Heidegger chama de ‘esquecimento do ser’ e ‘abandono do ser’, isto é, o dessaber do que significa plenamente ‘ser’ e que redundava na tecnologia de um mundo sem ‘terra’, último avatar da metafísica.” (SODRÉ, 2000a, p. 25). Se tal pensamento diz respeito à ciência e a modernidade, diante da valorização da técnica em detrimento do ser, se aplica igualmente a insistência em coisificar o indivíduo negro, seja na monarquia, seja na república. O homem concreto simbolicamente inexistente. Apesar da luta antiescravista, ele foi presenteado com um

enorme cavalo de madeira (a abolição), cuja barriga estava repleta de ideologia (modernidade, branqueamento, cultura de nação, identidade nacional x indolência, pouca inteligência, atraso, marginalização). Logo, podemos afirmar que a abolição foi o cavalo de troia recheado pela sedutora e promissora “modernidade”. O reino da liberdade foi destruído no nascedouro e como não havia uma sociedade civil organizada para trabalhar as tensões, a grande maioria dos negros ficou sem participação e sem representação na vida sociopolítica do país, restando a eles a luta marginal. As exceções são as conhecidas opções pelo embranquecimento como forma de sobrevivência. São exemplos, Machado de Assis, no século XIX, e Pelé, no século XX.

Até mesmo José do Patrocínio, líder negro de grande influência, político, jornalista e empresário não ficou isento da “caça aos inimigos” da República. Republicano ele próprio, com a campanha abolicionista e o apoio da princesa Isabel e D. Pedro II, tornou-se monarquista. Após a abolição, defendia publicamente a monarquia e atacava a república e a indenização, “[...] que cresciam assustadoramente com a adesão e o apoio dos militares e fazendeiros, todos ferrenhos escravocratas.” (ALVES, 2009, p. 237). Contudo, Patrocínio faz o caminho de volta, retoma os ideais republicanos e ajuda a resolver os conflitos da proclamação, posta em dúvida, considerando a improvisação como se deu. Seu jornal, *Cidade do Rio*, atuou de forma incisiva em favor do novo governo. Mas logo ele iria se decepcionar com a República e os republicanos que estavam no poder.

“Tal decepção, no entanto, como é sabido, não é só sua, pois atinge uma grande parcela de brasileiros que não se veem representados pelo novo regime.” (ALVES, 2009, p. 251). A Patrocínio, conta o autor, foi negado qualquer auxílio pelo marechal Deodoro, sendo ato comum a outros colaboradores. “Além de ser banido das hostes republicanas, também estava sendo vigiado.” (Idem, p. 252). Com o novo governo de Floriano Peixoto e o estilo ditador de governar, o jornalista vira oposição, atua fortemente contra a ditadura de Floriano até ser preso na redação do jornal *Cidade do Rio*. Com ele, outros jornalistas também foram presos, “banidos e desterrados para os confins do país, na Amazônia, a bordo do Alagoas (o mesmo que levava D. Pedro II para o estrangeiro), no dia 21 de abril – não por acaso, data em que a República recordaria o martírio de Tiradentes.” (ALVES, 2009, p. 258).

No início da República, ainda havia a esperança da participação popular nas questões políticas, apesar da conhecida frase do propagandista Aristides Lobo, de que o povo teria assistido bestializado à proclamação da República, sem entender o que estava acontecendo. Na expectativa de renovação, “os primeiros anos da República foram de

repetidas agitações e de quase permanente excitação para os fluminenses. Os militares tinham provado o poder que desde o início da Regência lhes fugira das mãos.”¹¹⁹ (CARVALHO, 2012, p. 22). Já o povo, acrescenta o autor, ficou totalmente excluído do protagonismo do novo regime de governo.

Com a herança moral do império, as alianças entre os setores da oligarquia e o autoritarismo militar, no novo regime, a hierarquização apenas se desloca do palácio imperial para o palácio governamental, permeando toda a sociedade. Da parte dos civis, havia o sonho da construção de uma cidadania plena. Além disso, o surgimento de segmentos populares oprimidos representava a revitalização urbana e uma nova dinâmica social e política. “A República, na voz de seus propagandistas mais radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, era apresentada com a irrupção do povo na política, na melhor tradição da Revolução Francesa de 1789, a ‘revolução adorada’, como a chamava Silva Jardim”. (CARVALHO, 2012, p. 11). Os intelectuais mais progressistas, filhos da elite oligárquica-política, desejavam atuar na ágora brasileira, agora, finalmente, com liberdade.

Contudo, como dito acima, o novo regime já começa atravessado por disputas de oposição entre os jogos de interesses, aumento das representações oligárquicas no poder político, censura à imprensa, prisão de opositores, fechamento do Congresso, ditadura. Com isso, o ideal republicano de liberdade, opinião pública e participação popular foi afetado, não sem luta e sem resistência, mas dividido. Aliás, a divisão estava por todos os lados, nas ações do governo, nas correntes de pensamento¹²⁰ dos intelectuais e mesmo das camadas populares. Apesar da abolição da escravatura, a luta da sociedade não pôs fim à exploração dos trabalhadores, que seguiam reféns dos grandes proprietários de terra e da cultura de hierarquização e subalternização.

As reações surgiram antes mesmo da proclamação da República, com grupos organizados como a Guarda Negra, formado por maltas ou milícias de capoeiras. Seus integrantes eram capoeiras, negros e mulatos, incentivados na época da Guerra do Paraguai e criminalizados por atuarem em oposição a República. Conta o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares (2014) que a ação dos capoeiras estava na mira do novo governo e não tardou para que centenas deles, perseguidos pelo chefe de polícia do Distrito Federal,

¹¹⁹ A proclamação da República aconteceu a partir de um “motim de soldados com o apoio de grupos políticos da capital.” (CARVALHO, 2012, p. 13). Foi formado um governo provisório, sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, que ficou no poder de 15 de novembro de 1889 até 23 de novembro de 1891, data da primeira Constituição da República.

¹²⁰ Coexistiam no Brasil República diferentes correntes do pensamento europeu, como o liberalismo, o positivismo, o socialismo e o anarquismo.

Sampaio Ferraz, fossem presos. “Em menos de um ano, Sampaio tinha dado cabo dos últimos vestígios do Partido Capoeira e, de sobra, da Guarda Negra. Em outubro, era publicado o novo código criminal da República, tornando a capoeira crime.”¹²¹ (SOARES, 2014, p. 52).

Na ágora republicana brasileira, os afrodescendentes viram troianos e dormem embalados pela comemoração do presente grego e, seja como escravizados ou livres, ambos, têm as mesmas limitações quanto às condições de possibilidade para reagir ao ataque. A fim de atender às demandas de mão-de-obra operária, a República do fim do século XIX abre os portões das muralhas de proteção, dando acesso a entrada de milhares de imigrantes europeus, ao mesmo tempo em que deixa sem emprego, sem moradia, sem educação e sem cultura centenas de afro-brasileiros que ajudaram a construir o país e que lutaram pela abolição. Na verdade, a imigração de europeus para o Brasil começa ainda no império para atender, principalmente, a demanda de produtores de café.

Em termos absolutos, tem-se que a população quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda de absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século. Só no ano de 1891, entraram 166.321 imigrantes, tendo saído para os estados 71.264. Este enorme influxo populacional fazia com que, em 1890, 28,7% da população fosse nascida no exterior e 26% dela viesse de outras regiões do Brasil. Assim, apenas 45% da população era nascida na cidade. (CARVALHO, 2012, p. 16-17).

Como dito acima, as teorias raciais e evolucionistas do século XIX, em pleno vigor na Europa, são perseguidas no Brasil. Acreditava-se que com a chegada de imigrantes, a mistura de raças traria como resultado o homem branco. Historicamente, o ideal de branqueamento prevaleceu e foi divulgado dentro e fora do país. Como dito no capítulo 2, o diretor do Museu Nacional e Membro da Academia Nacional de Medicina, João Batista de Lacerda já anunciava tal desejo durante o *Congresso Universal das Raças*, realizado em 1911.¹²² Ele falou “Sobre os mestiços do Brasil”. Seu prognóstico era o de desaparecimento do ser humano de pele escura até 2011. “Provavelmente antes de um

¹²¹ O “Partido Capoeira” foi criado pelas maltas capoeiras Nagoas (negros livres, alforriados e escravizados, de origem da região nordeste da África) e Guaiamuns (mestiços, pardos e brancos pobres de origem portuguesa) que representavam os dois partidos políticos da época, Liberais e Conservadores. A capoeira não era praticada apenas por pessoas escravizadas, alcançando diferentes segmentos da sociedade, como pobres, ricos, intelectuais e mesmo visitantes europeus, que vinham ao Brasil, como o poeta português Plácido de Abreu. Fonte: Capoeira - patrimônio imaterial do Brasil. Dossiê: Inventário para registro e salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf. Acesso em: 15/07/2014.

¹²² O texto “*Sur les métis au Brésil*” apresentado no congresso, embora à primeira vista possa parecer que este tenha sido realizado em Paris, não foi. Aconteceu em Londres, em 1911.

século a população do Brasil será representada, na maior parte, por indivíduos da raça branca, latina, e para a mesma época o negro e o índio terão desaparecido dessa parte da América.” (LACERDA, 1911, pp. 94-95).

Por suas impressões sobre o Brasil, o congressista diz que foi aplaudido na Europa, mas se queixa de ter sofrido fortes críticas no Brasil, por esta e por outras declarações.

Acusaram-me também [...] de ter implicitamente afirmado [...] que a atual população do Brasil compõe-se de maior número de negros do que de brancos; não me tendo eu advertido [...] que semelhante afirmação deslustrava os créditos do país, e rebaixava-o aos olhos do estrangeiro. (LACERDA, 1911, p. 91).

O pensamento da época também era marcado por um discurso de ambiguidade moral. Lacerda afirmou que a ciência já havia demonstrado que a cor da pele era apenas um “caráter antropológico” e que “nem a raça, nem a cor, nem o aspecto físico, estabelecem preferência e criam superioridades absolutas no reino humano.” (LACERDA, 1911, p. 90). Disse ainda que os princípios estabelecidos pelas resoluções do Congresso, “fazem cair por terra as desigualdades que a ignorância e os preconceitos de muitos séculos admitiram entre as variedades do gênero humano.” (Idem). Logo abaixo, o mesmo autor declara: “Entretanto, não se pode negar que o demorado contato entre duas raças, uma atrasada, outra adiantada, venha com o tempo fazer adquirir à raça adiantada muitos dos vícios e defeitos da raça atrasada.” (LACERDA, 1911, p. 90).

Ora, se a questão racial do início do século XX constituía um problema a ser extirpado do meio social, se o “homem de cor”, como se dizia na época, representava um atraso, a sociedade brasileira, como a americana, de acordo com Sodré (2000a), tiveram que se reinventar, buscar uma nova identidade e “novas justificativas para sua existência histórica.” (SODRÉ, 2000a, p. 77). Segundo o autor, o rompimento com a Europa foi apenas formal; restou a importação de um modelo de estado nacional, “associando nação, cultura e unidade. Despojadas de um mito étnico comum, voltaram-se para recursos autóctones, como as tradições ameríndias ou as soluções mestiças.” (SODRÉ, 2000a, idem).

Nesse modelo de nação, surgem novas configurações sobre o povo brasileiro constituído pelo mito das três raças: brancos, índios e negros e pela força sgnica que essa crença representava. Gilberto Freyre, ao lançar *Casa Grande e Senzala*, em 1933, contribuiu com a definição das misturas de raças brasileiras, influenciando o que seria chamado mais tarde de democracia racial. Contudo, a despeito das teorias raciais, o ideal de raça ariana não se sustentou e o país chega ao século XXI com um índice de 50,94% da

população negra, de acordo com o censo do IBGE de 2010. No total são 97.171.614 (milhões) de pretos e pardos habitantes do Brasil, perdendo para a Nigéria, o país mais populoso da África, com 170 milhões de habitantes.¹²³

Um dos elementos de dominação é a construção da subalternidade e seus mecanismos de funcionamento. Um deles, a violência, é um fenômeno tão antigo quanto à própria humanidade, faz parte do cotidiano e atravessa as relações, se impondo em diferentes modalidades. Da bíblia à oralidade popular há relatos de imposição e punição, desde mãos e braços decepados a sacrifícios em fogueira ou, ainda, a expulsão de Adão e Eva do paraíso. Thomas Hobbes considerava o ser humano uma ameaça à paz, pelo egoísmo inato; o homem, o lobo do homem, dizia. Contudo, falamos do conceito de violência compreendida por Bourdieu como violência simbólica, algo para além da brutalidade física. Desde as tradições coloniais, essa prática está associada à dominação, à construção de subalternidade, à eliminação do *Outro*, de forma real e simbólica, permeando as relações étnicas e raciais, ainda que não seja admitida como verdade.

Mesmo com a abolição da escravatura, à população de descendência africana não foi poupada a violência, a extinção da subjetividade, o silenciamento. Amparada pela imprensa, na origem, ou pela mídia de modo geral, na contemporaneidade, a República funciona por meio dos vários silenciamentos, impostos no cotidiano das pessoas de pele negra. Da senzala à periferia, os afrodescendentes eram submetidos a mecanismos de “repressão”, “vigilância” e “encarceramento” – para usar palavras de Foucault (1999) ao analisar a sociedade moderna. A consequência disso é a violência de caráter psicológico, como o sentimento de culpa e a consequente menos valia.¹²⁴ Na avaliação do teórico e psiquiatra Frantz Fanon, o branco, o colonizador não se sente inferior, ainda que seja minoria. “A inferiorização é o correlativo indígena da superiorização europeia. Tenhamos a coragem de dizer: é o racista que cria a inferiorização.”¹²⁵ (FANON, 1952, p. 75). O autor (idem) responsabiliza a civilização europeia pela implantação do racismo colonial.

¹²³ Segundo matéria da Revista Exame, “a Nigéria ultrapassou a África do Sul e se tornou a maior economia do continente africano. [...] O PIB da Nigéria foi de “US\$ 509 bilhões em 2013, 89% acima do número com base na metodologia anterior e superior aos US\$ 370 bilhões da economia da África do Sul.” Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/nigeria-supera-africa-do-sul-como-maior-economia-africana>. Acesso em: 13/03/2015.

¹²⁴ Experiência de desqualificação psicológica sofrida na infância e na adolescência, potencializando o sentimento de inferioridade e de insegurança.

¹²⁵ Tad. Livre: “L’infériorisation est le corrélatif indigène de la supériorisation européenne. Ayons le courage de le dire : c’est le raciste qui crée l’infériorisé.” (FANON, 1952, p. 75).

Essa opinião é compactuada por Sodré (2000a), que denuncia a cultura eurocêntrica. “A invisibilização do homem negro concreto mais do que, o próprio fato da escravidão, é a fonte do que se alimenta o racismo de exclusão ou ideológico.” (SODRÉ, 2000a, p. 158).

Tanto na Colônia como no Império, as atitudes do Estado, além de legitimadas pela ciência, tinham também o apoio da igreja. Esta, por meio da violência simbólica, disseminava a crença de que índios e negros não tinham alma, logo não eram humanos. Espanhóis e portugueses, desde as grandes navegações às “descobertas” do Novo Mundo, não tinham respostas acerca de como lidar com as diferenças e não sabiam explicá-las. Logo, o que foge à regra é estigmatizado. E como ressalta Sodré (2000a), não se trata de um jogo de tensão, mas de imposição e dúvida e “ao modo do episódio mitológico da Esfinge com o viajante, a Nação sempre parece interrogar o intelectual brasileiro sobre sua identidade.” (SODRÉ, 2000a, p. 9).

Na tentativa de um bom argumento, o viajante diz que ainda que não se trate de uma identidade única, essencial, que sirva de mecanismo de negociação “[...] é essa identidade que leva as pessoas a sentirem-se como membros de uma comunidade moral e política, baseada num equilíbrio continuamente renegociado entre individualismo e solidariedade, direitos e responsabilidades.” (JAMBEIRO, 2009, p. 115). Contra o legado de violência e silenciamento da República, a população negra brasileira se reinventa, senão com a segurança do pertencimento a uma “comunidade moral e política” acolhedora, mas pela esperança, pelo *pathos* de estar no mundo, de luta e de compartilhamento entre si e com o outro.

5.2. Comunicação: construção da identidade nacional e do Outro

A comunicação está presente no cotidiano, na prática das relações sociais e seja em âmbito pessoal ou empresarial, uma de suas características é o fluxo da informação e a repercussão daí decorrente. É um campo complexo, tem caráter interdisciplinar, logo, como observa Mattelart (2005) as ciências da comunicação e informação historicamente atravessam outros campos do conhecimento que vão da física, a matemática, a sociologia, a filosofia, a medicina, etc. Objeto de estudo acadêmico, a comunicação é questionada acerca do poder de manipulação, mas também é apresentada como potencialmente contra-hegemônica. São amplos os estudos, que vão desde as correntes teóricas das grandes escolas, as teorias da comunicação, as tecnologias, a emissão, a recepção, os efeitos. Contudo, “o que no fundo se deseja mesmo conhecer é a extensão do poder discursivo da mídia sobre as populações.” (SODRÉ, 2012c, p.7). Esse ponto nos interessa particularmente, seja no século XIX, período que “[...] viu nascer noções fundadoras de uma visão da comunicação como fator de integração das sociedades humanas” (MATTELART, 2005, p. 13), seja no século XXI, no qual coexistem a lógica da imprensa com a lógica do mercado, um comprometimento com o mundo da imagem, da tecnologia e da informação.

Como se sabe, os meios de comunicação de massa, que Adorno e Horkheimer (2006) conceituam de indústria cultural (consumo e homogeneização), embora a maioria tenha início no século XIX¹²⁶, vão se desenvolver e se modernizar no século 20. Ainda assim, alguns já nascem com vocação específica, a exemplo do rádio, cuja proposta no Brasil era a de valorizar a educação como instrumento de formação da nacionalidade. A primeira emissora de rádio brasileira, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* é fundada por Roquette Pinto e Henrique Morize, ambos da Academia Brasileira de Ciências. Chega com a perspectiva de utilizar o instrumento de comunicação em educação, visando à transformação da sociedade brasileira. “Sedimentou-se nos anos 20, entre intelectuais que se aplicavam a pensar o Brasil e a avaliar a República instituída, a crença de que na

¹²⁶ A música é pré-histórica, sua origem persegue a história da humanidade, mas sua difusão com gravações, reproduções e distribuição acontece no século XX, com a chegada da tecnologia e do rádio. A imprensa data do século XV, após Gutenberg ter descoberto a impressão por tipos móveis (1439). Outros meios de comunicação são do século XIX: O cinematógrafo, antecedente do cinema, foi descoberto pelos irmãos Lumière, em 1895; a fotografia surge a partir de um processo chamado daguerreótipo, em 1839; o telégrafo elétrico é descoberto por Samuel Morse, na década de 1830; o telefone, por Graham Bell, em 1876. Já o Rádio, embora alguns componentes tenham sido descobertos no século XIX, só surge como conhecemos hoje no século XX. Também a televisão é de meados do século XX e a internet final do mesmo século.

educação residia a solução dos problemas que identificavam.” (CARVALHO, 1989, p. 9). Em um cenário de forte sentimento de nacionalismo, era evidente que o novo regime precisava lidar com a grande massa de analfabetos. “Tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação.” (Idem). Era propósito da educação resolver os ‘males’ do povo, utilizando-a como instrumento capaz de moldar o povo brasileiro, de acordo com o conceito iluminista de ‘ordem e progresso’.

Desse modo, nasce o rádio, um meio de comunicação empregado na valorização da educação como instrumento de controle social e formação da nacionalidade. Além de fortalecer o conceito de projeto nacional, serve de propaganda política, embora atue também como meio de manifestação popular. Tanto o rádio, como mais tarde a televisão e outros meios de comunicação de massa serviam de entretenimento e aproximação. O antropólogo Jesús Martín-Barbero ressalta que, na origem, o cinema, o rádio e a música “[...] nasceram ‘populares’ justamente porque eram acessíveis aos públicos não-letrados.” (BARBERO, 2003, p. 254). Esses veículos atuavam mais como entretenimento, representavam enorme avanço na veiculação e circulação de informações, de serviço, de divertimento, tanto na cidade como no campo, ampliando o alcance da comunicação e reduzindo as distâncias.

O autor (2003) observa que mesmo a imprensa, composta pelo “círculo letrado”, teve grande importância no tensionamento com a esfera dominante. Um exemplo dessa força foi a Campanha abolicionista, encampada amplamente pelos jornais da época. (*Gazeta de Notícias, Estado de São Paulo, Cidade do Rio, Gazeta da Tarde, Revista Ilustrada, O Libertador e outros*). Mas os efeitos da indústria cultural e seus padrões, como assinalam Adorno e Horkheimer (2006, p. 100), são provenientes das necessidades dos consumidores. Considerando que a maior parte dos consumidores da imprensa no século XIX era formada pela elite letrada, filha da oligarquia, esses mesmos sujeitos evidenciaram “[...] o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade.” (Idem). Isso é o que os autores chamam de uso da racionalidade técnica como caráter de dominação. Assim o emprego do rádio foi a expressão cultural de formação do *ethos* nacional, que constituiu “[...] uma chave para o acesso ao sentimento do nacional.” (BARBERO, 2003, p. 249).

A imprensa política, voltada para questões de interesse público, refletia uma concepção de identidade nacional e de modernidade. Essa mesma imprensa que liderou o Movimento abolicionista, contribuiu para a formação da estrutura da sociedade brasileira,

uma nação construída com base na crença de ausência de conflitos raciais e, conseqüentemente, na prática da violência simbólica. Um dos elementos dessa prática é o racismo, como processo de negação do diferente, do outro distante e invisível, que vai possibilitar a formação das relações de dominação e de subalternização. Para tanto, são utilizados mecanismos do discurso hegemônico de nação, construído secularmente, e que “postulou e legitimou formas de interferir politicamente na ‘raça’ e na ‘cultura’ com a finalidade de civilização e de progresso.” (BELVEDERE, et al., 2008, p.25).

Assim, discurso e ação evidenciam a construção do Outro. Para Barbero (2003), o Outro, na América Latina, tem origem na velha burguesia, formada por descendentes de europeus, os chamados *criollos*, constituindo, eles próprios, o Estado e a Nação, portanto, a elaboração das leis e a formação dos costumes, crenças, desejos e sentimentos. Se antes, na condição de colônia, quer seja portuguesa ou espanhola, as relações tinham como base a violência, a transformação em Estado independente, embora tenha representado mudanças significativas nas esferas políticas, econômicas, social e cultural, não provocou rupturas.

A abolição da escravidão tampouco provocou rupturas, a não ser formalmente. Os direitos civis da população negra estavam garantidos na lei, mas nas práticas cotidianas podemos afirmar que a condição de cidadão era algo distante, fluido, inalcançável. Dito popularmente, era algo “para inglês ver”. A nova burguesia controlava o mundo dos negócios e da política, e tinha como objetivo a construção de um projeto Nacional, cujo desejo era sair do atraso e da estagnação, atribuídos ao que se teorizava como “inferioridade étnica”.

Em meados do século XIX era através da lente das teorias do evolucionismo positivista que se focalizava o povo brasileiro, como o fez Silvio Romero ao localizar a África em nossas cozinhas, a América em nossas selvas e a Europa em nossos salões. Se esses eram vistos como espaços culturais segmentados, já se esboçava a ideia de um conjunto cultural diversificado. Esforçava-se para que os elos fracos da corrente – negros e índios – fossem absorvidos (teoria do branqueamento) antes que desaparecessem. Imperava, então, a imagem idealizada de um Brasil branco. (VELLOSO, 2006, p, 382).

Para chegar a tal fim, a esfera de poder se aliava à ciência no sentido de enquadrar o projeto Nacional em um modelo ideal de modernidade. Era uma tentativa de minimizar a diferença cultural e sócio-histórica de grande parte dos habitantes, cuja dimensão não coadunava com as aspirações vigentes de alcançar o paradigma europeu. Nesse sentido, tudo o que não se enquadrava era visto como atraso, portanto uma construção, como explica Barbero (2003).

Para poder compreender tanto o que o atraso representou em termos de diferença histórica, mas não num tempo detido, e sim relativamente a um atraso que foi historicamente produzido (crianças que morrem diariamente por desnutrição ou desidratação, milhões de analfabetos, déficit de calorias básicas na alimentação das maiorias, queda nas expectativas de vida da população, etc.) quanto o que apesar do atraso existe em termos de diferença, de heterogeneidade cultural, na multiplicidade de temporalidades do índio, do negro, do branco e do tempo decorrente de sua mestiçagem. (BARBERO, 2003, p. 226).

Apesar do esforço dominante de eliminar a cultura nativa, ressaltando as qualidades do velho Continente, de modo a legitimar o modelo europeu, as reações surgiam para além do Brasil. Barbero (2003) observa que essa tensão entre a modernidade e as diferenças, a imitação e o atraso, foi perseguida por líderes como Martí e Mariátegui, cujos ideais eram os da liberdade e da diversidade. Eles acreditavam na potencialidade das diferenças e na redescoberta de seus valores, como um processo de resistência à dominação. “É preciso visualizar também o processo a partir do outro lado. Porque o processo de enculturação, em última instância, só revela seu sentido na experiência dos dominados, na maneira como as classes populares a perceberam e a ela resistiram.” (BARBERO, 2003, p. 147).

No Brasil, a modernidade perpassa diferentes correntes, como simples cópia da Europa, imitação, ou considerando as questões da república e da abolição, como processos importantes para se pensar um país moderno. Segundo o historiador Edmilson Rodrigues (2008, p. 212), a tendência de uma nação que surge da conquista e da autoconsciência da sociedade e não do “aspecto político-constitucional ou administrativo” tem como representantes Silvio Romero, Olavo Bilac, Manoel Bonfim e Joaquim Nabuco, entre outros. No entanto, independente das lutas e dos desejos de formação de uma identidade nacional, prevalecia na região a ideia de europeização, como a real possibilidade de mudança.

Só uma transformação poderia definitivamente tirar esses países da estagnação e do atraso. Claro que a transformação tinha marcado o rumo de antemão: caminhar na direção do ‘mundo europeizado’. Daí ter sido lícito – assim o declaravam filósofos e homens de ciências – marginalizar ou instrumentalizar os setores inertes e tudo o que constituísse impedimento ou obstáculo. (BARBERO, 2003, p. 228).

Mesmo invisibilizando parte da população, os conflitos não desaparecem e surgem correntes antagônicas. Enquanto “para uns, o decisivo era industrializar-se e assim alcançar o *status* de nações civilizadas, para outros, sempre houve uma forte tensão entre a necessidade imperiosa de industrialização e a consciência de sua diferença como Nação em particular.” (BARBERO, 2003, p. 229.). Em diferentes regiões, as peculiaridades locais foram atravessadas pelo desejo da modernidade de modelo europeu, como o Peru, cuja

população tinha características próprias marcantes, uma história pré-colombiana milenar, do império Inca e das civilizações indígenas pré-incaicas e ainda assim serviu de cenário para a dominação espanhola. Esse conflito esteve presente também em outras regiões, tanto com a população indígena, quanto com a de descendência africana, ambas vistas como o *Outro*, logo destinadas à violência, à extinção, ao silenciamento. Os mecanismos utilizados para tal, como assinala Foucault (1999) na análise da sociedade moderna, passam pela repressão, pela vigilância, encarceramento e outros de caráter psicológico como o sentimento de culpa e a conseqüente menos valia.

Na busca de respostas, recorre-se à ciência. No entanto, esta tem como característica a necessidade de criar esquemas classificatórios, que surgem das inquietações com a tentativa de compreender o mundo, com o novo, com o diferente. A Antropologia trabalha nessa lógica e

[...] mesmo os psicólogos aceitam ordinariamente como simples, como inato ou, ao menos, como instituídos unicamente pelas forças do indivíduo, o procedimento que consiste em classificar os seres, os acontecimentos, os fatos do mundo em gêneros e em espécies, em subordiná-los uns aos outros, em determinar suas relações de inclusão e de exclusão. (DURKHEIM, MAUSS, 1981, p. 400).

Além da Antropologia, outras disciplinas, como a Sociologia e a Filosofia operam na tentativa de compreender as relações sociais e muito se tem teorizado acerca do lugar do homem na esfera pública e privada. As classificações que buscam um ordenamento de coisas e de seres em grupos distintos acabam delimitando contornos mais ou menos fixos, e remontam outras épocas.

Aristóteles foi o primeiro que proclamou a existência e a realidade das diferenças específicas, que demonstrou que o meio era causa e que não havia passagem direta de um gênero a outro. Platão tinha uma percepção bem menor desta distinção e desta hierarquização, visto que, para ele, os gêneros eram, em certo sentido, homogêneos e podiam ser reduzidos uns aos outros pela dialética. (DURKHEIM, MAUSS, 1981, idem).

Nas Américas, não havia lugar para a dialética, considerando as características das elites, formadas “[...] pela homogeneização ideológica e de treinamento.” (CARVALHO, 2006, p. 21). Os colonizadores, principalmente no caso do Brasil, cujos líderes saíam da Universidade de Coimbra, eram treinados para uma educação que levava em conta a ordem do poder dominante. Carvalho (2006) observa que nessa universidade predominava o curso de Direito, o que contribuía para uma visão legalista, voltada para a ordem e, conseqüentemente, para o centralismo, a coesão e a unidade. Nesse aspecto, o autor afirma que as demais colônias espanholas não tinham unidade política. Exemplo disso, é que

[...] no início do século XIX a colônia espanhola dividia-se administrativamente em quatro vice-reinados, quatro capitanias-gerais e 13 audiências, que no meio do século se tinham transformado em 17 países independentes. Em contraste, as 18 capitanias-gerais da colônia portuguesa, existentes em 1820 (excluída a Cisplatina), formavam, já em 1825, vencida a Conferência do Equador, um único país independente. (CARVALHO, 2006, p. 13).

Se na colônia espanhola, a unidade geradora da ordem e do pensamento não prevalecia é igualmente verdade que a pluralidade cultural não floresceu e, lá como cá, o autoritarismo dava as cartas. Ainda que não haja resposta única, talvez por isso mesmo, a escravidão tenha perdurado durante tantos séculos, dando sustentação, não apenas a exploração das riquezas e da agricultura, mas a unidade política. Causa inquietação observar como a prática desse regime sobreviveu ancorada na ideologia dominante, mesmo convivendo com conflitos internos pelos próprios sujeitos e/ou adeptos do abolicionismo. Os colonizadores não queriam a fragmentação e a convivência com outros países não-escravistas. “[...] Havia entre a elite receio de revolta escrava, tendo-se cunhado a expressão haitianismo, referência à violenta revolta dos escravos da colônia francesa de Santo Domingo.” (CARVALHO, 2006, p. 18).

O Haiti, primeiro país das Américas a conseguir a independência, proibiu o tráfico de africanos em 1793. Já no Brasil, um dos motivos do prolongamento da escravidão foi o interesse na unidade do país, formado por uma pequena elite e grande quantidade de analfabetos e indígenas. Essa “unidade, avalizada pela monarquia, era meio eficaz de preservar a ordem.” (CARVALHO, 2006, p. 18). Desse modo, já na origem, havia uma grande parcela de pobres, cujas diferenças acabaram sendo transmutadas em desigualdade e, conseqüentemente, em exclusão, extinção e/ou subalternização. Mesmo em sociedades, onde a cultura nativa era complexa, como a incaica, no Peru, cujo debate sobre os modos de produção se estendem até hoje¹²⁷, os colonizadores não respeitaram as diferenças.

No Brasil, a escravidão minou as possibilidades de trocas livres e autônomas e a brutalidade do mercado, a violência do poder físico, cognitivo e simbólico, perdurou durante séculos. Foi o último país do continente a abolir a escravidão, afrontando as relações inter-raciais. Embora tenha prosseguido por mais de 350 anos, o regime não conseguiu destruir a cultura africana, que permeia todo o território, tanto na linguagem como na religião, na culinária, nas artes, na música, nos costumes. Prova disso, ressalta Sodré (2011), é o aforismo nagô *iká ko dogbá*, segundo o qual nem mesmo os dedos são

¹²⁷ Ver SORIANO, Waldemar Espinoza. *Los Modos de Produccion en El Império de los Incas*.

iguais; e, como os dedos, a diferença dos homens não significa desigualdade, nem separação. (SODRÉ, 2011). Ao contrário, a despeito do domínio português, “a força da aproximação” (Idem) mostrou que os afro-brasileiros foram além da produção de riqueza material, criando arte, como o barroco de Aleijadinho, a música de padre José Maurício, a escultura de Mestre Valentim, a engenharia de André Rebouças, a oratória de José do Patrocínio, a retórica e a poesia de Luiz Gama, dentre tantos outros.

Abolida a escravidão, a República ganha um país até então dividido entre senhores e escravos e promete ganhar unidade. A ideia de cultura nacional adquire força e a expectativa de que a população negra fosse incorporada pela Nação não acontece, embora todos fizessem parte do sentimento nacional. As exclusões são implicações dessa política, assim como o silenciamento e a marginalização, praticadas tanto pelo Estado como pela imprensa. Sem uma política voltada para o povo, “a massa popular, o núcleo da nacionalidade, esses milhões de analfabetos de letras e ofícios relegados a condições sub-humanas de vida maculavam a assepsia burguesa de que vinham sendo tecidos os sonhos de Progresso na República.” (CARVALHO, 1989, p. 20). Ainda assim, o pensamento continuava voltado para o país, não para o seu povo. A este eram dispensados o afastamento dos centros urbanos ou a repressão, quando em conflito.

Apesar da tensão, a proposta de se criar um projeto Nacional está vinculada a ideia de unidade, de tornar todos iguais. Nação vem associada à força de mobilização que, aparentemente, tira as pessoas da inércia para uma participação política. No entanto, o conceito também é complexo e contraditório, na medida em que traz um sentimento de pertença associado à assimilação. A Nação como um todo homogêneo é, paradoxalmente, fragmentado. Não havia uma preocupação com o povo e ao mesmo tempo a noção de identidade nacionalista dizia respeito ao povo. No entanto, como compreender, respeitar e trabalhar as particularidades diante da imposição de unidade?

Questionamos também acerca dessa unidade de Nação (formada por quem?), a partir do momento em que a modernização chega atrelada a ideia de igualdade, mas também do mérito (para quem?). Desse modo, o paradigma carrega em si mecanismos de hierarquização e de subalternização, de modo a desarticular os conflitos. Enquanto para alguns teóricos (Durkheim, Marx, Weber, Habermas, Sodré), o conflito faz parte da sociedade, que gera tensão, desentendimento, mas também possibilidade de entendimento, o projeto de Nação no Brasil representa a negação de conflitos, a autoafirmação como país pronto para a entrada na modernidade de modelo europeu e a conseqüente negação do Outro (de aparência não europeia).

Há, ainda, uma contradição no projeto nacional, considerando que Nação vai além de território, incluindo o povo e seus hábitos (língua, comportamento, costume, crença, sentimento). Como tal, o nacionalismo foi construído por e para uma pequena elite (formada por intelectuais, funcionários públicos, proprietários de terras) e burguesia, com poder e força política, constituindo assim a identidade nacional. Mas esse sentimento não suprimiu reações no Brasil, começando cedo, a partir do descontentamento dos escravizados, ganhando adeptos que lutaram em diversos momentos, desde a prática do suicídio, a rebeliões, fugas, formação de quilombos, elaboração de uma agenda abolicionista, encampada por intelectuais e ativistas. Com a República, a luta intensificava-se, primeiro de forma marginal, depois vivamente em congressos, na imprensa, nos teatros, nos clubes, no Congresso Nacional. Dentre as reivindicações, a mais contundente é a educação e o reconhecimento, além do combate ao racismo.

Na agenda, o destaque é a luta pela inserção da população negra na sociedade e pelo direito à cidadania. São muitos os exemplos, dentre eles a demanda pela terra, como a reivindicação dos quilombolas, que foram contemplados pela Constituição Federal de 2008, nos artigos 215, 216 e 68 do ADCT – *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Apesar disso, na prática cotidiana da população negra brasileira, continua a luta pelo reconhecimento de direito. Sua existência e dinâmica representam um patrimônio social e cultural e são considerados espaços territoriais protegidos.¹²⁸ Tem também a implantação da Lei 10.639/03, alterada depois para a Lei 11.645/08, que inclui no currículo da Rede de Ensino fundamental e médio, oficial e particular, a obrigatoriedade das temáticas *História da África e dos Africanos, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional*.¹²⁹ Conquista especialmente importante é a aprovação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, de reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda nas instituições federais de ensino superior e

¹²⁸ Ver Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216.pdf>. Acesso em 20/01/2015.

¹²⁹ Lei 11.645/08 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Ver: Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em 20/01/2015.

técnico.¹³⁰ A chamada Lei das Cotas, inicialmente aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2002, vem sendo implantada desde 2003, a começar pela UERJ e seguida por outras universidades do Brasil. As cotas são uma modalidade das Ações afirmativas, prometidas pelo governo brasileiro publicamente, ao reconhecer a existência do racismo no país. O tema das ações afirmativas será abordado no próximo capítulo.

Voltando ao século XIX, o conflito entre ciência e cultura, desvendava uma luta de significado na constituição do indivíduo negro, imposta, por um lado, como menos capazes que os brancos, e por outro, vista como valorização cultural. Enquanto uns, a exemplo de Oliveira Viana, acreditavam que a mestiçagem traria no futuro um ideal de civilização pelo branqueamento gradual, outros (Silvio Romero, Arthur Ramos) valorizavam o mestiço na formação da cultura brasileira e apontavam a cultura como a chave para um futuro glorioso.

Também para Roquette-Pinto (1933) a cultura brasileira representava o potencial de desenvolvimento do país. Ao analisar a população, as demandas de mão-de-obra externa, o autor critica a acusação de “falta de braços” para o trabalho, argumentando que nem todos os braços estavam sendo utilizados, além do mais faltavam rendimentos e condições. Na mesma análise, diz o autor (idem), a produção individual, no Brasil, é tão pequena que surpreende os que conhecem de perto o trabalhador nacional.

Li, uma vez, no Instituto Histórico, a cópia de uma carta de Martius, dirigida ao cônsul Sturz (1852). O grande naturalista dizia, naquele documento, que nenhum país poderia ser comparado ao Brasil com mais verdade do que a ilha de Cuba. Por todas as razões. Pois bem: são precisos seis brasileiros para obter a produção de um cubano... (ROQUETTE-PINTO, 1933, p. 77).¹³¹

Com efeito, a narrativa da carta está carregada de valor simbólico, havendo uma dissimulação na afirmativa de que faltam braços no Brasil. Segundo Roquette-Pinto, esta é uma forma de declarar a “[...] irremediável insuficiência da sua gente. Chega-se ao seguinte irrisório absurdo: é preciso que o Brasil tenha muitos milhões de habitantes para realizar o que outro qualquer país consegue com poucos milhões.” (Idem, 1933). A citação do antropólogo revela como o discurso dominante servia de pano de fundo para construir

¹³⁰ Lei 12.711/12 – Reserva 50% de vagas em universidades públicas para estudantes oriundos do ensino médio em escolas públicas e de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. Ver: Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em 20/01/2015.

¹³¹ Von Martius era médico, botânico e antropólogo, “foi um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil e especialmente a Amazônia.” (ARRUDA, 2003, p. 2)

uma imagem negativa do *Outro*, o não europeu, com dados e comparações, de modo a não deixar dúvidas diante de um olhar menos aguçado.

Após analisar a terra “generosa e boa” e a gente “resolvendo seus casos práticos, vencendo galhardamente a conquista das suas riquezas territoriais, com valentia e [...] tenacidade únicas nos fastos universais”, Roquette-Pinto (1933) explica a origem da insuficiência, citando Alberto Torres: “[...] *falta de organização nacional*. [...] *O Brasil tem de ser obra de arte política*.” (ALBERTO TORRES, *Apud* ROQUETTE-PINTO, 1933, p. 78). E complementa: “É uma nação que será o que as classes cultas fizerem dela.” (ROQUETTE-PINTO, *idem*).

O que seria uma “obra de arte política?” A resposta pode estar no entendimento da estrutura do poder no século XIX e na necessidade de se reinventar. As correntes políticas vigentes, conservadoras e liberais, cujas defesas nacionais, para os primeiros, eram a centralização do poder e, para os segundos, a descentralização, operavam contra o povo. Ambas compreendiam que não era possível modernizar o país com um elevado nível de atraso, portanto, como afirma Marcelo Paixão (2010), a saída, para o primeiro grupo, era ignorar o povo, para o segundo, mudar o povo. Desse modo, caso o poder fosse descentralizado, seria repassado para as oligarquias. Essa postura fazia das principais correntes políticas a marca do autoritarismo nacional. (PAIXAO, TEIXEIRA, 2010).

Autoritários ou não, o fato é que apenas uma pequena esfera dominante comandava o destino da Nação, de uma grande maioria plural mas invisível, cuja força era disforme, sem representação. Para solucionar os problemas, Roquette-Pinto assegura que o que falta à organização nacional é a educação. Tal afirmativa é atualizada para o século XXI. Se trouxermos o argumento à contemporaneidade, a educação como forma de reduzir as diferenças continua um vácuo. A medida é negada pelo poder dominante e aplaudida pelo discurso midiático, que é tanto de editorialistas como de alguns intelectuais.

Roquette Pinto (1933) também aponta como meta a nacionalização da economia e a circulação das ideias e das riquezas locais. Critica, de um lado, a decisão de nacionalizar quando o imigrante está em jogo, do outro, a demora de nacionalizar quando o “nosso homem rústico” está isolado. E diz: “o ambiente não é favorável, logo não é da raça a deficiência, uma vez que já se apontou o que ela vale. Falta de braços significa mau aproveitamento nos braços existentes.” (ROQUETTE-PINTO, 1933, p. 78).

O curioso é que os mesmos braços que são apontados como ausentes ou indolentes construíram o país, material e imaterialmente. Qual a repercussão disso? Em seu lugar, o que assistimos há séculos é o silêncio. O antropólogo diz, ainda, que a política do Brasil,

desde o início, adotou maus expedientes (escravidão, falta de autonomia do negro liberto, extinção do índio, imigração de brancos europeus). Mas não são apenas críticas às falas do autor. Contraditoriamente, este ressalta que a importação de escravos teria sido uma necessidade.

Em seguida, Roquette-Pinto reclama que o Estado brasileiro não fez nada para a autonomia dos negros africanos em liberdade. Outros exemplos foram a política de trucidar o índio, o abandono dos “melhores elementos nacionais” e a decisão política de mandar “buscar, a peso de ouro, gente branca, sem escolha, sem fiscalização, entregando-lhe, desde logo, um capital apreciável, terra, casa, ferramentas, assistência...” (Idem, p. 79). No período histórico, o incentivo a vinda de imigrantes era considerado importante para a formação do Brasil. Ancorado no entendimento de beneficiar um grupo, em relação a outros, com objetivos de ajuda para um determinado fim, o país estava, efetivamente, praticando uma forma de ação afirmativa, logo essa política vem de longos séculos.

Ainda acerca do projeto nacional, é plantado um nacionalismo que supera os interesses individuais para supervalorizar a Nação, que é atravessada de ufanismo, seja nas narrativas oficiais, seja na literatura¹³². Nesta, os elementos da natureza, o amor à Pátria eram exacerbados, assim como as ‘qualidades nativas’ do caboclo e do sertanejo. Contudo, estes faziam parte de um elenco de atores acrílicos, desvalorizados eles próprios. Ao contrário dessa literatura, diz Abdala Junior, “Silvio Romero projeta no mestiço traços psicossociais de altivez e independência que imaginava próprios do caráter nacional brasileiro.” (ABDALA JUNIOR, 2002, p. 214). O autor avalia que o tema da mestiçagem e do hibridismo cultural continua a despertar interesse.

[...] Hoje esse conceito de hibridez é alargado da referência exclusiva aos países latino-americanos – países de colonização recente –, para o conjunto da cultura contemporânea. Hibridez, nesse sentido, não é problema, mas possibilidades abertas por culturas que não se conformam a modelos unitários, avessos à liberdade. (ABDALA JUNIOR, 2002, p. 216).

O tema da mestiçagem, colocado por Abdala Junior (2002), permeia o pensamento de pesquisadores do século XXI e motiva uma dinâmica cultural “[...] que não pode ser

¹³² Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, é um exemplo de poesia nacionalista, de profundo sentimentalismo ufanista. “Minha terra tem palmeiras, / Onde canta o Sabiá; / As aves que aqui gorjeiam, / Não gorjeiam como lá. / Nosso céu tem mais estrelas, / Nossas várzeas tem mais flores, / Nossas flores tem mais vida, / Nossa vida mais amores. / Em cismar, sozinho, à noite, / Mais prazer encontro eu lá; / Minha terra tem palmeiras, / Onde canta o Sabiá. / Minha terra tem primores, / Que tais não encontro eu cá; / Em cismar – sozinho, à noite – / Mais prazer encontro eu lá; / Minha terra tem palmeiras, / Onde canta o Sabiá. / Não permita Deus que eu morra / Sem que eu volte para lá; / Sem que desfrute os primores / Que não encontro por cá; / Sem qu’inda aviste as palmeiras, / Onde canta o Sabiá.” (RAMOS, 1969, p. 2).

desconsiderada por parte da intelectualidade brasileira, que continua a repetir o *habitus* adquirido nos tempos coloniais e do Império, denunciado por Silvio Romero: o olhar obsessivo para fora do país, desconsiderando o que aqui se produziu.” (ABDALA JUNIOR, 2002, p. 217). Tal premissa nos leva a pensar na paleta de cores, no quão aceitas as pessoas são quanto mais os tons de cinza dão lugar a tons mais claros. Tão presente quanto a mestiçagem, tema secular imbricado na história do Brasil e de outros países da América Latina, é a violência do racismo contra negros, judeus, nordestinos, homossexuais, ciganos, e o que mais for considerado fora dos padrões estéticos e de moralidade.

Como compreender a classificação dos direitos e a constituição da cidadania no cotidiano? Apesar da Constituição brasileira, considerada progressista, há um fosso enorme entre a realidade e a materialidade do direito para muitos brasileiros, sobretudo quando o tema são as relações raciais. A cidadania de fato é política, representativa, dá direito a voto, no entanto, o direito à cultura, o direito social, civil e humano, embora garantidos, seu desenho é de fragilidade, ambiguidades e interpretações simbólicas.

São muitos os exemplos cotidianos, como o caso do funcionário da USP, Januário Alves de Santana, que foi espancado no estacionamento do Carrefour em Osasco, SP, em 2009, por estar ao volante de um EcoSport (seu carro), motivo suficiente para ser confundido com um ladrão de veículos. A empresa foi processada¹³³, mas não impediu que Januário se tornasse o exemplo da vulnerabilidade, do sujeito *fora do lugar*. Ele seria suspeito se estivesse em um fusca velho? Ou em uma bicicleta?

Outro exemplo, ocorrido no início de 2011, conta o caso das meninas Dora Barcellos, de cinco anos e da irmã, Lia Barcellos, de nove anos, ambas filhas do jornalista Felipe Barcellos. As crianças foram barradas em um quiosque, no Rio de Janeiro, onde comemoravam, com a família e amigos, o aniversário da mais nova. Elas tinham saído para ir ao banheiro e, na volta, foram impedidas de se aproximar da mesa, onde estavam o pai e cerca de 20 pessoas, por serem confundidas com meninas de rua. “Minha filha, uma criança que é o que existe de mais valioso em minha vida, está destruída, achando-se culpada por não ter a aparência ‘certa’ para poder ir e vir.” (BARCELLOS, 2011).

Que cidadania é essa? Quem é cidadão no país da dita democracia racial? O ataque de racismo contra as crianças, bem educadas, bem vestidas, e de classe média, desconstrói argumentos classistas. E qual a diferença entre a discriminação que ocorria no século XIX

¹³³ Ver: <http://www.afropress.com/noticiasLer.asp?id=2154>. Acesso em 04.08.2011.

e a praticada hoje, no século XXI? Ora, se o projeto de Nação daquela época negava as diferenças, estava, na realidade, reforçando o atraso, não pelos motivos alegados, mas pela homogeneização imposta e a negação da pluralidade cultural e da construção da igualdade na diferença.

Ou seja, se a nacionalização tinha como fim a construção de uma cultura nacional, para garantir a modernidade nos parâmetros desejados, a heterogeneidade da maioria dos países da América Latina era apenas funcional.

Onde a diferença cultural é grande e incontornável, a originalidade é deslocada e projetada sobre o conjunto da Nação. Onde a diferença não é tão ‘grande a ponto de constituir-se como patrimônio nacional, ela será folclorizada, oferecida como curiosidade aos estrangeiros. (BARBERO, 2003, P. 230).

No caso do Brasil, o samba e a beleza das chamadas mulatas cariocas são explorados como atrativos turísticos, simbolizados no carnaval, que faz parte da agenda nacional. No entanto, nem sempre foi assim. “Nas primeiras décadas do século XX, a resposta das oligarquias à forte presença da cultura negro-subalterna no Rio de Janeiro continuava sendo a repressão.” (COUTINHO E., 2002, p. 44).

O autor (2002) explica que era proibido qualquer tipo de manifestação pública e quem fosse pego tocando violão era preso e castigado. Mas as elites não tinham poder de eliminar o desejo popular e “se a música negra – bem como o conjunto das manifestações culturais religiosas afro-brasileiras – foi violentamente reprimida durante séculos, isso evidencia seu caráter contra-hegemônico e sua força como forma de resistência político-cultural.” (Idem, 2002, p. 45). Com efeito, resistência e luta contra a violência e a opressão da população negra do Brasil são seculares e frequentemente precisam se reinventar como forma de sobrevivência de uma população cujos direitos são garantidos, mas na prática parece ter que provar inocência o tempo inteiro.

Contraditoriamente, com a República, a sorte da maioria da população brasileira não melhorou. A despeito dos ideais republicanos de liberdade, a Primeira República, chamada de República liberal, recebe outras denominações. “As mais sugestivas são as de República oligárquica, República dos ‘coronéis’, República do ‘café com leite’.”¹³⁴

¹³⁴ O autor explica o sentido da expressão “República oligárquica”, afirmando que “Oligarquia é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou a uma família.” (FAUSTO, 2007, p. 261). Daí resulta o poder ser controlado por um reduzido número de políticos no país, dando origem as disputas políticas entre os mesmos. A “República dos coronéis” é uma referência aos coronéis da antiga Guarda Nacional, considerando que a maioria era formada por proprietários de terra, com base local de poder. Já a “República do café com leite”, diz respeito ao domínio da cena política nacional, pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

(FAUSTO, 2007, p. 261). Mas é, sobretudo, na política econômica que a ideia de nacionalização vai se firmar. O processo de industrialização no início do século XX contribuiu para os ideais burgueses de entrada na modernidade e afetou os países da América Latina. Muitos vivem a explosão migratória do campo para a cidade, forçando a atenção dos governos e da população local, cujos interesses são invadidos por novas demandas de trabalho, moradia, segurança, saúde, educação. O Brasil recebe grande quantidade de imigrantes, provenientes da Europa, e isso muda o cenário interno, a economia, a política, além de consolidar o processo de segregação simbólica.

Para Boris Fausto (2007), os processos de migração e imigração provocam, contraditoriamente, um movimento de integração e subversão, sobretudo porque força a integração das classes populares à sociedade, oferecendo a essas, bens e serviços até então destinados à elite. De fato, o movimento afeta a todas as classes, inseridas na chamada cultura de massas, principalmente com o surgimento do rádio, do cinema e da televisão. Barbero (2003) lembra que os meios de comunicação são vistos, principalmente pelas classes populares, como formas de se representar e de ver o mundo.

No entanto, o autor (2003) observa que essa tendência “explosiva da realidade social” muda e “[...] nos ‘anos de desenvolvimento’ o massivo passa a designar apenas os meios de homogeneização e controle das massas.” Esses meios “[...] de mediadores entre o Estado e as massas, [...] entre o rural e o urbano, entre as tradições e a modernidade [...] tenderão cada vez mais a constituírem-se no lugar da simulação e da desativação dessas relações.” (BARBERO, 2003, p. 261).

O desenvolvimento nacional está atrelado aos meios de comunicação e como ressalta o autor, especialistas da “Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmam que não existe desenvolvimento sem comunicação.” Barbero critica:

[...] o dial dos aparelhos de rádio ficará saturado de emissoras mesmo em cidades sem água corrente e os bairros de posseiros serão povoados por antenas de televisão”. Sobretudo disto, antenas de televisão, porque esta representa a síntese das mudanças produzidas no massivo. (BARBERO, 2003, p. 261).

A despeito da força hegemônica, os meios de comunicação de massa funcionam para o bem e para o mal, gerando constante tensão nas representações e contra representações sociais. Desse modo, as práticas de comunicação se articulam entre todas as forças hegemônicas, subalternas e movimentos sociais, sendo que na contemporaneidade, com as novas tecnologias, grandes mudanças são previstas, como anuncia Barbero: “Comunicação ou morte!” Tal slogan “é o lema de um capital em crise, precisando com

urgência vital expandir o consumo de informática.” (BARBERO, 2003, p. 265). Com efeito, as chamadas redes sociais representam hoje esse espaço de produção e de consumo de informação, o que cria uma possibilidade de “[...] usar a tecnologia de dentro para fora, constituindo uma voz autônoma, política e culturalmente diversa”. (SODRÉ, 2008a, p. 36).

5.3. Imprensa e a (in) visibilidade do afrodescendente

Historicamente, a imprensa do II Reinado é considerada livre, atuante, abolicionista com fortes ideias republicanas. Alguns jornais e revistas criticavam duramente o imperador, sem qualquer proibição ou censura. Contudo, não era incomum que jornais abolicionistas sofressem perseguição. Nos últimos anos do império houve tentativa de fechamento de jornais, caça a entregadores e ações violentas, mas também resistência e as ideias continuavam expressas livremente. Com a República, muda o cenário e a repressão ganhou caráter oficial. No primeiro caso, “[...] os próprios senhores buscavam, de todas as formas, impedir a distribuição dos periódicos mais combativos.” (MACHADO, 2008, p. 254). O autor conta que matéria publicada na *Gazeta da Tarde* em 1881, denunciava ações de proprietários de escravos para dificultar a venda do jornal. “[...] Consta que um vendedor foi agredido sem que a polícia tomasse qualquer providência.” (Idem). O jornal *Gazeta da Tarde* era de propriedade de José do Patrocínio, conhecido como um dos mais combativos antiescravistas do século XIX e sua postura causava incômodo tanto em âmbito do governo como do latifúndio.

Perseguições e ameaças de morte aos articulistas mais ousados eram habituais, principalmente no interior. As oficinas tipográficas também não estavam livres de danos. O empastelamento era um recurso não descartado. A redação da *Gazeta da Tarde* sofreu uma tentativa efetuada por ‘capoeiras armados a serviços dos escravocratas’, que invadiram o jornal visando destruir toda a maquinaria. A reação das pessoas que se encontravam no recinto impediu que o ‘ato indigno’, perpetrado contra a ‘imprensa livre’, se consumasse. O órgão abolicionista, em sua descrição, destacou que os ‘inimigos da liberdade’, além de utilizarem a ‘calúnia’, chegavam ao ‘assassinato’ e a ‘invasão da propriedade alheia, para esmagar a consciência de um povo’. (MACHADO, 2008, p. 255).

Também havia casos de perseguição por parte de integrantes do governo, como os praticados pelo anti-abolicionista barão de Cotegipe, cujas ações contra jornalistas de Campos e de Macaé¹³⁵ foram amplamente denunciadas pelos jornais de Patrocínio. Se no império a atuação da imprensa era livre, a contradição fica por conta da República, que desde os seus primórdios atravessou o caminho da liberdade de expressão, perseguiu jornalistas e jornais que ousassem se colocar contrários às suas ações políticas e ideológicas. São vários os casos, como conta Maria de Lourdes Eleutério. “O mais famoso deles foi eternizado no conto ‘À sombra do Romariz’, de Lima Barreto. Nele, o romancista

¹³⁵ Em artigo “[...] intitulado ‘A Sua alteza, A Regente’, Patrocínio escreve uma carta aberta à monarquia sobre as atrocidades praticadas contra escravizados e libertos. Referindo-se exatamente à situação em Campos, que se agravava a cada dia, alertava à princesa Isabel sobre as perseguições ‘a pata de cavalo, a carga de baioneta e de sabre, a bala’ que se faziam então, referindo-se ao poderio bélico dos escravistas, ‘embalados pelo tesouro e pela caixa secreta do Clube da Lavoura’.” (ALVES, 2009, p. 204).

conta como o revisor do jornal monarquista *A Tribuna* morreu quando o periódico foi empastelado pela força governamental.” (ELEUTÉRIO, 2013, p. 85). A autora diz que “o motivo da intervenção foi uma crítica de seu redator-chefe, Eduardo Prado, ao então ministro Rui Barbosa, que, por sua vez, elogiara Deodoro da Fonseca.” (ELEUTÉRIO, 2013, p. 85).

O episódio ficou conhecido como uma das maiores arbitrariedades ocorridas sob o primeiro decreto do Governo Provisório de censura à imprensa, de 23 de dezembro de 1889, que determinava: Art. 1º – Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo: que aconselharem ou promoverem, por *palavras, escritos ou atos*, a revolta civil ou a indisciplina militar [...] serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição. Art. 2º – revogam-se as disposições em contrário. *Sala das Sessões do Governo Provisório, 23 de dezembro de 1889.* Marechal Manoel Deodoro da Fonseca – Chefe do Governo Provisório; Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Manuel Ferraz de Campos Salles, Rui Barbosa, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocaiuva, Demétrio Nunes Ribeiro, Aristides da Silva Lobo. (ELEUTÉRIO, 2013, p. 85).

Para além da censura à imprensa pela força da Lei, o estranhamento da medida são as assinaturas dos ministros republicanos, dentre eles os jornalistas Quintino Bocaiuva e Aristides Lobo, defensores de uma república laica e liberal. Assim se inaugurava uma nova era de cerceamento à liberdade de expressão, de silenciamento de tudo o que não dissesse respeito aos interesses do governo.¹³⁶ A população negra nesse novo cenário estava totalmente desprovida de representação, ela própria sem lugar. Contudo, ainda que o afrodescendente não existisse do ponto de vista das singularidades, era formalmente igual, submetido ao entendimento de valor universal. Tal cultura do universal confirma o que diz Sodré, no sentido de que “o racismo nasce também da igualdade – não da igualdade no atendimento de carências de ordem material, mas daquela pressuposta na abstração universalista do conceito de ser humano.” (SODRÉ, 2005, p. 28).

Nesse prisma, todos são postos em um mesmo patamar, enquanto a igualdade de uns é construída simbolicamente por meio de instrumentos de poder como os meios de

¹³⁶ A ação do governo contra a imprensa nos primeiros anos que se seguiram a República foi intensa, atingindo “[...] formadores de opinião e órgãos de imprensa, com rebatimento na prisão de jornalistas, supressão de jornais e destruição de tipografias. Ficaram conhecidas as prisões de Saturnino Cardoso, redator da *Democracia*; Pedro Tavares, redator da *República*, de Campos, no Rio de Janeiro; Carlos von Koseritz, redator da *Reforma*, de Porto Alegre, falecendo na prisão no dia em que deveria ser transferido para o Rio de Janeiro; David Job e Ernesto Gerngross, redatores do *Mercantil*, do Rio Grande do Sul; Hasslocher, redator da *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, que teve seu periódico suprimido, assim como o foi também *O Globo*, do Maranhão. E mais: *O Tribuna* e *A Lanceta*, de Pernambuco, tiveram as edições confiscadas; a *Orbe*, de Maceió e *O Século*, tipografias destruídas; o *Diário do Comércio* e *Correio do Povo*, do Rio de Janeiro, e redatores advertidos.” (ELEUTÉRIO, 2013, pp. 85-86).

comunicação de massa (imprensa, música, letras, rádio, televisão, etc.), criando, assim, uma liberdade de primeira e de segunda classes. Outro instrumento de poder, como já debatemos aqui, é a cultura, conceito fluido e, por isso mesmo, passível de dominação.

Dentro e fora do discurso antropológico, a palavra *cultura* relaciona-se com as práticas de organização simbólica, de produção social de sentido, de relacionamento com o real. A delimitação da estrutura cultural, ou seja, a demonstração da irredutibilidade ou da especificidade dessa prática vai implicar estabelecer as condições de admissão de um fenômeno como elemento de cultura. Em outras palavras, trata-se de determinar o que pode ser considerado fato cultural e, ao mesmo tempo, de situar os fatos admissíveis em suas posições contraditórias dentro e fora do campo demarcado pela estrutura. (SODRÉ, 2005, p. 12).

Dentre os diferentes modos de elaboração da cultura, a apropriação é um dos mecanismos. Tal prática ocorreu desde o período colonial, passando pelo Império até a República, tomando para si costumes africanos nos campos das artes, da culinária, da religião, dos rituais. Exemplos de apropriação da cultura afro, pelos brancos, não faltam, como o samba, o jazz, mais recentemente o funk e a capoeira. Até mesmo o que deveria ser uma homenagem passa a ser um roubo de imagem. É o caso de uma propaganda de marca famosa no Rio de Janeiro, a Farm, que apresenta Iemanjá embranquecida. A loja colocou no Instagram a foto de uma modelo branca para representar o orixá em nova coleção de modas. A reação nas redes sociais foi imediata, colocando o tema do racismo em pauta. Diversos blogs reclamaram. Uma das manifestações dizia que todos gostam da cultura negra, mas nem todos gostam dos negros. O fato demonstra a tentativa de silenciar, de substituir a cultura negra para naturalizá-la como branca. Na fronteira dessa estrutura está o racismo, ainda que seja negado, inclusive pela imprensa.

Qual a origem do racismo? Além das considerações já apresentadas, se evidencia uma gênese institucionalmente construída em silêncio, pelo projeto de Nação. Um racismo de raiz, vigente na contemporaneidade de forma camuflada, muitas vezes sob o argumento classista e a alegação, de grande parte da população, de que a ascensão social independe da cor da pele. A ausência de afro-brasileiros como protagonistas em diferentes esferas social, política, econômica, cultural e educacional desvenda a sofisticação dos mecanismos de dominação que alimentaram o racismo desde o século XIX e ainda o alimentam cotidianamente.

Fanon aborda o tema com precisão. “[...] Uma sociedade é racista ou não é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas.” (FANON, 2008, p. 85). De fato, só se pode combater alguma coisa negativa se essa coisa

for assumida como tal. Na República, os africanos e descendentes foram usados como objetos, a fim de libertar os brancos do “atraso”. A incorporação dos novos libertos à sociedade ficou no vácuo. Para Maria da Conceição Tavares, uma sociedade democrática tem o dever de incorporar os excluídos, ao invés de adotar práticas miméticas de desenvolvimento.

Precisamos lutar pela autonomia da cultura e do progresso técnico, de uma inserção internacional mais soberana do Brasil. O desenvolvimento econômico-social de nosso país só será autossustentável se se apoiar em suas forças endógenas e na autodeterminação de seu povo. (TAVARES, 2002, p. 11).

Tais forças a que a autora se refere não fazem parte da maioria da população. Ao contrário, quando se fala de povo brasileiro, esse todo universal não existe que para um determinado grupo social, do qual a população negra está excluída. O não pertencimento tem origem nas teorias raciais, amparadas pela ciência, como já dito, mas sobretudo pelo tripé *elite, governo e imprensa*. À elite não interessava a inclusão, considerando-se que seus valores eram ocidentais, europeus e identificados com uma cultura erudita. Ao governo tampouco interessava a inclusão do negro. Seu projeto de Nação, desenhava uma identidade nacional com elementos de cultura, considerando o território nacional, mas sobretudo um consenso em torno dos valores vigentes na época. Já a imprensa, contraditoriamente, silencia sobre o afrodescendente, inspirador de argumentos incisivos acerca da liberdade, pouco antes da República se fazer real na política brasileira. “[...] Não há como negar que o discurso da Nação quer se apresente como discurso sobre a Nação, para a Nação ou da própria Nação está florescente, em particular na imprensa.” (DEBRUN, 1990, p. 40). De fato, a imprensa tem um trabalho seminal de construção de discurso a serviço de uma causa, tornando-se, aos poucos, representante direta do poder instituído.

Embora ainda operasse em um campo político, comprometida com as grandes causas públicas, esta já ensaiava passar dos valores éticos para os morais, em vista a interesses comerciais. Passa de um modelo artesanal ao de grande empresa, e encontra no mercado o parceiro ideal para sua manutenção e desenvolvimento, com estímulo à produção. Nessa corrente, os jornalistas antes independentes, formadores de opinião pela circulação de ideias políticas, plurais, progressistas ou conservadoras, mas em constante troca, perdem espaço. Muitos deles passam a atuar como intelectuais tradicionais. Estes, de acordo com o conceito de Gramsci (2001), são atores que trabalham por uma determinada causa, pensando as questões em pauta, mas não estão diretamente envolvidos com elas, diferentemente do intelectual orgânico, que luta para “formar consciência.”

O silenciamento da imprensa é também uma construção hegemônica, ancorada na força do pensamento único de uma nação idealizada. Nesse processo, à população negra são dispensadas narrativas estereotipadas e negadas participar de qualquer espaço de voz. Fechado aos meios de comunicação, aos bens materiais e imateriais, o afro-brasileiro torna-se invisível em amplas fronteiras. Os efeitos da colonização são imensos. Não por acaso, durante visita do presidente da Argentina, Carlos Menem, aos Estados Unidos, em 1996, este declarou à imprensa que em seu país não havia negros e que essa era uma realidade do Brasil. O discurso revela a crença na construção histórica de uma cultura, do mesmo modo que ratifica o sentimento de exclusão. No Brasil como no país vizinho, a invisibilidade impera. “Nós somos aqueles que não têm identificação. Cada vez somos mais brancos e são poucos os que sabem que são filhos de negros. E aquele que sabe quer esconder esse fato.” (LA MADRID, 2011).

À declaração racista de Menem, seguiram-se reações. La Madrid fundou a organização *África Vive*, com o fim de reunir afro-argentinos dispostos a lutar contra a discriminação, por emprego e oportunidade de educação na comunidade negra, combater a pobreza e imprimir na história de seu país um novo conceito de cultura, no qual o/a negro/a possa ter autoria e visibilidade. Assim como no Brasil, negação e invisibilidade são conceitos comuns no país, no entanto, tem gerado confusão e estranhamento até mesmo entre os pares.

[...] Em alguns casos, o termo ‘afro’ é utilizado como sinônimo de ‘africano’, mas em outros refere-se à especificidade latino-americana. Essa especificidade liga-se ao fato de que os afrodescendentes, na América Latina, além de serem ‘negros’, em países onde o ‘branqueamento’ populacional fez parte do ideal civilizatório, partilham a memória de ser descendentes de escravos e também o fato de terem sido marginalizados socialmente nas diferentes histórias nacionais. (DOMÍNGUEZ, 2004, p. 140).

A autora acrescenta que “[...] enquanto no imaginário portenho a ‘raça negra’ é atributo da ‘brasilidade’, os negros, sejam do país que forem e mesmo se argentinos, são muitas vezes identificados como brasileiros.” (DOMINGUEZ, 2004, p. 140). Tal afirmativa pode ser lida como um exemplo de folclorização, considerando a força da agenda nacional do carnaval carioca e baiano. Na realidade, independente de serem argentinos ou brasileiros, africanos em diáspora de qualquer país, os chamados afrodescendentes, são estereotipados pela cor da pele, pela tentativa de morte da cultura, pela insistência em desumanizar o sujeito e pela dominação. Em qualquer lugar “[...] o

negro é exótico, como um animal a ser observado [...]” (SODRÉ, 2000a p, 358). A afirmativa do autor demonstra a dimensão antiética da sociedade dita civilizada.

Se a luta dos afro-brasileiros contra a opressão é considerada por intelectuais (Santos, 2010; Sodré, 2012b) como uma das lutas sociais mais antigas do Brasil, no país vizinho, a organiza o *África Vive* reage a estereótipos e a invisibilidade do afrodescendente, praticadas pelo governo e pela imprensa. São feitas pequenas a oes, como a elabora o de atividades coletivas, inser oes em jornais, e até um censo particular, a fim de contribuir para mudar a história oficial acerca da popula o afro. Em ambos os países, o movimento de pressão torna dialética a dinâmica da negritude, gerando condi oes de possibilidades de um novo olhar sobre o sujeito, afinal “[...] uma vez que a organiza o da mentalidade coletiva existe,   susceptível de reagir sobre sua causa e contribuir para modificá-la.” (DURKHEIM E MAUSS, 1981, p. 419). De fato, tal consciência coletiva   importante, embora seja dificultada pela domina o que cria subalterniza o, e pela falta de espelho para se ver, reconhecer seus ancestrais. Trata-se de um desafio cotidiano de luta contra a opressão, refletida pelo padrão europeu de est tica e refratária de tal modelo.

Essa memória histórica explica a ideia difundida acerca da inexistência de negros na Argentina, a partir de processos de apagamentos ou silenciamentos simbólicos. Nos dois países, e em muitos outros de histórias semelhantes, são adotados mecanismos de manipula o. “O cerne do problema   a mobiliza o da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindica o de identidade.” (RICOEUR, (2007, p. 94). Segundo o autor, os sintomas variam como “[...] excesso de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso de memória – insuficiência de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento.” (RICOEUR, idem). Tal premissa se aplica às sociedades colonizadas, cuja esfera dominante ocupa todos os espaços possíveis, um verdadeiro espetáculo de heróis e homenagens. Já   esfera dominada   praticado o apagamento de qualquer ato, restando apenas a sobrevivência. A opressão sustenta a lógica dessa prática e oculta rea oes.

Com isso, vai se formando no imaginário popular a história contada e apresentada como verdade. No caso da sociedade brasileira, sabemos que a estrutura da na o foi construída com base na crença de ausência de conflitos raciais, embora as portas fossem franqueadas   popula o branca e cerradas   popula o negra. Mesmo na contemporaneidade, mantem-se vigente o argumento, em grande parcela da popula o, de que a ascensão social independe da cor da pele. Os chamados intérpretes do Brasil, dentre eles Gilberto Freyre, já citado aqui, contribuiram para essa no o. “Freyre argumentava

que a distância social, no Brasil, fora o resultado de diferenças de classe, bem mais do que de preconceitos de cor ou raça.” (COSTA, 2007, p. 367).

Tais argumentos pressupunham que havia no país uma certa democracia racial e justificava, alegando que “[...] como os negros brasileiros desfrutavam mobilidade social e oportunidades de expressão cultural, não desenvolveram uma consciência de serem negros da mesma forma que seus congêneres norte-americanos.” (COSTA, 2007, p. 367). A miscigenação, apontada por Freyre, como solução para “[...] escapar dos problemas raciais que atormentavam os norte-americanos” (Idem), na realidade, fazia parte do projeto de branqueamento do país. E ao contrário de Freyre, compreendemos que a distância social no Brasil faz parte de uma construção histórica do desejo de vontade de eliminar a população negra, quer seja pela carência de condições de possibilidade de viver, que seja pelo encobrimento, ou morte simbólica.

No Brasil, na Argentina, no Peru e em tantos outros países, o racismo e a discriminação encarregam-se de destruir a *arkhé*¹³⁷, deixando marcas no espírito. Tais marcas, observa Fanon (2008), abalam a confiança em si próprio, o que muitas vezes leva a vítima a desejar ser branca. E essa prática não se dá sem resistência, como ilustra a parábola narrada pelo autor (2008). Fanon (idem) conta que estavam no trem um jovem negro, uma criança branca e ele. O negro tremia de frio porque estava sem casaco, a branca tremia de medo do negro porque achava que ele era mau e que iria destruí-la e ele tremia de raiva por vivenciar tal discriminação. A lógica do racismo pode ser comparada à lógica do capitalismo, que para sobreviver precisa produzir miséria; do mesmo modo, a sobrevivência da dominação branca está no controle da consciência, no controle do saber, daí a educação fazer parte de uma elite. Não por acaso, no Brasil, os *campi* das principais universidades, norteadores de condições de possibilidades em diversos campos do saber e do poder, até há bem pouco tempo, continuavam vazios de afrodescendentes. Eles são exemplos de territórios historicamente carentes da pluralidade étnico/racial, da diversidade de culturas tão presentes na gênese das grandes descobertas (?) das Américas. As ações afirmativas chegaram para tornar dinâmica essa estrutura, que por décadas promoveu o

¹³⁷ A *arkhé* é definida como “a origem autêntica, os fundamentos do sentido” (SODRÉ, 2005, p.15), mas também destino, futuro, construídos pelo vínculo. Também é chamada de cultura de *arkhé*, de dimensão simbólica e sua prática, como a liturgia, é um meio de sobreviver à violência e de se relacionar entre si e em grupo. Contudo, na realidade da população negra, tal força logo é percebida e perseguida pelo poder branco. “Se a criação dos terreiros significou a busca de um território onde se pudesse reenraizar a *Arkhé* negra após a diáspora africana, a repressão a esses espaços e às suas formas de sociabilidade correspondia a um projeto de desagregação e desestruturação daquele sistema simbólico.” (COUTINHO, E. 2014, p. 60).

silenciamento, fez seguidores e contou com a colaboração da imprensa e da sua disseminação de verossimilhança.

Se a (des)construção das relações raciais constitui uma questão, tendo em vista a inexistência científica da raça, e, ao mesmo tempo, sua ratificação na cultura histórica dos países, supomos que a esfera da educação, como uma ordem de sociabilidade e trocas simbólicas, se faz urgente, radical, a despeito de ser um espaço de branco, pensado para branco e mantido como tal. Afinal, “[...] incluir como sinônimo de abrir as portas, sem gerar condições para o acesso democrático de todos os jovens ao saber, é avançar apenas na retórica da hipocrisia pública. ‘Inclusão’ revela-se, no fundo, como um tênue vestígio da democratização do saber.” (SODRÉ, 2012a, p. 246).

Certamente, acabar com o racismo demanda mais que educação. O combate à tal prática está relacionado ao campo da memória. Ou seja, vincula-se a construção de sentidos, a exposição cotidiana do tema, por meio de questões históricas, com passado e presente latentes, sendo a lembrança de um o aprendizado do outro. Acreditamos no potencial do enfrentamento cotidiano, do tensionamento e da reflexão como instrumentos capazes de viabilizar a compreensão e levar a modificações, gerando abertura a novas experiências.

Contudo, as narrativas da imprensa vem optando desde o final do século XIX pela naturalização das diferenças entre brancos e negros, cristalizando um lugar para ambos, reduzindo os estranhamentos e levando à reprodução de um senso comum dado. Desse modo, reorienta a opinião pública, transformando suas narrativas em realidade. Mergulhada em uma dinâmica de esquecimento acerca do afrodescendente, a imprensa age como se também esquecesse que as “[...] mudanças são constantemente geradas por contextos sociais diversos, que associam e selecionam o passado para preencher o presente de sentido e configurar o futuro.” (RIBEIRO; BRASILIENSE, 2007, pp. 220-221).

Da abolição da escravatura ao século XXI, o futuro do afro-brasileiro confundiu-se com o seu passado. A liberdade prometida e garantida por Lei, ficou na Lei e na promessa. Enquanto isso, o homem concreto, objeto da Campanha abolicionista tornou-se invisível. Em seu lugar emergia um ideal de branqueamento como solução para os problemas do país. “Por isso, o horizonte ético da mestiçagem latino-americana desenha-se como uma espécie de atenuação biológica da distância entre peles claras e escuras, ou seja, uma raça ‘terceira.’” (SODRÉ, 2000a, p. 193).

Cercado por estereótipos e imersos na prática mnemónica do esquecimento, tanto pelo governo como pela imprensa, o afrodescendente passa da condição de invisível para

sujeito real na primeira década do século XXI, tema que falaremos nos próximos capítulos. Ganha as primeiras páginas dos jornais, não mais como bandido ou suspeito, nem como sambista ou jogador de futebol, mas como sujeito que reivindica o direito de frequentar os bancos de escola do ensino público superior. Trata-se de uma antiga luta por reconhecimento e educação. O primeiro passo foi dado quando o governo declarou a existência do racismo no Brasil e a necessidade de combate. Em 2003 dá-se início a prática de ações afirmativas, na modalidade de cotas, em universidades públicas, sendo a UERJ a primeira a adotar a medida. Uma prática contra-hegemônica?

6. Olhar da imprensa sobre as ações afirmativas

“[...]é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura.”

(ROGER CHARTIER)

“No momento da decepção, um jovem branco pode se sentir como um negro. Nesse momento, ocupa o lugar do outro, descobre o negro como um lugar social. O negro, que tinha um lugar, aparece agora, como um lugar, ele próprio. Em linguagem filosófica, deixou de ser negro em si para se tornar negro para si.”

(JOEL RUFINO)

6.1. Folha de S. Paulo

A escolha pela *Folha de S. Paulo* se justifica pelo fato deste ser um jornal de caráter nacional, considerado uma das maiores publicações no Brasil¹³⁸, e de assumir posição contrária às políticas públicas de Ações afirmativas, especificamente às cotas raciais. Tal postura pode contribuir para elucidar a busca por respostas quanto ao nexó histórico entre a Campanha abolicionista e as Ações afirmativas, considerando as narrativas da mídia impressa. O recorte temporal de 2003 a 2013 deveu-se a três premissas que marcam a década: 1 – O início da implantação do sistema de cotas para ingresso de alunos negros e provenientes de escolas públicas em universidades públicas¹³⁹; 2 – Os

¹³⁸ Conforme dados do IVC (Instituto Verificador de Circulação), da própria *Folha de S. Paulo* e da ANJ (Associação Nacional de Jornais).

¹³⁹ O sistema de cotas foi aprovado para o vestibular de 2002 da UERJ. Inicialmente, a reserva era de 50% para estudantes de escolas públicas. No mesmo ano, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou lei que estipulava 40% das vagas das universidades do Estado para alunos negros. Em 2003, a Uerj propôs

primeiros dez anos de experiência das cotas, iniciadas sob previsões sombrias de alguns intelectuais, e de convívio com o tensionamento entre contrários e favoráveis; 3 – A criação oficial do dia 20 de novembro como *O Dia da Consciência Negra*¹⁴⁰, cuja proposta de data segundo a Unesco “foi para comemorar a tomada de consciência da comunidade negra sobre seu valor e sua contribuição ao país.” (Unesco, online, 2015).

O foco nos meses de maio e novembro teve como princípio, primeiro, a busca de elo entre as ações afirmativas e a Abolição da escravidão, considerando o 13 de Maio a data oficial da Lei Áurea; segundo, a expectativa de referência ao Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, instituído a partir das homenagens ao líder negro Zumbi dos Palmares. A data tem relação com o aniversário de morte de Zumbi, em 20 de novembro de 1695 e atende a uma antiga reivindicação do Movimento Negro.

A *Folha* foi fundada em 1921 e, segundo publicação no site do Grupo Folha, “é desde a década de 80, o jornal mais vendido do país, entre os diários nacionais de interesse geral.” A explicação para tal crescimento, assegura, “foi calcado nos princípios editoriais do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência.” (GRUPO FOLHA, 2015). Inicialmente, chamava-se *Folha da Noite* (1921), o que deu origem quatro anos depois ao matutino *Folha da Manhã* e mais tarde (1949) é lançado o *Folha da Tarde*. Somente em 1960, os três fundiram-se em um, que passou a se chamar *Folha de S. Paulo*. Em 1962, assume o comando Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. O jornal possui ao todo 20 cadernos¹⁴¹ e é oferecido também na versão online.

Na verdade, essa liderança nas vendas, apontada pelo Grupo, está oscilando e o tradicional veículo de comunicação, a *Folha*, vem sendo superada por um jornal popular de Contagem, MG, o *Super Notícias*. Dados da ANJ – Associação Nacional de Jornais, apresenta a *Folha de S. Paulo* como líder de circulação diária no período de 2002 a 2009. Cai para o segundo lugar em 2010 e 2011, volta a assumir a posição em 2012 e fecha 2013 novamente em segunda posição no *ranking* dos maiores. A circulação diária em 2013 foi de 294.811 jornais, mas, se comparado ao ano anterior, o periódico sofreu uma queda de

mudanças e a reserva de cotas passou a ser de 20% para estudantes das escolas públicas, 20 para alunos negros e 5% para estudantes portadores de deficiência física e indígenas.

¹⁴⁰ O Dia da Consciência Negra foi criado em 2003. A data marca as homenagens feitas a Zumbi dos Palmares, no aniversário de morte que ocorreu em 20 de Novembro de 1695.

¹⁴¹ Cadernos diários: Primeira página; Poder; Mundo; Mercado; Cotidiano; Ciência + Saúde; Folha Corrida, Esporte; Ilustrada; Acontece (Circula somente em São Paulo). Suplementos: Tec; Equilíbrio; The New York Times International Weekly; Comida; Turismo; Folhinha; Ilustríssima; Veículos; Carreira e Empregos; Imóveis. Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml. Acesso em: 25/02/2015.

0,95% nas vendas. Nos três anos que ficou em segundo lugar, a *Folha* perdeu para o *Super Notícias*, um tabloide de Minas Gerais, editado pela Sempre Editora S/A., de propriedade de Vittorio Medioli, ex-deputado federal pelo PSDB, também dono do jornal *O Tempo*.

Ainda segundo a ANJ, o número de jornais em circulação no país inteiro, em 2013, foi de 4.786 impressos. O levantamento feito por região apresenta a liderança do sudeste com 2.688 publicações, ficando o último lugar para o norte, com 144 jornais. São Paulo é o estado onde ocorre o maior número de circulação, 1.510 publicações, seguida de Minas Gerais, com 664 jornais e do Rio de Janeiro, com 427 publicações. Considerando o período de 2007 a 2013, o levantamento mostra que vem crescendo o número de jornais no país, com registro de queda de 1,01% somente no último ano, em comparação a 2012. A ANJ, conforme publicado no site institucional¹⁴², representa os interesses dos jornais nos diversos aspectos.

Os números acima desmitificam o temor pelo fim do jornal impresso com o advento da mídia eletrônica, especificamente da internet. Que medidas são tomadas pelo jornal para garantir a sobrevivência e a coexistência entre as diversas mídias? O jornalismo impresso passa por uma reconfiguração, a fim de atrair o público leitor, que tem à sua disposição um mundo de ofertas rápidas e sedutoras. Naturalmente que

com o advento da mídia eletrônica e sua conexão mais estreita com a organização capitalista do mercado, um peso extraordinário é também dado à produção de emoção e de prazer junto ao público consumidor. Neste caso, diminui a sistematização cognitiva da informação, e o jornalismo pactua semioticamente com a produção de entretenimento.” (SODRÉ, 2009, p. 52).

Um exemplo para o argumento de Sodré é o crescimento de tabloides, como o *Super Notícias*, líder de circulação anual entre os maiores jornais do país. Caracterizado como um jornal popular, cuja pauta vai buscar nas crenças populares e no cotidiano da comunidade pobre a repercussão do sucesso. Em 2013, este jornal vendeu 302.472 exemplares, segundo levantamento da ANJ. A *Folha* opta pela segmentação a partir dos seus múltiplos cadernos e diversas ofertas eletrônicas.

A fim de contribuir para a compreensão da narrativa da mídia impressa sobre a temática, foi realizado levantamento no Banco de Dados da Folha, a partir das palavras-chave ações afirmativas, cotas raciais, sistema de cotas, políticas públicas, reserva de vagas. De posse de três volumes de material impresso, que incluía também o mês de outubro, assim como toda a publicação, na década, do jornalista Elio Gaspari a respeito das

¹⁴² Site Oficial da ANJ: <http://www.anj.org.br/>

ações afirmativas, foi dado início a separação dos materiais, considerando, como dito acima, apenas os meses de maio e novembro.

A surpresa foi a redução do volume de matérias publicadas sobre a temática nesses dois meses do período em questão. A década, marcada de pleno debate em torno da adoção de políticas públicas para estudantes negros, quer seja na mídia como um todo, na universidade, no parlamento ou na sociedade, não teve peso significativo na *Folha*, nem em termos de quantidade nem de conteúdo. Somadas as publicações dos dois meses, em 10 anos, foram apenas 75 matérias sobre Ações afirmativas ou cotas raciais. Comparativamente, o índice de matérias sobre ações afirmativas ou cotas, no mês da Consciência Negra, foi de 0,70% a menos do que no mês de comemorações da Lei Áurea.

Considerando-se os dois meses em foco, o máximo de matérias publicadas sobre a temática chegou a 25, em 2008, sendo 10 em maio e 15 em novembro. O segundo ano com maior volume de publicações sobre ações afirmativas ou cotas no período escolhido foi 2004, com 16 matérias, 12 em maio e quatro em novembro. O contrário disso foram dois anos, 2007 e 2010, com zero de publicação a respeito do assunto. Também ficou em zero o número de matérias publicadas no mês de maio de 2012; novembro teve três. Visto em separado ao longo do período, o mês de novembro acentua a não-publicação, com zero em 2005 e 2009, além de 2007 e 2010, como já dito. Considerando a soma das matérias analisadas nos dez anos, a média de publicações em maio ficou em 4,4; e em novembro, em 3,1, conforme tabela abaixo.

Tabela 1: Quantidade de matérias sobre cotas publicadas na *Folha de S. Paulo*.

Ano	Mês	Mês
-----	Maio	Novembro
2003	4	1
2004	12	4
2005	2	0
2006	3	4
2007	0	0
2007	10	15
2009	7	0
2010	0	0
2011	2	1
2012	0	3
2013	4	3
Total	44	31
Soma das matérias de Maio e Novembro = 75		

Fonte: Banco de Dados Folha. Pesquisa por palavras-chave: Cotas raciais; ações afirmativas; sistema de cotas; reserva de vagas nas universidades públicas.

O que representa esse baixo número de publicações acerca de um tema, que causou grande repercussão já na origem? Se como diz o Grupo Folha (Grupo Folha, 2015), o jornal tem por princípio editorial o pluralismo, o apartidarismo, além de um jornalismo crítico e independente, silenciar algo que emerge da memória subterrânea¹⁴³ não é por si só uma posição ideológica? Não é contraditório a seus próprios princípios? O não-dito ou o silenciamento¹⁴⁴ aparece visivelmente na redução do número de matérias publicadas no

¹⁴³ Memória subterrânea é um conceito desenvolvido por Michael Pollak (1989) em *Memória, esquecimento, silêncio*, obra na qual o autor apresenta tal conceito, associado à culpabilidade ou à complexidade de determinadas questões, como o Nazismo. Provoca, dizendo que diante da brutalidade dos acontecimentos, melhor seria não falar. O conceito foi usado pela autora desta tese em Nota de Rodapé, na Introdução. Neste parágrafo, o uso do termo faz referência à brutalidade da escravidão e ao “apagamento” desta memória. Dito de outra forma, faz referência à existência de um acordo tácito entre governo, mídia e sociedade, que já dura 127 anos.

¹⁴⁴ O silêncio, de acordo com Eni Orlandi, citado no Capítulo 2, “faz parte da constituição do sujeito e do sentido”, contudo existe uma “política do silêncio” que leva ao “silenciamento” e que já não é o silêncio em si, mas o “pôr em silêncio”. (ORLANDI, E., 2007, pp-12,73,87).

Jornal *Folha de S. Paulo* acerca das Ações afirmativas ou das cotas, justo nos meses simbólicos de maio e de novembro. É sabido que todo jornalista tem no calendário e nas datas a origem de grandes matérias. A questão é que o esvaziamento do jornalismo em busca de espetáculo, coloca os jornalistas em uma verdadeira arena de disputa pelo leitor, atuando em uma espécie de vale tudo. Desse modo prevalecem as regras do mercado. As verdadeiras tensões perdem-se na memória do esquecimento de causas sociais e de pessoas.

Vidas não existem soltas no tempo, espetadas em episódios e coladas ao calendário compõem efemérides que – ao contrário do que sugere o senso comum – nada têm de efêmeras ou momentâneas. São fragmentos de muitas vidas e cujo inevitável encadeamento compõe a caprichosa artifice conhecida com o nome de História. (DINES, 2014, p. 2).

Ainda que a história possa ser entendida por diversos anglos (social, humana, científica e tantos outros), a imprensa a reduz à sua própria escolha mnemônica. Citando Eliseu Verón em sua análise sobre a mídia e a construção do acontecimento, Le Goff (1990, p.118) observa que o “[...] o discurso da informação para os novos média contém perigos cada vez maiores pela constituição de memória que é uma das bases da história.” Le Goff observa que segundo análise de Verón, ““Se a imprensa é o lugar de uma multiplicidade de modo de construção, a rádio segue os acontecimentos e define-lhes o som, enquanto que a televisão fornece as imagens que ficarão na memória e assegurarão a homogeneização do imaginário social’.” (VERÓN, *apud* LE GOFF, 1990, p. 118).

Para aquele autor (1990), o fato das lutas cotidianas e das decisões serem definidas pelo discurso da informação, coloca em evidência o futuro da sociedade. Diante de tal análise, as ações afirmativas, melhor dizendo, o sujeito das ações afirmativas, no caso, o afro-brasileiro, a depender da imprensa, continuará invisibilizado. Haja vista o baixo número de matérias publicadas na *Folha de São Paulo*, que fazem referência à Abolição da Escravatura ou ao Dia da Consciência Negra, conforme tabela abaixo.

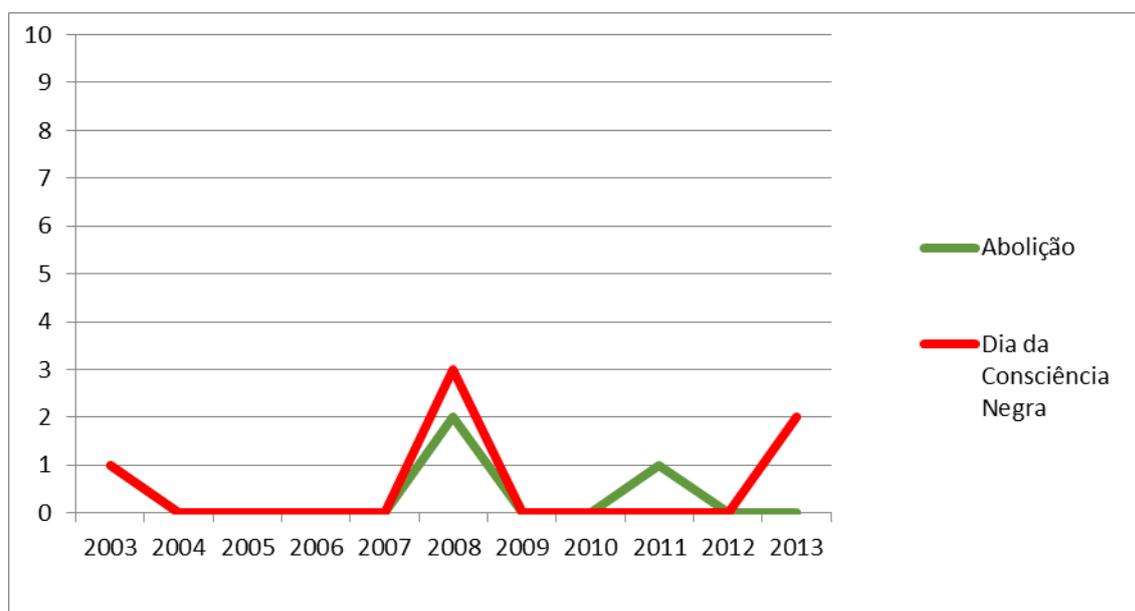
Tabela 2: Referência à Abolição da escravatura e/ou ao Dia da Consciência Negra em artigos, notas, editoriais, entrevistas e reportagens publicadas na *Folha de S. Paulo*.

Ano	Matérias sobre Cotas/Ações afirmativas	Editoria	Referência ao Dia da Abolição	Referência ao Dia da Consciência Negra
2003	4	Cotidiano	1	1
	2	Folha Sinapse	0	0
2004	4	Fovest	0	0
	2	Opinião	0	0
	7	Cotidiano	0	0
	2	Mundo	0	0
	1	Esporte	0	0
2005	1	Cotidiano	0	0
	1	Opinião	0	0
2006	3	Opinião	0	0
	4	Cotidiano	0	0
2007	0	-----	0	0
2008	17	Cotidiano	2	1
	2	Opinião	0	1
	2	Brasil	0	1
	4	Especial	0	0
2009	3	Opinião	0	0
	3	Cotidiano	0	0
	1	Brasil	0	0
2010	0	----	0	0
2011	1	Poder	0	0
	2	Opinião	1	0

2012	2	Opinião	0	0
	1	Cotidiano	0	0
2013	4	Cotidiano	0	0
	1	Poder	0	0
	2	Opinião	0	2
Total	75	-----	4	6

Fonte: Banco de Dados Folha. Pesquisa por palavras-chave: Abolição da escravatura; Lei Áurea; Aniversário da Abolição; Comemoração da Abolição; Dia da Consciência Negra; Aniversário de Morte de Zumbi dos Palmares; Mês da Consciência Negra.

Gráfico 1 – Resumo da quantidade de textos que fazem referência à Abolição da Escravatura ou ao Dia da Consciência Negra na *Folha de S. Paulo*.



Fonte: Banco de dados do Jornal *Folha de S. Paulo*.

Mas, por que cotas? Para quem? Qual a relação entre o afrodescendente, a história, a memória e a sociedade? Essas são questões básicas que, se fossem colocadas pelo jornalista, ajudariam o autor da matéria na elaboração do texto. Na técnica de redação jornalística, o texto precisa responder a determinadas questões – *o que, quem, como, quando onde e por que*. Trata-se do lide, ou seja, o principal da matéria escrito já no

primeiro parágrafo, servindo os demais para o desenvolvimento do tema. No caso em estudo, a *Folha* na maioria das matérias, não analisa em profundidade a nenhuma delas e prefere reforçar o estereótipo do “lugar social do negro.” (SANTOS, 2010). De 2003 a 2013, período escolhido para a investigação, o discurso se repete na definição do sujeito das ações afirmativas. Em referência às regras iniciais da Uerj para a adoção das cotas diz o texto: “Duas cotas: uma que reserva 50% das vagas para *alunos da rede pública* e outra que destina 40% *para negros e pardos*.”¹⁴⁵ (*FOLHA DE S. PAULO*, 03 de mai. 2003, p.C4). Já no enunciado, o afro-brasileiro adquire o status de não-aluno, sendo semanticamente reduzido apenas a *negro* ou a *pardo*. O aluno ou o estudante, de acordo com a variação do texto da *Folha*, é aquele a quem o jornal vai apoiar a partir das regras socioeconômicas.

Trata-se da linguagem de discriminação¹⁴⁶ que elege os candidatos da rede pública como alunos e os candidatos cotistas como negros. Se não se tratasse de discriminação, o contrário poderia ser escrito, mas em nenhum momento aparece no texto “os brancos da rede pública,” ou os “brancos cotistas”, ou simplesmente os “brancos” para substituir a palavra estudante ou para marcar um lugar social. A insistência em invisibilizar o afro-brasileiro, ou mesmo em manter um processo de exnomação em relação a este, como no período do sistema escravista, no qual seu nome não era pronunciado, denuncia a violência simbólica de longa data que persiste até hoje. Secularmente, pronunciar o nome *negro/a* também era evitado, se falava *moreno/a* para parecer mais branco ou *negrinho/a*, já como sinalizador do afastamento. Conforme explicita Bessa Freire, “o colonialismo, como estrutura de dominação é historicamente datado, mas a colonialidade – para citar termo consagrado por Aníbal Quijano – é mais profunda e duradoura. Continua entranhada na cabeça das pessoas, orientando comportamentos.” (FREIRE, 2013, online).

A imprensa reforça tal mentalidade, contribuindo para a manutenção do pensamento único no imaginário social, como o padrão europeu, branco e universal. Ainda que em silêncio, esse padrão visa à manutenção de uma suposta superioridade branca. Na imprensa, os argumentos contrários às cotas trabalham para dificultar a compreensão acerca de tais políticas públicas e, portanto, rejeitá-las. O tema é polarizado “e parte da

¹⁴⁵ O grifo é da autora da tese.

¹⁴⁶ De acordo com Joel Rufino dos Santos a diferença entre preconceito racial, discriminação e racismo é que “preconceito é uma manifestação branda, indispensável à formação das identidades de grupo. Discriminação é o racismo em ponto pequeno, visando a beneficiar um grupo ou alguém em detrimento de outros. Já racismo é uma forma de dominação prolongada, profunda e nacional, que se esconde de si próprio – como no caso brasileiro – indispensável à manutenção da ordem social capitalista; no nosso caso, capitalista dependente.” (SANTOS, 2010, p. 55).

polêmica, no caso da cota racial, é explicada pela dificuldade em se definir quem é negro ou pardo.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 27 de mai. 2003, p. 8). A suposta dificuldade de saber quem é negro no Brasil é um argumento largamente usado pela imprensa. Dessa forma, o uso da miscigenação é valorizado para negar a identificação, confundir e ao mesmo tempo reforçar o suposto pertencimento do indivíduo a determinadas camadas sociais.

Além disso, como pano de fundo, o afrodescendente ainda é responsabilizado pelo processo de miscigenação, resultando deslocamento. Diante de uma sociedade racista, que impõe legenda ao *outro*, o desconforto leva o afrodescendente a “[...] procurar identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.” (BENTO, 2005, p. 1). Desse modo, o branco isenta-se de responsabilidade e distancia-se da questão, alargando o campo de luta, real e simbolicamente desigual.

Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais. (BENTO, 2015, p. 1).

A culpabilidade estendida ao afrodescendente pela própria cor da pele é incutida por meio do discurso da pseudo igualdade, articulado para desconstruir a importância histórica da necessidade de ação reparadora por danos causados em função das desigualdades sociais. Na imprensa, os jogos de linguagem¹⁴⁷ carregam no texto uma intenção, seja real ou simbólica, que é partilhada socialmente pela interpretação do interlocutor. No sentido real há, implicitamente, um pacto de objetividade no jornalismo, o que lhe garante credibilidade a despeito do uso de técnicas de emoção, de aproximação e

¹⁴⁷ Termo empregado inicialmente por Wittgenstein para explicar a variação do significado da palavra, de acordo com seu uso e contexto. Os jogos de linguagem são aplicados também nas narrativas jornalísticas. Estas são “[...] ações estratégicas de constituição de significações em contexto, como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação jornalística. A narrativa não é vista como uma composição jornalística autônoma, mas como um dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos.” (MOTTA, 2007, p.146).

de afastamento da coisa que se deseja ressaltar. Contudo, no plano simbólico, a notícia carrega uma dimensão “sutil e subjetiva”, como explica Luiz Gonzaga Motta:

[...] os relatos noticiosos são, por um lado, razão (logos), transmitem fatos históricos; mas, por outro, são também mytos, encerram subjetividades que dotam os acontecimentos de sentidos de passado e de futuro, do bem e do mal, do bonito e do feio, do que pode do que não pode, sugerem difusas ideologias, estimulam desejos e utopias. (MOTTA, 2004, pp, 129-128).

Nessa perspectiva, as Ações afirmativas foram atravessadas por intenções desde o início da adoção das medidas, dotando, sobretudo, as cotas raciais de sentidos. Logo, a luta que resultou na implantação de tais políticas públicas, na mídia, perdeu o caráter histórico para a ampliação do sentido simbólico mítico. A narrativa do fato, no caso, as cotas, é uma prática da imprensa, feita a partir do jogo híbrido de aproximação e afastamento. A matéria publicada dia 18 de novembro de 2004, dois dias antes do *Dia da Consciência Negra*, não faz referência à data. Com o título “Problema está na educação básica”, a pequena reportagem ouve dois jovens afrodescendentes, que se dizem contrários às cotas. Um deles é candidato a uma vaga no curso de medicina do vestibular da Unicamp. Diz o texto:

Apesar de ser contrário ao sistema de cotas ou de benefícios aos estudantes que se autodeclararem negros, pardos ou índios, o vestibulando Lucas Ribeiro Silva Otaviano, 18, vai prestar o vestibular da UNICAMP no próximo domingo concorrendo pelo sistema de ação afirmativa e inclusão social. (FOLHA DE S. PAULO, 18 de nov. 2004, p. Especial 3)

Observamos que a repórter identifica o candidato não como negro, a exemplo da maioria das matérias sobre cotas, mas como vestibulando, seguido do nome do aluno. Em outros textos, conforme dito acima, o jornal dispensa a condição de aluno ou de estudante para simplesmente *imprimir a marca negro*. A matéria prossegue, relatando que a concorrência para o curso de medicina na Unicamp é de 82,9 candidatos por vaga e que Lucas disse ter escolhido a modalidade de cotas por ser um direito, porque outras pessoas podem usufruir e que ele temia ser prejudicado caso não optasse pelo sistema de ações afirmativas. Somente no terceiro parágrafo, a matéria faz referência à cor de pelo do candidato. “Negro, Lucas acha que, em vez de as universidades se preocuparem com cotas ou programas de benefícios, o governo deveria investir na melhor qualidade do ensino médio público.” (FOLHA DE S.PAULO, 18 de nov. 2004, p. Especial-3). O curioso é que o *negro* usado aqui é neutro ou mesmo positivado, qualificando o sujeito da fala.

“O risco de ser prejudicado”, dito na matéria, traz à tona a mensagem que tangencia grande parte dos textos da imprensa de que os estudantes cotistas estão extorquindo o lugar do branco na universidade. Outro termo que contém interpretação ambígua é o “programa de benefícios”, que, dependendo do contexto em que for usado, pode conter tanto um sentido de *favor, graça, serviço gratuito*, conforme dicionário, como benfeitoria, no sentido de melhoria ou melhoramento de algo. Ou ainda pode ser interpretado, do ponto de vista jurídico, como prerrogativa da lei para favorecer, em alguns casos, pessoas em condição especial. Na matéria em questão, o sentido intencional é o primeiro, considerando que o dever do governo de cuidar da educação básica é desviado, segundo o texto, para “beneficiar cotista”. Faltou acrescentar o termo *gratuitamente*, mas, em seguida aparece a sutileza do texto, ao fechar a entrevista do candidato com um alerta: “‘Acho que o aluno negro que for aprovado em uma universidade que tenha cotas vai ficar ‘rotulado’, e isso vai gerar um preconceito ainda maior. O problema está na educação básica do país, que não é boa’, disse o candidato.” (FOLHA DE S.PAULO, 18 de nov. 2004, p. Especial-3).

Editorial de 17 de maio de 2005, intitulado “Alternativa às cotas”, indica uma postura de deslocamento de algo dado para uma segunda possibilidade, uma outra coisa, portanto, uma negação ao já instituído. O texto começa em voz alta¹⁴⁸, afirmando que “MERECE ATENÇÃO a proposta do Ministério da Educação (MEC) e da USP de tentar ampliar a presença de alunos pobres nas universidades públicas oferecendo-lhes reforço escolar.” (FOLHA DE S.PAULO, 17 de mai. 2005, p. A2). A ideia desse projeto, diz o texto, é identificar os melhores alunos da rede pública a partir da aplicação de exames periódicos como o Saeb e o Saresp¹⁴⁹, oferecer a eles um curso com aulas de reforço, durante o período do ciclo médio, de modo a prepará-los para competir em pé de igualdade com os demais estudantes da classe média.

A grande vantagem desse sistema sobre as cotas raciais ou mesmo sociais é que ele é mais republicano. Todos entram na universidade pela mesma porta, sem que ninguém ganhe pontos extras devido à cor da pele ou à condição financeira. Sua limitação, também evidente, é que ele só pode

¹⁴⁸ A tipografia é composta de significados, que modificam o sentido das narrativas, tanto do emissor quanto do receptor, de acordo com o perfil de cada um. Como assinala Rogers Chartier, “[...]é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura.” (CHARTIER, 1991, pp. 178)

¹⁴⁹ Saeb é a sigla para Sistema de Avaliação da Educação Básica, enquanto Saresp significa Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. O primeiro sistema está ligado ao Ministério da Educação e o segundo à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

ser aplicado à uma pequena elite intelectual do ensino público. (*FOLHA DE S.PAULO*, 17 de mai. 2005, p. A2).

Ora, podemos dizer, em analogia ao texto, que a vantagem do sentido da abolição da escravatura em toda a sua plenitude sobre a experiência real da liberdade do povo negro é que ele seria “mais republicano.¹⁵⁰” Contudo, a verdade descortinada na prática das relações entre a população branca e a população negra é historicamente impactante. O evidente distanciamento entre o ideal e o real, torna o argumento sobre a vantagem da proposta de alternativa às cotas, apresentado acima, sem sentido. Contrariamente a isso, outras ações políticas deveriam acontecer, a fim de garantir que portas estarão abertas a todos. Já a segunda parte do texto traz uma narrativa realista ao reconhecer que o reforço aos melhores alunos da rede pública, como proposto, contemplaria apenas uma “pequena elite intelectual do ensino público.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 2005, idem).

No mesmo texto, o parágrafo seguinte acrescenta: “Esta Folha, que tem se oposto às cotas por defender a seleção por mérito e a ideia fundamental de que todos devem receber idêntico tratamento, vê com bons olhos a proposta do reforço escolar.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 17 de mai. 2005, p. A2). Primeiro, vimos aqui a posição formal do jornal frente às políticas públicas de ações afirmativas. A Folha assume ser contra as cotas e defende o mérito, como se o candidato cotista passasse no vestibular sem mérito algum, como algo dado. Na realidade, esse modelo apresenta questões, considerando que atende a uma pequena parcela da população, a elite, que parte de pontos desiguais para obter os melhores lugares, em nome do “mérito”. Se o ponto de partida é desigual, como alegam discursos favoráveis às Ações afirmativas, qual o sentido do mérito ao se chegar na frente? O curioso é que em seguida, o jornal afirma defender “que todos devem receber idêntico tratamento.” Ora, em 127 anos o tratamento dispensado à população negra tem sido diferente daquele dispensado à população branca. Por que somente agora a equidade tornou-se uma questão para a Folha? Não se percebeu que o modelo adotado do mérito era excludente? Haja vista que, considerando-se a idade entre 18 e 24 anos¹⁵¹ “[...] no ano de

¹⁵⁰ À título de ilustração, lembramos que a República foi proclamada sem o envolvimento da população, mas como uma decisão de gabinete. A consulta à população brasileira aconteceu apenas 104 anos após sua implantação. Tanto a forma de governo republicano, como o sistema presidencialista foram submetidos à avaliação popular, por meio de plebiscito, em 1993, sendo ambos aprovados.

¹⁵¹ Os dados referem-se a taxa líquida de matrícula de alunos de 18 a 24 anos – “que mede o número de matriculados no nível esperado de ensino para aquela faixa etária.” (IPEA, online, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711. Acesso em 25/03/2015.

1992, apenas 1,5% dos jovens negros nesta faixa etária estavam na universidade.” (IPEA, online, 2015). Uma possível resposta a essas questões pode estar na ameaça de deslocamento de lugar do subalterno. Afinal, abrir a universidade, *locus* de produção do saber, da cultura e das trocas simbólicas, assim como do poder, potencializa a visão crítica, o acesso ao “capital cultural”, para usar expressão de Bourdieu, e a ampliação do debate. Como assinala Luiz Eduardo Wanderley, há quem

Procura colocar a universidade dentro do contexto contraditório do capitalismo, analisando seus limites e possibilidades, e insere a luta universitária no conjunto das lutas sociais, explicitando como os intelectuais universitários podem se constituir intelectuais orgânicos das classes subalternas, e podem colaborar na conquista da hegemonia da Sociedade Civil por essas classes. (WANDERLEY, 1999, p. 10).

Para além das relações de classe, as evidências mostram que o real fator de resistência quanto à abertura da universidade aos jovens negros é o racismo. Fato recente, anunciado pela mídia e ainda em curso na justiça, aconteceu na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Vitória, comprovando o sentimento de negação do diferente¹⁵² e a prática da discriminação. Declarações racistas foram proferidas pelo professor da disciplina Introdução à Economia Política, do 2º período do curso de Ciências Sociais, diante de uma turma, onde havia alunos cotistas entre os demais.¹⁵³ O caso aconteceu quando o professor do Departamento de Economia, Manuel Luiz Malaguti, declarou que “detestaria ser atendido por um médico ou um advogado negro”, causando constrangimento, seguido de protesto e de ação na justiça.

A dimensão do racismo implica grande desafio à sociedade. Um deles é a educação, fator de combate às desigualdades raciais, como aponta Matilde Ribeiro¹⁵⁴, em um dos artigos permitidos, intitulado “Educação contra as desigualdades raciais”, publicado no caderno de Opinião, em 10 de maio de 2006. “Na proporção que inserimos gradativamente o preceito da igualdade racial na política nacional, contemplamos a espontânea adesão de

¹⁵² As declarações racistas do professor da Ufes gerou reação também por parte da Universidade, que o afastou da sala de aula por um período. O caso seguiu para investigação junto ao Ministério Público Federal, conforme matéria do G1, Globo.com., disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/11/orgao-investiga-professor-afastado-da-ufes-por-declaracao-racista.html>. Acesso em 23 de março de 2015.

¹⁵³ Outra matéria do Globo.com diz que o professor teria insinuado que a população negra é culturalmente inferior à população branca, ao afirmar que negros e pobres não têm acesso à cultura e que por isso não alcançavam o nível da aula, que ele era obrigado a baixar. Após se sentir duplamente atingida, por ser pobre e cotista, aluna deixou a sala de aula. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/11/alunos-da-ufes-denunciam-professor-por-preconceito-em-sala-de-aula.html>. Acesso em 23 de março de 2015.

¹⁵⁴ Ao final do artigo aparece a identificação da autora: “Matilde Ribeiro, 45, mestre em psicologia social, e secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.” (FOLHA DE S.PAULO, idem).

23 universidades federais e estaduais à política de cotas.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 10 de mai. 2006, p. A3). O texto apresenta um histórico de imposição à exclusão do afrodescendente e observa que o Brasil no início da República “manteve as práticas coloniais e imperiais quando não adotou a igualdade para todos os brasileiros como sua missão proeminente.” (*FOLHA DE S.PAULO*, Idem). Ressalta ainda o compromisso internacional do país de combate ao racismo e afirma que a inserção de alunos pobres e negros na universidade dissemina o conhecimento e reforça a democracia. “Ganhamos todos, negros, indígenas e brancos, ao possibilitar uma realidade digna às futuras gerações quando incentivamos e investimos em projetos de educação inclusiva na perspectiva racial e étnica.” (*FOLHA DE S.PAULO*, Idem).

Matéria intitulada “Cresce o número de negros nas universidades” apresenta estatística do IBGE, com dados tabulados pela Folha, e diz que de 2001 a 2005 “a participação de negros e pardos cresceu a um ritmo médio de dois pontos percentuais ao ano. Se continuar assim, o Brasil chegará a 2015 com uma participação desses grupos na universidade compatível com a presença deles na população, que hoje é de 49%.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 20 de nov. 2006, p. C1). Afirma que o crescimento se deu tanto na rede pública como na particular e apresenta três hipóteses para tal. “A primeira é que, nos últimos dez anos, o sistema de ensino superior cresceu 174%.” (*FOLHA DE S.PAULO*, idem). A segunda hipótese diz respeito à implantação do sistema de cotas e a última, a oferta de bolsas para os alunos do Prouni – Programa Universidade para Todos.

Segundo o texto, a avaliação do ex-presidente do IBGE, Simon Schwartzman, é de que a explicação para o crescimento de alunos negros está no aumento geral de matrículas e que as ações afirmativas não seriam significativas. Ressalta que o sistema de cotas raciais “não tem a dimensão que se imaginava.” Em seguida, a matéria apresenta opinião contrária ao ouvir o economista Marcelo Paixão, para quem “as políticas de ações afirmativas de cunho racial continuam necessárias.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 20 de nov. 2006, p. C1). O economista justifica sua posição, alegando não ser possível saber pelo Pnad como está a participação dos afrodescendentes em cada curso, “mas sabemos que há uma diferença enorme de acesso aos mais concorridos.” Diz o texto que 35 instituições de ensino adotam as políticas de ações afirmativas, sendo 16 federais e 19 estaduais.

A *Folha* volta a rebater as cotas raciais em editorial intitulado “Barreira na elite”, com um discurso aparentemente favorável ao combate às desigualdades. Faz referência à divulgação da notícia sobre o crescimento de alunos de origem africana nas universidades e observa que “para um profissional negro, anos a mais de estudo redundam, em média na

ampliação da sua desvantagem salarial em relação a um empregado branco com escolaridade equivalente.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 21 de nov. 2006, p. A2). Em seguida, exemplifica: “Para cada R\$ 100 ganhos por um negro que estudou no máximo um ano, um branco na mesma condição recebe R\$ 115. Se ambos cursaram faculdade, a parcela destinada ao branco sobe para R\$ 148.” A explicação para tal, diz o editorial, é que “subsiste uma barreira de acesso a carreiras e escolas que gozam de mais prestígio no mercado de trabalho.” (*FOLHA DE S.PAULO*, *idem*).

faz sentido, portanto, o diagnóstico que embasa o movimento a favor de ações afirmativas nas universidades públicas: aumentar a diversidade dos alunos nas escolas de elite, muitas delas estatais, favorece a diminuição da discrepância salarial entre brancos e negros com ensino superior. (*FOLHA DE S.PAULO*, 21 de nov. 2006, p. A2).

A pertinência da avaliação é inversamente aplicada ao fechamento do parágrafo. “O que necessita de reparos, entende esta Folha, é a terapia usualmente proposta para enfrentar esse problema: a reserva de vagas para negros em faculdades do Estado, estabelecida em lei federal.” (*FOLHA DE S.PAULO*, *idem*). Ora, há uma incoerência no texto enquanto discurso narrativo de um fato (desigualdade), que é real, avaliação de uma ação (aumento de alunos negros na universidade x redução da diferença salarial) e crítica a aplicação de uma política reparadora (cotas raciais), que se fundamenta em uma realidade reconhecida pelo próprio jornal.

No mesmo editorial, logo após a posição narrada sobre as cotas, aparece um discurso embaçado, de negação histórica e opção por ignorar as estatísticas.

Não se justifica introduzir discriminação oficial, com base na cor declarada, para corrigir distorções no acesso às mais prestigiadas escolas superiores. Não é razoável atropelar o princípio do mérito, a autonomia acadêmica de cada instituição e suas particularidades regionais com uma norma nacional impondo cotas. (*FOLHA DE S.PAULO*, 21 de nov. 2006, p. A2).

Podemos dividir a frase em duas. A primeira parte, “não se justifica introduzir discriminação oficial, com base na cor declarada [...]”, é totalmente descolada da realidade, considerando que a discriminação institucional e o racismo são seculares, embora não oficializados. São exemplos os incentivos aos imigrantes ainda no Brasil império; as instituições de ensino; as relações de poder que valorizam uns em detrimento de outros; a Lei do Boi¹⁵⁵, que criou cota para agricultores ou filhos de agricultores, independentes de

¹⁵⁵A Lei nº 5.465, de 3 de julho 1968, mais conhecida como “Lei do Boi”, durou 17 anos, sendo revogada em 1985. Tal lei “[...] teoricamente, beneficiava filhos de agricultores nos cursos universitários de Ciências

serem ou não proprietários de terras e que morassem na zona rural; o incentivo a pequenas e médias empresas¹⁵⁶; a atuação da polícia, muitas vezes sob aplausos do Estado; a própria atuação do Estado ao manter a exclusão de parte significativa da população brasileira, sem que nenhuma ação para minimizar o nível de desigualdade tenha sido tomada. Nessa perspectiva, o racismo institucional no Brasil,

é um mecanismo produtivo, capaz de gerar e retroalimentar a exclusão racial, muito mais do que um suposto efeito colateral ou inercial da ideologia. Daí podermos verificar, em suas várias formas de atuação, diferentes momentos e oportunidades de realização da hegemonia racista da branquitude. Ao mesmo tempo, significarão possibilidades e oportunidade para a intervenção transformadora. (WERNECK, 2015 (online) p. 31).

A segunda parte do parágrafo do editorial, sobre o mérito e a universidade, faz pensar acerca do modelo clássico de universidade em um país desigual, ou seja, a garantia de acesso a poucos. Nessa perspectiva, os mesmos filhos de elite, além de já nascerem com um patrimônio, que é a cor da pele, como diz Muniz Sodré, têm vaga garantida nas melhores universidades e um possível e/ou conseqüente destino de futuros cientistas ou profissionais de grande prestígio social e econômico. Falar em mérito, tendo em vista as bases completamente díspares, é apostar na manutenção de dois brasis, um que avança em pé de igualdade com outros países do mundo globalizado e tecnológico, e outro, que repete a realidade do século XIX, quando o diagnóstico era metaforicamente de “[...] uma ilha de letrados num mar de analfabetos.” (CARVALHO, 2006, p. 65).

Obviamente, que houve avanço na área da educação no Brasil, embora a qualidade do ensino seja questionada tanto por opositores como por favoráveis às Ações afirmativas. Diversas ações, dentre elas, o sistema de cotas, fizeram crescer o número de estudantes negros, pobres e indígenas nas universidades públicas, federais e estaduais, assim como nas instituições de ensino privadas. Esse crescimento, segundo Marcelo Paixão, vem se dando desde os anos de 1990, e segue “[...] o aumento da taxa de escolaridade da população em geral. Assim, entre 1995 e o final da década de 2000, o número de estudantes de ensino superior cresceu em quase 200%.” (PAIXÃO, 2015, online).

Matéria publicada dia 13 de maio de 2008, sob o título “ONG premia defensores da inclusão de negros”, faz referência à data simbólica, ao afirmar que “o aniversário da

Agrárias, mas que, na prática, favorecia os filhos de fazendeiros.” (VASCONCELOS; GOMES DA SILVA, 2005, p. 464).

¹⁵⁶ No livro “Na Lei e na Raça”, resultado da dissertação de mestrado, de Carlos Alberto Medeiros, o mestre fala sobre os diversos tipos de cotas, de longa data, praticadas no Brasil, com aceitação plena da sociedade, portanto, sem maiores questionamentos. (MEDEIROS, 2004).

abolição da escravatura foi lembrado ontem à noite em São Paulo num evento em que a ONG Afrobrás entregou medalhas a mais de uma dezena de personalidades que foram importantes para a inclusão dos negros na solenidade.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 13 de mai. 2008, p. C8). Diz que os ministros Edson Santos, da Igualdade Racial, e Marta Suplicy, do Turismo, defenderam o sistema de cotas. “Há polêmica na questão das cotas’, disse Santos, referindo-se às várias ações na Justiça contra esse sistema. ‘Mas o governo não vai baixar o nível. Tenho certeza de que tanto os negros como toda a sociedade brasileira ganharão com isso’.” (*FOLHA DE S.PAULO*, idem).

Em seguida, a reportagem relata fala de Marta Suplicy, lembrando de quando foi estudante nos Estados Unidos, há cerca de 40 anos. Diz que a colocaram em uma classe dos primeiros cotistas americanos negros. “Eles ingressaram na universidade graças à cota. Também não foi fácil lá. Houve muita resistência. Depois desses 40 anos, fui vendo como os cidadãos americanos negros, graças às cotas, foram ocupando lugares de prestígio’.” (*FOLHA DE S. PAULO*, 13 de mai. 2008, p. C8). A reportagem termina citando os agraciados pela medalha, sem maiores comentários. Ou seja, os 120 anos da abolição da escravatura, um sistema de governo que manteve sob cativo milhões de seres humanos por mais de 350 anos, teve como escolha do jornal o esquecimento. Ou, uma simples citação.

A matéria intitulada “Falta muito para inserir o negro na sociedade” chama atenção menos pelo conteúdo e mais pela construção do discurso. Já no primeiro parágrafo é impactante o modo como o jornalista identifica seus entrevistados. “Militante do movimento negro desde os anos 70, o negro Carlos Alberto Medeiros, 60, é um dos signatários do documento que será entregue hoje no STF.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 13 de mai. 2008, p. C8). Ora, a dupla identificação de Medeiros como negro e como militante retira dele a autoridade de um especialista em algo e o coloca no lugar comum, destinado à população negra. Subliminarmente está escrito: *o que esse militante negro tem a nos dizer?* Logo a seguir, o texto informa que Medeiros é presidente do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro. “Ele é um entusiasta da política de cotas raciais.” (*FOLHA DE S.PAULO*, idem). Claro, um militante não poderia ser mais do que um entusiasta, subentende-se.

O texto evidencia o uso de técnica de narrativa de desconstrução de imagem pública. Para além de negro e militante, que é real, Carlos Alberto Medeiros tem um currículo respeitável. É jornalista, formado pela Escola de Comunicação da UFRJ, Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais, pela UFF, tem livros e artigos publicados, pesquisador das

relações raciais e é o tradutor do sociólogo e escritor polonês no Brasil, Zygmunt Bauman. Traduziu cerca de 19 livros do inglês para o português. Traduziu também obra de Manuel Castells e a autobiografia de Martin Luther King. Ocupou cargos públicos, dentre eles o de subsecretário de Integração Racial da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania – RJ, além de ter atuado no Senado (Gabinete do Senador Abdias Nascimento) e no Ministério da Justiça (integrante do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra).

Essa não é a única matéria que traz a desconstrução. A *Folha*, ao tentar ouvir o *outro lado*, na publicação de título ‘Isso só servirá para pôr um pobre contra o outro’, adota a mesma técnica narrativa. “Militante do movimento sindical desde os anos 80, o negro José Carlos Miranda, 43, é um dos signatários do manifesto ‘113 cidadãos anti-racistas contra as leis raciais’, que se opõe à política de cotas.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 13 de mai. 2008, p. C8). A descaracterização do sujeito e a impressão do estereótipo, carregados de significados, sobrepõem-se às técnicas básicas de isenção do texto jornalístico. Mas há exceções, ou seja, há matérias que não qualificam, simbolicamente, a fonte de antemão. Por exemplo, na publicação do dia 20 de novembro de 2006, já citada acima, Marcelo Paixão é apresentado não como negro, embora o seja. Sua identificação aparece como “o economista da UFRJ.” Mesmo discorrendo a favor das cotas, o que prevalece é a opinião do economista, não uma indução ao leitor de imaginar que a fala do entrevistado seja autorreferente. Igualmente, outras fontes são legitimamente identificadas, convidadas a abordar o tema, cada um a seu modo.

A matéria “Associação de universidades critica projeto” repercute a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que estabelece cotas de 50% das vagas em cada curso das universidades federais, para alunos do ensino público. Segundo o texto, a Andifes – Associação nacional dos dirigentes das instituições federais do ensino superior, é contrária a medida, sob a alegação de que não se deve adotar modelo único de cotas para todas as universidades do país. Afirma que na opinião do presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Amaro Lins, “estipular os 50% pode trazer efeito negativo para o ensino superior, pois pode haver cursos em que não haja uma quantidade suficiente de alunos preparados para preencher essa reserva’.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 21 de nov. 2008, p. C1). Também no século XIX, havia quem pensasse que os escravizados não estavam preparados para a abolição. José de Alencar considerava a escravidão uma “missão civilizatória”, logo a abolição demandava um longo percurso de mudanças de

costumes, a fim de preparar os africanos e descendentes para a liberdade, conforme falamos no capítulo 3.

O mesmo temor na mudança do sistema demonstrado por intelectuais do porte de José de Alencar e por alguns políticos no século XIX, se repete no XXI, desta vez entre dirigentes de universidades, como demonstrou o reitor pro-tempore da Unifesp, Marcos Pacheco Ferraz, em matéria de 22 de novembro de 2008, intitulada “Dirigente tem dúvidas sobre a ampliação da reserva.” Segundo o texto, o reitor questiona: “A ampliação do percentual nos traz a pergunta: será que o desempenho vai ser mantido? Apesar de o projeto estar em andamento, essa pergunta ainda não foi respondida’.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 22 de nov. 2008, p. C2). O projeto em curso ao qual o reitor se refere é a reserva pela Unifesp – Universidade Federal de São Paulo, de 10% de vagas para alunos da rede pública, que se declararem negros, pardos ou indígenas. O temor, diz a matéria, é “de que haja queda de qualidade nos cursos.” (*FOLHA DE S.PAULO*, Idem). Tal fala, assim, em analogia ao XIX, diz que *os afrodescendentes ainda não estão preparados para o ensino superior*.

Elio Gaspari, na nota “Cotas”, publicada dia 23 de novembro de 2008, observa:

as políticas de ações afirmativas foram condenadas porque acordariam o gênio do racismo. Não acordaram. (Nada de novo. No século 19 o barão de Cotegipe avisava: ‘Brincam com fogo, os tais negrófilos’.) As cotas criariam constrangimentos, levando alunos negros mal preparados para os cursos universitários. Não criaram. (Parolagem antiga. Em 1885, combatendo a libertação dos sexagenários, o deputado Olímpio Campos advertiu: ‘Não é humanitário, não é civilizador libertar escravos velhos’.) Entre 2001 e 2008, 52 mil vagas foram oferecidas em 48 escolas que adotaram políticas de ações afirmativas em benefício de alunos da rede pública, negros e índios. Passaram-se sete anos e até hoje não apareceu um só episódio relevante capaz de desqualificar essas políticas. (*FOLHA DE S.PAULO*, 23 de nov. 2008, p. A14).

De fato, o tal argumento da missão civilizatória da escravidão servia para tudo. Foi usado por José de Alencar contra a Lei do Ventre Livre e pelo deputado Olímpio Campos contra a Lei dos Sexagenários. O motivo não importava, desde que os escravizados continuassem naquela condição. No século XXI, a reinvenção dos argumentos – “despreparo para o ensino superior”, ou ainda “as cotas são constrangedoras para os negros” –, leva à mesma ideia de (in) civilização. Não é à toa o ditado popular, dito abertamente até há pouco tempo¹⁵⁷: “o negro quando não caga na entrada, caga na saída.”

¹⁵⁷ Há 26 anos, em 5 de janeiro de 1989, foi criada a Lei 7.716, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Nesta, é determinada a punição de reclusão a quem cometer atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A Lei regulamenta a

Dito de outra forma, ele não aprendeu com o branco, logo deve ficar onde está. No limite, a tais mentalidades, chega a ser uma ousadia pensar na possibilidade de mobilidade social para “essa gente.” Haja vista a insistência em afirmar a miscigenação, em tentar negatizar o uso da palavra negro, quando esta é uma identificação reivindicada, afirmativamente, pelo movimento negro. A evidência do pensamento retrógrado está na reação midiática, que é também a reação de alguns segmentos hegemônicos.

Contudo, como o jornal se diz plural, precisa ouvir outras vozes. Artigo dos professores Targino de Araújo Filho e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, ambos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, versa sobre o Programa de Ações afirmativas, adotado naquela instituição desde 2005. Afirma que no final do primeiro ano de implantação da reserva de vagas, foi realizada análises estatísticas dos resultados dos alunos que ingressaram na UFSCar pelas Ações afirmativas e constataram-se que o rendimento acadêmico destes foi igual ao dos demais estudantes, sendo que em três cursos o rendimento foi superior. “Como se vê, o compromisso social não impede a excelência acadêmica; ao contrário, incentiva avanços.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 05 de mai. 2009, p. A3).

Com o título “a lição dos cotistas médicos da Uerj”, artigo de Elio Gaspari embarça os argumentos de contrários às cotas, sobretudo aqueles mais bizarros. “As cotas seriam uma coisa ‘escalafobética’, medida para ‘inglês ver’. Degradariam as universidades levando-lhes alunos despreparados que não concluiriam os cursos. Pior: Abririam as portas do ódio racial.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 11 de mai. 2011, p. A6). Como lembra o texto, o tempo passou, cada vez mais as universidades adotam algum tipo de ação afirmativa, tanto para estudantes da rede pública como para negros e índios e “o ódio racial continuou onde sempre esteve, na cabeça de quem o tem.” (*FOLHA DE S.PAULO*, idem). Mais um argumento contrário que caiu por terra foi a evasão escolar. De acordo com o texto “a repórter Márcia Vieira radiografou a turma de 94 alunos que se formou em Medicina na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Entre eles, há 43 médicos que só chegaram ao curso superior porque a Assembleia Legislativa criou um regime de cotas.” (*FOLHA DE S.PAULO*, idem). Afirma que a evasão foi de apenas quatro para cada grupo.

Constituição Federal, que em seu artigo 5º, inciso XLII, garante direitos iguais a todos, sem distinção de qualquer natureza, tornando inafiançável e imprescritível o crime de racismo. É também conhecida como Lei Caó, em homenagem ao deputado Carlos Alberto de Oliveira, que lutava contra o racismo. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:x4Xy73Jcj8oJ:www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 28/03/2015.

Artigo de Hélio Swartzman, “As cotas paulistas”, critica o argumento que aponta a morte do mérito por conta das políticas de ações afirmativas. Ele se declara contrário às cotas raciais, por entender que as categorias de renda teriam os mesmos efeitos. O texto ressalta a dupla função da universidade. “Elas se tornaram a principal mola de ascensão social do mundo moderno e também têm a missão de formar os quadros que estarão à disposição da sociedade em todas as áreas, da medicina ao magistério.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 27 de nov. 2012, p. A2). Segundo o texto, a dinâmica desse duplo papel é o equilíbrio, tanto no sentido de fazer justiça aos mais pobres como de recrutar os intelectualmente mais preparados, independente da origem.

Contudo, o mesmo texto aponta os mais pobres com tendência a ter menor rendimento acadêmico, uma narrativa contraditória, considerando que se isso fosse verdade, estaria morta a possibilidade de mobilidade social. Observa que nenhum dos dois lados pode reclamar direitos naturais a uma vaga na universidade. “A missão precípua dessas instituições é cultivar o conhecimento, não acabar com a pobreza. Além disso, não podemos nos esquecer de que o tal do mérito é, em larga medida, fruto da loteria genética, ou seja, encerra algo de aleatório, exatamente como a pobreza.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 27 de nov. 2012, p. A2). Por fim, diz que o dilema não tem solução e considera “improvável que a resposta a esse problema complexo seja um linear 50%.” (*FOLHA DE S.PAULO*, idem).

Assim como no século XIX, os abolicionistas reivindicavam para além da Abolição da escravatura, por exemplo, a reforma agrária, no XXI, os afrodescendentes, de acordo com a história do Movimento Negro, reivindicam mudanças profundas que ataquem as estruturas e promovam a igualdade em todos os segmentos sociais. Em entrevista à Folha, o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, diz que “o Brasil nunca olhou a questão do negro com afinco”. Para ele, “a inclusão do negro na sociedade ainda é tímida e atrasada.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 13 de mai. 2013, p. C4).

Questionado acerca da legislação, José Vicente afirma: “Nós temos uma lei de história do negro e história da África que nunca saiu do lugar, um estatuto da igualdade racial que nunca foi regulamentado e nunca ninguém foi preso no Brasil por crime de racismo¹⁵⁸.” Sobre preconceito, seu depoimento é igual ao de diversos afro-brasileiros que, em posição social mais elevada, sofre do mesmo modo, comprovando a manifestação

¹⁵⁸ O Estatuto da Igualdade Racial foi regulamentado pelo Decreto 8.136, em 5 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8136.htm. Acesso em 29 de março de 2013.

do racismo. Diz que ao frequentar restaurantes já não tem conta das vezes que foi confundido com manobrista ou motorista. Ao ser visto, logo iam lhe entregar as chaves de seus carros. “Existe uma ideia negativa do negro, do enegrecer, do ‘lado negro’. O negro é aquele cara que leva chumbo da política na TV. Com essa perspectiva no imaginário, quem vai querer contratar negro para cargo importante?” (FOLHA DE S.PAULO, 13 de mai. 2013, p. C4).

Observamos que em diversas matérias o argumento é o mesmo, com forte defesa ao mérito, explicitando que a prática da política de cota gera injustiça. Ora, há 127 anos (apenas para falar da condição legal de cidadania), o afrodescendente vive uma realidade de injustiças. As ações afirmativas e o sistema de cotas visam a resolver parte dessa questão e a proposta inicial é exatamente colocar em pauta o processo de esquecimento a que foram submetidos os afrodescendentes em todos os aspectos. Logo, parece natural que o caráter racial faça parte da demanda das políticas compensatórias. Somente a radicalização do tema é capaz de fazer emergir as vozes até então silenciadas. Contudo, o que se percebe é uma insistência da mídia em “roubar a cena”, colocando na mesa uma preocupação até então lenta ou mesmo ignorada, a injustiça contra os pobres, ou ainda, a qualidade do ensino público fundamental e médio.

Nos parece obvio que esse dever do Estado tem falhado, e que até então, só causava inquietação aqueles que não podiam pagar escolas particulares para seus filhos. A escola pública deixou de ser uma preocupação da elite desde que seus filhos puderam optar pelos melhores colégios particulares, reduzindo o círculo de relações entre os pares. No século XIX, a Campanha abolicionista visava a educação da elite, alegando que a abolição da escravatura libertaria o Brasil para a entrada na modernidade. No XXI, o caráter educativo é da mídia, no sentido da repetição discursiva acerca da suposta *perversidade* das cotas raciais. A diferença é que agora os próprios sujeitos afetados não precisam ser representados. Eles próprios, ocupando o “lugar social” de “intelectuais orgânicos”, no sentido gramsciano, se auto-representam. Nesse sentido, de forma coletiva, se fortalecem, fortalecendo, assim, a sociedade civil, a qual pertencem e desejam modificar.

6.2. O Globo

O Jornal *O Globo* foi fundado em 1925, com sede no largo da Carioca, Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1954, quando se transferiu para a Rua Irineu Marinho, ampliando suas instalações e tiragens. Roberto Marinho, filho do jornalista Irineu Marinho, assume o cargo de diretor e redator chefe a partir de 1931, tendo a colaboração dos irmãos, Ricardo e Rogério Marinho. O jornal faz parte do grupo de empresas *Organizações Globo*, que conta também com o *Extra* e o *Expresso*. Segundo os princípios editoriais do jornal, das definições existentes sobre jornalismo, o *Globo* adota as que buscam a produção do conhecimento: “[...] o jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa [...]” (*O GLOBO MEMÓRIA*, 2015, online). Acrescenta que a atividade do jornalismo permite o conhecimento de fenômenos, que vão do simples ao complexo, com um certo grau de fidedignidade. “É portanto, uma forma de apreensão da realidade.” (*O GLOBO MEMÓRIA*, idem).

O Globo tem 24 cadernos¹⁵⁹, entre editoriais, cadernos especiais e suplementos, e é considerado o terceiro maior jornal em circulação do país. De acordo com a Associação Nacional de Jornais – ANJ, em 2013, a média de circulação foi de 267.542. Considerando o ano anterior, o jornal caiu 3,72% nas vendas. Mas como mostram as tabelas da ANJ¹⁶⁰, esse não foi o pior desempenho do jornal. Em 2011, a circulação ficou em 256.259, com uma queda de 14% nas vendas, além de descer para a quinta posição no *ranking* dos maiores. Volta a se recuperar em 2012, com aumento de 8% nas vendas, resultando na circulação de 277.876 jornais e a recuperação do terceiro lugar.

Mesmo sendo o terceiro maior jornal, os números revelam que ainda é pequena a circulação de jornais no país. Levantamento de Fernando Antônio Azevedo mostra que nos Estados Unidos, o *New York Times* em um dia roda 1,6 milhões de exemplares. Segundo Azevedo (2006), a baixa circulação de jornais no Brasil é resultado de dois fatores presentes na sociedade, o baixo nível de escolaridade e a indicação dos jornais para um determinado público.

¹⁵⁹ Editoriais de *O Globo*: Ciência, Cultura, Economia, Esportes, Mundo, País, Rio, Opinião, Primeira Página, Segunda Página, Revista O Globo. Cadernos especiais e suplementos: Automóveis, Turismo, Bairros e Regiões, Arte e Lazer, Economia, Educação, Ciência e Saúde, Meio Ambiente, Mulher, Infantil, Variedades, Tecnologia, TV.

¹⁶⁰ ANJ apresenta tabelas sobre diversas atividades relacionadas aos jornais, dentre elas a média anual de circulação dos maiores jornais do Brasil. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 02/04/2015.

Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta. (AZEVEDO, 2006, p. 95).

O autor (2006) observa ainda que, historicamente, determinadas características do sistema de mídia se mantém inalteradas como o “monopólio familiar” e a “propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa,” além de uma “pequena diversidade externa do ponto de vista político” e de “um viés conservador.”

No final do século XIX, ainda era possível ser dono de jornal sem grandes fortunas, como foi o caso do empresário negro, jornalista José do Patrocínio, proprietário entre outros, do jornal *Cidade do Rio*, um impresso moderno que durou de 1887 a 1902. A herança do monopólio familiar é do século XIX, porém construído e consolidado no XX, e mantido no XXI, o que representa a grande pedra no caminho¹⁶¹ da luta pela democratização dos meios de comunicação. Nessa perspectiva, considerando o peso da pedra, a estrutura política do país, a ausência de interesse político e dos parlamentares em regular a comunicação, a democratização dos meios só será possível com a participação popular, com o esforço coletivo. “Sem uma regulamentação efetiva, fiscalizada, garantida em seus aspectos legais não haverá convergência humana e simbolicamente os silêncios continuarão a ser produzidos.” (MARTINS, 2012, p. 250). Como vimos acima, o silenciamento em torno das principais datas relacionadas à população negra foi praticado pela *Folha de S. Paulo* justo nos meses simbólicos de maio e de novembro. E em *O Globo*, como o jornal se posiciona frente as ações afirmativas e as cotas raciais?

Antes de entrar propriamente na análise das narrativas das matérias acerca das políticas de reserva de vagas nas instituições de ensino superior, situamos a opção pelo *O Globo*. Trata-se dos mesmos motivos pelos quais a *Folha* foi escolhida, quais sejam, os de ser um dos maiores jornais de circulação nacional; no caso de *O Globo*, o terceiro maior,

¹⁶¹ Expressão lendária. Diz a lenda que um rei muito sábio, no esforço de ensinar bons hábitos a seu povo, esperou que todos dormissem para colocar uma enorme pedra no caminho que levava ao palácio e se escondeu para ver o que aconteceria. Primeiro passou um fazendeiro, reclamou, contornou a pedra e passou com a carruagem; depois veio um soldado, que tombou na pedra, também reclamou, mas nada fez. Por fim, uma jovem que havia passado o dia trabalhando na moagem, estava cansada e voltava para casa, quando avistou a pedra pensou que por ser quase noite o melhor seria retirá-la do caminho para evitar que outras pessoas, desavisadas, tombassem sobre ela e se ferissem. Com muito esforço conseguiu afastá-la para a margem. A surpresa é que encontrou sob ela uma caixa repleta de ouro, que a deixou feliz e causou grande repercussão. O Rei então disse aos amigos que a vida é repleta de obstáculos e que nós temos a opção de reclamar e desviar deles ou de enfrentá-los e descobrir o que significam.

ambos de declarados princípios editoriais comprometidos com a pluralidade das informações. O *Globo* carrega a marca da representação do poder da informação e do mercado, considerando o império das comunicações construído pela família Marinho.¹⁶² O recorte temporal se repete, ao analisar as matérias publicadas no período de 2003 a 2013, especificamente as dos meses de maio e de novembro de cada ano.

Tais meses foram pensados como ancoradouros na expectativa de conteúdos mais densos e na busca de compreensão acerca das narrativas de *O Globo* sobre as cotas, para além dos contrários e favoráveis, amplamente explorados pela mídia como um todo. Para o levantamento das matérias, foram consideradas as palavras chaves *ações afirmativas, cotas raciais/sociais, sistema de cotas, reserva de vagas, políticas públicas no ensino superior*. Com o material em mãos, o primeiro olhar foi comparativo com a *Folha*. Diferentemente desta, o *Globo* deu mais atenção ao tema das cotas, pelo menos quantitativamente. A soma dos dois meses em análise, nos dez anos, ficou em 142 matérias, enquanto considerando o mesmo período e tempo, o total de matérias da *Folha* foi de 75. No mês de maio de 2003 a 2013, o *Globo* publicou 82 matérias sobre ações afirmativas, 38 a mais que a *Folha*; e em novembro, publicou 60 matérias acerca do assunto, 29 a mais que o jornal de São Paulo, conforme podemos ver na tabela abaixo:

¹⁶² O conglomerado de empresas de comunicação da família Marinho inclui *O Globo*, o Sistema Globo de Rádio, a Editora Globo, a Rede Globo de Televisão, a Globosat, a gravadora Som Livre e a Fundação Roberto Marinho, cada uma com múltiplos desdobramentos. Fonte: Memória Roberto Marinho. Disponível em: <http://www.robertomarinho.com.br/obra/fundacao-roberto-marinho.htm>. Acesso em 02/03/2015.

Tabela 3 – Quantidade de matérias sobre cotas publicadas em *O Globo*

Ano	Mês	Mês
-----	Maio	Novembro
2003	13	9
2004	13	12
2005	8	7
2006	6	5
2007	4	3
2008	13	11
2009	12	2
2010	7	1
2011	2	2
2012	2	5
2013	2	3
Total	82	60
Soma das matérias de Maio e Novembro = 142		

Fonte: *O Globo* online. Busca por palavras-chaves: cotas raciais/sociais; ações afirmativas; reserva de vagas na universidade; sistema de cotas.

As primeiras publicações de *O Globo* de 2003, vistas no mês de maio, são notas ou pequenas matérias, a maioria de serviço sobre dados e datas acerca do vestibular da Uerj. São matérias factuais, mais descritivas e alguma cobertura, como a semana de calouros no primeiro ano de implantação do sistema de cotas, relatando a experiência dos alunos que, de acordo com a matéria, tiveram muitas brincadeiras e trotes, a fim de garantir a integração entre alunos cotistas e não-cotistas. “Para quem pensou que haveria um racha no campus por causa do sistema de cotas na Uerj, Rafael Dellamora, do 2º ano de Desenho Industrial dá um recado: ‘Aqui é todo mundo igual. Somos todos capazes’.” (*O GLOBO*, 20 de mai. 2003, p.3).

Outra característica das matérias de maio é a fala do Movimento Negro, representada pela Ong Educafro, tendo Frei David na figura da pessoa vigilante quanto à real participação do negro no sistema de cotas da Uerj. Diz que ele se posiciona contrário à proposta da universidade de mudanças nos critérios adotados em 2003, dentre elas uma única prova e limite máximo de 45% no percentual de reserva de vagas. Segundo o texto,

Frei David considera injusto e desleal aplicar provas iguais para estudantes que vivem realidades diferentes. “Vestibular não mede a capacidade do estudante e sim o que ele aprendeu num período. Como um aluno da rede pública que teve acesso a dez livros pode ter o mesmo rendimento de um jovem da escola particular, que estudou com mais de 100 livros?” (O *GLOBO*, 16 de mai. 2003, p. 12). O curioso nesta matéria é o título “um vestibular fácil na Uerj”, visivelmente tendencioso. Seu enunciado não diz do conteúdo da narrativa, mas do pensamento do editor.

Ainda nesse mês de maio, três temas prevaleceram: a mudança de critérios no processo de reserva de vagas para o vestibular¹⁶³ de 2004; a discussão sobre a falta de verba para os alunos cotistas; e as ações judiciais contra a Uerj, decorrentes do sistema de cotas e impetradas seja por alunos brancos que se sentiram lesados, seja por entidade de classe, como a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, que entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra a reserva de vagas.

Uma observação é que as matérias desse mês de maio tendem a ouvir mais fontes. Colocam a fala de alunos cotistas e não cotistas, de reitores e professores, representantes do movimento negro, ministro da educação, pesquisadores. A maioria é de pequenas matérias, salvo a coluna de Miriam Leitão, que em maio abordou duas vezes o tema das cotas. Em uma delas, ao final da coluna, fez uma referência tímida à data da abolição da escravatura. “HOJE, dia 13 de maio, o Senado faz uma reunião durante o dia inteiro sobre afrodescendentes.” (O *GLOBO*, 13 de mai.2003, p. 20).

O hoje em letras maiúsculas é um recurso semiótico. Utilizado na narrativa, isoladamente, nada representa, embora seja uma técnica usada para chamar atenção do leitor, como nas primeiras páginas dos jornais e suas “enormes letras de manchete na qual o leitor recebe, habitualmente as principais notícias do mundo.” (BARTHES, 2007, p. 222). Imediatamente após a tipografia em questão, o complemento entre vírgulas “dia 13 de maio” modifica o significante, a frase em si mesma, e o que poderia ser apenas mais uma reunião de senadores, ganha um significado. Ou seja, a relação da data simbólica de 13 de maio com a reunião parlamentar sobre os afrodescendentes, adquire o sentido de presença, de algo por vir, e ainda que se trate de um passado, é um passado no presente.

¹⁶³ A reserva de vagas era de 50% para estudantes da rede pública, 40% para alunos que se declarassem negros e pardos e 10% para portadores de deficiência. Uma nova proposta de ajustes feita pela Uerj em 2003, para entrar em vigor já em 2004, era de um total de 45% de reserva de vagas, sendo 20% para alunos da rede pública, 20% para alunos negros e pardos e 5% para indígenas e outras minorias.

Em novembro de 2003, como vimos no gráfico acima, foram publicadas nove matérias sobre a temática das ações afirmativas. Assim como em maio, o mês de novembro apresenta matérias relativamente pequenas, algumas de serviço sobre edital de vestibular, taxas de inscrição, datas de provas, *kit* inscrição e outros. Traz também a fala de alunos, de representantes da Uerj, integrantes do Movimento Negro, economistas.

O curioso é que nas matérias analisadas nesses dois meses, não tem a voz de contrários às cotas, mas discussão em torno da nova experiência da Uerj e da Uenf¹⁶⁴. Do total de matérias, apenas uma faz referência ao Dia da Consciência Negra e outra aborda a data de 20 de novembro como aquela que marca a morte de Zumbi de Palmares. Contudo, a maioria das publicações mostra um desvelamento das relações raciais na sociedade brasileira, o que denuncia o distanciamento em torno da população negra.

No dia 20 de novembro de 2003, duas páginas inteiras foram dedicadas ao tema do afro-brasileiro; a primeira é assinada por Miriam Leitão e a segunda, pela mesma jornalista e por Flávia Oliveira. Uma traz o título “A verdade é que eles sempre lutaram.” (*O GLOBO*, 20 de nov. 2003, p. 6). A matéria começa falando do acervo de fotografias de Januário Garcia, da atuação do Movimento Negro (MN) na ditadura, conta sobre o ato público do MN em 1987 e relata outros momentos de “quase trinta anos” de luta contra a discriminação racial. Ouve Abdias Nascimento, para quem a Frente Negra foi, “em número e influência, o mais forte movimento que os negros já formaram no Brasil.”¹⁶⁵ (*O GLOBO*, idem).

Na segunda página aparece a título “Ensinando a vencer a primeira barreira” (*O GLOBO*, 20 de nov. 2003, p. 7). A matéria relata o encontro do coordenador da Ong Educafro com uma plateia de estudantes. Descreve o trabalho do Frei David, seu carisma e a ampliação dos cursinhos comunitários. Fala sobre o sonho dos jovens negros, por eles próprios, a despeito de saberem das dificuldades de se chegar e de se manter em uma universidade, devido aos custos. Dentre os cursos do sonho estão Medicina, História da Arte e Direito. Esse último aparece relacionado à necessidade de conhecer bem os próprios

¹⁶⁴ Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense tem sede na cidade de Campos dos Goytacazes, a 284 km do Rio de Janeiro.

¹⁶⁵ Conforme nota de rodapé do capítulo 2, a *Frente Negra Brasileira* foi fundada em 1931, como explica Domingos Petrônio. “Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com ‘delegações’ – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), arregimentou milhares de ‘pessoas de cor’, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados.” (PETRÔNIO, 2007, p. 106). Em 1978, surge o Movimento Negro Unificado, cujo fim era o combate radical ao racismo. O MNU tinha orientação marxista e dele originaram-se os movimentos negros plurais do século XXI.

direitos para o enfrentamento cotidiano do racismo, como diz uma das entrevistadas. “Quase fui presa quando chamei a polícia para denunciar um sujeito que me ofendeu quando eu tentava usar um telefone público. Foi aí que decidi cursar Direito.” (*O GLOBO*, 20 de nov. 2003, p. 7).

Passado um ano das publicações de maio de 2003 sobre cotas, mais leves e factuais, como dito acima, o cenário analisado no mesmo mês de 2004 é diametralmente oposto. As mudanças são percebidas no desenho das páginas, nos títulos e nos conteúdos das matérias. O preconceito racial ascende de tal forma que transforma o discurso factual em construção agressiva, numa tentativa de tornar imponderável argumentos ancorados no *ethos* social e histórico da população negra brasileira. Tal evidência ratifica a reflexão de Sodré (2000a) de que o preconceito quanto a negros e índios persiste no pensamento e nos escritos da elite.

A visão da cultura afro-brasileira como resultante de uma ‘primitiva selvageria’ parte de José de Alencar no século dezenove e chega ao século vinte com gente como Nina Rodrigues e Oliveira Lima – este último, por exemplo, define os cultos afro-brasileiros como ‘grotescas e terríveis superstições’ –, estendendo-se a intelectuais coetâneos ao fim do milênio. (SODRÉ, 2000a, p. 188).

Primeiro, o *Globo* insiste em afirmar que as cotas são polêmicas. Na verdade, a *Folha de S. Paulo* também usa o termo com bastante frequência. A etimologia da palavra “polêmica” vem do grego *polemikos* (beligerante, agressivo), de *polemos*, que significa guerra. De fato, ao analisar com mais cuidado verificamos que o jornal instala um estado de guerra contra as cotas, a partir da construção do discurso em suas páginas. Há repetição de parágrafos idênticos, com o uso do termo, em matérias diferentes. Vejamos. O mesmo parágrafo aparece em duas matérias com datas próximas (5 e 8 de maio), em que a primeira é uma retranca, intitulada “20% de vagas na universidade pública.”

A proposta do governo de reservar vagas para negros e índios nas universidades públicas causou tanta polêmica que, em vez de implementá-la por meio de uma medida provisória, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu enviar um projeto de lei ao Congresso, para que o projeto seja amplamente debatido. (*O GLOBO*, 5 de mai. 2004, p. 9).

A segunda matéria, que repete o parágrafo acima, é uma das poucas, aparentemente, objetivas. Traz no título “Estudantes reivindicam cotas na Bahia.” (*O GLOBO*, 8 de mai. 2004, p. 17). Fala de manifestação de alunos ligados ao Movimento Negro e diz que eles temem a não aprovação das cotas para o vestibular de 2005. Mas, no penúltimo parágrafo copia e cola o trecho acima citado, sem muito nexos com os parágrafos

anteriores. Corrige um erro de digitação e copia até a palavra Congresso, cortando o complemento que fala “[...] para que o projeto seja amplamente debatido.” (*O GLOBO*, *idem*). O corte em si não significa nada, pode ter sido uma decisão do editor por falta de espaço na página, mas o que chama atenção é a repetição de algo marcado, forte, como “a polêmica das cotas,” que fica no imaginário popular. Para além das repetições, o jornal *O Globo* criou uma vinheta “Cotas polêmicas”, a fim de identificar o tema principal a ser tratado. É o caso da edição de 31 de maio de 2004, caderno *O País*, página 3. Logo abaixo do nome do caderno, separada por linhas, aparece a vinheta, ou chapéu, aquele que antecede o título e traz a identificação de pauta do conjunto de textos, conforme figura abaixo.

Figura 9 – Vinheta “Cotas polêmicas”. *O Globo*, 2004.

O PAÍS

COTAS POLÊMICAS

Ensino abaixo da média

Baixa qualidade do antigo Segundo Grau põe em xeque reserva de vagas nas universidades

Rodrigo Rangel
BRASÍLIA

Als o governo considerou o ensino médio, o antigo Segundo Grau, é um verdadeiro gargalo no sistema educacional brasileiro. Para os problemas, está nas pesquisas do Ministério da Educação (MEC), que acusam deficiências na formação dos professores, baixa qualidade do ensino, altos índices de evasão e reprovação. São fatores que apenas a adoção da política de cotas para facilitar o acesso de alunos da rede pública às universidades federais não será suficiente para dar a eles uma formação de qualidade.

Para começar, o número de matrículas é muito menor do que deveria ser. Das cerca de dez milhões de brasileiros entre 15 e 17 anos, apenas 3,3% cursam o ensino médio. Os demais estão fora da escola ou atrasados. Os índices de abandono e reprovação são altos: cerca de um milhão de estudantes abandona as salas de aula anualmente e 650 mil são reprovados nas três séries.

A isso somam-se a falta de professores qualificados e a deficiência na formação dos que hoje lecionam. Segundo a Associação Brasileira de Diretores e Bases da Educação, de 1996, há professores do ensino médio que sequer concluíram a 8ª série do ensino fundamental. E 75% do total têm apenas o ensino médio. Faltam professores capacitados. O MEC estima que, somente nas áreas de biologia, química, física e matemática, há um déficit de 254 mil professores, e as vagas são preenchidas por professores menos capacitados.



NA ESCOLA EPITÁCIO PESSOA, na Região Metropolitana de Recife, o diretor Severino Henrique da Silva é obrigado a dar aulas de biologia porque faltam professores.

No 3º ano, poucos sabem matemática

• O resultado é um limbo desconhecido em relação ao ensino fundamental e ao ensino superior. Igualmente crítica é a qualidade do aprendizado. Dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sisab) apontam, por exemplo, que 47% dos alunos do 3º ano do ensino médio — série anterior à entrada na faculdade — pouco sabem de matemática. Isso nos níveis “básico” e “muito crítico”, o que significa que sabem apenas algumas propriedades, conhecem o básico de geometria e pouco de funções logarítmicas e exponenciais. Apenas 4% dos estudantes estão em nível considerado adequado.

Em português, o quadro é um pouco melhor, mas não menos preocupante: 62% dos alunos se encontram nos níveis “básico” ou “muito crítico”. Conseguem apenas ler textos simples. Em condições de entender textos mais complexos, com vocabulário nem tão simples.

O MEC atribui os problemas à desatuação dispendiosa historicamente ao nível médio, sem políticas públicas voltadas à sua melhoria.

— Já a política de educação não conseguiu dar prioridade a essa área. Concentramos-se no ensino fundamental — diz o diretor de ensino médio da Secretaria de Educação Básica do MEC, Lúcia Helena Leal.

Ano passado, inscreveram no ensino médio 5,1 milhões de estudantes. Desse, oito milhões entraram em escolas públicas, contra 11 milhões matriculados em estabelecimentos particulares. O número de matrículas vem crescendo ano a ano, reflexo da ampliação do acesso ao ensino fundamental. De 2002 para 2003 houve aumento de 400 mil alunos. Com a proposta do governo de reservar 50% das vagas nas universidades para alunos egressos da rede pública, o MEC já espera um aumento ainda maior da demanda.

Pela Constituição, a responsabilidade pela manutenção do ensino médio dos governos estaduais, que acenam anualmente com a despesa. Inevitavelmente do que ocorre da 1ª à 3ª série, enquanto o governo federal responde, no caso do ensino médio, com o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundeb), o ensino médio praticamente não recebe verbas da União. E, em boa parte das estaduais vive em dificuldades financeiras, a qualidade do ensino varia entre as unidades da federação.

O ensino médio no Brasil

<ul style="list-style-type: none"> • 15 e 17 anos: 83% da população • 3,3% estão no ensino médio • 650 mil são reprovados anualmente • 1 milhão de evasões anuais • 47% dos alunos do 3º ano do ensino médio sabem pouco de matemática • 62% dos alunos sabem pouco de português 	<ul style="list-style-type: none"> • 1 em cada 10 alunos não tem acesso à internet • 65% têm acesso à internet • 35% têm laboratório de ciências • 50% têm acesso à televisão e vídeo • 45% contam com laboratório de informática • 66% têm acesso à internet • 35% têm laboratório de ciências
--	--

Em Pernambuco, faltam professores nas salas de aula

Rede estadual de ensino enfrenta, atualmente, um déficit de dez mil mestres

Letícia Lima

• RECIFE. Em Pernambuco, 99% das escolas de ensino médio contam com água, 83% com ter laboratórios, 50% oferecem aulas de televisão e vídeo, 45% contam com laboratório de informática, 66% têm acesso à internet e 35% têm laboratório de ciências. Os números extraídos do Censo Escolar 2003 da Secretaria de Educação de Pernambuco parecem retratar uma boa rede de ensino médio no estado. Mas, infelizmente, falta o principal: professores. A rede estadual enfrenta um déficit de dez mil mestres, problema concentrado no ensino médio.

Muitos colégios não conseguem completar o quadro de professores. Em muitos os alunos escolhem o ano sem ter ido uma só aula de química, física ou biologia. Terminam fazendo trabalhos rápidos para efeito de nota, que compensam legalmente a deficiência de currículo.

Situado no Cabo de Santo Agostinho, a 30 quilômetros do Recife, o Colégio Estadual Epitácio Pessoa é um exemplo da crise.

— Estamos sem professores de física, sociologia, filosofia, física, química e biologia são ministrados por estagiários. Apesar de ter cargo de diretor, tenho tentado suprir essa deficiência dando aulas. Mas tenho que me desligar sempre com os alunos porque sou constantemente interrompido em sala de aula para resolver problemas administrativos — reclama Severino Henrique da Silva, diretor do Epitácio Pessoa.

Há turmas e mais turmas que contêm o ano sem uma aula de física sequer. Arranjam essas trabalhos para que os alunos obtenham notas sem que tenham vivenciado o conteúdo em sala de aula — denuncia Cleidmar Barbosa dos Santos, diretor de Assuntos Educacionais do sindicato da categoria.

As dificuldades se repetem no Colégio Estadual Madre Leã, perto do Epitácio Pessoa. Com 25 turmas, sendo 21 do ensino médio, o diretor Ana Laura Lopes Gomes demonstrou com um problema grave no início do ano letivo. Quase as aulas começaram, os 1.400 alunos disputaram de quatro professores. Ficaram um mês sem carga horária. Hoje, o problema está sanado: são quatro mestres do quadro permanente do estado e 38 estagiários ou temporários.

CORPO A CORPO

CARLOS HENRIQUE ARAÚJO

‘Quem entra pelo sistema de cotas precisa de insumos’

• BRASÍLIA. Diretor de avaliação da educação básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do MEC, o sociólogo Carlos Henrique Araújo traça um quadro catastrófico da situação do ensino médio na rede pública do país. Ele diz que somente a adoção de cotas não é suficiente para dar aos alunos de escolas públicas uma formação de qualidade.

Rodrigo Rangel

O GLOBO: Com base nos resultados que o Inep vem fazendo, que diagnóstico é possível fazer do ensino médio nas escolas públicas do Brasil?

CARLOS HENRIQUE ARAÚJO: Ele acrescenta muito pouco aos estudantes brasileiros. Uma pequena parcela deles avança na relação ao que aprendeu no ensino fundamental. A avaliação da educação básica, o Sisab, permite a comparação entre as séries. O ensino sai da 8ª série com deficiências muito básicas. Por exemplo, com dificuldades na aritmética e em leitura competente de textos. E ele vai carregando isso ao longo de todo o ensino.

• De que será o problema?

ARAÚJO: O conjunto grande desses problemas está fora da escola. Jovens que concluem trabalhos com educação, o que não é um trabalho desafiador. Jovens que estão no ensino médio rotam também têm dificuldades. Há ainda problemas que estão dentro da escola e têm relação com a gestão. Tem ainda a questão da formação do professor. Hoje o ensino médio brasileiro tem falta de professores, por exemplo, de química, de física. A sociedade brasileira não forma a quantidade de professores necessários para essas disciplinas. É a formação também é extremamente problemática.

• As escolas públicas estão preparadas para atender o um possível aumento do demanda por conta do política de cotas do governo?

ARAÚJO: Hoje já temos um crescente aumento da demanda do ensino médio. Independentemente das cotas. Essa demanda não é acompanhada pelo oferta e já há problemas. Apertadamente, se houver maior procura, deverá haver um investimento maior.

• Em comparação com o ensino privado, as deficiências do ensino público são bem mais profundas?

ARAÚJO: É um comparativo, digamos, equívoco. Fora a rede pública não é excludente. A rede privada é excludente não quem tem dinheiro. Não que dizer necessariamente que as escolas privadas sejam melhores, mas o aluno mais preparado está ali.

• A partir do momento das cotas, como o trabalho de quem faz parte do sistema de formação desses dois perfis de estudantes?

ARAÚJO: Acho a cota interessante, mas é preciso que as universidades estejam preparadas para dar atenção especial aos alunos mais pobres, vindos da rede pública, no sentido de dar os estímulos necessários que eles não vão ter por falta de mídia suficiente. Por exemplo, o aluno de Medicina precisa comprar livros caros. Al a universidade precisa conhecer os meios para que o aluno carente tenha acesso a esses livros. Quem entra pelo sistema de cotas, vai precisar de recursos para se igualar (ao demand).

• É possível recuperar o déficit de conhecimento desses alunos egressos do ensino público?

ARAÚJO: Quanto mais passa o tempo e mais se acumula o déficit de aprendizado, mais difícil fica a recuperação. Parto do princípio sociológico e não filosófico de que todos são capazes de aprender. Mas quanto mais tempo se tem para fazer isso, mais mais investimentos são necessários. Se conseguirmos elevar a qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, naturalmente pararemos milhões de aprendizes, estamos resolvendo o problema da universidade na questão qualidade de ensino.

Na *guerra contra as cotas raciais*, há também omissão. A matéria de 19 de maio intitulada “Tarso: críticos das cotas são elitistas” começa falando que o ministro Tarso Genro, da Educação, “classificou de elitistas e corporativos os críticos do programa de cotas para estudantes de escolas públicas nas escolas federais.” (*O GLOBO*, 19 de mai. 2004, p. 12). O curioso é que a matéria não fala das cotas raciais, como se as críticas não fossem destinadas também, e principalmente, a candidatos afrodescendentes. A matéria omite essa parte, simplesmente como se não existisse. Fala que o governo anunciou o projeto de reservar 50% das vagas das universidades federais, mas escolhe quem vai incluir nesse percentual. Para o ministro, segundo o texto, alguns setores da sociedade consideram a universidade um “‘nicho intocável’.” E completa: “‘Assim como há um pensamento democrático na universidade também há um pensamento elitista, presumidamente de esquerda’.” (*O GLOBO*, idem). A seguir o texto diz que segundo o ministro, “‘esse tipo de defesa’, que chamou de corporativa, ‘aproxima-se da direita, que quer elitizar a universidade para depois transformá-la em paga’.” (*O GLOBO*, 19 de mai. 2004, p. 12).

Outra matéria que chamou atenção é uma cobertura de um protesto, realizado por alunos da rede particular do Rio, que saíram às ruas, portando faixas e cartazes pela qualidade do ensino público. O título “Protesto estudantil para o trânsito” é fiel ao acontecimento. Logo abaixo, vem o subtítulo ou bigode, “Manifestação contra cotas e pela melhoria do ensino vai de Botafogo à Urca.” (*O GLOBO*, 22 de mai. 2004, p. 21). Abrindo a matéria, o repórter narra o teor do texto, informando que eram cerca de 500 manifestantes. No segundo parágrafo, esclarece: “durante a manifestação, os alunos fizeram questão de dizer que não são contra o sistema de cotas anunciado pelo governo federal na semana passada, e sim que estão dispostos a lutar pela qualidade de ensino.” (*O GLOBO*, 22 de mai. 2004, p. 21). Narra mais detalhes da manifestação e encerra ouvindo uma aluna: “‘Não somos contra o sistema de cotas. Somos a favor da melhoria dos ensinos Fundamental e Médio da rede pública para que todos cheguem ao vestibular em pé de igualdade [...]’.” (*O GLOBO*, idem). Ora, a fala da aluna, já anunciada no texto, é redundante e incisiva. Contudo, não foi suficiente para que a edição do jornal não colocasse no subtítulo justo o contrário do que a aluna havia falado, “Manifestação contra cotas [...] vai de Botafogo à Urca.” (*O GLOBO*, 22 de mai. 2004, p. 21).

Voltando à diferença nas matérias publicadas em 2004, sobre cotas, em relação às de 2003, o destaque é para o espaço oferecido pelo jornal. Páginas inteiras em que as cotas, de certa forma, ganharam centralidade foram dedicadas à educação. (Imagem

acima). Como podemos observar, de repente, o sistema de ensino público no Brasil transforma-se numa questão.

O jornal apresenta grande interesse pela educação e mostra, por meio de estatísticas do próprio MEC, de entrevistas com diretores de escolas, alunos e professores e mesmo governadores, o quão caótico se encontra o sistema público de ensino médio no país. O título “Ensino abaixo da média” vem seguido do bigode “Baixa qualidade do antigo Segundo Grau põe em xeque reserva de vagas nas universidades.” (*O GLOBO*, 31 de mai. 2004, p. 6). A primeira matéria, à esquerda da página, discorre sobre as diversas dificuldades do ensino médio no Brasil e observa: “Até o governo concorda. O ensino médio, o antigo Segundo Grau, é um verdadeiro gargalo no sistema educacional brasileiro.” (*O GLOBO*, idem). Diz que a prova dos problemas encontra-se nas pesquisas do próprio MEC – Ministério da Educação, cujos resultados apontam deficiência na formação de professores, baixa qualidade de ensino, altos índices de evasão e reprovação. Em seguida complementa: “[...] apenas a adoção da política de cotas para facilitar o acesso de alunos da rede pública às universidades federais não será suficiente para dar a eles uma formação de qualidade.” (*O GLOBO*, 31 de mai. 2004, p. 6).

Mais uma página dedicada à educação abre com a matéria intitulada “‘As cotas não resolvem as causas do problema’.” (*O GOBO*, 31 de mai.2004, p. 5). À exemplo da anterior traz no alto a vinheta de identificação “Cotas polêmicas.” Na realidade, quase toda a matéria diz respeito ao modelo gaúcho de ensino, considerado pela Unesco, segundo o texto, “como o melhor do país.” Informa que no Rio Grande do Sul, o governo criou e mantém desde 1995, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), um “Programa Especial de Ingresso no Ensino Superior (Pies), que garante aos estudantes participantes, 20% das vagas da universidade em todos os cursos, sem a necessidade de vestibular.” (*O GLOBO*, idem). Prossegue, dizendo que a seleção é feita de acordo com as melhores notas, obtidas na média alcançada pelos alunos nos exame anuais do Enem, durante os três anos do ensino médio. A Matéria fala também das dificuldades de falta de professores e de formação dos mesmos. Contudo, a despeito da vinheta, apenas os últimos parágrafos das duas matérias trazem a fala do reitor da UFSM, Paulo Jorge Sarkis, sobre o tema. Antes, porém, anunciam que ele é contra as cotas. “Para o reitor [...], a cota de 50% de vagas propostas pelo governo precisa ser avaliada com cuidado.” (*O GOBO*, 31 de mai.2004, p. 5).

Políticos escravocratas, no século XIX, temiam pelo fim da abolição da escravatura e até mesmo diante da eminência da lei que poria fim ao cativo, os discursos não

arrefeciam. Ao contrário, jogavam para o futuro o que tal ato, a votação da lei áurea, na Câmara e no Senado (subentendida como quase irresponsável), significaria para a Nação. “As grandes manifestações de entusiasmo, em todos os tempos, nunca foram permanentes, ou muito duradouras; e os homens práticos sabem, as lições da história demonstram, que muitas vezes o triunfador de hoje é a vítima de amanhã.” (COTEGIPE, 1888, p. 60). E para sustentar o medo, com nova configuração no século XXI, os discursos continuam afinados. Estão nos jornais, nas relações hegemônicas da sociedade. Como vimos acima, até alunos de escolas particulares, muitas delas de elite, como o Colégio Santo Inácio, que não se preocupavam com a rede pública, a partir das cotas, saem às ruas declarando que estão dispostos a lutar pela melhoria do ensino fundamental e médio.

Assim como o racismo, que existe, mas não é assumido, o jornal *O Globo*, incoerentemente com seus princípios editoriais, pratica a construção discursiva contra a implantação das Ações afirmativas, sobretudo, das cotas. Nesse contexto ambíguo, matéria da *Revista O Globo*, do dia 14 de novembro de 2004, apresenta três páginas de conteúdo exclusivamente acerca do afro-brasileiro, com debates entre os próprios sujeitos de diversas formações e outros especialistas. Fala das dificuldades diante do racismo, da opressão que leva o afrodescendente a embranquecer, citando Machado de Assis e Pelé. Narra a frase do Martinho da Vila, “a atitude é o que define se a pessoa é branca ou negra [...]”, para questionar acerca das atitudes do Pelé. Pode-se dizer que “o Rei Pelé seria um branco? Martinho responde que sim, mas diz que ninguém deve pichar o Pelé por ele não ser um negro, no sentido de ser um militante formal da causa negra.” (*O GLOBO*, 14 de nov. 2004, p. 26). Em seguida, o texto descreve fala de Pelé, que afirma ter orgulho de ter colaborado para a ascensão do negro. “[...] Quando joguei a minha primeira Copa do Mundo com 17 anos, o negro não tinha muito espaço na sociedade e no futebol. Hoje todas as seleções do mundo tem negros jogando’.” (*O GLOBO*, idem). A discussão sobre o *ser negro* prossegue com outras vozes, como a do diretor de TV, Jorge do Espírito Santo, que afirma não gostar de entrar na discussão do embranquecimento do negro. “Discutir isso é desviar o foco do que realmente importa, como o acesso do negro à educação, à informação, à cultura’.” (*O GLOBO*, idem).

A matéria da página 28 da *Revista O Globo*, do dia 14 de novembro de 2004, começa apresentando o afrodescendente em uma situação de ascensão social bastante confortável. Numa leitura apressada parece a própria imagem do paraíso das raças, tão em voga em meados do século XX, pós Gilberto Freyre e sua obra, na qual o autor apresentava visão positiva sobre o afrodescendente. Como observa Paixão, “[...] a força de *Casa-*

Grande & Senzala reside no fato de ter sido a primeira obra escrita nos marcos do Brasil moderno, isto é, a partir dos anos 1930, que buscou narrar, de uma forma globalmente positiva, a odisseia da constituição da sociedade brasileira.” (PAIXÃO, 2014, p. 48). No limite, tal sociedade, na contemporaneidade, é apresentada no primeiro parágrafo do texto da *Revista O Globo*:

os negros brasileiros já exercem funções importantes no país, como o ministro da Cultura, Gilberto Gil; o ministro Joaquim Barbosa, o primeiro negro a chegar no Supremo Tribunal Federal (STF); executivos com status de ministro, como a secretária especial de Políticas da Promoção de Igualdade Racial do Governo Lula, Matilde Ribeiro; o âncora Heraldo Pereira, do ‘Jornal Nacional’, da Rede Globo; empresários; atores em papéis de destaque; atletas de fama internacional. (*O GLOBO*, 14 de nov. 2004, p. 28).

Embora a ascensão social do afro-brasileiro seja um fato e é importante que seja valorizado, a desigualdade ainda é a grande pedra no caminho da sociedade brasileira, conforme depoimento em seguida. “A situação do negro só não melhorou na mesma proporção que o Brasil, na opinião do professor Joel Rufino dos Santos. E um dos motivos, segundo ele, é o racismo, que existe, sim, no país.” (*O GLOBO*, 14 de nov. 2004, p. 28). Após publicar fala de Joel Rufino a respeito de sua experiência com o racismo, a matéria muda o tema para as Ações afirmativas. Começa com a apreciação de Joel Rufino, para quem, de acordo com o texto, as Ações afirmativas tendem a beneficiar o negro de forma particular, enquanto a luta pela democratização geral da sociedade deve ser coletiva. Sobre as cotas, publica outros entendimentos, como a do músico Martinho de Vila, que se declara favorável; a da atriz Ruth de Souza, contrária; e do professor da UFRJ, Florentino Manolo, que também se diz contrário. Este, segundo o texto, “é radical em sua opinião: Afirma que as cotas para negros nas universidades podem levar os pobres ao que chama de ‘um estelionato racial’.” (*O GLOBO*, 14 de nov. 2004, p. 28).

A terceira página dedicada ao tema do afro-brasileiro prossegue ouvindo personagens negras e suas falas a respeito de racismo, de cotas, de embaquecimento. Apresenta gráficos sobre a composição da população, estudo e renda, ganhos, segundo a ocupação, nível de ensino. Traz, ainda, lista dos “50 negros mais influentes do Brasil,” dentre eles, Pelé, Gilberto Gil, Joaquim Barbosa, Muniz Sodré, Milton Gonçalves e outros.¹⁶⁶

¹⁶⁶ O Globo publica os “50 negros mais influentes do Brasil”, além dos citados acima: a atriz Isabel Filladis; o compositor Martinho da Vila; o professor Joel Rufino; o jogador de futebol, Ronaldinho Gaúcho; a secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro; a mãe-de-santo, Mãe Beata; o compositor Nei Lopez, o juiz Guaracy Vianna; o bispo Dom Gilio Felício; as atrizes Ruth de Souza e Tais

As páginas chamam atenção pela beleza e criatividade na diagramação, conforme exemplo abaixo. Divididas em oito colunas, as quatro colunas centrais formam o núcleo da revista, onde aparecem os textos. Contudo, as duas colunas do centro são vazadas por fotografias de artistas e personalidades afrodescendentes, separadas apenas por uma faixa verticalizada que se junta nas duas extremidades com as outras duas colunas, formando a letra N, de negro. As colunas da esquerda e da direita são preenchidas por texto. As outras quatro colunas, duas em cada lado da “letra N”, têm imagens ao fundo, que vazam, mas são preenchidas de forma diferente em cada página. Uma traz apenas foto dos dois lados, deixando o N central composto de texto bem nítido; a outra usa o recurso gráfico do *olho* de um lado, e a retranca do outro. Já a terceira página desenha as quatro colunas das extremidades com gráficos, sendo que as imagens aparecem apenas nas duas colunas centrais, que são o centro da letra N, conforme figura a seguir.

Araújo; a ministra, Marina da Silva; Anderson Sá, do Afro Reggae; a atriz Zezé Motta; o jornalista Heraldo Pereira; o ator Lázaro Ramos, o músico Carlinhos Brown; a líder comunitária da Cidade de Deus, Maria Celina Obassi; Ubiratan de Castro, da Fundação Palmares; o senador Paulo Paim; o sambista Jamelão; o rapper MV Bill; a demógrafa do Cebrap-SP, Elza Berquo; o sambista, mestre Marçalzinho; o presidente do Olodum, João Jorge Rodrigues; o historiador Abdias Nascimento; o sindicalista, Vicentinho; o cantor Milton Nascimento; a coordenadora da Ong Criola, Lucia Xavier; a ginasta Daiane dos Santos; o músico Moacir Santos; o músico Paulinho da Viola; a cantora Sandra de Sá; o compositor Djavan; o humorista Helio de la Peña; o presidente do Ilê Aiyê, Antonio Carlos Vovô; a jogadora de basquete, Janeth; José Júnior, do Afro Reggae; o empresário Adalberto Paz; a jornalista, Glória Maria; a cantora Ivone Lara; o cantor Seu Jorge. O Jornal cita como fonte de voto na lista: as Ongs Fala Preta, Criola e Afro Reggae. (*O GLOBO*, 14 de nov. 2004, pp. 26, 28, 30).

Figura 9 – Primeira página da Revista *O Globo* – matéria sobre cotas – 2004

Fonte: Revista *O Globo*. Primeira de três páginas (26, 27 e 28) sobre o tema das cotas. Matéria publicada em 14 de novembro de 2004.

Nos meses analisados em 2005, maio e novembro, reina absoluto o silêncio em torno dos 117 anos da abolição da escravatura, assim como dos 310 anos da morte do líder negro, Zumbi dos Palmares, comemorados naquele ano. Nenhuma matéria, nenhuma referência a essas duas datas, nada foi publicado em *O Globo*; as datas não foram sequer citadas. No dia 10 de maio o jornal publicou uma carta de leitor, em que assina uma jovem estudante do Colégio Pedro II, dizendo que ficou indignada ao ler a matéria que simulava a relação candidato-vaga da Uerj. Declara que considera “um absurdo a disparidade constatada em relação à disputa de vagas entre não-cotistas e cotistas. Como falar de inclusão social diante de tamanha exclusão?” (*O GLOBO*, 10 de mai. 2005, p. 19). Bom, à primeira vista o que parece democrático – estreitar as relações entre o jornal e a cidade, com outras falas – trata-se, na realidade, de uma escolha criteriosa de opinião, já encravada na própria opinião do jornal, para respaldar o pensamento da linha editorial. O discurso caricato da jovem, que é o mesmo de *O Globo*, esquece que aquela parcela da população – branca, de classe média/alta – que ela diz “excluída” a partir das cotas, já nasceu com todos os direitos garantidos, em detrimento da população negra, subtraída de todos os direitos reais, solapados por um direito formal.

Em novembro de 2005, na véspera do Dia da Consciência Negra, o *Globo* publicou no Caderno de Economia matéria intitulada “ONU critica programa de cota do governo Lula”. O primeiro parágrafo introduz um *nariz de cera*, termo jornalístico, usado para ornamentar o assunto em seguida, retardando a abordagem principal do tema, tornando o texto prolixo e usado sem necessidade. “O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) joga um balde de água fria na política de cotas raciais do governo Lula.” (*O GLOBO*, 19 de nov. 2005, p. 36). Embora, de certa forma, diga um pouco do assunto, tal introdução não é um lide clássico, porque não responde às perguntas, *o que, quem, como, quando, onde e por que*. Em seguida, após narrar pontos do documento e dizer que as Nações Unidas defendam as Ações afirmativas, mas não têm simpatia pelas cotas em si, destaca um ponto do relatório. “Para o Pnud, ‘melhor seria abrir um amplo debate sobre racismo e preconceito no Brasil, sem reduzir tudo à questão das cotas’, escreveu a professora de antropologia da USP, Lilian Schwarcz, cujo texto faz parte do relatório.” (*O GLOBO*, 19 de nov. 2005, p. 36).

Artigo de Miriam Leitão intitulado “Borandá” começa situando o que chama de “exemplo eloquente de que o Brasil é um país esquisito.” (*O GLOBO*, 02 de mai. 2006, p. 7). O texto recorre a um fato histórico, narrado como bizarro: a defesa de fazendeiros pela indenização diante da abolição da escravatura. A questão ou o espanto da autora é que a bizarrice não fica por aí. O texto atualiza a mentalidade de um empresário que nesta década tem o mesmo pensamento de escravocratas do século XIX, ao afirmar que “[...] a escravidão deveria ter durado um pouquinho mais, seis meses, até a colheita, e seu fim deveria envolver indenização aos proprietários.” (*O GLOBO*, idem). Segundo o artigo, o tal empresário teria dito que esse prazo a mais, além da indenização, teria sido suficiente para salvar os empresários. “No efeito dominó da abolição, foram terrivelmente golpeadas as economias fluminense, mineira e capixaba, baseadas na cafeicultura’, sustenta o empresário.” (*O GLOBO*, 02 de mai. 2006, p. 7). Em sua narrativa, Miriam Leitão afirma que os abolicionistas comemoraram muito cedo a vitória, o que foi um erro. “A abolição deveria ter sido o primeiro passo de uma nova era, mas foi entendido como objetivo final. [...] O mundo novo se constrói com as ações que se seguem após a ruptura.” (*O GLOBO*, 02 de mai. 2006, p. 7).

O texto também atualiza a política do país de prática de Ações afirmativas ao segmento dos empresários no Brasil. “São políticas de subsídios aos cafeicultores do IBC; os pacotes de socorro agrícola; sempre tão pontuais ainda hoje.” (*O GLOBO*, 02 de mai. 2006, p. 7). Afirma ser um erro achar que não houve indenização no Brasil. Na realidade,

estamos diante de uma política de desigualdade secular, cujas ações são naturalizadas em ambas as direções. Os diversos subsídios ao setor econômico têm o apoio da mídia, e são apresentados como necessários para o desenvolvimento do país, a tal modernidade tão desejada do século XIX. Na outra ponta, com igual apoio midiático, as iniquidades evidenciam o longo caminho a se percorrer, assim como a necessidade de fortalecimento da sociedade civil. Desse modo, a liberdade poderá ser experimentada, não mais como concessão, mas como parte integrante do *ethos* de todo ser humano. Talvez nesse momento, efetivamente, tenhamos entrado na modernidade.

Em novembro duas matérias falam sobre o Dia da Consciência Negra. Uma foi publicada no Jornal de Bairro Zona Norte, com o título “Dia de Zumbi e de história”. A matéria fala das diversas atividades que antecedem a celebração da data, dentre elas palestras, shows, exposições, danças. A outra é uma cobertura do evento realizado no Rio, em frente ao busto de Zumbi dos Palmares, com a presença do governador do Estado.¹⁶⁷ No discurso, o governador teria se comprometido a manter o sistema de cotas no seu governo. Embora a primeira matéria seja o tema principal da página, não está nos cadernos principais, de circulação nacional, logo o alcance de leitores é menor. Contudo, ambas as matérias abordam o tema de maneira positiva. No caderno de Opinião, artigo de Azuete Fogaça “O mito da igualdade” apresenta análise da sociedade brasileira a partir de um caso de racismo, publicado em matéria de jornal. Segundo o texto, o episódio narrado aponta prática de racismo na UnB, onde um professor teria chamado alunos cotistas de ‘crioulada.’ O professor, ao ser questionado, teria justificado como “apenas um jeito de ‘fazer graça’.” A autora observa que esse tratamento é a típica manifestação racista, e que o uso de termos pejorativos, herdados da escravidão, é tido como se o tempo tivesse apagado o caráter discriminatório. “Na verdade, essas expressões se consolidaram no vocabulário dos brancos exatamente porque eram ditas num contexto de dominação e de violência que não permitia que negros se insurgissem contra a forma como eram tratados e contra agressões verbais [...]” (*O GLOBO*, 24 de nov. 2006, p. 7).

Em 2007, no mês de maio, não houve publicação com enfoque no tema da abolição da escravatura, nem mesmo citação da data. Já novembro apresenta uma nota onde aparece o Dia da Consciência Negra. Foi tudo. Se em 2006 foram publicadas também matérias positivas, com o jornal abrindo espaço a vozes favoráveis à reserva de vagas nas universidades públicas, em 2007 as publicações voltam a atacar o sistema de cotas. Um

¹⁶⁷ Sérgio Cabral Filho (PMDB), governador do Rio em dois mandatos (2007-2010; 2011-2014).

argumento em comum em quase todos os que falam contra tais políticas de inclusão social, é a denúncia contra o baixo nível das escolas de ensino fundamental e médio, o que, obviamente em parte, procede. Tal argumento costura o conjunto das matérias analisadas na década, mas inviabiliza uma análise mais profunda das causas da desigualdade entre as populações brancas e negras no Brasil e suas possíveis reparações.

O ano de 2008 foi o segundo no intervalo de uma década que mais abriu espaço para tratar do tema das ações afirmativas. Em maio, foram publicadas 13 matérias e em novembro, 11. Dia 1º de maio, o caderno *O País* dedicou uma página inteira às cotas, ao divulgar a entrega de um manifesto contrário à política de reserva de vagas nas universidades, ao presidente do STF – Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. A declaração pública, assinada por 113 pessoas, entre “artistas, acadêmicos, sindicalistas e representantes de movimentos sociais”, diz o texto, contou com a assinatura de Ruth Cardoso, Bolívar Lamounier, Caetano Veloso, Demétrio Magnoli, Ferreira Gular, João Ubaldo e outros.

Segundo a matéria, durante a audiência de entrega do manifesto “o grupo apresentou argumentos de que, ao instituir políticas de cotas, o poder público acaba dando vazão ao ódio racial.” (*O GLOBO*, 1º de mai. 2008, p. 9). São muitos os questionamentos, dentre eles os de que não é possível distinguir quem é negro e quem é branco no Brasil, logo, segundo eles, as cotas dividirão o país em dois, criando o que chamam de linha divisória. O jornal publica trechos do manifesto, a começar pela observação de que duas ações de inconstitucionalidade contra as cotas nas universidades públicas encontram-se no STF – Supremo Tribunal Federal, e que brevemente serão analisadas e julgadas pelos ministros da Suprema Corte. Em seguida, complementa que o julgamento de tais ações será histórico e decisivo quanto ao futuro do país, se dividido ou unido.

No mesmo caderno, *O País*, mais uma página inteira de jornal é dedicada ao tema das cotas e da desigualdade entre brancos e negros. Matéria intitulada “Supremo recebe manifesto a favor das cotas” narra a entrega do documento ao ministro do STF, Gilmar Mendes. Segundo o texto, foram mais de mil assinaturas em defesa das cotas, incluindo acadêmicos, estudantes, artistas e militantes dos direitos de minorias. Um dos argumentos da declaração pública, em reação a anterior, é de que “as cotas cumprem o papel de compensar a histórica exclusão dos negros das universidades’.” (*O GLOBO*, 14 de mai. 2008, p. 13). O texto critica o manifesto dos contrários entregues há cerca de duas semanas. “A posição dos 113 é paralela à da elite conservadora que reage desesperadamente para manter o poder que acumulou no período da escravidão, do

colonialismo e das repúblicas branqueadas ou excludentes [...]’.” (*O GLOBO*, 14 de mai. 2008, p. 13). Ora, desde o início, uma das marcas das políticas de cotas é a crítica de ambos os grupos. Os episódios mais frequentes são as acusações de *racialistas*, para um dos lados, e de *elitistas* para o outro lado. Os textos analisados são fiéis a esses discursos e produzem, eles próprios, no caso de editoriais ou matéria editorializada, seus próprios discursos, a maioria contundente, radical, imponderável, por vezes agressivo.

Em novembro dois temas dominaram as matérias sobre o sistema de cotas: a eleição de Barack Obama, nos Estados Unidos, e a votação pela Câmara, com modificações, da Lei que estabelece reserva de 50% das vagas nas universidades públicas federais para estudantes de escolas públicas. A proposta original era de que desses 50%, um percentual fosse destinado a alunos negros e indígenas, de acordo com a proporção da variável étnica existente em cada estado, tendo por base o último censo do IBGE. Na Câmara, os deputados incluíram o critério socioeconômico e a modificação do texto gerou ambiguidade de interpretação,¹⁶⁸ com repercussões e questionamentos.

As publicações sobre a votação do projeto de lei pela Câmara, acusada de ter sido feita às pressas para o Dia da Consciência Negra, chegaram com reações de todos os lados. A antropóloga Ivone Maggie, uma das críticas das cotas, diz não ser possível entender a redação do projeto. Independente da confusão do texto, para ela, “[...] o mais importante é que essas cotas não são feitas para produzir equidade, e sim para dividir a sociedade em brancos e negros.” (*O GLOBO*, 22 de nov. 2008, p.3). Não é o que pensa o jornalista Elio Gaspari, que dedicou uma coluna inteira ao tema das cotas. Começa falando do esforço do governo e da oposição para aprovar o projeto de lei que estabelece cotas sociais e raciais para o preenchimento de vagas nas instituições federais de ensino superior. Em seguida, lembra que tramita no STF – Supremo Tribunal Federal, o julgamento de ações de inconstitucionalidade das cotas do ProUni, impetradas pelo DEM – Partido Democratas, e pelos donos de universidades privadas e acrescenta: “Nada melhor do que o encaminhamento dessas questões na rotina das instituições republicanas. Quando a Casa Grande falava sozinha e a senzala não votava, o Brasil tornou-se o último país livre das Américas a abolir a escravatura.” (*O GLOBO*, 23 de nov. 2008, p. 10).

¹⁶⁸ Conforme matéria intitulada “Cotas de Confusão”, ao projeto original foi apresentada emenda, pelo ex-ministro da educação, Paulo Renato Souza (PSDB), acrescentando uma variável socioeconômica. Tal mudança determina que metade das vagas para alunos cotistas seja preenchida por estudantes de baixa renda, oriundos de famílias com rendimentos inferiores a um salário mínimo e meio. Sobre a outra metade, diz, “incide o critério racial, previsto no artigo 3º.” Em seguida, explica: “O problema é que o artigo 3º diz que o percentual de vagas por critério racial deverá incidir sobre o total de vagas reservadas no artigo 1º, sem fazer referência ao fato de que metade delas obedece ao critério de renda.” (*O GLOBO*, 22 de nov. 2008, p. 3).

A questão que se coloca é que, se formalmente não havia impedimento de voto da população negra desde a abolição da escravatura, por que só agora o voto ameaça a elite branca? A resposta pode estar justo na eloquência da voz daqueles que, a partir das cotas, deixaram de “ser negro em si para se tornar negro para si.” (SANTOS, 2010, p. 56). No contexto universitário, portanto, no usufruto de seus plenos direitos de cidadania, o jovem estudante negro tem acesso a uma realidade que sempre lhe foi negada. Nesse reduto – até há pouco fechado para alunos negros –, do qual saem formados os recursos humanos do país, seja no campo da política, da economia, da educação, da cultura, o fato é que se redesenha o futuro do país. Talvez o Brasil caminhe para a real modernidade. Talvez a elite contemporânea precise olhar para o século XIX, a fim de se libertar de suas mentalidades colonialistas e abrir espaço para novas experiências. Não custa lembrar que naquela era, como observa Eduardo Viveiros de Castro¹⁶⁹, quando os filhos mais novos dos fazendeiros voltavam da Europa chegavam cheios de ideias novas, libertárias, mas acabavam sucumbindo às práticas escravistas locais.

Ainda em 2008, a data da Abolição da escravatura foi citada duas vezes, sem maiores referências. Já novembro, o Dia da Consciência Negra apareceu quatro vezes nas publicações, sendo referenciado para o bem ou para o mal, dependendo do ponto de vista. Em ambos os casos, a data serviu apenas para anteceder a notícia da aprovação do projeto de reserva de vagas nas universidades federais, pela Câmara dos Deputados. Assim como as cotas são debatidas de forma paralela e dual, o Dia da Consciência Negra foi citado tanto para ressaltar os encaminhamentos na rotina da República, como para criticar tais encaminhamentos. Em algumas matérias, o apelo é dramático, a exemplo de artigo de Demétrio Magnoli, que fala do Dia da Consciência Negra para dizer que nesta data, a Câmara dos Deputados aprovou “a primeira lei racial da história da República.” (*O GLOBO*, 27 de nov. 2008, p. 7).

Em revanche, as matérias de maio e novembro de 2009 sequer citam as datas da Abolição da escravatura ou o Dia da Consciência Negra. Das nove matérias publicadas em maio, a sessão de “Cartas dos Leitores” exibiu a vinheta “Cotas polêmicas”, para dar título ao conjunto de cartas sobre as reservas de vagas na universidade. São textos editorializados, condenando as cotas e, igualmente, reclamando da baixa qualidade do ensino público fundamental e médio. Duas cartas chamaram atenção: uma delas é irônica. Cita as cotas para negros, pobres e deficientes e declara: “Muito justo, mas porque não

¹⁶⁹ Entrevista a autora da tese, em 26 de janeiro de 2015.

criar também essas mesmas cotas para o Congresso, para as Assembleias Legislativas e a Câmara dos Vereadores? Será que os políticos também votariam a favor?” (*O GLOBO*, 10 mai. 2009, p. 6). A outra já abre o texto se declarando contrária às cotas e diz não entender o pensamento de Lula sobre a universidade, que deveria ter o ensino pago, como em “qualquer lugar do mundo.” (*O GLOBO*, 10 mai. 2009, p. 6).

Tal pensamento neoliberal que está atravessado na mente de muitos brasileiros, tem o apoio da mídia e é revestido de valores irrefutáveis, o que desconstrói o diálogo e contribui para a imobilidade social e racial de grande parte da população pobre e negra. Voltando à Sessão de Cartas de Leitores, o curioso são os filtros de memória, narrativas nas quais o autor ou, no caso, o editor escolhe o que vai lembrar e o que vai esquecer. O resultado é a reverberação dramática da narrativa dos editoriais e de alguns artigos. Passam pelo filtro palavras de efeitos, como “a burra lei das cotas raciais”; “bomba-relógio num racismo escancarado no futuro do brasil”; “a caricatura-cabide chamada ‘igualdade-racial’”; “meu repúdio a essa ‘onda’ de cotas”; “levantem-se, brancos, a guerra começou!”.

Das oito matérias publicadas em maio e novembro de 2010, cinco são sobre a retomada do debate e a implantação de cotas na UFRJ. A capa do Magazine do dia 11 de maio é dedicada ao tema e traz a manchete “Cota da discórdia.” (*O GLOBO*, 11 de mai. 2010, p. 12). Com uma bela diagramação, a página mistura fotografia aérea da Ilha do Fundão, sangrando nas extremidades, com seis colunas de texto ao centro, apoiadas sobre fotos de alunos e de pequenos depoimentos. Dos seis jovens ouvidos, quatro são contra as cotas, apresentando, basicamente, os mesmos argumentos – melhoria no ensino de base – e dois são a favor por motivo semelhante – o da desigualdade. O que dá impressão de diversidade são os diferentes cursos dos depoentes – Filosofia, Direito, Engenharia Química, Desenho industrial, Indumentária. A capa exhibe um recurso gráfico jornalístico, chamado *olho*, que serve para dar destaque às melhores partes de um texto. “Proposta de ações afirmativas na UFRJ será votada no Conselho Universitário e divide estudantes e professores.” (*O GLOBO*, idem). Ao ler isoladamente o destaque, a impressão é de que muitas vozes estão em debate. Contudo, não é o que está escrito na matéria. Com exceção de alguns posicionamentos isolados, a matéria ensaia ser um texto factual. O repórter ouviu apenas dois professores, Marcelo Paixão, autor da proposta a ser debatida, e Aloisio Teixeira, reitor da universidade. Paixão é a favor das cotas raciais, com mesclas de critérios sociais e Teixeira se diz contra as cotas, por acreditar que elas não resolvem o problema da educação no Brasil, que é elitista. Mas o texto revela uma opinião quase indecisa contra as cotas. Para o reitor, diz a matéria, “o movimento em prol das ações

afirmativas tem o mérito de reacender o debate sobre a democratização do ensino superior, já que ‘nós estávamos conformados’.” (*O GLOBO*, 11 de mai. 2010, p. 12).

Em 2011, apenas quatro matérias, duas em maio e duas em novembro, abordaram o tema das Ações afirmativas. Ainda assim, foi uma abordagem solitária, sem a manifestação de opositores às políticas públicas de acesso à universidade. Um artigo da senadora Gleisi Hoffmann (PT) falava, na realidade, sobre a representação feminina na política brasileira, considerando importante o incentivo às cotas como reparação, de modo a regularizar o desnível de gênero. Foram publicados um artigo de Elio Gaspari, elogiando a morosidade da justiça no caso das cotas, a fim de ver os primeiros resultados da experiência, como os 94 alunos recém formados no curso de Medicina, dos quais 43 só teriam se formado devido às cotas; uma nota de Ancelmo Gois, anunciando que Frei David vai a USP “para discutir a ausência de negros no mestrado de Direito¹⁷⁰”; e uma matéria de serviço sobre a segunda fase do vestibular da Uerj.

Considerando o tema do sistema de cotas como uma modalidade das ações afirmativas, o ano de 2012 foi historicamente relevante para o futuro do país. Após dois dias de debates entre contrários e favoráveis, o STF – Supremo Tribunal Federal, julgou constitucional a política de cotas para seleção de estudantes na Universidade de Brasília. O debate e julgamento nos dias 25 e 26 de abril, finalizaram com a decisão unânime dos ministros quanto a improcedência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada na Corte pelo DEM – Partido Democratas.

Encerrada a votação, silêncio midiático. Ora, na linguagem jornalística é comum a exploração de um tema, quando há intensidade narrativa. Tal recurso se chama *suíte* - serve para dar continuidade a um assunto, desdobrando uma notícia, considerada relevante. Lembra, acrescenta, com o fim de manter a memória de algo. Curiosamente, cinco dias após o julgamento da ADPF, o *Globo* silenciou e nenhuma matéria foi publicada nos principais cadernos, onde tantas críticas às cotas foram registradas, como vimos neste capítulo. A exceção ficou para o Segundo Caderno. Matéria intitulada “A sociedade brasileira segundo Spike Lee”, ao abordar a semana do cineasta americano no Brasil e suas surpresas quanto a ausência de negros nas atividades de ponta da sociedade brasileira, fez referência à votação no STF. A outra matéria é um artigo de Arthur Dapieve, “Reparação”, abordando diretamente o tema. Faz críticas ao autor da ação, o DEM, e seu principal

¹⁷⁰ O título da nota “Doutores negros” leva a crer que se vai anunciar algum tipo de acesso aos cursos de doutorado, ou algo relacionado, mas o conteúdo fala da ausência de alunos negros no mestrado de Direito da USP, o que evidencia o desconhecimento da nomenclatura acadêmica até mesmo entre jornalistas.

representante, o senador Demóstenes Torres, ressaltando que em seus argumentos diziam que as cotas ressuscitavam ‘os ideais nazistas’. Diz que há outras ações semelhantes em pauta no STF, aguardando para serem julgadas e observa: “A decisão sobre a UnB tem caráter definitivo. Diz o que a justiça pensa sobre o assunto.” (*O GLOBO*, 04 de mai. 2012, p. 8).

A novidade de 2013 é a notícia sobre a extensão das cotas para os concursos públicos no poder executivo, anunciada em matéria de caráter factual, publicada em novembro, com o título “Dilma pede urgência para projeto que cria cotas para negros no serviço público.” Começa informando que a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso o projeto de lei, de autoria do Executivo, instituindo a política de cotas para candidatos negros a concursos públicos no poder executivo federal. Acrescenta que o projeto institui mínimo de 20% de vagas. Explica que a presidente, na abertura da Conferência de Igualdade Racial, em Brasília, defendeu as ações afirmativas e disse que a iniciativa deve servir de exemplo para a iniciativa privada. “Ação afirmativa trata as duas coisas, a questão racial e a social, simultaneamente.” (*O GLOBO*, 06 de nov.2013, p. 4).

Embora mais tímido, o discurso dos críticos volta a aparecer, reverberando o mesmo teor de negação ao sistema de cotas. O jornalista Luiz Garcia em seu artigo intitulado “Cota ignora realidade”, não hesita. “A cota é um artifício: O problema está na educação pública, que tem aspectos e qualidades diferentes pelo país afora. Como os negros, em grande maioria, têm acesso apenas à escola primária, ninguém pode dizer quantos deles, em cada estado do país, poderiam se candidatar ao serviço público, com possibilidade de êxito.” (*O GLOBO*, 08 de nov. 2013, p. 23). Para os opositores, o sistema de cotas é um equívoco, não deveria existir. Como vimos, são muitos os argumentos, desde os mais pertinentes como a melhoria do ensino público aos mais agressivos, como as cotas de “ideais nazistas”. Na realidade, nenhum dos dois se sustentam. O primeiro, a melhoria do ensino público fundamental e médio, pode e deve ser uma preocupação e motivo de cobrança da sociedade junto ao governo, em coexistência com As ações afirmativas. O segundo argumento é derrubado pela prática das políticas públicas sem qualquer conflito já há uma década.

O desenho da realidade representado pelo jornal *O Globo* distorce a própria realidade e a prática das Ações afirmativas, com o discurso recorrente de critério social em detrimento do racial. Primeiro, porque a maioria dos programas adotados nas universidades mescla as duas questões, segundo, porque a proposta das Ações afirmativas, sobretudo das cotas raciais, tem como pano de fundo atender à reivindicação antiga do movimento negro

por reconhecimento, educação e combate ao racismo. Essa questão é ignorada pelo jornal. É esquecida, é atravessada por um discurso repetitivo e etéreo. A insistência de *O Globo* em combater as cotas raciais, ignorando o conjunto das Ações afirmativas, torna sua narrativa homogênea, desinteressante e, como afirma Joao Feres Júnior, restringe o foco dos debates. “Além de acolher muitos textos que tomam exceções como regras, o jornal dá um grande espaço para opiniões temerosas em relação às consequências das cotas raciais para o Brasil.” (FERES JUNIOR, 2011, p. 75).

6.3. Jornais impõem discurso conservador às cotas

Como é sabido, os jornais constroem discursos. Tais construções são feitas a partir de fatos reais e simbólicos ou “fato genérico” e “fato social”, nas palavras de Sodré (2009). Fato genérico, explica o autor, “  uma forma de ser relativa a objetos e fen menos, enquanto o fato social   forma de ser relativa a existência humana, logo atinente ao que se dispõe ao estar-junto-com o outro.” (SODRÉ, 2009, p. 29). Nos jornais analisados – *Folha de S. Paulo* e *O Globo* – o fato social, como pensa Sodré, considerando o afro-brasileiro, não existe. Aquilo que poderia proporcionar um “estar-junto-com-o-outro”, no mesmo nível de igualdade na constru o e produ o do saber, logo no mesmo nível de poder cognitivo,   fortemente rejeitado. Como já dito, a fala do especialista, se negro,   antecedida de carimbo, seja *o negro fulano de tal*, seja *o militante fulano de tal*. A eloquência de sua voz aparece quando editorializada, quando reverbera as críticas em consonância com a linha editorial, ao apresentar opinião contrária às a o es afirmativas, sobretudo às cotas raciais. Nesses jornais, de discursos conservadores, que remontam o século XIX, as cotas são demonizadas, independente da pertinência ou não dos argumentos.

Pelo menos no universo escolhido, há uma insistência em negar as políticas públicas de acesso às universidades, sobretudo se estas forem representadas pelas cotas raciais, e de apresentar as a o es afirmativas como uma cópia dos Estados Unidos. Tais medidas são atribuídas   política do governo atual, ignorando tratarem-se de reivindica o es antigas dos próprios sujeitos afetados. Muitas matérias são contraditórias, confusas, incoerentes, porém anunciadas com grande repercussão. Como se sabe, desse lugar de fala, “[...] de discurso autorizado, o jornal constrói um modo de fala particular [...].” (RANGEL, 2013, p. 7). Tal discurso autorizado funciona como mecanismo de manuten o do mesmo secular, a elite branca, de classe média/alta.

O enfoque do jornal, tanto da *Folha de S. Paulo* como de *O Globo*,   unívoco: negar todo um passado e presente de luta do Movimento Negro no Brasil¹⁷¹. Para tanto, reduzem o tema das A o es afirmativas a uma política de governo datada, revestida de partidarismo, logo de dissensos, de dualismos, de maniqueísmos. Embora tais políticas públicas tenham sido implantadas no governo do PT de Luiz In cio Lula da Silva – o que  

¹⁷¹ Nas palavras de Joel Rufino dos Santos, “o movimento negro faz parte do esforço histórico da nossa classe média por um lugar ao sol. [...] Os movimentos negros não existem há um ano, há dez anos, mas há cem anos. Se lembrarmos que o Brasil existe há quinhentos, o movimento negro ocupou 1/5 da história brasileira. Poucas coisas aqui duraram tanto.” (SANTOS, 2010, pp. 43-44.). Ainda segundo o autor, as cotas desmascaram a democracia racial e trazem uma tentativa da prática de ser sujeito.

um fato, germinaram na gestão do antecessor, no governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso. Contudo, nem Lula nem FHC são os mentores da medida. As Ações afirmativas, incluindo as cotas, são resultados de pressão da sociedade civil, a partir de demandas e organizações de intelectuais orgânicos do Movimento Negro. Para Gramsci, o intelectual, tanto o orgânico como o tradicional,

exercem objetivamente funções análogas à do partido político: eles dão forma homogênea à consciência da classe a que estão organicamente ligados (ou, no caso dos intelectuais ‘tradicionais’, às classes a que dão sua adesão) e, desse modo, preparam a hegemonia dessa classe sobre o conjunto dos seus aliados. São, em suma, agentes da consolidação de uma vontade coletiva, de um ‘bloco histórico’. (COUTINHO, 2007, p. 175).

No caso dos intelectuais orgânicos negros, a formação da consciência se dá muito mais em função da raça¹⁷², o que não deixa de estar atrelada à classe, ambas – luta pela consciência racial e pela consciência de classe – têm como objetivo a luta contra o racismo e pelo fim da subalternidade. No limite, a luta é pela cidadania plena. Carlos Nelson Coutinho (2007) observa que tal “vontade coletiva é concebida por Gramsci como ‘consciência operosa da necessidade histórica’, ou seja, como a necessidade elevada à consciência e convertida em práxis transformadora.” (COUTINHO, 2007, p. 171). Essa transformação social, no caso das demandas seculares das lideranças negras, significa efetivamente a extensão do direito formal como direito real a todos os cidadãos brasileiros.

Tal reivindicação faz parte da luta do Movimento Negro desde a sua formação à contemporaneidade. Mesmo silenciados, os afrodescendentes jamais deixaram de resistir e de reivindicar seus direitos. Podemos situar como exemplo o ano de 1988, data de comemorações do centenário da abolição da escravatura, momento em que se preparava grande festa nacional e contava com a repercussão midiática. O Movimento Negro reagiu, organizando a “Marcha contra a farsa da Abolição”, que consistia em atos de denúncia. “Foram organizadas grandes marchas pelo país, com destaque para as marchas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, que reuniram milhares de manifestantes.” (LEITÃO, 2014, p. 18).

O discurso silencioso de uma supremacia política, econômica e social do branco, fortalece a distinção entre os grupos e exige dos sujeitos afetados pelos efeitos da ideologia da branquitude¹⁷³ um esforço a mais na luta cotidiana pelo direito à singularidade. São

¹⁷² Raça entendida não do ponto de vista biológico, mas sociológico, de construção social das relações.

¹⁷³ Em *Branqueamento e Branquitude no Brasil*, Maria Aparecida Silva Bento, ressalta que “os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como guardiã silenciosa de privilégios.” (BENTO, p. 15, 2015)

exemplos de resistência a luta pela educação e reconhecimento, que resultaram nas Ações afirmativas. Mas, ainda assim, a distinção socioeconômica, política e cultural persiste na contemporaneidade. Qual sua relação com o século XIX? De fato, muitas mudanças ocorreram no Brasil e no mundo desde a Abolição da escravatura, há 127 anos. “Nesses cem anos inventaram rádio, televisão, internet, celular. Duas guerras mundiais abalaram o planeta. Criaram a ONU, a UNESCO e a minissaia. Terremotos, furacões, ciclones, vulcões, maremotos e tsunamis abalaram o mundo.” (FREIRE, 2014).

No campo das invenções, ainda na ordem do dia, destacamos a globalização, um fenômeno profundo, como sinaliza Marc Abélès, observando que desde seu surgimento nossa percepção de mundo tem sido afetada. Ao mesmo tempo que representa uma abertura, também se fecha na sua própria lógica, numa tentativa de homogeneização. De acordo com Abélès (2006), a experiência de tal fenômeno se dá pela circulação de mercadoria e pelo emprego de fluxos humanos, de capitais e de informações. A globalização, simultaneamente, “corresponde a uma tomada de consciência do encolhimento do espaço e do tempo.”¹⁷⁴ (ABÉLÈS, 2006, p. 39.).

Contudo, a distinção temporal permanece. No século XIX, o africano e descendentes escravizados eram classificados como objeto, mercadoria, não-humano. No século XXI, há uma insistência em classificar o afrodescendente como não-sujeito. São vários os exemplos de manifestações de racismo, nos quais o indivíduo negro é ameaçadoramente compelido a retirar-se da esfera humana. Seja no Brasil, ou em diversos países de diferentes continentes, ao menor sinal de descontentamento ou de contrariedade, o branco xinga o negro, ofende, humilha. O xingamento preferido, independente do país, é chamar o indivíduo de macaco. Mesmo autoridades não escapam dessa violência, como a ministra da Justiça Francesa, Christiane Taubira¹⁷⁵. No Brasil, na Itália¹⁷⁶, em países das

¹⁷⁴ Trad. “En même temps, elle correspond à une prise de conscience d’un rétrécissement de l’espace et du temps.” (ABÉLÈS, 2006, p. 39).

¹⁷⁵ A ministra da Justiça da França, Christiane Taubira, é alvo de racismo desde que entrou no governo em 2012. Ela sofreu ataques violentos. “O último provocou uma forte controvérsia no país: uma candidata do partido de extrema-direita, Frente Nacional, Anne-Sophie Leclere, publicou em sua página no Facebook uma foto-montagem onde a ministra é apresentada como um macaco.” (CARTA MAIOR, 07 de nov.2013). Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Ministra-da-Justica-francesa-e-alvo-de-ataques-racistas/6/29480>. Acesso em 17/03/2015.

¹⁷⁶ Na Itália, a ministra da Integração, Cécile Kyenge, médica, cidadã italiana nascida na República Democrática do Congo, sofreu ataques racistas, principalmente por parte de líderes da oposição Liga do Norte, desde que assumiu o ministério. “Kyenge falava em um comício do partido de esquerda PD (Partido Democrata), quando um espectador não identificado atirou bananas, que não chegaram a atingi-las, mas que provocou reações de rejeição generalizadas no país.” (FOLHA DE S. PAULO, 30 de set. 2013). Disponível

Américas¹⁷⁷, são vários os exemplos de ataques racistas contra afrodescendentes. Há ainda manifestações preconceituosas e profundamente violentas contra outras minorias, dentre elas os indígenas, os estrangeiros e os homossexuais. O que representa o racismo na contemporaneidade, se do ponto de vista da lei a ideologia racista não existe?

Digamos que o racismo tenha se reinventado e hoje as tentativas de desclassificação do diferente são da ordem do simbólico, a exemplo das narrativas da imprensa ao identificar dois candidatos ao vestibular, um como aluno ou estudante, o outro, simplesmente como negro. Essas narrativas são ancoradas em estereótipos. A palavra estereótipo vem do grego *stereos* (sólido) e *typos* (molde, marca ou sinal). Era usada na impressão por placa metálica, daí a noção de fixidez de algo. Na esfera social, o uso do estereótipo traz embutido esse mesmo sentido duro, de imprimir no outro marcas sólidas, sobretudo negativas.

O selo da narrativa e dos discursos estereotipados, que na contemporaneidade encontram-se difusos na sociedade, é colado estrategicamente pela mídia. “Numa temporalidade eternizada (típico da lógica patrimonial), reinterpretam-se determinados traços (documentos, textos, ideias, atitudes) como uma ligação ética entre passado e presente.” (SODRÉ, 2000a, p. 119). Essa ausência de descolamento do passado e dos costumes hierárquicos está na mentalidade moral, na definição de um *topos*, lugar do outro. Nesse cenário, encontram-se cópias dos mesmos, tendo como aliados a força do capital, da globalização, do poder e da construção de discursos, reforçando o *ethos* da identidade nacional. Com isso, “[...] obtém-se um retorno ao Igual: os sujeitos do poder presente reencontram-se com os do passado histórico, legitimando-se.” (SODRÉ, 2000a, p. 119). O resultado é a prática de uma sociedade conservadora, que não deseja mudanças.

Contudo, a contra-força orgânica da sociedade civil também se reinventa na luta pela ocupação de espaço, pelo direito à cultura e pelo tensionamento contra a desigualdade, seja racial, seja social. A luta expande-se entre as minorias estereotipadas, em reação ao

em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1319268-ministra-negra-italiana-pede-fim-do-racismo-contra-ela.shtml>. Acesso em: 17/03/2015.

¹⁷⁷ No México, Ronaldinho Gaúcho, contratado pelo Clube mexicano Querétaro, sofreu ato de racismo praticado pelo ex-secretário de Desenvolvimento Social, do partido de direita Ação Nacional. Carlos Treviño Núñez publicou em sua página do facebook: “Trato de ser tolerante, porem DETESTO FUTEBOL, e o fenômeno idiotizante que produz... Detesto ainda mais porque as pessoas estorvam e inundam as avenidas para fazer com que se demore duas horas para chegar em casa... E tudo para ver um MACACO... Brasileiro, mas ainda assim, macaco. Isso já é um circo ridículo.” (*O GLOBO*, 19 de set. 2014). Disponível em: <http://oglobo.globo.com/esportes/clube-mexicano-condena-racismo-contra-ronaldinho-13936399>. Acesso em: 17/03/2015.

poder excludente. “[...] Está claro hoje que a periferia está se tornando parte integrante do centro. As lutas dos imigrantes ilegais atesta isso eloquentemente: A exclusão está no centro das nossas sociedades.¹⁷⁸” (ABÉLÈS, 2006, p. 44). No Brasil, a centralidade do poder nas mãos de uma minoria e a política de exclusão secular do afro-brasileiro é tensionada a partir da proposta de ações afirmativas.

A implantação das políticas públicas de Ações afirmativas, a despeito de toda a controvérsia, sobretudo ao rejeitar as cotas raciais, surge como um mecanismo simbólico de denúncia da desigualdade, como um processo de mobilidade social. No limite, as cotas representam, para usar palavras de Abélès, “a política de sobrevivência” do afro-brasileiro. O efeito das políticas públicas certamente não surge de imediato, considerando que as mudanças no interior de cada família são lentas e demandam tempo. Nesse sentido, as Ações afirmativas trazem sem si uma dimensão libertadora, resgatam a utopia e a confiança no amanhã. Logo, a consciência – individual e coletiva – é de outra ordem. “Cidadania e solidariedade transformam-se em paradigmas que permitem imaginar uma ordem com objetivos diferentes da premissa econômica universalizante, esta mesma que pretende instaurar de maneira genérica a globalização.” (PAIVA, 2007, p. 26). A dimensão libertadora da qual a autora fala é da ordem do comum, portanto para experimentar essa nova condição de cidadania é necessário que o ser compreenda seu processo de incompletude no mundo e esteja aberto a novas práticas de relações sociais.

¹⁷⁸ Trad. Livre: “Il est clair aujourd’hui que le périphérique est devenu partie intégrante du centre. Les luttes des ‘sans papiers’ en attestent éloquentement : l’exclusion est au coeur de nos sociétés.” (ABÉLÈS, 2006, p. 44).

7. Dimensão política das cotas: o que pensam alunos e professores?

"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo."

(NELSON MANDELA)

7.1. Educação para autonomia: cotas como libertação

Na obra *A verdade seduzida*, Muniz Sodré narra a passagem de uma cena ocorrida em uma escola de Alto Volta, região da África ocidental, atual Burquina Faso, país cuja oferta de professores já foi declarada ‘crise nacional’.¹⁷⁹ A carência de professor, assim como a baixa remuneração, é uma das evidências dos muitos nós que permeiam o campo da educação. Conforme o episódio contado por Sodré (2005), durante uma aula, o professor de filosofia teria pedido aos estudantes para analisarem a frase de Kant: “‘Os alunos devem ir à escola não para aprender pensamentos, mas para aprender a pensar e a se conduzir’.” (SODRÉ, 2005, p. 126). O autor acrescenta que para surpresa do professor, que era francês, os alunos não desenvolveram a reflexão solicitada sobre a frase do filósofo, mas a reformularam. Uma das intervenções teria chegado à essa conclusão:

‘A concepção geral e popular, em nosso país, não compreende essa ideia de Kant de que os alunos não vão à escola para aprender pensamentos, pois, nos países africanos, frequentam-se os bancos escolares para aprender o pensamento dos brancos. É aliás por causa disso que muitos de nossos velhos manifestam claramente sua desconfiança a respeito da instituição da escola. Alguns preferem guardar seus filhos em vez de mandá-los para lá, por ser a escola um lugar maldito, onde se insuflam nas crianças pensamentos novos que prejudicam a boa tradição dos ancestrais. Aqui, na África, pode-se afirmar, contra Kant, que os alunos vão à escola para aprender pensamentos.’ (SODRÉ, 2005, p. 126).

Ora, o desenvolvimento do exercício, apresentado pelo filósofo, nos leva a refletir sobre a realidade brasileira, cujas escolas adotam o pensamento do branco, que ignora os estudantes negros, isso quando não os discriminam. Ou seja, a escola trabalha na perspectiva de um pensamento cristão, europeu, branco, masculino e heterossexual como exemplo moral de boa formação. Esses são os valores predominantes na sociedade do

¹⁷⁹ Segundo o professor inglês de educação, Bob Moon, em artigo no qual analisa o desafio da educação, como a falta de professores, na África subsaariana, “pelo menos um país, Burkina Faso, declarou oficialmente que a oferta de professores constituía uma crise ‘nacional’.” (MOON, 2008, p. 793).

século XXI, revelando um caráter conservador. Contudo, o slogan da escola é de uma educação para todos, com base nos ideais de liberdade e igualdade. Tal entendimento ainda norteia de longa data a sociedade brasileira, enfeitando documentos oficiais, o que leva à necessidade de um olhar mais apurado sobre os sentidos descritos dessas proposições.

Não se pode deixar de questionar acerca do caráter da liberdade (de quem?), da igualdade (entre quem?) e da educação (para quem?), considerando a cultura predominante de forte hierarquização social. Nesse universo, carregado de valores, só recentemente foram implantadas algumas mudanças significativas, como a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio¹⁸⁰. Na realidade, a educação vem sendo questionada e repensada por diferentes teóricos (Anísio Teixeira, Paulo Freire, John Dewey), em um esforço no sentido de propor um novo modelo de educação inclusiva, que respeite as singularidades e que tenha por objetivo a autonomia individual.

Outros teóricos também pensaram formas alternativas ao processo tradicional de educação hierarquizada, tendo como foco o sujeito real e não o ideal de sujeito. O pedagogo Makiguti¹⁸¹, diz Ivamoto (2001), compreende a educação como um processo humanizador, criativo e capaz de gerar a felicidade simultaneamente ao estudo. “[...] O papel adequado do professor é o de guia, mestre, motivador e amigo, em vez de o de organizador da informação, fonte do conhecimento e disciplinador.” (IVAMOTO, 2001, p. 3). O autor (2001) acrescenta que Makiguti defende uma educação humanista, capaz de valorizar a formação do indivíduo como sujeito de si, amado e consciente, um sujeito cujas relações sociais sejam atravessadas pela ética e pela dignidade humana. Nesse cenário, a formação de ambos, educadores e educandos, é vital para a transformação social, para a conscientização e o engendramento de um novo modelo educacional. Segundo Ivamoto (2001), o pedagogo valoriza o profissional da educação comprometido com esses valores humanos, sempre aberto a trocas e a compreensão da necessidade do respeito mútuo. Tal pensamento, na realidade, acolhe o conflito. Não se trata de negar ou de manter este

¹⁸⁰ Somente em 2003, por meio da Lei 10.639/03, é que foi instituída a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira e africana no Brasil em todas as escolas, públicas e privadas, no âmbito do ensino fundamental e médio. A lei foi alterada pela Lei 11.645/08 e ainda está em fase de implantação, considerando a necessidade de formação de professores.

¹⁸¹ Tsunessaburo Makiguti (1871-1944) - educador e pedagogo japonês constituiu o que chamou de “Sistema de Criação de Valores”, baseado em três dimensões: “*Material*, para atender as necessidades, ainda que não seja para mera sobrevivência; *estética*, para refinar e aprimorar os desejos, o pensamento, sentimento e diz respeito ao mundo subjetivo; *ética*, socialmente construída por meio do consenso linguístico tácito ou explícito: as regras constituídas, costumes, os códigos morais e as leis.” (VOSS, 2015, pp. 257-258).

ausente, mas de praticar a aprendizagem no conflito (nas tensões, no cotidiano), o que naturalmente resulta em interação e em construção de novos conhecimentos e respeito às diferenças.

Ivamoto (2001) ressalta ainda que em sua tese expressa no livro “educação para uma vida criativa”, Makiguti defende a escola como o ambiente capaz de desenvolver de forma ilimitada o potencial e o talento do aluno. De que forma se pode trabalhar na perspectiva do respeito mútuo entre professores e alunos? Para Adorno (2006), o enfrentamento da realidade deve ser feito com autonomia, e isso se constrói pela conscientização de uma educação que “tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica.” (ADORNO, 2006, p. 121). O autor afirma que todo caráter, segundo ensina a psicologia, se dá na primeira infância, inclusive, daqueles que mais tarde praticam crimes. Uma forma de evitar a repetição de erros é formar para a emancipação, para o “esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição [...]” (Idem, 2006).

Um ponto importante assinalado por Adorno (2006) é a autoridade, que não se deve negar, considerando ser esta o princípio fundador da formação do sujeito. Especificamente, no que se refere ao processo de socialização na primeira infância, o autor (idem) acrescenta que a autoridade seria o

[...] ponto de confluência das categorias sociais, pedagógicas e psicológicas. O modo pelo qual – falando psicologicamente – nos convertemos em um ser humano autônomo, e portanto emancipado, não reside simplesmente no protesto contra qualquer tipo de autoridade. (ADORNO, 2006, p. 176).

Sodré (2011) reafirma a importância da autoridade na escola, e também atribui à primeira infância a radicalidade maior da formação. É nessa fase, diz ele, que “acontece uma troca simbólica”, que se dão as fantasias de imagens internas e externas de representação do real, ou a representação fantasmática. Sodré acrescenta que o educador não pode esquecer a importância da base psíquica da vida dos educandos, nem deixar de perceber o contexto cultural das representações fantasmáticas. Nessa esfera, Adorno, Makiguti e Sodré dialogam, ao constituírem a infância e suas pertinências psíquicas como potenciais demandas para uma educação afetiva, criativa e emancipatória. Tal dimensão pode ser construída a partir do respeito e acolhimento às diferenças, num âmbito de toca, ou seja, por meio de uma “educação como abertura existencial para o outro.” (SODRÉ, 2011). A afirmativa evidencia problemas na prática educativa brasileira, de caráter excludente, porque branca e elitista.

Considerando os pólos acima, cujo modelo de educação define as relações de poder, a luta por mudanças encontra-se em estágio inicial. Contudo, é nesse universo que se desenham novas perspectivas e seja em termos reais ou simbólicos, a ruptura a um modelo de exclusão se faz necessária. A história mostra que é possível desenvolver uma formação baseada no universo do aluno e na diversidade, como aconteceu em determinado momento, com o pensamento e a ação de Paulo Freire. Sua pedagogia foi construída tendo por base a reinvenção do ser humano por meio de uma educação radical: crítica, aberta, consciente e construtora da autonomia. A teoria do educador sustenta-se na relação dialógica, participante e comunicativa, que segundo ele, “nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança.” (FREIRE, 1982, p. 107). Naturalmente, tal perspectiva de educação, não vigorou no Brasil, ficando na esfera do desejo. O método Paulo Freire, que considera a própria realidade do aluno e seu entorno como partida inicial do aprendizado, praticada sobretudo nos cursos de alfabetização de adultos, foi implantado nos anos de 1960, mas não durou muito tempo, e com a mudança de regime político, em 1964, foi interrompido e seus integrantes perseguidos e presos.¹⁸²

Enquanto educadores debatem acerca de um modelo ideal de escola, o pensador austríaco, Ivan Illich, apresenta crítica radical ao sistema de ensino nos parâmetros vigentes e propõe a desconstrução da escola. Illich (1985) vê o sistema de ensino como uma prática de dominação, de controle social, favorecimento e exclusão. Desse modo, compreende que o modelo estrutural das instituições promove o enclausuramento, a distinção e exacerba a alienação dos jovens, além de trabalhar o conhecimento como mercadoria. Se juntarmos a prática pedagógica tradicional a esse processo de dominação pela mercantilização e a discriminação racial, de fato, a experiência escolar não tem sido um bom exemplo de desenvolvimento humano.

Illich denuncia o sistema de ensino como um sistema de financiamento do mercado, no qual estão em jogo a universalização da escola (obrigatoriedade), o currículo mínimo obrigatório e a formação discriminatória. Diferente de um conhecimento orgânico, este já nasce como mercadoria. Nos parâmetros postos, as escolas “são falsos serviços públicos. À semelhança das rodovias, a escola dá a impressão, à primeira vista, de estar aberta

¹⁸² Acusado de subversão, Paulo Freire “passou 72 dias na prisão e, em seguida, partiu para o exílio. No Chile, trabalhou por cinco anos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA). [...] Em 1969, lecionou na Universidade de Harvard (Estados Unidos), e, na década de 1970, foi consultor do Conselho Mundial das Igrejas (CMI), em Genebra (Suíça). Nesse período, deu consultoria educacional a governos de países pobres, a maioria do continente africano, que viviam na época um processo de independência.” Biografia Paulo Freire. Disponível em: http://pensador.uol.com.br/autor/paulo_freire/biografia/. Acesso em 24/04/2015.

igualmente a todos os aspirantes. Mas, de fato, está aberta apenas aos que constantemente renovam suas credenciais.” (ILLICH, 1985, p.72-73).

Para o autor, a instituição de ensino retira do aluno a possibilidade de se reinventar e isso faz “com que os homens abdicuem da responsabilidade por seu crescimento próprio, leva muitos a uma espécie de suicídio espiritual.” (Idem, p. 73). Illich, no entanto, acredita na possibilidade de um novo futuro, que

[...] dependerá de nossa deliberada escolha de uma vida de ação em vez de uma vida de consumo; de nossa capacidade de engendrar um estilo de vida que nos capacitará a sermos espontâneos, independentes, ainda que inter-relacionados, em vez de mantermos um estilo de vida que apenas nos permite fazer e desfazer, produzir e consumir [...]. (ILLICH, 1985, p. 65).

Assim como os estudantes de Burquina Faso se expressaram a respeito da educação em países africanos, Illich também traz restrições às práticas escolares. O autor compara a escola tradicional aos dogmas da igreja, e a vê como a nova religião do mundo, legitimada pela ciência. Desse modo, afirma que a escola gera “currículos secretos”, que reforçam preconceitos, culpa e dominação contra alguns, enquanto garante novos títulos legitimadores a privilegiados.

O teórico (1985) propõe a desescolarização da educação e a separação da aprendizagem do controle social. Illich acredita na autonomia pela via do auto aprendizado e das inter-relações familiares e sociais, construídas fora dos muros das escolas, ou nas redes de aprendizagem (troca espontânea entre os sujeitos). Seria o que ele chama de educação incidental ou informal, baseada na experiência cotidiana e nas trocas, por meio de “redes educativas”, que aumentam as chances de aprender, de partilhar e de gerar interesses. Illich não propõe o fim de todas as instituições, mas a ruptura com o modelo atual. Assim como os demais autores, defende um ensino consciente e crítico, capaz de gerar sujeitos autônomos.

De fato, a discussão em torno da escola é complexa e demanda a inclusão de muitas outras vozes na elaboração de um projeto comum, o que demonstra a necessidade de modificar o modelo discriminador adotado no Brasil, cujas escolas são de primeira e de segunda classes. Voltando ao século XIX, o pensamento era privilégio de um pequeno grupo da elite, diante de um cenário de analfabetismo da maioria da população, discriminada em sua condição de não sujeitos. A educação formal se dava em universidades da Europa, para os filhos de fazendeiros, constituindo uma elite social distinta. Os pactos políticos da sociedade, o almejado projeto Nacional, a modernidade, tudo isso deixava de fora os africanos escravizados e descendentes.

Se no Império não houve qualquer responsabilidade pela condução do sujeito livre à plena cidadania, proclamada a República, em 1889, esta tampouco propôs qualquer ação política capaz de minimizar a situação de carência e de abandono de vidas já sacrificadas, desde seus antepassados de mais 350 anos. Na realidade, como observa a historiadora Armelle Anders, “a escravidão, abolida no ano precedente pela monarquia, é ritualmente condenada à palavras, mais nada foi feito para que os antigos escravos e seus descendentes tivessem acesso à plenitude de suas novas cidadanias.”¹⁸³ (ANDERS, 2009, p. 14).

Tal fato revela a contradição da forma de governo, já na origem, considerando os ideais republicanos de igualdade, como princípio básico do direito civil, assim como o que vem contido em seu próprio nome – *Re (s) pública, coisa pública* – de colocar o coletivo, o interesse comum de todos acima de qualquer interesse particular, cuidando para que todos sejam beneficiados e não apenas alguns. Todos são livres perante a lei, mas o cotidiano mostra que, na prática, a situação é outra. Para que os recém libertos fossem, efetivamente, livres alguma medida jurídica deveria ter sido tomada, considerando que os escravizados não tinham condições de possibilidades de participação na sociedade, dada a situação precária de sobrevivência. Cada um, sem apoio, teve que ficar por sua própria conta. O que foi feito? Passado mais de um século de omissão do Estado e da sociedade, as Ações afirmativas chegam com 127 anos de atraso e ainda assim são questionadas.

É possível que isso ocorra exatamente porque tais políticas públicas evidenciam o nível de desigualdade no país, camuflado durante dezenas de anos pelo mito da democracia racial. Afinal, as cotas reacendem o discurso da desigualdade, denunciam o racismo, e por isso mesmo incomodam. Colocam no centro do debate questões até então veladas ou camufladas em uma maquiagem na tentativa de esconder as verdadeiras marcas de expressão. O que se vem observando é uma contradição entre o pensamento crítico de determinados intelectuais – tradicionais e orgânicos – e uma certa “cegueira cognitiva”¹⁸⁴ com relação à população negra do Brasil. Desde que implantadas as Ações afirmativas, sobretudo as cotas raciais, sofreram diversos ataques por parte de intelectuais, que que interferem no cotidiano da sociedade, seja com ideias ou ações.

Qual o papel da universidade neste século? A resposta estará em debate no item a seguir. Sendo tradicionalmente um espaço de elite, a universidade foi afetada pelas Ações

¹⁸³ Trad.: Livre. “L’esclavage, aboli l’année precedente par la monarchie, est rituellement condamné en paroles, mais rien n’est fait pour que les anciens esclaves et leurs descendentes accèdent à la plenitude de leur citoyenneté nouvelle.” (ANDERS, 2009, p. 14).

¹⁸⁴ Termo empregado por Muniz Sodré para falar da indiferença da sociedade diante da realidade de discriminação do negro no Brasil.

afirmativas. Em primeiro lugar, as cotas também abrem para o debate em torno da educação no país, da qualidade do ensino superior ou da falta de qualidade do ensino fundamental e médio, portanto, no futuro da formação dos jovens brasileiros. Segundo, as cotas seriam, sim, uma forma de reparação histórica, reparação tímida ainda, é verdade, mas com forte teor de transformação de um segmento importante da população do país. Considerando-se a urgência em acolher os jovens negros nas instituições ditas de excelência, somos levados a afirmar que para os afrodescendentes as políticas públicas representam uma “política de sobrevivência.” (ABÉLÉS, 2006). Contudo, tal sobrevivência, diferente da abolição do século XIX, é para ambos – Brasil e afro-brasileiros. Por que? Assim como naquele momento, o país precisa se preparar para entrar na modernidade, só que desta vez com outro nome, “mundo globalizado.”

Os abolicionistas da vez sabem que não é possível ao país se desenvolver com baixa escolaridade de sua população. Têm consciência de que, sem formação, o Brasil não teria como enfrentar a competitividade típica da contemporaneidade, em um mundo orientado pela tecnologia. No caso da população negra, esta sempre esteve à margem, com os mais baixos índices de escolaridade, sobretudo no ensino superior, que é o que nos interessa nessa pesquisa. Com as Ações afirmativas, que incluem cotas, bônus, bolsas e outras modalidades de ingresso em instituições de ensino, públicas e privadas, houve forte crescimento no número de estudantes negros – pretos e pardos, na identificação do IBGE – no ensino superior. A partir dos censos de 2000 e de 2010 do IBGE podemos ter uma ideia dos impactos dessas políticas em comparação com o total da população do país. Vejamos as tabelas a seguir:

Tabela 4 – Nível de instrução – censo 2000

Tabela 3540 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo a situação do domicílio, o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade		
Brasil		
Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)		
Ano = 2000		
Nível de instrução	Cor ou raça	
Sem instrução e fundamental incompleto	Total	40.847.827
	Branca	16.667.333
	Preta	3.685.479
	Parda	30.339.540
Fundamental completo e médio incompleto	Total	46.955.747
	Branca	25.304.447
	Preta	2.988.554
	Parda	18.047.786
Médio completo e superior incompleto	Total	41.991.819
	Branca	26.776.385
	Preta	2.065.388
	Parda	12.528.600
Superior completo	Total	5.911.119
	Branca	4.885.926
	Preta	126.000
	Parda	734.412

Fonte: Censo IBGE 2000

Tabela 5 – Nível de instrução – censo 2010

Tabela 3540 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo a situação do domicílio, o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade		
Brasil		
Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)		
Ano = 2010		
Nível de instrução	Cor ou raça	
Sem instrução e fundamental incompleto	Total	81.386.577
	Branca	33.151.747
	Preta	7.293.638
	Amarela	793.936
	Parda	39.671.447
	Indígena	443.498
Médio completo e superior incompleto	Total	37.980.515
	Branca	20.513.245
	Preta	2.745.867
	Amarela	469.933
	Parda	14.174.701
	Indígena	76.693
Superior completo	Total	13.463.757
	Branca	9.871.362
	Preta	507.583
	Amarela	265.372
	Parda	2.802.456
	Indígena	16.918

Fonte: Censo IBGE 2010

De acordo com os dados acima, o percentual de brasileiros negros¹⁸⁵ com nível superior completo aumentou de 15% para 24,4%, entre os Censos demográficos 2000 e 2010, em relação ao total de pessoas com o mesmo grau de escolaridade. Em 2000, 860 mil estudantes negros tinham concluído o curso superior, de um total de 5,9 milhões de pessoas com igual nível. Já em 2010, chegou a 3,3 milhões o número de jovens negros com essa escolaridade, de um total de 13,5 milhões de pessoas que haviam concluído o curso de graduação.

De fato os números revelam grande melhoria na década citada, sugerindo uma aproximação com o nível de escolaridade da população branca. Contudo, na realidade, o número de estudantes negros com acesso ao curso superior no país ainda é tímido. Isso porque, em 2010, os que tinham graduação representavam apenas 33% do total de brancos com esse mesmo nível de ensino, ou seja, 9,9 milhões de pessoas. Tais dados contrastam com a representação da população negra no Brasil, em relação ao total da população do país, considerando que em 2010, os negros ultrapassaram os brancos e já somavam mais da metade da população brasileira (51%).

Esses números também nos reforçam a hipótese de que as Ações afirmativas invertem a abolição, porque revelam os efeitos das cotas como positivos, na medida em que cresce o número de jovens negros no ensino superior do país. Mas, como os cotistas – afetados pelo discurso de mídia, atravessado pelo racismo, e por uma realidade de desigualdade social – reagem à proposta de políticas afirmativas? Como se dão as novas formas de existência na esfera pública urbana, a formação de vínculos, a comunicação e o reconhecimento? Em busca de respostas, a autora desta tese recorre ao pensamento do próprio sujeito, solicitando uma análise dos alunos acerca da vivência das cotas. A ideia é chamar os alunos cotistas a refletirem sobre o tema, assim como no exercício do professor francês, em Burquina Faso, embora lá a análise não fosse sobre o pensamento do próprio burquinense, mas sobre o pensamento de Kant. Foram ouvidos cinco alunos da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pioneira no sistema de cotas desde 2002.

Contextualizada com a realidade brasileira, a UERJ não está deslocada da sociedade, faz parte da estrutura social e também reflete anos de racismo e de distanciamento do universo não branco, diferente do padrão do aluno tradicional. Tal prática transparecia no ambiente acadêmico, agora com cotas. Graduada em Ciências Sociais, da primeira turma após a aprovação das cotas (2003), Rachel de Oliveira, disse, em entrevista, que “havia um clima de muita desconfiança sobre o desempenho dos cotistas e de muita insegurança dos docentes

¹⁸⁵ No item cor de pelo, o IBGE utiliza a denominação negro para a soma de pretos e pardos autodeclarados.

sobre como lidar com esse público. Lembro-me de alguns professores terem comentado sobre isso.” (OLIVEIRA, 2013). Segundo ela, tal desconfiança circulava todo o ambiente acadêmico, “não era confortável”, recorda.

A entrevistada lembra que entre os colegas de sala isso era mais tranquilo, mas em todo o campus havia uma sensação de olhar atravessado, como se o aluno cotista não tivesse competência para estar naquele local. De fato, a estudante sentia a discriminação anunciada. O desempenho do aluno cotista virou um fantasma perseguido pela mídia na época, cujo discurso antecipava a insegurança e ameaçava a excelência acadêmica. Havia todo um movimento de intelectuais contrários às cotas, inclusive nomes respeitados da universidade brasileira. Mesmo alguns cujos currículos vinculam a linha de pesquisa ao tema das relações raciais tiveram participação ativa no discurso de tentativa de desconstrução das cotas. A mobilização gerou manifesto público, mas também causou reação por parte dos favoráveis. Os contrários exibiam um leque de argumentos¹⁸⁶ na tentativa de desqualificar o debate e a inclusão do afrodescendente na universidade. O forte antagonismo atingia os muros da UERJ e, naquele ambiente, a jovem estudante não percebeu “nenhum sentimento de solidariedade” (Oliveira, 2013) durante todo o período do curso. Junto aos colegas de turma, afirmou não ter sentido diferença de tratamento entre os alunos cotistas e não cotistas.

A entrevistada (2013) conta que ao entrar na UERJ não participava dos debates políticos sobre cotas. Se sentia meio deslocada, insegura. Contudo, foi ao longo do curso que conquistou “a consciência racial”, afirma. Essa tomada de posição se deu praticamente por uma necessidade de sobrevivência, segundo seu relato. Diz que refletir sobre as cotas raciais e o tema da discriminação foi reforçado pelo desejo de combater o sentimento de medo de entrar em lugares públicos (comércio) e sofrer novamente de racismo, como já havia acontecido em lojas do Rio, na zona norte e na zona sul.

Nunca me senti à vontade para entrar e sair de todos os lugares desta cidade. Antes de fazer faculdade, já passei por momentos de discriminação, mas não soube como reagir. [...] Cursar ciências sociais na UERJ abriu muito a minha mente para essas questões, mas o que realmente fez diferença foi minha experiência em movimentos de juventude negra, o que ocorreu no mesmo período em que cursei a faculdade. Todo esse contexto me ajudou a entender melhor a minha condição de mulher negra e a problematizar as discriminações que havia sofrido. (OLIVEIRA, 2013).

¹⁸⁶ Ver: MEDEIROS, Carlos Alberto. Na “Lei e na Raça”, 2004. O autor enumera os principais argumentos contrários, assim como os favoráveis às cotas.

O depoimento da aluna revela o que podemos chamar de racismo antecipado, que se manifesta ao avistar a cor da pele do sujeito, instaura um universalismo racial, assimilado historicamente, como diz Joel Rufino dos Santos. Contudo, o autor ressalta que nem sempre foi assim. Segundo Santos (2005), até a Idade Média (do século V ao XV) os não cristãos eram considerados inferiores, embora não houvesse uma fixidez no tratamento. Eles poderiam mudar de status se convertidos à fé cristã. O autor esclarece que a gênese do racismo, com o fim de dominação, data da época moderna, por volta dos anos 1400, quando os europeus amadureceram a prática de notar as pessoas pela cor da pele.

A partir desta época, os países da Europa ocidental tornaram-se senhores de três continentes: Ásia, África e América. Seus antepassados haviam acusado os bárbaros de cruéis e desumanos; pois em matéria de barbárie deixariam, agora, árabes e germanos na condição de anjos celestiais. (SANTOS, 2005, pp. 21-22).

Tal dominação tem como álibi a verdade universal, instaurada pelo ocidente, como ressalta Sodré. “[...] A verdade do ocidente, cuja lógica aspira à evidência universal e pretende não depender de mais nada além da própria verdade absoluta, reina como o divisor das águas entre o bem e o mal, como o equivalente geral (o valor) de todas as operações de sentido.” (SODRÉ, 2005, p. 114). O filósofo britânico Alasdair MacIntyre, crítico da modernidade, também questiona o universalismo, mas mantém a tradição presente no exercício das virtudes. Um desses exercícios, apontado por ele, é a justiça. Traz Aristóteles para quem justiça e política caminham juntos. E justifica: “Quando Aristóteles destacou a justiça como primeira virtude da vida política quis sugerir que a comunidade que carecera de acordo prático acerca de justiça devia carecer também de base necessária para a comunidade política.” (MACINTYRE, 2004, p. 320).¹⁸⁷

Em seguida, o autor (Idem) ressalta que a carência dessa base deve ameaçar nossa sociedade. De que modo? Ora, considerando o individualismo ferramenta da modernidade, e não a justiça, fica difícil obter a formação de um coletivo participante. Além disso, o fundamento da justiça na universalidade está assentado no distanciamento de questões particulares que afetam os sujeitos individualmente, ou mesmo grupos de sujeitos. A universalização para MacIntyre (idem), não permite ao indivíduo tomar as rédeas da própria história.

¹⁸⁷ Trad. Livre: “Cuando Aristóteles alabó la justicia como primera virtud de la vida política, quiso sugerir que la comunidad que careciera de acuerdo práctico acerca del concepto de justicia debía carecer también de base necesaria para la comunidad política.” (MACINTYRE, 2004, p. 320).

Tal premissa está presente no sistema de ensino, cujo discurso é a universalização. E a prática, antes de 2003, era a adoção de cotas de aproximadamente 100% dos brancos nas vagas das universidades públicas. Havia uma defesa cega da meritocracia do aluno em favor do vestibular. Nesse caso, o senso de justiça está atravessado pelo capital, considerando que os vencedores das provas de vestibulares passam, inevitavelmente, pelos melhores e mais bem pagos cursos de ensino fundamental e médio do país. Qualquer reação a essa prática era silenciada. Na verdade, ainda há uma tentativa de associar o mérito dos melhores alunos ao resultado do vestibular. Nada mais falso. Somente em 2001, com o debate impossibilitado de se esconder, por ser promovido pela ONU em esfera internacional, os diversos grupos do movimento negro – que vinham lutando há anos em todo país, reivindicando educação, reconhecimento e denunciando o racismo – puderam ser ouvidos.

Contudo, junto com as Ações afirmativas veio toda uma lógica dicotômica, fortemente presente na sociedade nos primeiros anos de implantação e ainda não totalmente afastada. Como se sabe, o esforço de grupos sociais pelo direito à educação, a partir das Ações afirmativas até o limite de se obter a igualdade de oportunidades como bem universal, encontra resistência. A Uerj e as demais universidades do país que adotam a medida causaram incômodo, geraram tensões e mesmo após as cotas terem sido aprovadas pelo STF, ainda sofreram reações. Mas, as Ações afirmativas, na modalidade de cotas representam novas condições de possibilidades, como ressalta a aluna cotista de sociologia. “[...] De maneira geral, acredito que as cotas instauram um novo debate sobre o ensino universitário, sobre a privatização do ensino público, sobre discriminações e sobre igualdade de direitos.” (OLIVEIRA, 2013).

De fato, as Ações afirmativas adotadas pelas universidades começam a mudar a história. Passados 12 anos da adoção de tais políticas, a UERJ se assume, efetivamente, como uma universidade pública e social. Basta um olhar no corredor de entrada para ver o colorido do campus. E a despeito de toda a crítica da mídia às cotas, prevendo o fim da excelência do ensino superior, o que se observa é um avanço no perfil da instituição e consolidação dos cursos.

A UERJ oferece 32 cursos de graduação, que se desdobram em diferentes habilitações, licenciaturas e bacharelados. Os cursos são oferecidos por 30 unidades acadêmicas, abrangendo as cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Resende e São Gonçalo. Possui 46 programas de pós-graduação *stricto sensu*, oferecendo 42 cursos de mestrado acadêmico, 23 de doutorado e dois de mestrado profissional, e aproximadamente 100

cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) em diversas áreas do conhecimento. (VALENTIM, 2012, p. 89).

Nos diversos cursos, estudantes cotistas e não cotistas têm como mediadores a cognição. Jovens negros, pobres, indígenas, deficientes, ricos, moradores da zona sul e da zona norte da cidade do Rio de Janeiro coexistem pacificamente. Todos trazem o sonho de uma sociedade por vir. Na opinião da graduada em Direito pela UERJ, Letícia Esteves Ramiro da Silva (2013), a universidade que adota cotas se torna menos elitizada e mais heterogênea. Enquanto cotista racial, durante todo o curso, Silva afirma, em entrevista, que não sofreu discriminação por parte dos colegas e não percebeu diferença de tratamento entre os alunos cotistas e não cotistas. Para ela, a importância das cotas está “em permitir o acesso de todos ao ensino superior de qualidade. E é importante para a cidade e para o país, porque formam cidadãos mais conscientes e com o grau de estudo elevado.” (SILVA, 2013).

A formação e o futuro profissional constituem a meta do grupo. E contrariando as previsões iniciais – alardeadas pela mídia –, de conflito racial que as cotas provocariam, há um sentimento de afeto entre os alunos de uma mesma turma. É o que conta o aluno de cotas sociais, João Santos, do terceiro período do curso de Odontologia.

Todos nós somos muito unidos. As turmas são bem misturadas. Há um laço de amizade muito grande entre nós. Quando entram os calouros, ou quando acontece alguma falta, passamos todo o material, como xerox, resumo, áudio, slide. Há acolhimento entre o grupo. Como o curso é integral, ficamos mais tempo com os amigos do que com a família. Frequentamos as casas uns dos outros, tanto na zona sul como na zona norte. (SANTOS, 2013).

João Santos e sua colega de turma, Julia Fernanda (2013), também cotista social, consideram importante o sistema de cotas. Eles disseram que na sala não tem estudante indígena, mas têm paciente indígena. Segundo os jovens, os alunos da Odontologia começam a atender, fazendo profilaxia, a partir do terceiro período. Eles disseram considerar um crescimento do ponto de vista profissional e pessoal lidar com a diversidade.

Se antes das cotas, muitos alunos eram fixados territorialmente, separados entre dois mundos paralelos em uma mesma cidade, na UERJ essa realidade também mudou. Houve um alargamento da vida urbana. As praias, os bares, os bailes, os museus, os bairros deixaram de ser regiões proibidas e também passaram a compor o cotidiano de jovens universitários nos finais de semana. Esse é o caso da aluna de Odontologia, Amanda da Cruz Santos (2013), cotista racial. Em entrevista, ela afirma: “antes de entrar na UERJ era raro eu ir à praia. Agora, se quiser, vou todo fim de semana. Posso ficar na casa de uma

amiga, tomar banho, sair a noite. [...] Freqüento tudo – zona sul, zona norte, favela –, sem medo.” (CRUZ SANTOS, 2013).

A estudante também concorda que não há divisão na UERJ entre os cotistas, embora ressalte que alguns técnicos administrativos ainda olham atravessados para os alunos, por ter dificuldade de aceitar a cota racial. “Tenho jogo de cintura para lidar com isso. Mas entre as turmas não há divisão nem na Odonto, nem na Medicina, nem na Psicologia, acho que em nenhum curso. Existe uma grande relação de amizade e de solidariedade entre nós.” (CRUZ SANTOS, 2013). Os estudantes cotistas têm em comum o sentimento de amizade entre os diferentes grupos, independente do critério de ingresso na universidade. Outro ponto em comum são as notas. Se no primeiro período levam um susto, a motivação para o estudo aumenta e a recuperação da nota vira um desafio. “Após repetir duas matérias no primeiro período estudei como jamais tinha feito. Eu não sabia como era estudar de verdade” (Cruz Santos, 2013), disse a jovem, que está no terceiro período.

É esse vínculo afetivo que fortalece o aluno em seu cotidiano, pela prática da troca e da abertura na lógica do sujeito como real, consciente, responsável e “respondível” (Bakhtin) pela sua história. Tal abertura de uns frente a outros dá a dimensão política das cotas, ou seja, tem em si mesma um caráter de inversão da abolição, porque possibilita o contradiscurso do sujeito singular. Desde a implantação, à repercussão e ao enfrentamento do discurso da imprensa, as cotas complementaram uma luta e possibilitaram ao afro-brasileiro encarar a realidade como um desafio e a se preparar para interferir no social, seja na esfera do saber ou em outras esferas sociais. As cotas, assim como os africanos de Burquina Faso, denunciam a escola como o “lugar de aprender pensamentos” e forçam presencialmente uma mudança, pela autonomia, como sugerem Kant, Freire, Dewey, Teixeira, Makiguti, Sodré, e tantos outros pensadores.

7.2. Universidade no século XXI: social, racial, universal?

Enquanto no mundo ocidental, a universidade é uma das instituições mais antigas, depois da igreja católica, tendo praticamente mil anos, como afirma Viveiros de Castro (2015), no Brasil, a primeira universidade data do século vinte, precisamente de 1909, portanto, tem no presente apenas 106 anos de existência. Data desta época, a Escola Universitária Livre de Manaus, atual Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Contudo, a ideia de criação de universidade no Brasil, de acordo com Anísio Teixeira (1969), vem do século XVI, com a proposta dos jesuítas de trazerem a educação superior para a Colônia, encontrando forte resistência por parte da Coroa Portuguesa. O educador afirma que, com a independência do país, vários projetos surgiram por meio de José Bonifácio, mas nenhum teve êxito. À política de colonização não interessava a educação no país, até porque, como observa Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2006), os filhos das elites eram enviados à Europa. Logo, a universidade no Brasil,

foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. (FAVERO, 2006, p. 20).

Sem universidade, os poucos estabelecimentos de ensino que existiam no século XIX, funcionavam como faculdades isoladas, dentre elas, o Curso Médico de Cirurgia da Bahia, de 1808, e a Escola de Anatomia e Cirurgia, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, instituída no mesmo ano. (FÁVERO, 2006, p. 20). Os cursos criados no século XIX¹⁸⁸ servem de base para as atuais Faculdade de Medicina da UFBA e atual Faculdade de Medicina da UFRJ. Os projetos de instalação de universidade no XIX vinham acompanhados de debate acerca do papel político que a instituição teria, como o controle estatal das escolas. E qual o cenário fora do Brasil? No mesmo período, na Alemanha, Anísio Teixeira (1969) ressalta que era adotado o modelo de universidade moderna, cujo princípio fundamental era a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender. (TEIXEIRA, 1969). O educador acrescenta que no mundo todo havia cursos superiores fora da universidade e o Brasil teria sido o primeiro país a universalizar o ensino.

Além de haver poucos estabelecimentos de ensino superior até o final do século XIX, o Brasil ainda enfrentava o grave problema do analfabetismo. Tal questão, afirma

¹⁸⁸ São ainda do século XIX, a Academia da Guarda Marinha, no Rio de Janeiro (1808); a Academia Real Militar/Escola Nacional de Engenharia, de 1810, a Real Academia de Pintura e Escultura e o Curso de Agricultura, de 1814. Mais tarde vieram as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, ambas de 1827.

José Murilo de Carvalho, levou o Brasil a ser identificado como “uma ilha de letrados em um mar de analfabetos.” (CARVALHO, 2006, p. 65). Assim, as poucas faculdades de ensino, voltadas para uma pequena elite, faziam contrastes com uma ampla maioria de analfabetos e um sistema de governo escravista.

No século XX, surgem novas universidades, como a Federal do Paraná – UFPR, de 1912; a Universidade do Brasil, conhecida hoje como Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, de 1920; a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, de 1927; e a Universidade de São Paulo – USP, em 1934. São instituições com certa autonomia e fazem parte de um pacto já estabelecido de funcionamento. “Há um consenso unânime no sentido de se conferir à universidade a função de produzir e difundir conhecimentos.” (WANDERLEY, 1999, p. 27). Segundo o autor (idem), a maioria dos países atribui à esta instituição o elo sistemático com a cultura universal. A nova experiência no Brasil exige definições e uma delas, no século XX, passou pela discussão conceitual sobre as funções sociais que teriam. Considerando uma discussão antiga em torno desse universo tão particular de excelência, para uma pequena elite em contraste com uma ampla maioria fora do campo de acesso ao ensino superior, a pergunta que se faz é: e no século XXI, o que se debate, qual o papel da universidade?

O antropólogo e professor do Museu Nacional, Eduardo Viveiros de Castro, em entrevista a autora desta tese, se aprofunda no assunto e conta um pouco da história da universidade. Afirma que esta no mundo inteiro é uma invenção ocidental de modelo universal. “Na verdade, a universidade começou como uma instituição quase monástica. Os professores eram praticamente monges, religiosos, estudantes da Sorbonne. A universidade começa como uma instituição interna da igreja, e pouco a pouco vai se tornando uma instituição laica.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Viveiros de Castro esclarece que, a despeito desse histórico de ligação com a igreja, a universidade sempre guardou uma certa autonomia em relação ao mercado, em relação ao mundo da economia e ao mundo da política. “Adotou um certo tipo de estatuto especial, uma certa extraterritorialidade.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Dá como exemplo a proibição de entrada da polícia militar nas universidades, regra que se mantém de longa data. E acrescenta:

Existe uma espécie de regime especial na universidade, que inclui o professor clássico que é quase um monge, que optou por receber um salário menor mas por ter autonomia de pensamento. Isso tudo está perto de acabar. A minha impressão é de que, no século XXI, a universidade está sofrendo um processo de mutação, de absorção. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Tal diagnóstico pessimista tem um porquê. “A minha impressão é de que a universidade está sendo deglutida pela empresa, pelo modelo capitalista. Quer dizer, o capitalismo está controlando a universidade de uma maneira muito mais profunda do que ele sempre fez.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Uma das explicações para tal, ressalta, pode ser a influência do modelo americano, de universidade privada com muito dinheiro, que está se difundindo. Essas instituições privadas de ensino contam com o investimento de empresas. Com isso, “os professores estão virando empresários de si mesmos. Tendo que garantir dinheiro para suas pesquisas, eles estão cada um com seu dinheiro, com suas pesquisas, e os recursos, ao invés de irem para os programas das universidades, vão para os projetos de pesquisas individuais.” (Idem).

Na visão do antropólogo, está havendo uma espécie de privatização. “Vamos chamar de metafísica, ou privatização estrutural da universidade, que não passa pela questão desta ser pública ou privada. É mais profundo que isso. No meu entender, é um processo de extinção da forma clássica de universidade, e isso é mundial.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Explica que o fenômeno está acontecendo na Europa, nos Estados Unidos e, pouco a pouco, também no Brasil. Diz que aqui, a universidade ou as grandes escolas, onde o sistema acadêmico possui forte independência ideológica e política, pouco a pouco estão caindo sobre o controle, sob a tutela das leis da economia, das leis do mercado, das leis do lucro.

Eu me lembro da frase da presidente Dilma que dizia: nós precisamos de engenheiro, não de advogado. Basicamente, isso significa: nós precisamos de gente que contribua para o crescimento da economia e não de gente que pense as relações sociais, que pense criticamente o mundo. Advogado era só um eufemismo para cientista social em geral. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

A fala do antropólogo aponta para a negação de uma preocupação social da universidade, em detrimento do mercado. Contudo, se, por um lado, as empresas estão de olho nos projetos de pesquisa com investimentos, por outro, as universidades dos países pobres estão cada vez mais sucateadas, por falta de dinheiro que lhes garanta a infraestrutura básica de funcionamento.

É para um cenário como estes que aponta Joel Rufino dos Santos, durante entrevista. O historiador afirma que além da exclusão social, produzida por uma universidade para poucos, muitos dos problemas do século XIX permanecem no XXI. Um deles, ressalta, é a falta de troca que existe no sistema universitário. “Apesar de hoje haver

universidade, quer dizer *corpus* orgânicos de faculdades, de centros de estudos, de institutos de pesquisa, ainda continua esse fracionamento, esse abismo entre umas e outras.” (SANTOS, 2015). O resultado disso pode estar no que Joel Rufino aponta como grande desnível entre as melhores universidades do Rio, São Paulo, Minas e as universidades particulares.

O abismo é muito grande. Uma pessoa que se forma em uma universidade federal dessas primeiras aí ou mesmo das que estão em segundo plano vai ter uma facilidade muito maior de entrar no mercado de trabalho do que quem faz universidades particulares que continuam muito precárias. (SANTOS, 2015).

Enquanto para o historiador (2015), esse é um problema a ser superado pelas universidades no século XXI, na opinião de Viveiros de Castro (2015), neste século, a universidade está perdendo status. Observa que ter curso superior no Brasil importa cada vez menos. E compara: “É como o ensino público, que chegou, é público, a gente sabe que atende todo mundo, mas a gente sabe o que significa a alfabetização no Brasil. É uma fraude. Dizer que o analfabetismo está acabando no Brasil é uma fraude, porque está cheio de analfabeto.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

De fato, o debate em torno do ensino no Brasil é complexo, sobretudo diante da ausência de tradição de autonomia do pensamento dos estudantes, afetados por uma escola de caráter universal, tecnicista, voltada para o mercado. Trata-se de uma educação que ignora as questões sociais, como aponta Viveiros de Castro, bem como os educadores já citados na primeira parte deste capítulo (Paulo Freire, Ivan Illich, Anísio Teixeira e outros). O descompromisso com a educação acaba gerando no Brasil o fenômeno conhecido como “analfabetos funcionais”, termo que caracteriza “[...] a situação de uma grande parte da população que, apesar de ter tido acesso à escola, não conseguiu completar a educação básica, seja pela precariedade do ensino oferecido, seja pela precariedade das condições socioeconômicas a que encontrava submetida.” (RIBEIRO, V. M., 1997, p. 148).

Voltando à questão do econômico, Joel Rufino dos Santos chama atenção para o problema das instalações das universidades públicas.

Seja porque o Ministério da Educação não tem dinheiro mesmo, seja porque o pouco dinheiro que tem é mal administrado, é mal alocado ou mal gasto, as universidades públicas são tristes de ver. Há problema de infraestrutura. Não é possível uma universidade que não tenha papel higiênico, uma faculdade de medicina que não tenha torneiras boas para lavar as mãos. (SANTOS, 2015)

Aparentemente, “este é problema de universidade pobre e geralmente é.” (SANTOS, 2015). Joel Rufino conta um caso curioso. Lembra que quando trabalhava na Unesco, foi convidado para um evento em Moçambique, momento em que um diretor de escola inaugurava uma biblioteca. Lembra que o diretor levou todos à solenidade, mostrou as salas, tudo muito bem, mas não mostrou o acervo. Daí, veio a pergunta: onde estão os livros? “Ele disse: ‘não, os livros que eu tinha eram raros, vendi para construir o prédio. Agora trata de criar o acervo, porque vendi o que havia de acervo. Por exemplo: vendi a primeira edição de *Os Lusíadas*. Vendi obras clássicas, infelizmente, tive que vender’.” (SANTOS, 2015). De fato, esta é uma história significativa, como afirma o próprio historiador. No limite, é a universidade convivendo com o cotidiano de ensino e a ausência de papel higiênico, condição básica de infraestrutura para viabilizar o funcionamento de qualquer estabelecimento.

Uma das questões colocadas por José Ribamar Bessa Freire, também durante entrevista, é que a universidade, comprometida com a ciência, portanto, com o entendimento de universal, perde o caráter do local, das culturas locais. Jornalista, professor e pesquisador, Ribamar Bessa traz a tradução, feita por ele, do livro “A missão cultural da universidade”, do autor alemão Theodor Berchem, para questionar o modelo adotado no ensino superior, tanto em termos de currículo, como de metodologia de ensino. Diz que a obra de Berchem reflete a tensão entre o particular e o universal e o autor reivindica a importância da missão cultural da universidade.

Theodor Berchem vai questionar os currículos dos cursos universitários como currículos descompromissados de uma regra geral com as culturas nas quais as universidades estão imersas. E ele vai deplorar isso. Vai dizer também que essa estrutura curricular da universidade vive engessada, com muito conteúdo, muitas disciplinas obrigatórias que não interessam aos alunos. (FREIRE, 2015).

Bessa exemplifica, citando o acervo oferecido pelas bibliotecas e o estudo das culturas locais. Diz que, segundo o IBGE, há no Brasil, 274 línguas indígenas faladas. Cita o guarani, presente em 10 estados brasileiros, em mais de cem municípios. Afirma que a língua é falada também, além do Brasil, no Paraguai, na Bolívia, na Argentina, e no Uruguai, embora sem reconhecimento do Estado.

O guarani é uma língua importantíssima para o português que nós falamos. No dicionário Houaiss, de 220 mil verbetes, 45 mil são provenientes de línguas indígenas. Então, o guarani, que é uma língua viva, é importante para a gente entender o português. Até para dizer sou carioca, moro em Ipanema, em Pavuna, etc., eu preciso da língua guarani. (FREIRE, 2015).

A tensão entre o particular, o universal e o local, apresentada por Berchem, o descompromisso da universidade com os currículos locais é reelaborado por Bessa ao questionar a ausência das línguas indígenas nas universidades brasileiras.

Se você quiser em qualquer universidade pública estudar latim, que é uma língua morta, só usada eventualmente em rituais pelo papa e por advogados no Fórum, você encontra e é bom que encontre, é bom que a universidade ofereça. Se você quiser estudar grego antigo, que é uma língua morta, você encontra e é bom que encontre. Mas se você quiser estudar guarani, você não encontra no currículo de nenhuma universidade pública e seria bom que encontrasse. (FREIRE, 2015).

A crítica acima pode ser igualmente aplicada a ausência de memória e assim como afeta as línguas indígenas afeta também as línguas de origem africana e seu encobrimento na formação da língua portuguesa, praticada no Brasil. Na obra “Novo Dicionário Banto no Brasil”, Nei Lopes (2003) fala sobre a influência das línguas africanas e diz que uma das evidências do enraizamento do racismo brasileiro é reduzir tais línguas à condição de dialetos. Ribamar Bessa narra a experiência de ouvir Dona Fiota, uma liderança da Comunidade quilombola de Tabatinga, em Minas Gerais, durante seminário sobre as línguas faladas no Brasil, realizado em 2006, em Brasília. Diz que a história da comunidade foi contada não em português, mas em uma língua de origem banto. “A *Gira da Tabatinga* era falada nas antigas senzalas das fazendas do interior de Minas Gerais. Com ela, os escravos podiam se comunicar livremente sem o patrão entender o que diziam. A língua libertava”, relata Bessa (2007).

Em sua fala, Dona Fiota teria colocado que ao perceber a ameaça de extinção da língua foi, junto com outras lideranças, à Secretaria Municipal de Educação, argumentando o fato e reivindicando a prática da Lei de 2003¹⁸⁹, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileiros nas escolas. Explica que foram orientados a indicar uma professora de *Gira da Tabatinga*, que eles pagariam o salário. Relata que após um mês de trabalho, ao ser informado que a professora era ela própria, o funcionário teria se recusado a fazer o pagamento, alegando ser ela analfabeta. “Dona Fiota deu uma resposta de bate-pronto, que só os sábios podem dar: - ‘eu não tenho a letra. Eu tenho a palavra’.” (FREIRE, 2007).

O relato acima ratifica a crítica dos entrevistados sobre o descompromisso da universidade com a cultura local, ao mesmo tempo revela a força do tensionamento entre a cultura hegemônica e os sujeitos afetados. Nessa arena de disputa, há pouco mais de dez

¹⁸⁹ Lei 10.639/2003, depois modificada pela Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas redes públicas de ensino, pública e privada.

anos, as políticas públicas de Ações afirmativas, ensaiam mudar o cenário das universidades brasileiras. Para Viveiros de Castro, tais mudanças indicam novas relações entre a universidade e as populações tradicionalmente excluídas, muito pelo fato de que o ensino superior está mudando também. “Está deixando de ser a última etapa. Se tem uma espécie de jogo diabólico, meio perverso é esse: é o fato de se dizer que a universidade está sendo democratizada, está cheia de gente estudando, cheia de pobre.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

O antropólogo questiona o valor hoje de um título de graduação na universidade e ele mesmo responde: “vale muito pouco.” (Idem). Diz que as cotas chegam na graduação é uma coisa, quer ver chegam agora na pós-graduação, no doutorado. De fato, na graduação, em 2014, segundo a Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 20% das vagas oferecidas pelas Universidades Federais foram ocupadas por estudantes negros e indígenas. Já para a pós-graduação, a implantação de cotas está a critério de cada universidade. Contudo, de acordo com matéria publicada na Agência Brasil, em 13 de maio de 2015, a Seppir prepara para o final de junho uma proposta de cotas de acesso a estudantes negros na pós-graduação. O assunto terá como base a Lei de Cotas, 12.711/2012, e será apresentado ao Ministério da Educação, para debate. De acordo com a matéria, a Seppir também discute a necessidade de contratação de professores negros, por meio de concursos públicos, que estão sendo monitorados. Podemos dizer que a universidade está, de fato, mudando?

Uma das mudanças, apontadas pela professora e pesquisadora, Raquel Paiva, em entrevista à autora desta tese, é o fato de que, após dez anos de cotas, a universidade tem uma coloração diferente. Na opinião da entrevistada, o papel fundamental da universidade hoje é deixar de ser elitista. Diz que pelo menos é o que a universidade deseja, mas, na prática, não se sabe. “Isso é muito complexo, porque você abrir as suas portas para os mais diversos segmentos da sociedade e abrir essas portas com quinhentos anos de exclusão é muito complicado.” (PAIVA, 2015). Afirma que essa nem sempre é uma atitude risonha, nem sempre é uma proposta boa, alegre, que se dá de uma maneira natural. Diz ser muito difícil ter um aluno que não acompanha, mas acontece. Lembra que são 500 anos de exclusão. “Mas eu acho que esse é o papel da universidade, que cada vez mais possa abrir de fato as suas portas para todos os segmentos, todo mundo, isso é ponto pacífico. Acho que toda pessoa, todo jovem deveria ter direito a cursar uma faculdade.” (PAIVA, 2015).

A abertura de portas da qual Raquel Paiva fala é, na prática, um acolhimento à diversidade, à cultura local, defendida pelo autor alemão, Theodor Berchem, e por Ribamar

Bessa. De acordo com a professora, essa abertura só será possível se as ações levarem em conta o interesse da população onde a universidade está inserida. “Minha opinião acerca do papel da universidade expressa bem o que esse governo do PT, quando começou, tinha em mente, que era uma universidade cada vez mais vinculada a seu território.” (PAIVA, 2015). A professora observa que o Brasil já passou por uma experiência de aproximação com o local, em regiões mais pobres, com os moradores sem acesso à cultura letrada. Cita o projeto Rondon e diz que este acabou caindo no esquecimento por trazer um rastro do período da ditadura. Contudo, lembra que o projeto interagiu com regiões onde havia maiores dificuldades de saúde, de tecnologia, de comunicação e que esses locais recebiam alunos e professores.

Eu trabalhei muito com isso. Primeiro como aluna, depois como professora. Coordenei o projeto de Tefé, de Comunicação Comunitária para Rádio. Hoje em dia, acho que a ação da universidade não é mais tão intervencionista nesse sentido, como era a do projeto Rondon. Havia reunião nos locais, envolvimento com o povo da cidade. Eu acho que era muito interessante. (PAIVA, 2015).

De acordo com os entrevistados, a universidade do século XXI tem, de fato, um grande desafio, que podemos enumerar: vencer o fracionamento no qual se encontra, superar as dificuldades de infraestrutura, atentar para o fato de não ser cooptada pelo mercado, zelar pela excelência e promover a inclusão. Este, o mais urgente, implica encontrar mecanismos de abertura e acolhimento à cultura local, diversa. Compreendemos que a partir da constituição de um quadro de alunos negros, indígenas e brancos, do mesmo modo que professores e reitores e técnicos de diferentes etnias, a exclusão secular passaria a ser coisa do passado e a universidade teria, aí sim, um *ethos* universal.

7.3. Cotas: uma política ainda tímida

A reação dos entrevistados à segunda questão posta pela autora desta tese – se, na opinião deles, poderíamos afirmar que as cotas representam uma nova Campanha abolicionista – foi unânime. “Sim.” Cada um traz uma justificativa diferente para esta afirmativa que, juntas, se complementam. “É...pode; pode-se dizer que sim, na medida em que há uma espécie de sangue correndo aí.” (PAIVA, 2015). Raquel Paiva ressalta que uma parcela representativa da população que se colocou contrária às cotas, e acabou provocando ainda mais o debate favorável à medida, também tem sangue de antepassados escravizados correndo nas veias.

Fazendo uma analogia com o século XIX, a sociedade negava a existência do indivíduo, se este fosse negro. Naquela época, se usava a estratégia de exnominação. Ou seja, o nome do africano escravizado não era sequer pronunciado. No século XXI, se usa a estratégia do racismo camuflado. Isso significa que enquanto o afro-brasileiro aceita a condição de “lugar social”, ou seja, de subalternização, as relações são amigáveis. Nega-se a existência do racismo. Com isso, qualquer medida de reparação é rechaçada. O argumento é que, se não há racismo, não há o que superar, não há o que reparar. “Eu acho que o Brasil não está preparado para conviver com os negros, com ‘o pretinho, filho da empregada’, sentado ao lado, estudando, discutindo, pensando junto. O país é muito racista. Além de não estar preparado, não quer perder privilégios.” (PAIVA, 2015). A professora faz referência às cotas como um passo inicial de enfrentamento dessa realidade racista. Raquel Paiva complementa: “Eu não acho nada demais as cotas. Acho que é obrigação e devem existir. Penso que esse sistema de cotas só não pode ser uma política permanente, porque vai se tornar benefício, como pensão. Acho que as cotas são fundamentais.” (Idem).

Voltando à questão inicial, Joel Rufino dos Santos também passeia pelos dois períodos históricos. “Eu não gosto muito dessas comparações, não. Mas é, pode-se dizer que sim.” (SANTOS, 2015). O historiador explica que o problema de se comparar algo é que, às vezes, a pessoa acaba subtraindo os contextos e o contexto da abolição foi diferente. Contudo, pausadamente, afirma: “Esse sistema de cotas, das ações afirmativas, são uma coisa poderosa, igualmente poderosa.” (Idem). Na opinião de Joel Rufino, o Brasil está se tornando melhor com o sistema de cotas. Diz que além dos números que são positivos, porque indicam que, estatisticamente, deu certo, esse sistema fez bem para o país. E acrescenta: “O país se tornou mais humano, menos feio. Ficou mais bonito, com

mais negros por aí. Na verdade, dá para comparar o sistema de cotas com a Campanha abolicionista.” (SANTOS, 2015).

Observa que a Campanha abolicionista foi um movimento de massa, embora a história oficial tivesse guardado só os nomes midiáticos, dentre eles, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco. Naquela ocasião, complementa o historiador, havia os moderados e os radicais, como Raul Pompeia e Luiz Gama. “Eles estavam na extrema esquerda. Não quer dizer que fosse absolutamente certo, porque no meio da conjuntura mudam os políticos, os partidos, mas eram o que hoje representa aí o PSOL.” (SANTOS, 2015). Joel Rufino diz ainda que o papel destes abolicionistas era lutar sempre pela esquerda. “Eles partiram para a ação, com fuga, execução de torturadores, espancadores de escravos. Então, a abolição foi muito bonita. O efeito social é que foi abafado pelo sistema que a gente tinha naquele momento, que era ainda um sistema rural, escravista.” (SANTOS, 2015). Observa que o sistema se livrou do escravismo, mas continuou rural, de exportação, portanto o que tinha que se fazer em complemento a abolição não se pode fazer, ficou inacabado. “Pensando por aí, eu posso dizer que a abolição foi uma derrota política. Embora fosse festejada, muito bom para alma dos brasileiros, mas foi uma derrota política, enquanto o sistema de cotas parece bem vitorioso.” (SANTOS, 2015). Joel Rufino complementa seu pensamento, falando devagar e reflexivamente acrescenta: “A abolição não foi para o negro, o sistema de cotas é para o negro.” (Idem).

Quem também responde à questão é José Ribamar Bessa. Ele concorda que as cotas complementam a Campanha abolicionista, considerando-se a possibilidade de que os alunos venham a enegrecer os currículos das universidades. “Nesse sentido, sim, acho que a gente pode falar de campanha da abolição.” (FREIRE, 2015). O pesquisador questiona o descompromisso da universidade com as culturas locais: “que história eles vão aprender nas nossas universidades?” (Idem). Reconhece que há um forte potencial na medida. “No terreno, digamos, dessa cultura escolar formal, eu acho extremamente importante que eles venham, desde que consigam empretecer o currículo, para não entrar nesses cursos e embranquecer com currículos existentes.” (FREIRE, 2015). Para Ribamar Bessa, o brasileiro desconhece o próprio Brasil. “Eu acho que nós desconhecemos, não fizemos um inventário acabado da contribuição para a brasilidade das culturas africanas e indígenas. A gente apagou isso.” (FREIRE, 2015). Um dos responsáveis por esse apagamento, diz, é a própria escola.

Para ilustrar tal afirmativa, Ribamar Bessa conta um mito andino sobre a origem da escola, narrado pelo antropólogo Alejandro Ortiz, professor da Universidade de São

Marcos. Diz que o mito foi relatado originalmente na língua *chechua* por um índio da região de Andamarca, em Ayacucho, Peru.¹⁹⁰ Resumidamente, trata-se da história de dois irmãos, o Inka e o Sucristo, um sábio, casado com *Mama Pacha* – Mãe Terra, e o outro, mais novo, ciumento e invejoso, desejoso de afastar o irmão, que tanto o incomodava. Sucristo fez tudo para ver Inka agonizando. Em seguida, feriu *Mama Pacha* de morte e construiu uma igreja. Contente e comemorando a morte de Inka, *Ñaupá Machu*, a escola, viu os dois filhos do casal, que procuravam pelos pais. Ela os seduziu, alegando que iria mostrar onde estavam seus pais. Mas o que a escola queria mesmo era comê-los, devorá-los, daí inventou mentiras, mostrando escritos. As crianças, desconfiadas e com medo, saíram correndo e fugiram da escola. O episódio narrado pelo mito mostra, segundo Ribamar Bessa, que a escola apaga a memória, dissemina a mentira, a desconfiança, o medo.

Ela enganou a você, enganou a mim, continua enganando a milhões de brasileiros. A escola apaga, joga para escanteio as matrizes africanas, as matrizes indígenas, e eu queria ter o mesmo orgulho das matrizes afro, das matrizes indígenas da mesma maneira que tenho das matrizes europeias, porque isso faz parte da história. (FREIRE, 2015).

Uma das formas de tentar reverter esse apagamento existente na escola é a aplicação da Lei 11.645/2008, que regulamenta a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena nas redes de ensino público e privado. Ainda que falte material didático e preparação do corpo docente para uma real implantação da Lei, o debate político e pressão por mudanças são indicativos de um futuro diferente.

Se as cotas podem representar uma nova Campanha abolicionista? Eduardo Viveiros de Castro responde prontamente: “Em certo sentido, sim. Eu diria mais, é uma nova Campanha que se trata de recolocar o fato da existência de negros no Brasil.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Crítica a visão do país sobre si mesmo, que tem maioria da população identificada como negra, tem índios, ou seja, é uma população composta de não brancos, não europeia, mas que se pensa, oficialmente, como país europeu. Diz que o grande choque da classe média, média alta, é quando o sujeito descobre, em viagem pela Europa ou Estados Unidos, que não é branco. “Por lá, as pessoas não os tratam como brancos, não os identificam como brancos, mas tratam de latinos, de brasileiros, de alguma coisa, desde que não igual a eles. Lá, nós somos os outros.” (VIVEIROS DE CASTRO,

¹⁹⁰ A narrativa pode ser encontrada no artigo “A representação da escola em um mito indígena”, de José Ribamar Bessa Freire, publicado na Revista Teias – Faculdade de Educação – UERJ, n. 3 (junho 2001), pp. 113-120.

2015). Na realidade, esclarece, “nós continuamos sendo os outros, mesmo achando que somos brancos. Isso deveria nos servir de lição, fazer cair a ficha. Mas não, a gente continua aqui dentro fazendo papel do branco, quando lá fora, na verdade, a gente não é branco.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

A cultura eurocêntrica, além de não nos pertencer, nos torna um país pior. “O que aconteceu depois da abolição?”, questiona. Lembra a pergunta de um amigo. “Você acredita que a Princesa Isabel aboliu, de fato, a escravatura? Eu não acredito, eu acho que o Brasil continua um país escravocrata, do ponto de vista mais profundo. Nos mínimos detalhes é um país escravocrata.” (Idem). Na opinião do antropólogo, o país tem um passivo imenso de dívida em relação à população negra. Diz que a classe dominante, que decidiu e definiu esse país, praticamente exterminou os povos que moravam aqui, que trouxe para cá à força. Observa que essa população foi desenraizada, oprimida, torturada e reprimida durante décadas.

Essa dívida não está paga, não está sequer reconhecida. A cota é a primeira tentativa, tímida, de reconhecer e ela faz parte, no meu entender, de uma espécie de dívida natural, da Constituição Federal de 1988, que reconheceu, pela primeira vez, direitos permanentes, direitos perpétuos de índios e de quilombolas. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Logo, as cotas, na visão de Eduardo Viveiros de Castro, têm uma função pedagógica, que ele chama de “função diagnóstica”, ou função de exposição, de mostrar como o Brasil permanece racista. Ele afirma que sempre apoiou as cotas. Apoiou nos Estados Unidos, apoia no Brasil, mas ressalta que aqui, diferente de lá, as cotas têm a função principal de

denunciar o racismo, de expor o racismo, de fazer sair do armário todo o racismo recalcado, enrustido, que existe em todos nós, não negros e negros. A função das cotas é fazer expor a diferença, mostrar como é difícil aceitar a existência de não brancos, não europeus no Brasil.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Além de denunciar o racismo, para o antropólogo, as cotas têm uma função importante, que ele chama um trabalho de formiga, de pouco a pouco abrir espaço a uma população classicamente excluída, majoritariamente negra, a oportunidades que só os brancos de classe média, média alta têm. Desse modo, ainda que seja uma medida ainda bastante tímida, observa que as cotas estão se mostrando eficazes.

As pessoas que entram pelo sistema de cotas estão tendo um rendimento acadêmico muito bom. Ainda que rendimento acadêmico hoje no Brasil não signifique grandes coisas, infelizmente. A gente sabe como funciona, mas não por causa dos negros, não por causa das cotas, e sim porque a

universidade, ela própria, está se deteriorando, é a minha impressão. Ainda assim, é impossível ser contra as cotas. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Já para Raquel Paiva, a universidade tem um bom trabalho. “A universidade tem uma produção cada vez melhor, cada vez mais ampla, cada vez mais intensa.” (PAIVA, 2015). A pesquisadora observa que começa a haver um preconceito contra a universidade pública, por parte da classe média alta, como um dos efeitos das cotas, uma espécie de rejeição à universidade pública, uma opção pela privada. “Eu já escuto várias falas de pessoas que dizem: não, eu não vou fazer federal, vou fazer particular. Na visão dessas pessoas, o ensino piorou, a qualidade decaiu e acho que um dos motivos são as cotas.” (PAIVA, 2015). De acordo com Raquel Paiva, tal reação demonstra a profundidade do racismo. Considera difícil mudar a cabeça das pessoas, mas acredita que as cotas possam, no futuro, mudar essa realidade.

Questionada sobre o bloco de resistência às cotas, saído principalmente da academia, com o engajamento de alguns intelectuais que se dispuseram a fazer, inclusive manifesto contrário a tais políticas públicas, Raquel Paiva considera a universidade um lugar mesmo de debate. Ou seja, o fato de pertencerem à academia não é visto como um problema, não causa estranhamento mas, sim, a forte reação contrária, que expressa o racismo. A pesquisadora afirma que o acesso generalizado, a partir das cotas, tem incomodado as pessoas. Diz que muitos aceitavam bem a convivência com o negro, chamado, às vezes, de “pretinho bonzinho, esforçado,” enquanto filho da empregada, ou mesmo enquanto empregada, mas esse mesmo indivíduo na universidade? Aí, não.

Há poucos dias, li alguém falando sobre as empregadas domésticas. É um absurdo isso no Brasil. Mostra que ainda se vive uma relação de escravagismo. Um dos motivos pelo qual essa classe média brasileira está revoltada é porque perdeu a sua empregada, totalmente explorada, que nunca teve vida, a não ser cuidar dos patrões. Isso é uma manutenção da estrutura do Império, e a revolta é porque as pessoas estão perdendo. E vão perder mesmo, porque em nenhum lugar tem isso. Você que faça suas coisas, que limpe suas coisas, e que a empregada vá para a escola, sim, porque ela não nasceu com essa marca. Não é porque ela é preta, que é empregada. (PAIVA, 2015).

O grito da classe média, para a pesquisadora, revela a perversidade da estrutura brasileira. Um país sem gueto, sem segregacionismo, aparentemente vivendo todos muito bem. Contudo, afirma, “é só aparência, e o triste disso é que a gente vê a discriminação do nosso lado, em toda parte. Essa é, na minha opinião, a perversidade.” (PAIVA, 2015).

Na opinião de Eduardo Viveiros de Castro, a forte reação negativa da intelectualidade às cotas, se deve, primeiro, ao fato de que esta é majoritariamente branca, de classe média; segundo, porque a intelectualidade classicamente, sempre foi uma linha auxiliar da classe dominante senhorial. “Isso é o Bourdieu que fala, eu não sou especialmente fã de Bourdieu, mas acho que ele tem razão quando diz que ‘o intelectual é a fração dominada da classe dominante’.” (VIVEIROS DE CASTRO, (2015). Viveiros de Castro assinala que existe um componente aristocrático, no mal sentido da palavra, entre os intelectuais, que se sentem superiores ao resto do povo, inclusive aos seus patrões que os pagam.

Eles se acham dotados de um carisma especial por conhecerem coisas que outros não conhecem, como línguas, teorias, filosofias ou coisa parecida, o que os faz imaginar que eles são uma aristocracia do espírito; e é muito interessante que a aristocracia do espírito reaja com tanta recalcitrância à absorção da aristocracia do espírito de outra cor. Se a aristocracia sai do espírito, então porque não podemos ter negros e índios dentro dessa aristocracia do espírito? Sugere que ela não é tão espiritual assim. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Nesse universo de suposta superioridade, a tentativa de construção de discurso sobre a negatividade das cotas, como sendo responsáveis pelo aumento do racismo, falhou e o argumento se reverte contra aquele que fala, porque evidencia o racismo no próprio argumento. Ou seja, como afirma o antropólogo, esse argumento revela a existência de racistas e fascistas de carteirinha, que desejam o desaparecimento de negros e de índios, ou que aceitam a convivência com estes, desde que embranquecem. “Eles podem até ser a favor das pessoas, desde que elas sejam um pouquinho mais brancas, desde que o Brasil seja um pouquinho mais europeu, um pouquinho mais francês, latino-europeu, jamais latino-americano.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

José Ribamar Bessa também questiona a reação de intelectuais que se colocaram fortemente contrários às cotas. “Eu fico pensando. Li esses artigos da Ivone Maggie e de outras pessoas. Bom, tem alguns intelectuais que a gente respeita e não concorda, é claro. E tem outros, que a gente não concorda e não respeita.” (FREIRE, 2015). Este é o caso de alguns que se colocaram incisivamente contrários às cotas, porque estavam a serviço de uma causa, como Demétrio Magnoli. Para Ribamar Bessa, as cotas não são uma discussão puramente acadêmica. As cotas são uma discussão política.

São os negros que estão reivindicando. Eu vou dizer para eles: olha, não reivindica porque as cotas vão aumentar o racismo. O que é isso? Quem sou eu para dizer isso? Eu tenho é que ouvi-los. Eles são a favor, então estou com eles. Eu prefiro errar com os negros do que acertar com os

brancos. Honestamente, porque eu acho que essa é uma questão política. (FREIRE, 2015).

Joel Rufino aponta o racismo como uma lógica formal e diz que com a lógica formal pouco se entende o funcionamento de uma sociedade. Esclarece que para compreender melhor, teria que ser, forçando um pouco a mão, segundo ele, uma lógica dialética, ou seja, uma lógica que levasse em conta as contradições. O historiador explica: “no Brasil há um certo convívio amistoso de raças, desde que cada uma fique no seu lugar. Então há uma amistosidade, ninguém quer brigar racialmente, mas, por outro lado, os casos de discriminação, de repúdio, de rejeição, de negrofobia são diários.” (SANTOS, 2015).

Como se define, então, essa relação contraditória? “O que está certo, o que está errado?”, pergunta Joel Rufino. Ele mesmo responde, afirmando que as duas coisas são verdadeiras, e acrescenta:

a democracia racial é um desejo, e o racismo é uma realidade. Esses intelectuais que negam o racismo, eu conheço alguns, tenho até debatido com alguns. São pessoas de respeito, estudiosos, mas eles por qualquer motivo, só veem o desejo. Quando eles dizem, ah, no Brasil, não tem racismo, estão formulando um desejo, que é dos negros também, é de todo mundo. (SANTOS, 2015).

Joel Rufino conta que leu na epígrafe de um livro do escritor Nei Lopes, lançado recentemente, sobre uma lei dos anos 30, que trata de imigração. Observa que a lei diz explicitamente, com todas as letras e vírgulas, que o Brasil tem que incentivar a imigração de brancos e não de escuros para que, assim, vá se formando uma nacionalidade brasileira. E complementa: “Ora, se por volta de 1930, nós temos um documento como esse, orientando a imigração, não há mais o que dizer.” (SANTOS, 2015). O historiador acrescenta que agora, no século XXI, a gente lê as medições que se fazem no mercado do trabalho e muitas apontam o negro com o valor do trabalho reduzido a 30% do valor do salário do branco. “São fatos esses que na embriaguez do nosso desejo a gente não vê, não quer ver.” (Idem).

Outro relato de Joel Rufino é sobre o Caetano Veloso. Conta que o músico disse outro dia que preferia um país que tenha vergonha de ser racista do que um país que não tenha. E emenda: é, de fato, no Brasil, as pessoas têm vergonha de ser racistas. “Isso, na verdade, revela um desejo, uma verdadeira democracia racial. Mas, a questão é que quando

“você passa esse fato para a política, aí vira o contrário. Deixa de ser desejo, se tenta impedir qualquer ação de combate ao racismo. Vira embate.” (SANTOS, 2015).

Como vimos ao longo desta tese, as cotas estão aí para comprovar as reações despropositais de intelectuais da academia e da imprensa contra a medida, revelando um desejo de manter tudo igual. Uma igualdade secular, construída na desigualdade. Ou seja, os brancos podem tudo e aos negros são reservados lugares sociais, espaços concedidos. Qualquer tentativa de mudança provoca, imediatamente, mal-estar na sociedade, ainda que sejam apenas medidas tímidas, como a implantação de Ações afirmativas nas universidades. Contudo, tais medidas políticas estão aí, tensionando há mais de uma década e trazendo novos sujeitos de fala. Os afrodescendentes, com as cotas, não são mais apenas militantes, “desclassificados”, mas portadores de falas legitimadas pelas chancelas das universidades públicas, *loci* da produção do discurso. Embora tímidas, as ações afirmativas são políticas que têm em si potencial de mudanças significativas na sociedade do futuro.

8. Considerações finais

“[...] quando os operários tentam escrever versos e querem se tornar escritores ou filósofos, isso significa um deslocamento em relação a suas identidades de trabalhadores. A coisa importante é o deslocamento, esta desidentificação.”¹⁹¹”

(JACQUES RANCIÈRE)

“Uma vela pode fazer surgir a luz em direção a um lugar mergulhado na escuridão desde milhares de anos.”¹⁹²”

(EMILIO BISSAYA)

Antes de entrar nas considerações finais vale contar um episódio, que ilustra bem a vivacidade dos problemas a serem enfrentados pela sociedade do século XXI, tendo como parâmetro as relações raciais. Durante um encontro de empreendedores negros, realizado em abril de 2015, no Rio de Janeiro, uma professora dá depoimento sobre sua experiência com o racismo institucional. Ela conta que dava aulas em uma escola localizada junto à guerra de comandos ligados ao tráfico de drogas. Decidiu que em sua sala não haveria outro comando, senão o da professora. Logo, começou a trabalhar com os alunos numa perspectiva de cidadania, fazendo com que eles tomassem consciência de que têm direitos, garantidos pela Constituição, do mesmo modo que têm deveres.

A proposta era levar aos alunos a importância da autonomia do sujeito e da força coletiva, mostrando a possibilidade de ser livre, independente das facções criminosas. Tais aulas incomodavam e, para surpresa, a professora foi convidada a voltar para o lugar, que, segundo as autoridades da escola seria o seu, o fogão. Conta que ficou em estado de choque. Como desde cedo foi preparada para dar aulas, investindo nos estudos, nunca

¹⁹¹ Trad. Livre: “[...] quand des ouvriers essaient d’écrire vers et veulent devenir écrivains ou philosophes, cela signifie un déplacement par rapport à leur identité de travailleurs. La chose importantes est ce déplacement, cette désidentification.” (RANCIÈRE, 2009a, p. 653).

¹⁹² Trad. Livre: “Une bougie peut faire surgir la lumière dans un endroit plongé dans l’obscurité depuis des milliards d’années.” (EMILIO BISSAYA, Álbum Lôkôm, 2010).

pensou que tivesse um lugar. Para ela, diz, a consciência racial veio acompanhada de muita dor.

Ora, o episódio ilustra a análise em torno das narrativas da imprensa diante do sujeito em questão, o afrodescendente. Tornado desumano no século XIX para fins de lucro, era assim constituído pelos discursos, a fim de dar legitimidade à violência e evitar a culpabilidade. Tais discursos foram sendo incorporados culturalmente, servindo de álibis para justificar as relações de dominação e de subalternização. A força destes surge com a naturalização do lugar do subalterno. No século XIX, mesmo diante de forte atuação da imprensa frente à Campanha abolicionista pelo fim do sistema econômico, baseado na mão-de-obra escrava, o discurso não tinha o homem real como objetivo de luta, mas sim o país livre do atraso da escravidão. Naquele momento histórico, sair da condição de escravo demandava medidas políticas para além da abolição. Como as propostas de reforma agrária, defendidas durante a Campanha abolicionista, foram esquecidas e não existia um cuidado com o homem concreto, foi se construindo um mosaico de exclusão nas relações de poder, nas relações sociais, na política, na cultura oficial, na área econômica, enfim, na sociedade.

Evidentemente que o século XIX estava inserido no seu contexto de país imperial, sonhava com a modernidade já em curso na Europa e com os ideais da República. Tinha uma imprensa política atuante, antenada nos interesses públicos, que oferecia espaço mesmo aos opositores. Eram jornais abertos, nos quais as ideias circulavam, independentemente da posição política do narrador. Já no século XXI, tais aparelhos privados de hegemonia estão comprometidos com as regras do mercado. Atuam na lógica do entretenimento e são autorreferentes. Nesse sentido, as construções de discursos de verdade são de tal forma centrais que os próprios jornais os veiculam como verdades absolutas e não “desejos de verdade”, para usar expressão de Foucault (2005).

Se naquele período histórico, a imprensa ainda era artesanal, logo iria se transformar em monopólio das comunicações, cuja centralização do poder no século XX até os dias atuais está nas mãos de poucas famílias. No século XIX era possível a uma liderança comum ser dona de jornal, sem ter o status de milionário, como foi o caso do jornalista José do Patrocínio. Negro, filho de padre branco, de origem portuguesa, e de uma jovem escravizada, Patrocínio chegou a possuir mais de um jornal, *Gazeta da Tarde e Cidade do Rio*. Curiosamente, o jornalista viveu em pleno período da escravidão, enquanto na era da liberdade não há registro de empresário afrodescendente na mídia. Patrocínio era

considerando grande líder do movimento abolicionista e sua luta teve fim com o ato da Princesa Isabel.

Na realidade, o que prometia ser uma ruptura, trazendo para o interior da sociedade brasileira a presença orgânica da diversidade, se transformou em ato formal. A Lei Áurea, de dois parágrafos, já portava em si mesma o esquecimento da população negra. No pós-abolição, o afrodescendente foi silenciado e o que se seguiu, parafraseando Rancière¹⁹³ (2009), foi ver o homem sendo substituído pelo discurso sobre o homem. Nesse instante estava instalado o esvaziamento do sujeito enquanto ser em sua subjetividade, e nesse lugar emergiram as diversas análises em torno do negro no Brasil, como “formação das três raças”, “democracia racial”, exotismo da raça, e outros.

O país que, em dado momento, com a Campanha abolicionista, acolheu a partilha pública da experiência do outro, por falta de projeto contra-hegemônico, conduzido por uma sociedade civil forte, como a compreende Gramsci, se fecha e opta pela construção de um projeto de Nação, sem representatividade e vazio para o sujeito em referência. José do Patrocínio, dentre outros, chegou a ser perseguido e preso logo no início da República, que, contraditoriamente, não tolerava a oposição de intelectuais da imprensa, fechando jornais e perseguindo jornalistas contrários à nova ordem. Nesse momento, a imprensa começa a se industrializar e tem papel importante na legitimação do projeto de Nação, cujos interesses convergiam para uma população idealizada, branca, de modelo ancorado no eurocentrismo.

No século XXI evidenciamos um país modernizado, industrial, democrático e de uma sociedade civil forte e organizada. Contudo, ao analisar as narrativas da imprensa nos dois momentos históricos, nos deparamos com a reatualização do discurso do século XIX, quando vigorava a Campanha abolicionista. A análise de jornais da época – *Gazeta de Notícias*, *Cidade do Rio*, *Província de São Paulo* – mostra narrativas que davam conta do desprezo de anti-abolicionistas pelos escravizados, tentando imprimir a estes um caráter incivilizatório, a fim de prolongar o sistema de governo. Vimos que o tema da abolição provocava diferentes reações. Diante do processo da abolição, havia o temor de revolta entre senhores e escravos. Os proprietários de terra declaravam amor ao escravo, ou, ainda, defendiam a escravidão, alegando ser para o bem do pobre. Muitos eram a favor da abolição, desde que concedida, o que lhes garantiria obediência e gratidão, como observa

¹⁹³ Em entrevista à Revista Cult, Rancière explica que o vazio na obra de arte pode ser visto sob diferentes ângulos. Um deles seria a utilização conceitual em que se substitui a obra pelo discurso sobre a obra. Edição 139 da Revista Cult. (RANCIÈRE, 2009, p. 20).

Boris Fausto (2007). Outros só aceitavam negociar na base da indenização aos proprietários.

Os discursos violentos, registrados na imprensa, a partir das falas de políticos conservadores, fazendeiros escravocratas e mesmo de intelectuais voltam reatualizados às principais páginas dos jornais do século XXI – *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. O que evidencia a reatualização desses discursos é a entrada em pauta das políticas públicas de Ações afirmativas. Nesse instante relemos frases como “as cotas vão provocar conflito entre brancos e negros”, “... vão criar o ódio racial”, ou ainda “cota social, sim; cota racial, não.” Tais discursos que buscam manter a população negra subalternizada, trabalham na perspectiva de lugar social, como citado no episódio acima. O caso da escola também elucida as dúvidas provocadas pelas fortes reações rancorosas da imprensa, diante dos primeiros debates acerca das cotas raciais para ingresso de alunos negros nas instituições públicas de ensino superior. As interferências de intelectuais diante da proposta de políticas públicas, de reivindicação política dos próprios sujeitos, como vimos ao longo da tese, é outro modo de dizer que “universidade não é lugar de negro”. Pensar e agir politicamente, segundo essa visão, é menos tolerado ainda.

A reatualização do discurso se dá também na fala a respeito do afrodescendente. No XIX havia a prática da exnomação. No século XXI, isso se repete, de forma sutil, quando naturaliza, pelo discurso, a omissão do nome ou do status da pessoa, como por exemplo, o aluno branco, em contraposição com o aluno negro. Este é narrado na imprensa apenas como “negro”, perdendo o status de “estudante”. Várias são as matérias que praticam a exnomação do afro-brasileiro, fazendo distinção: “reserva de vagas para negros”, “o cotista negro...”, “a cota para negro”, em oposição a “reserva de vaga para aluno da rede pública”, “estudante pobre, cotista...”, “cota para aluno da rede pública,” etc.

Com relação às tensões vividas nos dois séculos em análise, há diferenças como, no XIX, a preocupação maior se dava em torno da libertação, enquanto no XXI, as maiores tensões ficam por conta da necessidade de combate ao racismo e seus efeitos perversos. Neste século, os avanços de mobilidade da população negra começam a chegar agora, depois de mais de cem anos de domínio total branco, a ponto de confundir os mais desavisados, no exterior, sobre a existência de negro no Brasil. A televisão é um exemplo.

Outro ponto de semelhança percebido nos dois períodos históricos é o afeto, narrado no século XIX, por Joaquim Nabuco, ao fazer referência aos escravos do engenho. Tal relação de afeto é largamente observada no século XXI, no convívio com domésticas, como, por exemplo, “minha empregada é quase da família.” Obviamente, tal “parentesco”

se manifesta desde que o sujeito seja totalmente submisso, que a empregada não tenha vida própria, a não ser cuidar dos patrões, como diz Raquel Paiva (2015), no último capítulo. A partir do momento em que a empregada decide frequentar a escola, ir para a universidade, as relações mudam radicalmente. Ou seja, no século XIX, o negro, escravizado, era objeto; no XXI, livre, com todos os direitos formalmente garantidos, “cidadão” da República, ainda assim, o afrodescendente é tratado como o não-sujeito. Um exemplo é o mal-estar social provocado pelas políticas públicas de Ações afirmativas e a reação imediata de segmentos da intelectualidade brasileira, negando a proposição de cotas raciais.

Com as políticas públicas em cena, as propostas de cotas raciais chegam para mexer com as certezas. Um dos seus efeitos é a problematização de um projeto hegemônico de longa duração que mantém as relações de poder longe dos afro-brasileiros. Outros efeitos das cotas, independentemente de sua aplicação, são o desvelamento do discurso racista e da existência velada de uma mentalidade escravocrata; o revelar do desejo recalcado de manutenção do século XIX, de certa forma camuflado pela tolerância da convivência com subalternos. Além disso, mostram que o mal-estar civilizatório se manifesta a partir do momento em que o afrodescendente “ousa” sair desse *lugar* imposto a ele, em uma tentativa de ascensão social. A reação da imprensa às Ações afirmativas, o comportamento da escola do exemplo acima, as atitudes racistas do cotidiano comprovam tal afirmativa e dizem um não, incisivo, à mobilidade social dos afro-brasileiros.

Considerando as cotas um ato político, uma reivindicação antiga do movimento negro, o discurso negativo da mídia traz forte viés ideológico. Desde o início da proposta de Ações afirmativas, a imprensa faz uso de técnicas jornalísticas de linguagem para mostrar sua eloquência frente ao não às políticas públicas. De vinhetas a frases de efeito brigou, inclusive, para modificar a proposta de cota racial para cota social, uma tentativa de descaracterizar o foco das reivindicações. Trata-se de manobra em defesa das cotas sociais, de caráter oportunista, a fim de sensibilizar a opinião pública. Tal afirmativa se evidencia pelo fato de que a pobreza não está no foco da imprensa, logo como justificar a defesa incisiva pelas cotas sociais? O pobre e o negro, assim como o índio não têm espelhos, e na mídia, eles simplesmente não existem. Não interessam, não vendem jornal e a classe média alta, como vimos no último capítulo, nas palavras de Eduardo Viveiros de Castro, se pensa europeia. Já se pensava assim no século XIX.

O que se percebe hoje é o rescaldo da abolição, que não libertou os negros da libertação política, como sinaliza Sodré (2000), portanto, não é surpresa identificar discursos do século XIX no século XXI, disfarçados de uma versão moderna. José de

Alencar, romancista de mentalidade escravocrata, entendia a escravidão como uma missão civilizatória. Para ele, os negros não estavam preparados para a abolição, portanto era preciso educá-los. Na versão moderna, a imprensa, representando a elite do século XXI, diz que as cotas não são boas para o país e sua implantação vai aumentar o racismo. Ou seja, a submissão, a manutenção de um lugar concedido, a imobilidade social têm também uma função: dizer não ao diferente, ao outro que não seja branco, heterossexual, de modelo europeu, religião católica e dotado de um determinado capital econômico.

Recorremos à metáfora do envelope para dizer que o que percebemos, no limite, é uma insistência em não compreender que cada carta que recebemos traz conteúdos diferentes; por vezes simples declaração de amor, por vezes complexos contratos de pactos sociais, por vezes manifestação de saudade, de afeto, de cobrança, de despejo. Algumas vezes é pedido de ajuda, outras, é oferta de emprego, é presente de aniversário, de casamento, de Natal, e por aí vai. O que falta é a percepção de que o envelope tem apenas a função de cobrir o conteúdo. Nossa singularidade nos faz diferentes, nossa pele nos envelopa e, como a carta, é livre para percorrer qualquer território. As Ações afirmativas têm esse caráter, porque liberta da subalternização e legitima um lugar de fala. Na realidade, trata-se de uma luta pela cultura, uma luta política. E como disse Ribamar Bessa, no último capítulo, se é uma questão política, qual a legitimidade de alguém chegar e dizer não, não lute!?

Uma das questões evidentes no percurso desse trabalho é o entendimento acerca do discurso reativo da imprensa, não necessariamente sobre o sistema de cotas, mas sobre o sujeito da cota. Quem pode e quem não pode reivindicá-la, reeditando uma posição de autoridade para, evidentemente, intimidar as certezas dos próprios sujeitos afetados. Não é à toa o uso de expressões do tipo “as cotas humilham”, ou ainda a cooptação de afro-brasileiros em posições contrárias às cotas, expressas de forma incisivas.

Nesse período de implantação da medida, 12 anos no total, a despeito da negativa, os afrodescendentes ressurgem em meio às políticas públicas para reconstruir sua própria história. Uma história, que como vimos na fala da graduada em Ciências Sociais, da primeira turma de cotas da Uerj, Rachel de Oliveira, foi despertada durante o curso. A ex-aluna cotista conta que antes das cotas sofria de racismo e não sabia como reagir. Foi na faculdade que despertou nela a consciência racial. Uma medida de sobrevivência para enfrentar o medo, as hostilidades e as manifestações expressas de racismo, que havia sofrido até então. Para a estudante, as cotas foram uma medida de sobrevivência política em sua vida.

Assim como Rachel de Oliveira, os demais entrevistados apontam no sentido de confirmar que as Ações afirmativas podem promover o contradiscurso ao discurso hegemônico. Evidentemente, isso não é uma tarefa fácil, não é algo dado, não está resolvido, mas o sistema de cotas são uma política de enfrentamento, de compreensão do direito a isonomia, a isotopia e a isogoria, para usar conceitos de Sodré. Resumidamente, tais conceitos dizem respeito, respectivamente, à igualdade de direitos perante a lei; igualdade de lugar e igualdade de discurso. Ora, se de um lado, as Ações afirmativas são apontadas como uma política ainda tímida, por outro lado, elas carregam em si um potencial transformador, porque colocam o afrodescendente como sujeito de direito e sujeito de fala. Desse modo, a partir das cotas o afrodescendente reafirma seu protagonismo, assume sua história, sua luta pela cultura. Trata-se da inversão da abolição, porque esta não tinha o sujeito da luta como sujeito concreto, as cotas têm.

Nesse sentido, evidenciamos que as cotas complementam a Campanha abolicionista, porque recolocam no centro dos debates o negro brasileiro, desta vez como sujeito ele próprio, e não como objeto do discurso, como se deu no século XIX. Neste século, o efeito das cotas beneficia sobretudo o indivíduo afetado, assim como à sociedade e ao país como um todo. Essa é a diferença do século XIX, cuja abolição tinha foco no país, a população negra serviu apenas de instrumento. Além disso, e igualmente importante, a função das Ações afirmativas é retomar a esperança, vivamente experimentada durante a Campanha abolicionista, no século XIX, agora deslocada para um novo ciclo, no século XXI.

Qual o efeito do deslocamento da esperança? Neste século, um dos efeitos, primeiro, são as próprias Ações afirmativas, não como um benefício, mas como uma conquista, resultado da luta dos próprios sujeitos, sobretudo aqueles saídos do Movimento Negro. Segundo, é o surgimento de um novo sujeito. Com formação em instituições públicas, consideradas de excelência, como é o caso das universidades federais, surge um ser político, com direito à fala. Tal sujeito enfrenta questionamentos e debates no interior da sociedade, levando-o forçosamente a refletir sobre sua história, a reforçar a solidariedade e a alteridade, como política de sobrevivência. Passa a ser sujeito de direito de fato.

O barulho em torno das cotas sinaliza o medo de parte da sociedade, acostumada a uma cultura de dominação e que não deseja mudanças, a exemplo do século XIX. Contudo, como diz Joel Rufino (2010), existe uma luta organizada contra o racismo, uma luta pela democracia no processo de ajustamento das contradições e da liberdade do sujeito. Uma

democracia entendida como um processo de negociação constante de lugares sociais. Nessas negociações, as Ações afirmativas são um exemplo, os sujeitos não aceitam mais a igualdade formal. A luta por reconhecimento, por educação é uma luta por igualdade real.

Acreditamos que nessa arena de disputa, a participação de cada um com sua força e consciência transformadoras, na luta pela liberdade, pela condição de sujeito livre na *polis*, sinaliza para a construção de um Estado igualmente livre e efetivamente democrático. Afinal, o Estado, como sinaliza Henry David Thoreau, só será livre “ [...] se reconhecer o indivíduo como um poder mais elevado e independente, do qual deriva todo o seu próprio poder e autoridade.” (THOREAU, 2012, p. 35). O autor defendia, no seu tempo, século XIX, que se refutassem as leis injustas, não bastava obedecer as leis justas.

Ora, ao trazer seus ensinamentos à realidade brasileira do século XXI, cuja Constituição reza direitos iguais para todos, a pergunta é inevitável: o que dizer da injustiça simbólica, praticada largamente no país? Talvez ele dissesse para não abrir mão da consciência, o que indica refutar qualquer tipo de discriminação e prática de racismo. Talvez ele dissesse para viver a experiência da plenitude humana e isso inclui a experiência do comum, tal qual a entende Sodré, não pela lógica do entre, do sujeito localizado entre um e outro, mas do sujeito, ele próprio, como entre. Tal experiência seria se permitir viver a abertura para si mesmo, para as diferenças, o que resultaria acolhimento, aproximação de mim mesma com os meus outros *eus*. Trata-se de uma escolha política pela vida, pelo afeto real. Trata-se da coexistência na diversidade.

Como se pode observar no último capítulo, o resultado dos Censos demográficos de 2000 e 2010, do IBGE mostra que houve um crescimento no número de alunos negros que concluíram o curso superior no Brasil. O percentual passou de 15% para 24,4%, no período, em relação ao total de pessoas com o mesmo grau de escolaridade. Embora ainda seja tímido, considerando-se que em 2010 aqueles que tinham graduação representavam apenas 33% do total de brancos com esse mesmo nível de ensino, o avanço foi considerável. O aumento de brasileiros negros com curso superior completo, no período em destaque, indica que as Ações afirmativas tiveram efeito positivo no quadro geral.

De fato, tais medidas são resultado de ação política, a primeira após 127 anos de abolição da escravatura. Têm um caráter potencialmente forte, de mudanças. Evidentemente, não falamos de mudanças imediatas, embora já apareçam após pouco mais de uma década de sua implantação. Falamos de uma sociedade por vir, consciente, política, intolerante com o racismo, cujas relações têm por base o comum, a abertura para o outro.

Falamos da coexistência na diferença em uma sociedade organicamente preparada para a formação e o encaminhamento das novas gerações.

Diante do exposto, nossa hipótese se confirma, considerando que na luta contemporânea, o sujeito singular assume o papel de protagonista, passa a ser atuante para si mesmo e para a sociedade. É negro para si, como diz Joel Rufino. Deixa de ser apenas uma ideia, como no passado. Com isso, as cotas invertem a abolição, ainda que nos dois períodos históricos, a preocupação com o país se faça presente. Lá pela entrada na modernidade, cá pelo avanço na globalização. A diferença principal é que no século XXI, ganha a inteligência pela riqueza das trocas entre os sujeitos singulares, na produção e na luta pela cultura.

O ingresso na universidade pelo sistema de cotas representa não apenas explorar o potencial do aluno enquanto sujeito cognoscente, mas impõe a presença de um limite, que existe, está ali, constante e que exige do indivíduo refletir sobre sua própria condição de homem ou de mulher, negro/a, discriminado/a em uma sociedade racista. Possibilita a este fazer escolhas conscientes, tomar atitudes, repensar a vida na coexistência com seus colegas, professores, instituição, cidade. Desse modo, na tensão entre o limite, a dimensão desse limite e seu deslocamento surge um novo sujeito, pleno de direito e potencialmente autorizado a assumir um lugar, não um lugar concedido socialmente, mas um lugar conscientemente escolhido e legitimado. Tal dinâmica tem forte potencial de reverter a exnominação do presente, pela enfrentamento do racismo e pela participação e o fortalecimento da sociedade civil, com intelectuais orgânicos, forte consciência política e a responsabilidade de estar no mundo.

A questão sobre o nexo entre a Campanha abolicionista e as Ações afirmativas está na retomada do tema da libertação do sujeito, se não como o escravizado do século XIX, mas como indivíduo subalternizado pelas relações. As cotas raciais expõem a derrota política da abolição, como diz Joel Rufino, e inverte essa lógica, transformando a subalternidade secular em reação, em condições de possibilidade de se assumir como sujeito cognoscente nas melhores universidades do país. Logo, as cotas são de caráter político, organicamente libertadoras. A resposta à questão não esgota o assunto, pelo contrário é um instigante convite a prosseguir com outras investigações na tentativa de compreender melhor a dinâmica das relações raciais no Brasil. Até o presente, a invisibilidade assume o espaço que deveria ser o da memória, com tímidas mudanças. Inverter essa lógica, envolvendo o campo da comunicação, pode resultar em excelente trabalho de pesquisa.

9. Referências bibliográficas:

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Silvio Romero – História da literatura brasileira**. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico*. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2006.

ABÉLÈS, Marc. **Politique de la Survie**. Paris: Flammarion, 2006.

AGÊNCIA BRASIL. **Governo deve propor cotas para negros na pós-graduação até junho**. 13/05/2015. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/180791/Governo-deve-propor-cotas-para-negros-na-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-at%C3%A9-junho.htm>. Acesso em 05/06/2015.

AJAYI, Ade J. F (editor). **História Geral da África – VI: África do século XIX até 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA, Walter Filho. **Fugas, quilombos e revoltas escravas**. In: Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais - Ceao; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/uma%20historia%20do%20negro%20no%20brasil.pdf>. Acesso em 30/09/2014.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186** (2010), apresentada ao Supremo Tribunal Federal. Brasília: 2012.

_____. **Le versant brésilien de l'Atlantique-Sud: 1550-1850**. Annales HSS, 2, 339.381, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000213&pid=S0104-9313201200030000300003&lng=en. Acesso em: 18/08/2014.

ALVES, U. F. **José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

AMARAL, Márcio Tavares d'. **Notas de aulas sobre filosofia**, ministradas no curso de Pós-Graduação em Comunicação pelo PPGCOM da ECO/UFRJ. Rio de Janeiro: 2012.1.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do Negro no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2009.

ANDERS, Armelle. **Le pays qui voulait être blanc**. IN: PALIGOT, Carole Reynaud. *Tous les hommes sont-ils égaux?: Histoire comparée des pensées raciales 1860-1930*. Institut Historique Allemand, Hôtel Duret-de-Chevry, Paris: 2009.

ANDRADE, Débora El-Jaick. **Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói**. Revista Brasileira de História, vol. 29, nº 58. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a08v2958.pdf>. Acesso em: 16/10/2014.

ANGELI. **O Dia da Consciência Negra**. Charge publicada na Folha de S. Paulo, 20 de nov. 2006, p.2.

ARRUDA, Maria Isabel Moreira. **Cartas inéditas de Friedrich von Martius**. Artigo apresentado no XI Congresso da Associação Latino-americana de Estudos Germanísticos – Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/CARTAS_INEDITAS_VON_MARTIUS.pdf. Acesso em: 22/01/2015.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. *Opin. Pública* [online]. 2006, vol.12, n.1, pp. 88-113. ISSN 0104-6276. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>. Acesso em: 31/03/2015.

BADIOU, Alain; TRUONG, Nicolas. **Éloge de l'amour**. Collection Café Voltaire. Paris: Ed. Flammarion, 2009.

BAHIA, J. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**, v. I. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X. Barbosa, M. (2010). História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2009.

BAKHTIN, Mikhail (Volochninov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2010.

BALIBAR, Etienne. **Quel Universalisme Aujourd'hui**. Conferência proferida no Cercle Gramscy em Limoges, França, 1993. Disponível em: <http://www.cerclegramsci.org/archives/balibar.htm>. Acesso em: 29/06/2014.

BARBERO, Jesús-Martin. **Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2010.

BARCELLOS, Felipe. **Ontem, dia de aniversário de 5 anos de minha filha, mataram um pouco de nós**. 17 fev. 2011. <http://paidemenina.blogspot.com.br/2011/02/ontem-dia-de-aniversario-de-5-anos-de.html>. Acesso em 30/08/2014.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Trad. Rita Buongermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

BELVEDERE, Carlos, et. al. **Argentina: sinopse da situação**. In: VAN DIJK, Teun A. Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Paris, Capitale du XIXe siècle**. Paris: Éditions Allia, 2012.

_____. (1986). In: ORTIZ, Renato. **Walter Benjamim e Paris: Individualidade e trabalho intelectual**. São Paulo: Tempo Social, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a02.pdf>. Acesso em: 20/03/2012.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. Disponível em: http://www.ceert.org.br/programas/educacao/premio/premio4/textos/branqueamento_e_branquitude_no_brasil.pdf. Acesso em 16/03/2015.

_____. **Branquitude e poder**: a questão das cotas para negros. In: Simpósio Internacional do Adolescente, 1. 2005, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 16/03/2015.

BOSI, Alfredo. **Joaquim Nabuco memorialista**. Em: Estudos Avançados, 24 (69), 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a06.pdf>. Acesso em: 30/06/2014.

_____. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2010.

_____. **A escravidão entre dois liberalismos**. Estudos avançados, [online]. 1988, vol.2, n.3, pp. 4-39. ISSN 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40141988000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22/11/2014.

BETHELL, L; CARVALHO, J. M. **Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos**: Correspondência, 1880-1905. In: Estudos Avançados 23 (65), 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n65/a15v2365.pdf>. Acesso em 15/04/2013.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: BN, 1988.

BISSAYA, Emilio. **Álbom Lôkôm**. Paris: La Métisse - Graphisme, 2010.

BURKE, Peter. **A Comunicação na história**. In: HERSCHMANN, Micael; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Comunicação e História. Rio de Janeiro: 2008.

BELCHIOR, Douglas. **PM baiana é máquina de matar negros**. E o governo grita gol! Disponível em: Carta Capital. <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2015/02/09/pm-baiana-e-maquina-de-matar-negros-e-o-governo-grita-gol/>. Acesso em 15/02/2015.

BERNARDINO, Joaze. **Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil**. Revista Estudos Afro-Asiáticos. Ano 24, nº 2, 2002, pp. 247-273. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a02v24n2.pdf>. Acesso em: 11/02/2015.

BLOCH, Arnaldo. **Com a palavra, Monteiro Lobato**. Publicado na seção *Logo*, de *O Globo*. Rio de Janeiro: O Globo, 03 de mar. 2011.

BOUTAUD, Jean-Jacques e VERÓN, Eliseo. **Du sujet aux acteurs La sémiotique ouvert aux interfaces**. In: Sémiotique ouverte: itinéraires sémiotiques em communication. Paris: Lavoisier, 2007.

BRAGA, José Luiz. **Comunicação, disciplina indiciária**. In: Matrizes / Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano 1, n.2 (jan.-jun.2008). São Paulo: Eca/USP, 2008.

CAPOEIRA, PATRIMÔNIO IMATERIAL DO BRASIL. **Dossiê: inventário para registro e salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf. Acesso em: 15/07/2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2012.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

_____. **A construção da ordem: teatro das sombras**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978. pp. 15-16.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Limpando metais**. In: Revista de História.com.br. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/limpando-metais>. Acesso em: 07/07/2014.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros – o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

CONSTITUIÇÃO. **República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Ministério da Educação, 1989.

COSTA, Carlos Roberto da. **A Revista no Brasil, Século XIX**. Tese de Doutorado em Comunicação apresentada à USP. São Paulo: 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-24042009-152705/pt-br.php>. Acesso em: 09/06/2014.

COSTA, Emilia Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Global, 2001.

_____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, 2007.

CHANDLER, Daniel; MUNDAY, Rod. **Oxford A Dictionary of Media and Communication**. Current Online Version, 2014. Disponível em www.oxfordreference.com. Acesso em 14/05/2015.

CHARTIER, Rogers. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados, 11 (5), 1991. Disponível em: http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CHARTIERO_mundo_com_o_representacao.pdf. Acesso em 22/03/2015.

COTEGIPE, Barão de. **Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado**. In: Extinção da Escravidão no Brasil (Lei n.3353 de maio de 1888). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Conceito de vontade coletiva em Gramsci**. Revista Kátalysis. v. 12, n. 1, pp. 32-40, jan./jun. Florianópolis: 2009.

_____. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil** – ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

COUTINHO, E. Granja. **A Comunicação do Oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula Editoria, 2014.

_____. **Carlos Nelson Coutinho e a “questão cultural” no Brasil**. In. BRAZ, Marcelo (Org.). Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Velhas histórias, memórias futuras**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. **Do Depósito à hospedaria de imigrantes: Gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil**. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-2014005000008.pdf>. Acesso em: 10/12/2014.

CRUZ SANTOS, A. **Ações Afirmativas na UERJ**. [fev.2013]. Entrevista concedida a Zilda Martins, Rio de Janeiro.

CUTI. **Quem tem medo da palavra negro**. Belo Horizonte: Mazza Ed. 2010.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

DEBRUN, Michel. **A Identidade Nacional Brasileira**. In: Estudos Avançados, 4(8), 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v4n8/v4n8a04.pdf>. Acesso em: 29/01/2015.

DINES, Alberto. **Vidas e datas**. *ComCiência* [online]. 2014, n.155, pp. 1-4. ISSN 1519-7654. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=96&id=1169>. Acesso em 17/03/2015.

DOMÍNGUEZ, María Eugênia. **O Afro entre os imigrantes em Buenos Aires: Reflexões sobre as diferenças**. Dissertação de Mestrado. PPG-Antropologia/UFSC. Florianópolis, 2004.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**; Trad. Mônica Estahel. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

_____; MAUSS, Marcel. **Algumas formas primitivas de classificação** - Contribuições para o estudo das representações coletivas (1903). In *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Imprensa a serviço do progresso**. In; MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.) História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

ELHAJJI, M. (2013), “**Le Culte à la Culture: Évolution, révolution et régression**”, in: Dervin, F. (éd.), Le Concept de Culture: Comprendre et Maîtriser ses Détournements et Manipulations. Paris: L'Harmattan. pp. 19-46.

ENDERSON ARAUJO. **Operação da PM mata 15 jovens em três dias em Salvador**. BRASIL DE FATO. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/31302>. Acesso em: 15/02/2015.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas: origem y destino de la comunidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

ESQUENAZI, Rose. **As Coquettes de Copacabana**. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *A França nos trópicos*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed.EdUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Editions de Seuil, 1952.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2007.

FAUSTO NETO, Antônio. “**Ver**” para “**mandar olhar...**”. In *Ícone / Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco*. – Vol. 3 n° 5 (jul.2004). Editora Contraluz, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil**. Das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, n. 28, p.17-36. Curitiba: Ed. UFPR, 2006.

FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Veronica Toste. **Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d’O Globo**. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, n. 2, p. 61-83. São Carlos: Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011.

FERNANDA, J. **Ações Afirmativas na UERJ**. [fev. 2013]. Entrevista concedida a Zilda Martins, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Adélia Barroso. **Dimensões do social nas notícias: aspectos teóricos sobre o jornalismo e a sociedade civil**. Artigo apresentado no XXXIII Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom. Caxias do Sul: 2010.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **Alberto Torres e o Conservadorismo Fluminense**. *Cadernos de Ciências Humanas*. 2007. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed17/maria_fernanda.pdf. Acesso em 15/10/2014.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. **Os clarões da liberdade: Os impactos das notícias da abolição do Ceará no Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.esclavidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/lusireneferreira.pdf>. Acesso em: 10/12/2014.

FIGUEIREDO, Fabio Bagueiro. **A história da África** – Módulo 1. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège du France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

_____. **Vigiar e punir – nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, José R. Bessa. **Universidade, Ações afirmativas e reação de intelectuais**. [mai. 2015]. Entrevista concedida a Zilda Martins, Rio de Janeiro.

_____. **A Bermuda do Rafa e a Colonialidade**. Diário do Amazonas, 30 de nov. 2014. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/cronica.php?ident=1117>. Acesso em: 12/03/2015.

_____. **O índio da mídia**. Diário do Amazonas, 02 de jun. 2013. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/cronica.php?ident=1035>. Acesso em: 15/03/2015.

_____. **Dona Fiota: a letra e a palavra** (seguido de versión en español: Doña Fiota, la letra y la palabra). (2007). Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/cronica.php?ident=108>. Acesso em 03/06/2015

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Celso Furtado entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andrea Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPO FOLHA. **Conheça a Folha de S. Paulo**. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml. Acesso em 25/03/2015.

GUÉRIOS, Rosário Ferâni Mansur. **Tabus Linguísticos**, aum. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Identidades e Mediações Culturais. SOVIK, Liv (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Verdade**: A questão fundamental da filosofia; da essência da verdade. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

JORNAL DO SENADO. **Assinada a Lei Áurea**. Rio de Janeiro, 14 mai. de 1888. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/en_carte_abolicao.pdf. Acesso em: 29/10/2014.

HISTÓRICO GRUPO ESTADO. **Resumo histórico**. Disponível em: http://www.esta_dao.com.br/historico/resumo/cont1.htm. Acesso em: 20/12/2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IBGE. **Calendário, Dia da Consciência Negra**. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/calendario-teen-7a12/event/56-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em: 23/04/2015.

IKEDA, Daisaku. **Educação Soka**. São Paulo: Brasil Seikyo, 2010.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

IVAMOTO, Dirce (Org.). **Makiguti em ação**. São Paulo: Ed. Brasil Seikyo, 2001.

IPEA. **O Longo combate às desigualdades raciais**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711. Acesso em: 25/03/2015.

JAMBEIRO, Othon. **Os pilares estruturais da comunicação**. v.12, n.1. Rio de Janeiro: ECO-PÓS, 2009.

LA MADRID, Maria. **Evento Tempos da América Latina Afro-indígena: segregação, Dissimulação, Integração**. Mesa de Debate da I Mostra Afro em Foco. Argentina, 2006. Disponível: http://www.ipeafro.org.br/10_afro_em_foco/TEMPOS_DA_AMERICA_LATINA.pdf. Acesso em 26.06.2011.

LE GOFF. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1990. Disponível em: <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 15/03/2015.

LACERDA, João Batista. **Ao Leitor**. Congresso Universal das Raças em Londres, 1911. Rio de Janeiro, 1912. Disponível em: <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/o/0023/0023.pdf>. Acesso: 13/03/2015.

LAFER, Celso. **O Significado de República**. Estudos Históricos, v.2, n.4. Rio de Janeiro: 1989.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos. **Entre o Institucional e o contestatório**: As lutas do Movimento Negro no Brasil (1970-1990). (2014). Disponível em: <http://www.anpocs.org/>

portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8953&Itemid=456. Acesso em: 12/04/2015.

LIMA, Mônica. **A África tem uma história**. Afro-Ásia, 46, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n46/a09n46.pdf>. Acesso em: 10/10/2014.

LOBATO Monteiro. **Cartas a Renato Kehl**, 1930. In: BLOCH, Arnaldo. Com a palavra, Monteiro Lobato. Publicado na seção Logo, de O Globo. O Globo, 03 de mar. 2011.

LOPES, Nei. Nei Lopes: **Racismo e bananas – Agora falando sério**. Disponível em: <http://www.conexaojornalismo.com.br/colunas/esportes/futebol/copadomundo/nei-lobes-racismo-e-bananas-agora-falando-serio-24-27218.%20>. Acesso em: 24/04/2015.

_____. **Negros na cultura brasileira**. In: SANTOS, Joel Rufino dos; LOPES, Nei; COSTA, Haroldo. Nação Quilombo. Rio de Janeiro: ND Comunicação, 2010.

_____. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2003.

MACHADO, Humberto Fernandes. **A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil**. Publicado em: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. a. 171, n. 448, p.31-62. Rio de Janeiro: Instituto, 2010.

_____. **Imprensa abolicionista e a censura o Império do Brasil**. In: LESSA, Monica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. (Orgs.). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

_____. **Imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa: 2003.

MACINTYRE, Alasdair. **Tras las Virtud**. Santa Perpetua de Mogoda (Barcelona), A & M Grafic, S.L., 2004.

MAGGIE, Yvone. **Legislação racial sempre tem frutos funestos**. FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno de Opinião, 20 de out. 2012.

MAKIGUTI, Tsunessaburo. **Educação para uma vida criativa**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MANDELA, Nelson. **Conversas que tive comigo**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2010.

MATTELART, Armand e Michele. **História das teorias da Comunicação**, São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MARTINS, Zilda. **Cotas raciais e Marco Regulatório das Comunicações: Amplos debates sem filtro de memória**. In: BRITTOS, Valério Cruz; LOPES, Ruy Sardinha. (Orgs.). Política de Comunicação e Sociedade. E-Book. (Coleção GPs: grupos de pesquisa; v.2). pp. 245-267. ISBN: 978-85-88537-95-8. São Paulo: INTERCOM, 2012. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos /721f6b99c 518759e2a 27a db 03387532b.pdf>. Acesso em: 02/04/2015.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. L.I, vol.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.

MATA, Iacy Maia. **Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição**: Bahia e Cuba – Notas iniciais. In: Revista de História Comparada. Rio de Janeiro: 5-1:66-90, 2011. Encontrada em: http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume005/Num001_artigo003.pdf. Acesso em: 06/07/2014.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Cotas para negros nas universidades**. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. (Orgs.). Histórias do Movimento Negro no Brasil. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

_____. **Na Lei e na Raça**. Rio de Janeiro: Ed. D&P, 2004.

MOON, Bob. **O papel das novas tecnologias da comunicação e da educação a distância para responder à crise global na oferta e formação de professores**: uma análise da experiência de pesquisa e desenvolvimento. Educ. Soc. [online]. 2008, vol.29, n.104, pp. 791-814. ISSN 0101-7330.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: VOZES (2007): 143-167.

_____. **Jogos de Linguagem e Efeitos de Sentido da Comunicação Jornalística**. Estudos em Jornalismo e Mídia, [S.I.], v.1, n.2, p. 117-134, jan.2004. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/articulo/view/2077/1819>>. Acesso em: 20/03/2015.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2010.

_____. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOURA, Clovis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=6Zcz0fj91cC&pg=PA242&lpg=PA242&dq=ades%C3%A3o+dos+tip%C3%B3grafos+do+cear%C3%A1+a+causa+abolicionista&source=bl&ots=-CHyLF5IJi&sig=f14HklwUufT2Aol2LIULX7ihsl8&hl=pt-BR&sa=X&ei=b7yEVPmuDYGbgwTQ1YD4Dg&ved=0CD0Q6AEwBQ#v=onepage&q=ades%C3%A3o%20dos%20tip%C3%B3grafos%20do%20cear%C3%A1%20a%20causa%20abolicionista&f=false>. Acesso em 06/12/2014.

_____. **Quilombos**: Resistência ao escravismo. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionista**. In: PAIXÃO, Marcelo et al. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

_____. **Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1880. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174443>. Acesso em 20/10/2014.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; PETRÔNIO, Domingues. **Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2008.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Tradução; Yara Aun Khoury. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10, Educ. São Paulo: Editora da PUC, 1993.

OLIVEIRA, Jane Souto de. **Brasil mostra a tua cara**: Imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Gráfica Digital-IBGE, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2434.pdf>. Acesso em 02/10/2014.

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni. **Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da Côte à Capital Federal**. (1864-1910). Tese de doutorado em História apresentada a USP. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15092006-231444/pt-br.php>. Acesso em 13/06/2014.

OLIVEIRA, Rachel B. **Ações Afirmativas na UERJ** [mar. 2013]. Entrevista concedida a Zilda Martins, Rio de Janeiro.

ORLANDI. Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ORTIZ, Renato. **Imagens do Brasil**. Revista Sociedade e Estado, v.28, n.3. São Paulo: set.-dez.2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3>. Acesso em 15/01/2015.

PAIVA, Raquel. **Universidade, Ações afirmativas e reação de intelectuais**. [jun., 2015]. Entrevista concedida a Zilda Martins, Rio de Janeiro.

_____. **O Espírito Comum**: Comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2007.

PAIXÃO, Marcelo. **A Lenda da Modernidade Encantada**: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. Curitiba: Ed. CRV, 2014.

_____. **Entrevista concedida ao jornal O Globo**. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globocidadania/noticia/2013/05/leia-na-integra-entrevista-com-o-economist-a-marcelo-paixao.html>. Acesso em: 26/03/2015.

PAIXÃO, Marcelo *et al.* **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**; 2009-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

PAIXÃO, Marcelo; TEIXEIRA, Aloisio. **Notas de aula do curso Intérpretes do Brasil**. Programa de Pós-Graduação do IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

PARAGUASSU, Mônica. **A universalização dos direitos do homem no direito das relações internacionais**. (2006). Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22354-22356-1-PB.pdf>. Acesso em: 21/02/2015.

PASTINHA, Mestre João Pequeno de. **Ladainha Abolição da escravatura**. Música disponível no youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=nUHUEjY-4no>. Acesso em: 17/12/2014.

PATROCINIO, José. **L'Affranchissement des esclavages de la province de Ceará au Brésil**. Paris - Rio de Janeiro: Bureaux de la Gazeta da Tarde, 1884.

_____. **Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1883. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174454>. Acesso em 21/10/2014.

PECHMAN, Robert M; LIMA JUNIOR, Walcler de. **Flirts no Footing da Avenida Central**. In: A França nos Trópicos. Rio de Janeiro: Editora Sabin, 2009.

PENA, Felipe. **O jornalismo literário como gênero e conceito**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/viewFile/349/152>. Acesso em: 12/11/2014.

PETRÔNIO, Domingues. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. (2007). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n_23a07. Acesso em: 23/02/2015.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 23/08/2011.

PRAXEDES, Walter. **Eurocentrismo e racismo nos clássicos da filosofia e das ciências sociais**. Revista Espaço Acadêmico - n. 83, 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/083/83praxedes.htm>. Acesso em: 23/04/2014.

PROTÁSIO, Alexandre Reinaldo. **O marxismo gramsciano: política e liberdade**. Revista Espaço Acadêmico, nº 83 – Ano VII, 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/083/83protasio.htm>. Acesso em 23/02/2015.

RAMOS, Péricles Eugenio da Silva. **Poemas de Gonçalves Dias**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1969.

RANCIÈRE, Jacques. **Entrevista Jacques Rancière**. A associação entre arte e política, segundo o filósofo Jacques Rancière. Por Gabriela Longman e Diogo Viana. Revista Cult, edição 139, 2009. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/>. Acesso em 25/07/2014.

_____. **La Communauté comme dissentiment.** In: Et tant pis pour les gens fatigues. Entretiens. Paris: Éditions Amsterdam. 2009a.

RANGEL, Maria Ligia. **Epidemia e Mídia: sentidos construídos em narrativas jornalísticas.** Saúde e Sociedade, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n2/02.pdf>. Acesso em: 25/02/2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. **Memória e narrativa jornalística.** In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). Mídia e Memória – A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2007.

RIBEIRO, V. Masagão. **Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa.** Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60, dezembro/97. Pp. 144-158. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>. Acesso em: 14/03/2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RIVIALE, Pascal. **Reconstituer l'histoire de l'emigration française au Pérou au XIX^{ème}. Siècle : le source en question.** Disponível em: <http://www.ehess.fr/cena/colloques/2005/francais/riviale.pdf>. Acesso em: 13/12/2014.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M. **Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX.** In: LESSA, Monica Leite, FONSECA, Silvia Carla Ferreira de Brito. Entre a Monarquia e a República – Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

ROQUETTE-PINTO, E. **Ensaio da antropologia brasileira.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/MEC, 1933.

RUI BARBOSA. **Ministério Dantas.** In: COSTA, Emilia Viotti da. A Abolição. São Paulo: Ed. Global, 2001.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A ideia de justiça em Hegel.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SANTOS H. **Hélio Santos desabafa sobre genocídio de jovens negros.** Disponível em: <http://www.geledes.org.br/helio-santos-desabafa-sobre-genocidio-de-jovens-negros/#axzz3Re17kQNz>. (Vídeo). Acesso em: 15/02/2015.

SANTOS, J. **Ações Afirmativas na UERJ.** [fev. 2013]. Entrevista concedida a Zilda Martins, Rio de Janeiro.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Universidade, Ações afirmativas e reação de intelectuais.** [mai. 2015]. Entrevista concedida a Zilda Martins, Rio de Janeiro.

_____. **A Metamorfose do Negro.** In: SANTOS, Joel Rufino dos; LOPES, Nei; COSTA, Haroldo. Nação Quilombo. Rio de Janeiro: ND Comunicação, 2010.

_____. **Carolina Maria de Jesus, uma escritora improvável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **O que é racismo.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas:** notas para um debate. Contemporânea. N.1, p. 49-68, jan.-jun.2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/20/5>. Acesso em 07/05/2015.

SEPPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **O que são ações afirmativas?** Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes#topo>. Acesso em 28/04/2015.

_____. **Ações afirmativas.** Disponível em: <http://seppir.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes-afirmativas>. Acesso em: 05/06/2015.

SILVA, Alberto Costa. **Um Brasil, muitas Áfricas.** Revista de História, 2012. Encontrada em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/dossie-imigracao-italiana/u_m-brasil-muitas-africanas. Acesso em 21/10/2014.

SILVA, Eduardo. "As camélias do Leblon e a abolição da escravatura." São Paulo: Schwarcz, 2003.

SILVA, L.E.R. **Ações Afirmativas na UERJ.** [mar. 2013]. Entrevista concedida a Zilda Martins, Rio de Janeiro.

SIMÕES, David. **Liberdade e civilização no pensamento político de José de Alencar.** São Paulo: Perspectivas, v. 40, p. 177-199, jul./dez. 2011.

SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. **Da literatura ao jornalismo:** Periódicos brasileiros do século XIX. Revista Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP. v.2, n.2, 2006.

SENADO. **Lei, Decretos e Modelos relativos à última Reforma Eleitoral.** Biblioteca do Senado, 1881. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227300>. Acesso em 03/12/2014.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Guarda Negra:** A Capoeira no palco da política. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista14-mat6.pdf>. Acesso em 14/07/2014.

SODRÉ, Muniz. **Minoria: o diferente e o diverso.** Colóquio proferido no Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH/UFRJ, no dia 29 de abril de 2015.

_____. "A comunicação não é um sistema de linguagem, e sim um sistema de organização do comum." Entrevista com Muniz Sodré. Revista EcoPos, v. 17, n.3, (2014). Disponível em: http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1773/pdf_55. Acesso em: 29/04/2015.

_____. **Discriminação racial no Brasil.** Disponível em: http://www2.tjce.jus.br:8080/esmec/wp-content/uploads/2008/10/discriminacao_racial_no_brasil.pdf. Acesso em: 18/02/2015.

_____. **Joaquim Barbosa é um lugar.** Observatório da Imprensa. (2014). Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed807_joa_qu_im_barbosa_e_um_lugar/. Acesso em: 25/07/2014.

_____. **Reinventando a Educação.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012a.

_____. **Comunicação: Um campo em apuros teóricos.** In: Matrizes, Ano 5 – nº 2, jan./jun. São Paulo: 2012c.

_____. **Notas de aula do primeiro semestre de 2012.** Rio de Janeiro: PPGCOM ECO/UFRJ, 2012b.

_____; PAIVA, Raquel. **Notas de aula da disciplina A convergência formativa: comunidade, comunicação e educação.** Rio de Janeiro: PPGCOM ECO/UFRJ, 2011/1.

_____. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

_____. **O jogo contra-hegemônico do diverso.** In: COUTINHO E. (Org.). Comunicação e Contra-hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008a.

_____. **Cultura como construção de cidadania.** Palestra realizada durante o 3º Encontro de Comunicação Comunitária do Rio de Janeiro, pelo LECC/UFRJ. Rio de Janeiro: 2008b.

_____. **A verdade seduzida.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

_____. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

_____. **Claros e Escuros.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000a.

_____. **A Lei do Santo.** Contos. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 2000b.

SORIANO, Waldemar Espinoza. **Los Modos de Produccion en El Imperio de los Incas.** Lima: Amaru Editores, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculo da miscigenação.** *Estud. av.* [online]. 1994, vol.8, n.20, pp. 137-152. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf>. Acesso em: 13/02/2015.

TAVARES, Maria da Conceição. **Homenagem.** In: FURTADO, Celso. Celso Furtado entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andrea Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. **Notas sobre a universidade.** Cap.8. In: TEIXEIRA, Anísio Educação no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TORAL, André Amaral de. **A participação de negros escravos na guerra do Paraguai**. In: Estudos Avançados 9 (24). São Paulo: 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a15.pdf>. Acesso em: 19/06/2014.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

UNESCO. **Unesco lança campanha para o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro**. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/sing-le-view/news/unesco_launches_campaign_for_black_awareness_day_20_novem_ber/#.VV3itflViko. Acesso em: 10/04/2015.

VAINFAS, Ronaldo. **Alforria de duas mãos**. Texto publicado no Caderno Mais, Folha de S. Paulo. Folha, 17 de jan. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1701201007.htm>. Acesso em: 21/11/2014.

VALENTIM, Daniela Frida Drelich. **Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico**. Rio de Janeiro: Quartet editora, 2012.

VALLE, Daniel Simões do. **Intelectuais, espíritas e a abolição da escravidão**. Os projetos de reforma na imprensa espírita (1867-1888). Dissertação de mestrado em História da UFF. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1407.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.

VAN DIJK, Teun A. **Anti-racismo no discurso político no Brasil**. Colóquio proferido no CFCH/UFRJ, dia 29/04/2015.

_____. **Discurso e Poder**. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

_____. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: ed. Contexto, 2008.

VASCONCELOS, Simão Dias; GOMES DA SILVA, Ednaldo. **Acesso à universidade pública através de cotas: Uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.49, p. 453-468, out./dez. 2005. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:54ePriPXwREJ:www.sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo%3FidArquivo%3D1035847%26key%3D57c22a8cb03ab502e7f2ad607a3809f1+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 15/03/2015

VAZ, Paulo. **Vítima virtual e mídia**. In: Vigilância, Segurança e Controle Social – PUCPR – Curitiba Brasil – 4-6 de março de 2009. Disponível em: http://www2.pucpr.br/ssscla/papers/SessaoA_A43_pp51-69.pdf. Acesso em: 06/07/2014.

VELLOSO, Monica Pimenta. **O modernismo e a questão nacional**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). O Brasil Republicano – O tempo

do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

VÉRON. In: LE GOFF. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] – Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Disponível em: <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 15/03/2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Universidade, Ações afirmativas e reação de intelectuais**. [jan. 2015]. Entrevista concedida a Zilda Martins, Rio de Janeiro.

VOSS, Rita de Cássia Ribeiro. **Cognição e valores: dois aspectos da educação**. *Ciênc. cogn.* [online]. 2009, vol.14, n.1, pp. 255-264. ISSN 1806-5821.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional**: Uma abordagem conceitual. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/racismo-institucional>. Acesso em: 24/03/2015.

WESSELING, H.L. **Dividir para dominar**: a partilha da África. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, Revan, 2008.

ZIZEK, Slavoj. **Violência e Subjetividade**: A psicanálise e o sujeito pós-traumático. Palestra realizada no Salão Pedro Calmon da UFRJ, seguida de lançamento do livro “A visão em paralaxe”. Rio de Janeiro: 13/10/2008.

JORNAIS:

CIDADE DO RIO. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon224696.htm. Acesso em 07 de abril 2013.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 2003-2013. mai. jun. nov. 2003; jan. mar. nov. 2004; mai. nov. 2005; mai. nov. 2006; mai. nov. 2007; mai. nov. 2008; mai. nov. 2009; jan. mai. nov. 2010; mai. nov. 2011; mai. out. nov. 2012; mai. set. nov. 2013.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>. Acesso em: 02/04/2013.

O GLOBO, memória. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/busca/?termo=Hist%C3%B3ria+do+jornalismo&ordenacaoSelecionada=>. Acesso em 31/03/2015.

PROVINCIA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 04/01/2015.

10. ANEXOS

Entrevistas com alunos e professores

10.1. Entrevistas com estudantes cotistas da Uerj

10.1.1. Rachel Barros de Oliveira – 20/03/2013

Ex-aluna cotista – concorreu ao vestibular pelas cotas raciais –, graduada em Ciências Sociais pela primeira turma após a aprovação do sistema de cotas na Uerj (2003).

(A entrevista foi feita por e-mail, após conversa sobre o trabalho de pesquisa da autora).

Onde você mora, qual sua idade e quantos irmãos têm curso superior?

– Hoje tenho 30 anos, moro em Benfica. Tenho um irmão mais novo, que não possui ensino superior. Meus pais também não possuem ensino superior.

Como é ser aluna cotista da Uerj? Há solidariedade entre os estudantes?

– Já terminei o curso de Ciências Sociais, iniciado no ano de 2003, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj. Não senti nenhum sentimento de solidariedade ou de troca na minha passagem pela universidade. Havia um clima de muita desconfiança sobre o desempenho dos cotistas, e de muita insegurança dos docentes sobre como lidar com esse público. Lembro de alguns professores terem comentado sobre isso. Eu não fui uma estudante muito engajada na temática das cotas enquanto cursava a faculdade.

Há diferença entre o estudante cotista e o não cotista? Como é a relação entre os colegas? Há afeto?

– Eu não sentia diferença entre cotistas e não cotistas por parte de meus colegas. Não sei se por causa do próprio curso, onde você encontra um pensamento mais à esquerda... Nunca houve uma fala entre meus colegas que me discriminasse por ser cotista.

Como é seu cotidiano na cidade? Sente-se à vontade para entrar e sair de qualquer lugar sem problemas? Sempre foi assim, ou algo mudou depois de ingressar na faculdade?

– Nunca me senti à vontade para entrar e sair de todos os lugares dessa cidade. Antes de fazer faculdade, já passei por momentos de discriminação, mas não soube como reagir. Dois deles me marcaram: um foi numa loja de cosméticos em Madureira, onde o segurança

pediu para ver minha bolsa; outro no BarraShopping, quando estava entrando no shopping e alguns meninos, que certamente deveriam ser moradores da Barra, me estigmatizaram por causa da minha aparência. Essas situações me geraram um certo trauma sobre como me comportar nesses espaços de comércio, especialmente na zona sul. O fato de ter conhecido, na faculdade, pessoas que frequentam estes lugares ajudou em parte. Mas ainda assim, muitas vezes não sentia coragem de entrar numa loja se não estivesse acompanhada de algum amigo ou amiga. E o fato de alguns deles terem o tom de pele mais claro que o meu certamente contou para que eu imaginasse que não seria discriminada. Cursar Ciências Sociais na Uerj abriu muito a minha mente para essas questões, mas o que realmente fez diferença foi minha experiência em movimentos de juventude negra, o que ocorreu no mesmo período em que cursei faculdade. Todo esse contexto me ajudou a entender melhor a minha condição de mulher negra e a problematizar as discriminações que havia sofrido.

Na sua opinião, qual a importância das cotas?

– Acredito que cotas não são uma dádiva. São um instrumento de reparação e principalmente de afirmação de direitos. Sempre digo que o vestibular não é um sistema adequado para o ingresso de pessoas na universidade; é um sistema que oprime e reduz todo o conhecimento a uma lógica meritocrática. E eu, mesmo estando na universidade e tendo bom desempenho, passei por esta dúvida: será que minha formação foi boa? Será que eu conseguirei cursar um mestrado? Acabei obtendo desempenho muito melhor do que não cotistas e fiz o meu mestrado. Essa experiência só reforçou a minha certeza de que as cotas são necessárias para que o ensino público seja realmente acessível à maioria da população, que nunca vai conseguir se situar nessa lógica de cursinhos caríssimos e colégios particulares. As cotas são um instrumento que “colore” e diversifica a universidade; que retira a elitização e a hierarquia que existe em alguns cursos universitários, e que mostra para a população brasileira a necessidade de desconstruirmos essa ideia de que os negros estão sempre nos lugares precarizados da nossa sociedade. É uma pena que muitas pessoas ainda pensem que as cotas servem mais para discriminar e dar privilégios do que garantir direitos; e mais triste ainda é ver as pessoas que deveriam usufruir desse direito reafirmando essa ideia.

Como você vê a Uerj depois das cotas?

– Não sei se consigo fazer uma avaliação profunda, mas de maneira geral, acredito que as cotas instauram um novo debate sobre o ensino universitário, sobre a privatização do ensino público, sobre discriminações e sobre igualdade de direitos. O fato de muitos universitários terem entrado por cotas e de todos os processos judiciais que foram movidos, só demonstra que a sociedade ainda precisa amadurecer muito sobre essa questão. Tanto que apenas quase 10 anos depois da Uerj ter iniciado esse processo, as demais universidades do país estão adotando esse sistema.

10.1.2. Letícia Esteves Ramiro da Silva – 27/03/2013

Ex-aluna cotista – concorreu ao vestibular pelas cotas raciais –, graduada em Direito pela Uerj. (A entrevista foi realizada por e-mail).

Onde você mora, qual sua idade e quantos irmãos têm curso superior?

– Tenho 24 anos e moro em Duque de Caxias. Meus dois irmãos têm curso superior, só a minha mãe não tem.

Como é ser ou ter sido aluna cotista na Uerj? Há solidariedade entre os colegas? Existe diferença entres estudantes cotistas e não-cotistas?

– Concluí a faculdade em dezembro de 2011, pelas cotas raciais. Para mim foi normal. Não presenciei esse sentimento de solidariedade e de troca. Não vi diferença e a relação com os colegas era normal.

Você já sofreu alguma discriminação na universidade por ser aluna cotista?

– Não.

Como é seu cotidiano na cidade? Sente-se à vontade para entrar e sair de qualquer lugar sem problemas? Sempre foi assim, ou algo mudou depois de ingressar na faculdade?

– Eu sempre me senti à vontade entrando e saindo de lugares, sem problemas.

Na sua opinião, qual a importância das cotas?

– Acho importante para permitir o acesso de todos ao ensino superior de qualidade. E é importante para a cidade e para o país porque formam cidadãos mais conscientes e com o grau de estudo mais elevado. Sem as cotas eu não teria entrado na universidade, porque a minha nota foi inferior à média para passar. Provavelmente eu teria trabalhado para pagar um cursinho e tentar o vestibular novamente. E eu recebia uma bolsa para me ajudar a me manter na universidade.

Como você vê a Uerj depois das cotas?

– Eu vejo a Uerj como uma universidade menos elitizada e mais heterogênea.

10.1.3. João Santos – 25/02/2013

Aluno, cotista social, do terceiro período do curso de Odontologia da Uerj.

(Entrevista feita pessoalmente em restaurante próximo a Uerj - As respostas foram dadas em conjunto com a entrevistada abaixo, Julia Fernanda, da mesma turma do João. Eles iam respondendo em sintonia, um complementando o outro.)

10.1.4. Júlia Fernanda – 25/02/2013

Aluna do terceiro período do curso de Odontologia da Uerj. (Concorreu ao vestibular pela cota social)

Onde você mora, qual sua idade?

– João: Tenho 20 anos, moro em Campo Grande. Entrei para a Uerj pelas cotas sociais - aluno da rede pública.

– Julia: Tenho 21 anos e moro na Praça da Bandeira. Também entrei pelas cotas sociais.

Existe discriminação entre aluno cotista e não cotista?

– Não. Na realidade, as pessoas não sabem quem são cotistas e não cotistas, mas mesmo quando sabem não há diferença de tratamento. A aceitação é total entre os alunos. Na Odonto há uma total integração. A convivência é grande entre o grupo. Todos nós somos muito unidos. As turmas são bem misturadas. Há um laço de amizade muito grande entre

nós. Quando entram os calouros, ou mesmo quando acontece alguma falta passamos todo o material, como xerox, resumo, áudio, slide. Há acolhimento entre o grupo. Como o curso é integral, ficamos mais tempo com os amigos do que com a família. Frequentamos as casas uns dos outros, tanto na zona sul como na zona norte.

Na opinião de vocês, qual a importância das cotas?

– As cotas são muito importantes. Sem elas, muitos jovens não estariam na faculdade hoje. E as notas são muito boas. Há, inclusive destaque de notas melhores, como por exemplo, uma colega cotista que está entre as melhores notas em todas as disciplinas.

Vocês convivem com estudantes indígenas também sem discriminação?

– Na Odonto, não há alunos indígenas, cotistas ou não cotistas. Nós não temos colega indígena, mas temos paciente indígena. Aqui, a gente atende a partir do terceiro período, fazendo profilaxia e outro dia recebemos um paciente indígena, que veio a caráter. É muito legal pra gente essa diversidade. É um crescimento pessoal e profissional.

O que mudou com as cotas?

– Não sabemos se as cotas mudaram o perfil da Uerj. Mas entre a gente são muitas as vantagens. Há grande aproximação entre todo mundo, independente do colega morar longe ou perto. Não há nenhum conflito por conta da cota social ou racial. Moradores de Ipanema ou de qualquer outro bairro estão todos unidos. As turmas são bem misturadas, frequentam todos os lugares. Uns moram no Humaitá, outros em Bangu, mas há troca.

10.1.5. Amanda da Cruz Santos – 25/02/2013

Aluna do Curso de Odontologia da Uerj. (Concorreu ao vestibular pela cota racial).
(Entrevista realizada no interior da Uerj)

Onde você mora e qual sua idade?

– Tenho 21 anos e moro em Nova Iguaçu.

O que as cotas representam para você?

– Estou no terceiro período do Curso de Odontologia e acho que não só para mim, mas para muita gente as cotas fazem muita diferença. Com elas, as pessoas que não tiveram um

bom ensino fundamental tiveram a oportunidade de entrar para a universidade. De modo geral, o negro vem da comunidade e a Uerj abriu essa porta, nos oferecendo a oportunidade de sermos iguais às pessoas que vieram de cursinhos caros, como por exemplo, o PH.

A Uerj abriu espaço também para ampliar as relações sociais?

– Antes de entrar para a universidade era raro eu ir a à praia. Agora, se quiser, vou todo fim de semana. Posso ficar na casa de uma amiga, tomar banho, sair a noite. Posso ir a balada sem precisar voltar para Nova Iguaçu. Tinha muitos lugares que eu não conhecia, como Tijuca, Flamengo, Botafogo, Leblon. Hoje, nos finais de semana, também vou a bares com amigos, vou a museus. Frequento tudo – zona sul, zona norte, favela – sem medo.

Já sofreu discriminação como aluna cotista?

– Não, entre os cotistas não há qualquer discriminação. Não existe divisão entre quem é aluno cotista e quem não é, todos somos tratados iguais. Na parte da administração, a gente percebe que ainda há um pouco de resistência às cotas. Alguns olham pra gente de modo estranho. Acho que eles ainda têm dificuldades de aceitar a cota racial. Não ligo, tenho jogo de cintura para lidar com isso. Mas entre as turmas não há divisão. Nem na Odonto nem na Medicina nem na Psicologia, acho que em nenhum curso. O que existe é uma grande relação de amizade e de solidariedade entre nós.

Que avaliação você faz das cotas?

– Como a maioria dos cotistas não têm uma boa base, o início do curso é bem difícil e as notas nem sempre são boas. Após repetir duas matérias, no primeiro período, estudei como jamais tinha feito. Eu não sabia como era estudar de verdade. No segundo período passei em todas as matérias e também naquelas que eu repeti. Agora está muito mais fácil. Passei direto em cinco de um total de sete matérias, vou fazer prova final em duas, mas é tranquilo. Estou na média e tem muitos alunos cotistas que são ótimos. Acho que estudamos mais do que os não cotistas.

10.2. Entrevistas com professores universitários

10.2.1. Eduardo Viveiros de Castro – 26/01/2015

Antropólogo, professor do Museu Nacional/UFRJ, pesquisador premiado no Brasil e no exterior.

A entrevista foi realizada em um bar próximo à casa de Viveiros de Castro, em Botafogo. (Conversamos um pouco antes do início da gravação, falando sobre o tema da pesquisa, a repercussão das cotas na mídia, a posição de alguns intelectuais, a implantação de cotas na pós-graduação do Museu Nacional, etc. As questões foram antecedidas de muita conversa.)

No século XIX não havia universidade, a não ser projeto de instalação e debate acerca do papel político das instituições, como o controle estatal das escolas. Eram poucos os estabelecimentos de ensino superior. Ainda assim, funcionavam como faculdades isoladas, em contraste com uma ampla maioria de analfabetos e um sistema de governo escravista. No século XX, a discussão passa a ser conceitual sobre as funções sociais da universidade. E no século XXI, o que se debate, qual o papel da universidade?

– Essa pergunta acaba sendo mais ampla do que a questão do afrodescendente e da universidade no Brasil. A universidade como um todo, no mundo inteiro é uma invenção ocidental, de modelo universal, e é uma das instituições mais antigas do Ocidente, depois da igreja católica. A universidade tem praticamente mil anos. A minha impressão é que no século XXI, a universidade está sofrendo um processo de mutação, de absorção. Na verdade, a universidade começou como uma espécie de instituição quase monástica. Os professores eram classicamente monges. Eram religiosos, estudantes da Sorbonne. A universidade começa como uma instituição interna à igreja, pouco a pouco vai se transformando em uma instituição laica. Mas sempre guardou uma certa autonomia fundamental em relação ao mercado, em relação ao mundo da economia e ao mundo da política também. Adotou um tipo de estatuto especial, uma certa extraterritorialidade. Por exemplo até hoje a polícia militar não pode entrar nas universidades. Ou seja, existe uma espécie de regime especial na universidade, que inclui o professor universitário clássico, que é quase um monge, alguém que optou por um salário menor, mas optou também por ter autonomia de pensamento, independência, etc. Isso tudo está perto de acabar. A minha

impressão é que a universidade está sendo deglutida pela empresa, deglutida pelo modelo capitalista. Quer dizer, o capitalismo está controlando a universidade de uma maneira muito mais profunda do que ele sempre fez. Talvez seja o modelo americano da universidade privada que está se difundindo. Com muito dinheiro de investimento de empresas, os professores estão virando empresários de si mesmos, tendo que garantir dinheiro para suas pesquisas. Eles estão cada um com suas pesquisas, com seu dinheiro que, ao invés de ir para os programas das universidades, vai para os projetos de pesquisas individuais. Ou seja, está havendo uma espécie de privatização. Vamos chamar de metafísica ou uma privatização estrutural da universidade que não passa pela questão da universidade ser pública ou privada, é mais profundo que isso. No meu entender é um processo de extinção da forma clássica de universidade e isso, a meu ver, é mundial. Está acontecendo na Europa, nos Estados Unidos, está acontecendo também no Brasil, pouco a pouco. No Brasil, a universidade, as grandes escolas, onde o sistema acadêmico possui uma forte independência ideológica e política, pouco a pouco, estão caindo sobre o controle, sob a tutela das leis da economia, das leis do mercado, das leis do lucro. Eu lembro da frase da presidente Dilma que dizia: ‘nós precisamos de engenheiro, não de advogado’. Basicamente, isso significa dizer que nós precisamos de gente que contribua para o crescimento da economia e não de gente que pense as relações sociais, que pense criticamente o mundo. Advogado era só um eufemismo para cientista social em geral. Então eu acho que a universidade está mudando muito e a relação das populações tradicionalmente excluídas do ensino superior no Brasil talvez mude pelo fato de que o ensino superior está mudando também. Está deixando de ser a última etapa. Se tem uma espécie de jogo diabólico, meio perverso é esse, é o fato de se dizer que a universidade está sendo democratizada, está cheia de gente estudando, cheia de pobre. Ao mesmo tempo a universidade está perdendo status. O que vale hoje um título de graduação na universidade? Vale muito pouco. Você precisa ter mestrado, que também não vale mais nada. Você precisa fazer o doutorado. As cotas chegaram na graduação, mas chegar no doutorado é outro papo. Elas chegam ali onde importa menos. É um pouco como o ensino público que chegou, é público, mas o ensino que atende todo mundo, que é público, a gente sabe o que significa. A alfabetização no Brasil é uma fraude. Dizer que o Brasil está acabando o analfabetismo é uma fraude completa, porque está cheio de analfabeto. Essas pessoas que dizem ser alfabetizadas são analfabetas funcionais. O resultado do Enem esse ano teve uma proporção absurda de gente que foi reprovada na prova de português, isto é, no fim do ensino médio, não sabia escrever duas frases. Então tem um modo perverso aí,

em que essa democratização do ensino, seja do ensino público ao nível elementar e médio, seja do nível superior ao nível universitário, foi ao mesmo tempo acompanhada de uma depreciação social e política em termos de capital cultural do título universitário. Sabe quantos negros existem em Economia, em Engenharia e em Medicina? Quantos negros tem em Sociologia, Antropologia? Não conta. Quantos engenheiros negros, quantos médicos negros, ou quantos estão em profissões que dão dinheiro, dão status? Quantos negros estão ali? Muito pouco, pouquíssimos.

Historicamente, os alunos matriculados nas universidades são filhos de famílias de classe média, média-alta e não servem de espelhos aos jovens afrodescendentes, sem acesso ao ensino superior, com raras exceções. No início dos anos 2000, surge no Brasil uma nova forma de ingresso nas instituições públicas de ensino, as Ações afirmativas na modalidade de cotas. Podemos dizer que estas representam uma nova Campanha abolicionista?

– Num certo sentido sim. Eu diria mais: é uma nova Campanha que se trata de recolocar o fato da existência de negros no Brasil. Porque o que aconteceu depois da abolição, como diz um amigo, ‘você acredita que, de fato, a Princesa Isabel aboliu a escravatura?’ Eu não acredito, eu acho que o Brasil continua um país escravocrata, do ponto de vista mais profundo, nos mínimos detalhes é um país escravocrata. Não podemos esquecer que o Brasil foi o penúltimo país a abolir a escravidão no mundo, só a Maurítânia foi um país que depois dele, aboliu a escravidão. Ou seja, o Brasil é um país que tem um passivo imenso de dívida em relação a população negra e é um país que tem quase a maioria da população que se identifica como negra hoje. Em suma, é um país que tem uma população não branca, não europeia imensa, mas que se pensa oficialmente como país europeu, que está convencido disso. Você só descobre um brasileiro de classe média alta branco, de São Paulo, de Higienópolis, ou do Rio, de Ipanema e do Leblon, quando ele viaja. O grande choque da vida dele é quando viaja para a França ou para a Inglaterra e descobre que não é branco. As pessoas não o tratam como branco, não o identificam como branco, mas tratam de latinos, de brasileiro, de alguma coisa não igual a eles. Nós somos os outros. Nós continuamos sendo os outros, mesmo achando que somos brancos. Isso deveria nos servir de lição. Mas não, a gente continua aqui dentro fazendo papel do branco, quando lá fora na verdade a gente não é branco. Isso aí devia fazer cair a ficha. Eu acho que as cotas tem uma função. Eu sempre fui a favor das cotas, da ação afirmativa, nos Estados Unidos, no Brasil. Ficar dizendo que isso é copiar os americanos é uma reação estúpida, boba. Ao

contrário, trata-se de uma captura oportuna de uma coisa que foi inventada nos Estados Unidos, mas que no Brasil tem uma função diferente. A função no Brasil é de denunciar o racismo, de expor o racismo, de fazer sair do armário todo o racismo recalcado, o racismo enrustido que existe em todos nós que não somos negros, e nos negros, expor a diferença, mostrar como é difícil aceitar a existência de não brancos, não europeus no Brasil. Então, para mim, as cotas têm uma função essencial, que é uma função diagnóstica, uma função de exposição, de mostrar como o Brasil permanece racista. Independente disso, evidentemente, as cotas têm uma função importante, eu diria um trabalho de formiga, de pouco a pouco abrir espaço a uma população classicamente excluída, que é a população majoritariamente negra, a oportunidades que só os brancos de classe média têm. Falo da classe média e média alta. E nisso, as cotas estão se mostrando muito eficazes. As pessoas que entram na universidade por esse sistema estão tendo um rendimento acadêmico muito bom. Ainda que rendimento acadêmico hoje no Brasil não signifique grande coisa, infelizmente. A gente sabe como funciona, mas não por causa dos negros, não por causa das cotas, e sim porque a universidade, ela própria, está se deteriorando. É a minha impressão. Ainda assim, é impossível [como nós estávamos conversando antes] ser contra as cotas. Eu dizia ainda há pouco e acho que esse é um ponto que vale a pena repetir, publicar e deixar claro. Eu sei que a questão das ações afirmativas é uma questão controversa, porque ela não corta as opiniões do mesmo jeito que outras coisas. Há pessoas de esquerda, por exemplo, que são contra as cotas, tem negros que são contra as cotas. Mas eu dizia, eu não conheço ninguém que seja de direita, de extrema direita, conservador, reacionário a favor das cotas. Eu tenho alguns amigos de esquerda que são ou foram contra as cotas por razões respeitáveis, mas eu não conheço ninguém que eu considere reacionário, que eu considere mau caráter, que eu considere racista, que seja a favor das cotas. Isso me sinaliza para uma certa divisão mais profunda que a divisão de esquerda e direita. Eu não conheço ninguém que me detesta que seja a favor das cotas e isso me tranquiliza. Eu me lembro de um plebiscito recente que houve no Brasil acerca do uso de arma, de quem era contra ou a favor e eu, evidentemente, era a favor da proibição da compra livre de arma no Brasil. Eu tinha alguns amigos que eram contra isso e eu não conseguia entender como alguém poderia ser a favor do uso livre de arma. Mas, sobretudo, não tinha ninguém que eu considerasse bandido, que estivesse do meu lado, contra a deliberação indiscriminada do uso de arma. Eu conhecia pessoas que eram a favor por razões que eu discordava completamente, mas que não eram malignas. Agora, não tinha ninguém do mal a favor da proibição. Mesma coisa para as cotas. Quer dizer, eu acho que

aí tem uma divisão básica. Tem uma questão de justiça reparativa fundamental. A classe dominante, que construiu esse país, que decidiu esse país, que definiu esse país tem uma dívida histórica com os pobres que moravam aqui que ela praticamente exterminou, tem uma dívida histórica com os povos que ele trouxe para cá à força, que destribilizou, que desenraizou, que oprimiu, torturou e reprimiu durante décadas. Ou seja, tem uma dívida histórica enorme com índios e com negros. Essa dívida não está paga, não está sequer reconhecida. É uma espécie de dívida natural. A cota é a primeira tentativa, tímida, de reconhecer e ela faz parte, no meu entender, da Constituição Federal de 1988, que reconheceu, pela primeira vez, direitos permanentes, direitos perpétuos de índios e de quilombolas. Isto é, reconheceu que essa gente tem o direito de permanecer diferente, que não é gente que vai ter que se mestiçar, se diluir, se integrar. Não dá mais para repetir o discurso só existe brasileiro. Existe brasileiro negro, brasileiro branco, brasileiro índio, brasileiro de vários tipos. Essa diversidade foi reconhecida na Constituição pelos capítulos dedicados aos quilombolas, pelos capítulos dedicados aos índios. As cotas estendem esse reconhecimento aos negros e aos índios. Trata-se do reconhecimento de que o Brasil não precisa ser uma coisa só, não tem que ser homogêneo, como se todos nós fossemos da mesma cor. Cada um tem sua cor diferente, cada um tem sua história, um fardo a carregar, tem sua culpa, uma dívida a carregar. Então, eu acho que as cotas são uma aquisição inestimável. São uma das poucas coisas (e eu vou dizer, porque eu sou de oposição ao governo federal - risos) que eu estou absolutamente fechado com o atual governo. Sou inteiramente a favor das cotas, acho que elas precisam ser estendidas, radicalizadas, espalhadas para o ensino privado, para a pós-graduação. Para mim, isso é uma coisa óbvia, uma coisa natural. Isso chama-se justiça reparativa, uma coisa que tem que ser feita em qualquer nível, como existe para qualquer pessoa que tem os seus direitos diminuídos por razões alheias à vontade delas. Índios, negros, homossexuais, mulheres, deficientes, todas essas minorias, no sentido político do termo, exigem medidas que equalizem os seus direitos aos direitos das pessoas que já nascem com direitos, como branco, homem, de classe média alta, cristão, católico. Então, isso aí é o elementar, é o mínimo que se pode esperar de um país dito democrático.

Na sua opinião, por que as cotas desencadearam a formação de blocos de resistência com o engajamento de intelectuais reconhecidos? Mesmo agora, passados mais de dez anos de sua implantação, ainda encontramos fortes reações, tanto na mídia como no

meio acadêmico. A lógica, no caso da inexistência do racismo, ou do seu inverso, a existência, não seria exatamente o contrário?

– Essa é uma questão complicada, porque há gente que é contra as cotas porque entende que as cotas produzem o racismo. Eu sou a favor das cotas porque acho que elas expõem o racismo, isto é, elas mostram o racismo. Eu acho que as pessoas que são contra as cotas porque entendem que elas produzem o racismo estão completamente equivocadas. Elas estão tanto mais equivocadas porque estão aliadas praticamente com pessoas que são racistas, efetivamente, e que são contra as cotas porque não querem negros na universidade. Então, eu como pessoa, sou cidadão, não consigo admitir, não consigo conviver nem posso me imaginar convivendo com racistas, ocupando o mesmo lado da arquibancada de racistas de carteirinha, fascistas de carteirinha que são contra as cotas porque são racistas, ou porque acham que os negros são inferiores, ou porque acham que negros e índios têm que desaparecer e virar brancos. Eles podem até ser a favor das pessoas, desde que elas sejam um pouquinho mais brancas, desde que o Brasil fique um pouquinho mais europeu, um pouquinho mais francês, um pouquinho mais latino-europeu, jamais latino-americano. Então, eu acho que a reação da intelectualidade se deve, primeiro, ao fato de que a intelectualidade é majoritariamente branca e de classe média; segundo, que a intelectualidade, classicamente, sempre foi a linha auxiliar da classe dominante, senhorial. Isso é o Bourdieu que fala. Eu não sou especialmente fã do Bourdieu, mas acho que ele tem toda razão quando chama os intelectuais de fração dominada da classe dominante. Acho que existe um componente aristocrático profundo, no mau sentido da palavra aristocrático, entre os intelectuais, que se acreditam superiores ao resto do povo, inclusive até mesmo dos seus patrões que os pagam. Os intelectuais se acham dotados de um carisma especial por conhecerem coisas que outros não conhecem como línguas, teorias, filosofias ou coisa parecida, e também o fato de imaginar que eles fazem parte da aristocracia do espírito. É interessante que a aristocracia do espírito reage com tanta recalcitrância à absorção da aristocracia do espírito de outra cor. Se a aristocracia sai do espírito porque então não podemos ter negros e índios e outros dentro dessa aristocracia do espírito? Sugere que ela não é tão espiritual assim. Então, por outro lado, eu fico absolutamente estarecido (pra usar uma palavra que a presidente Dilma adora - risos) de ver colegas, que são antropólogos, que trabalharam com a cultura afro-brasileira, que têm amigos negros, que admiram a cultura negra e que são contra as cotas. Ao escreverem sobre isso, automaticamente, eles caem num discurso cristalino racista, cristalino negacionista, que nega a existência de alguma coisa, como a negritude,

nega o fato que a cor da pele no Brasil conta. Basta contar quantos negros tem na sua sala. Ah, eu não sei quantos negros têm. Então, pergunte ao porteiro do seu prédio, que ele vai saber. Como diz um amigo meu: ‘quem sabe quem é negro no Brasil é o porteiro do seu prédio.’ Ele sabe perfeitamente, porque ele sabe quem entra pela porta da frente e quem entra pela porta de serviço. Ou então, pergunte a polícia. A polícia sabe quem é negro, inclusive os policiais negros. Todo mundo no Brasil sabe quem é negro e finge que não sabe.

E essa negação começa pelos intelectuais, não é?

– Pois é, que tipo de cinismo é esse? Todo mundo opera na base dessa discriminação. Os intelectuais ficaram mordidos, inquietados pelas cotas, porque as cotas sugerem que o Brasil continua um país escravocrata, um país escravista, um país patriarcal, um país racista, um país que continua se imaginando Europa. Então, a gente precisa parar com isso e assumir que o Brasil é um país afro-indígena, com uma capa portuguesa e olhe lá. Os portugueses não eram nada de especial na Europa. Os portugueses eram, na verdade, uns mouros, era tudo árabe, cristão novo. Aquilo ali era a escória racial da Europa e vem agora cantar de galo? Ou importar alemão para o Rio Grande do Sul para dizer que o Brasil é loirinho? Eu sou branco, descendente de português, com componente indígena e africano, espero. Se tenho, obviamente, isso foi esquecido pela família. Eu li outro dia um livro de um biólogo americano em que ele dizia se houvesse uma guerra entre os ursos e os humanos eu ficaria do lado dos ursos. Eu digo: No dia que houver uma guerra no Brasil entre brancos e negros, eu sou branco, mas fico do lado dos negros.

10.2.2. Joel Rufino dos Santos – 27/05/2015

Historiador, Doutor em Comunicação pela UFRJ, escritor premiado, ativista político e pesquisador.

A entrevista foi realizada na casa de Joel Rufino, em Ipanema.

(Falamos sobre a tese, a posição dos jornais frente às cotas e a Campanha abolicionista. As perguntas foram as mesmas feitas aos quatro professores entrevistados.)

No século XIX não havia universidade, a não ser projeto de instalação e debate acerca do papel político das instituições, como o controle estatal das escolas. Eram poucos os

estabelecimentos de ensino superior. Ainda assim, funcionavam como faculdades isoladas, em contraste com uma ampla maioria de analfabetos e um sistema de governo escravista. No século XX, a discussão passa a ser conceitual sobre as funções sociais da universidade. E no século XXI, o que se debate, qual o papel da universidade?

– Nessa linha que você descreveu, uma universidade para pouquíssimos, limitada a unidades no espaço, para depois já uma universidade propriamente dita, no século XX e no século XXI, observo que alguns desses problemas antigos permanecem. Apesar de hoje haver universidades, quer dizer corpus orgânicos de faculdades, de centros de estudos, de institutos de pesquisa, ainda continua esse fracionamento, esse abismo entre umas e outras. Eu quero dizer que a troca no sistema universitário não é grande, não é boa. E há também um desnível muito grande. As melhores universidades de São Paulo e do Rio, de Minas, talvez, estão num nível bem acima das outras, não tanto das federais, da UFRJ, da Universidade do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco, mas das particulares. O abismo é muito grande. Uma pessoa que se forma em uma universidade federal dessas primeiras aí, ou mesmo das que estão em segundo plano, vai ter uma facilidade muito maior de entrar no mercado de trabalho do que quem passou por universidades particulares, que continuam muito precárias. Então, eu diria que esse é um problema a superar pelas universidades no século XXI. Outro problema é o das instalações físicas, seja porque o ministério da educação não tem dinheiro mesmo, seja porque o pouco dinheiro que tem é mal administrado, é mal alocado ou mal gasto, as universidades públicas são tristes de ver, em matéria de infraestrutura. Não é possível uma universidade que não tenha papel higiênico, uma faculdade de medicina que não tenha torneiras boas para lavar as mãos, enfim, tudo isso é desafio. Aparentemente é problema de universidade pobre, universidade de terceiro mundo. Na África se vê isso também. Por exemplo, na universidade de Zanzibar, de Angola, também as condições são muito precárias, também não se lavam as mãos. Eu falo lavar as mãos como exemplo, como o caso de universidade onde você não tem papel para secar as mãos, não tem servidores para a limpeza. Aí você diria, isso é porque não tem dinheiro. Geralmente é, falta dinheiro. E no Brasil não deveria faltar dinheiro para infraestrutura mínima. Vou contar um caso que é muito curioso. Eu trabalhava para UNESCO e fui a um evento em Moçambique. E o diretor estava fundando a biblioteca nacional. Então, ele nos levou lá para a solenidade e para visitar as salas. A primeira pergunta que todo mundo fez foi: e onde estão os livros? Ele disse: ‘não, os livros que eu tinha eram raros, vendi para construir o prédio. Agora trata-se de criar o acervo,

porque eu vendi os que havia de acervo. Por exemplo: vendi a primeira edição de Os Lusíadas. Uma primeira edição, porque há outras, acho até que o Brasil tem uma. Vendi obras clássicas, infelizmente, tive que vender.’ Essa é uma história significativa, né? No Brasil não sei se já aconteceu isso, mas coisa parecida deve ter acontecido. Uma universidade que tem prédio e não tem papel higiênico, que é pobre de livro.

Historicamente, os alunos matriculados nas universidades são filhos de famílias de classe média, média-alta e não servem de espelhos aos jovens afrodescendentes, sem acesso ao ensino superior, com raras exceções. No início dos anos 2000, surge no Brasil uma nova forma de ingresso nas instituições públicas de ensino, as Ações afirmativas na modalidade de cotas. Podemos dizer que estas representam uma nova Campanha abolicionista?

– Olha, eu não gosto muito dessas comparações não, mas é, pode-se dizer, que sim. Eu não gosto dessas comparações, porque com elas, você subtrai os contextos. O contexto da abolição foi diferente. Esse sistema de cotas, das ações afirmativas são uma coisa poderosa, igualmente poderosa. Foi um instrumento que, finalmente, se usou para democratizar a população universitária. Funcionou, pelo que eu sei. Os números indicam que funcionou, mas funcionou principalmente porque a universidade se tornou mais moderna, mais democrática e aquilo que a gente chama de democracia brasileira se ampliou. Eu acho que o efeito das cotas tem que ser medido no plano social e político e de convivência em geral, de relações humanas. O Brasil está se tornando bem melhor com o regime de cotas, além dos números que são positivos, quer dizer, numericamente, deu certo; estatisticamente, deu certo. Agora, para o Brasil fez bem. O país se tornou mais humano, menos feio. Ficou mais bonito, com mais negros por aí. Na verdade, dá para comparar as cotas com a Campanha abolicionista (pausa...). A Campanha abolicionista foi, e hoje está se sabendo melhor do que antes, um movimento de massa, embora a história oficial tivesse guardado só os nomes midiáticos, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, aquele diretor de jornal, José do Patrocínio, empresário trambiqueiro – é triste dizer isso dele, mas ele não foi boa gente –, Raul Pompeia, que era um abolicionista radical. Na Campanha abolicionista você pode ver muito bem os moderados, os radicais e os moderadores. Então, você teve o Raul Pompeia como um dos radicais, o Luiz Gama, o Antônio Bento. Comparando, eles eram o PSOL da campanha abolicionista, estavam na extrema esquerda. Não quer dizer que fossem absolutamente certos, não, porque no meio da conjuntura mudam os políticos, os partidos, mas eram o que hoje representa aí o PSOL. Lutar sempre

pela esquerda. Eles lutavam pela esquerda. Partiram para a ação como fuga, execução de torturadores, espancadores de escravos. Então, a abolição foi também muito bonita e o efeito social é que foi abafado pelo sistema social que a gente tinha naquele momento, que era ainda um sistema rural, escravista. O sistema se livrou do escravismo, mas continuou rural, de exportação. Então o que tinha que se fazer em complemento a abolição não se pode fazer, foi uma derrota política. Pensando por aí eu posso dizer: a abolição foi uma derrota política, embora fosse muito festejada, fosse muito bom para a alma dos brasileiros, enquanto que o sistema de cotas parece bem vitorioso (pausa...). É, a abolição não foi para o negro, o sistema de cotas é para o negro.

Na sua opinião, por que as cotas desencadearam a formação de blocos de resistência com o engajamento de intelectuais reconhecidos? Mesmo agora, passados mais de dez anos de sua implantação, ainda encontramos fortes reações, tanto na mídia como no meio acadêmico. A lógica, no caso da inexistência do racismo, ou do seu inverso, a existência, não seria exatamente o contrário?

– Essa lógica do racismo é uma lógica formal. E com a lógica formal pouco se entende o funcionamento da sociedade. Teria que ser, forçando um pouco a mão, uma lógica dialética, uma lógica que levasse em conta as contradições. Mas no Brasil há um certo convívio amistoso de raças, desde que cada uma fique no seu lugar. Então há uma amistosidade, ninguém quer brigar racialmente, mas, por outro lado, os casos de discriminação, de repúdio, de rejeição, de negrofobia são diários. Então como é isso? O que está certo, o que está errado? As duas coisas são verdadeiras. A democracia racial é um desejo e o racismo é uma realidade. Esses intelectuais – conheço alguns, tenho até debatido com alguns – são pessoas de respeito, estudiosos, mas eles por qualquer motivo, só veem o desejo. Quando eles dizem ‘ah, no Brasil, não tem racismo’ estão formulando um desejo, que é dos negros também, é de todo mundo. É só um desejo, que não tem base, não tem fundamento na realidade. Agora mesmo, o Nei Lopes, o escritor, publicou um romance, cuja epígrafe é uma lei dos anos 30, uma lei sobre imigração em que diz explicitamente, com todas as letras e vírgulas, que o Brasil tem que incentivar a imigração de brancos e não de escuros para que assim vá se formando uma nacionalidade brasileira. Ora, se em 1930 e poucos, nós temos um documento como esse, orientando a imigração, não há mais o que dizer, não é? Tem as medições que se fazem também no mercado do trabalho e são muitas as que apontam o negro com o valor do trabalho reduzido a 30% do valor do salário do branco. São fatos esses que na embriaguez do nosso desejo a gente não ver, não quer

ver. Então, não precisa nem dizer mais nada (pausa...). Não quer ver porque deseja. Tem até um lado positivo. Quem nega o racismo é porque deseja uma sociedade sem racismo. O Caetano (Veloso) disse outro dia: ‘eu prefiro um país que tenha vergonha de ser racista, do que um país que não tenha.’ Estávamos falando dos Estados Unidos. Aqui as pessoas têm vergonha de ser racistas. Isso, na verdade, revela um desejo, uma verdadeira democracia racial. Mas, a questão é que quando você passa esse fato para a política, aí vira o contrário. Deixa de ser desejo, se tenta impedir qualquer ação de combate ao racismo. Vira embate.

Pois é, chega a assumir um discurso raivoso, estampado nos jornais, como acontece na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*, que tem até logo identificada como “a polêmica das cotas.” A *Folha* assume publicamente uma posição contrária às cotas, mas em *O Globo* a questão é confusa, escorregadia, com contrários e favoráveis.

– O Globo não se coloca claramente contra as cotas, por quê? Uma das razões ocultas é que Roberto Marinho era negro. Na guerra que ele travou contra Assis Chateaubriand, nos Diários Associados, Chateaubriand chamava ele de ‘o africano’, nunca chamava o nome dele, era ‘o africano’. Toda vez que eu vejo os filhos do Roberto Marinho, principalmente um deles, percebo que é bem mais moreno. Nos Estados Unidos é considerado negro. Ele é escuro. Se é filho de africano, africano é. E se no jornal há matérias contrárias às cotas, principalmente as cartas de leitores, isso indica que a luta chegou lá dentro do jornal também. Mas a linha de frente é favorável. (O entrevistado faz referência a Elio Gaspari, Miriam Leitão e Ancelmo Gois).

10.2.3. José Ribamar Freire Bessa – 22/05/2015.

Jornalista, Doutor em Letras, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ, e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Unirio.

(Entrevista realizada na Unirio/Programa de Pós-Graduação em Memória Social)

No século XIX não havia universidade, a não ser projeto de instalação e debate acerca do papel político das instituições, como o controle estatal das escolas. Eram poucos os estabelecimentos de ensino superior. Ainda assim, funcionavam como faculdades isoladas, em contraste com uma ampla maioria de analfabetos e um sistema de

governo escravista. No século XX, a discussão passa a ser conceitual sobre as funções sociais da universidade. E no século XXI, o que se debate, qual o papel da universidade?

– Olha só, eu traduzi uma vez um autor alemão. (Eu não falo alemão, mas ele é professor de francês e escreveu em francês). É uma conferência. O nome dele é Theodor Berchem. Ele foi reitor de uma universidade na Alemanha e presidiu o Conselho de Reitores. No início dos anos 90 (1991, eu acho) ele abriu uma conferência internacional dos Conselhos de Reitores do mundo todo com essa palestra. O reitor da UERJ, Ivo Barbieri estava presente, trouxe a palestra, eu li e é um desses textos que a gente entra em transe. Fiquei tão empolgado que traduzi o livro e a gente publicou artesanalmente lá na UERJ. O título é “A missão cultural da universidade”. O que Theodor Berchem coloca aí? Em primeiro lugar, ele diz que existe uma contradição muito grande entre os objetivos da universidade e o lugar onde ela está encravada, digamos assim. Porque ele diz que a universidade tem um compromisso com a ciência e, portanto, uma busca pelo universal. A Lei da gravidade, em princípio, funciona na China, na Inglaterra, numa tribo indígena, na África. Então, a ciência busca o universal e a universidade tem esse compromisso com a ciência. Só que cada universidade está encravada no contexto de uma cultura, de uma história, e tem um compromisso também com a cultura, que é particular. Ele fala da tensão entre o particular e o universal. Como diz o título “A missão cultural da universidade,” ele vai reivindicar a importância dessa missão cultural. E mais: vai insinuar também que a própria ciência, mesmo com a preocupação pelo universal, surge de determinadas culturas. Logo, Berchem vai reivindicar esse compromisso da universidade com o lugar onde ela está situada. Eu vou dar o exemplo que o autor usa. Ele diz que se uma bomba de hidrogênio destruísse toda a humanidade, mas sobrasse uma única universidade, com o que existe nos cérebros dos professores, dos alunos, além da biblioteca seria possível reconstruir o mundo. Evidentemente que ele está pensando em universidade como a de Estocolmo, cuja biblioteca tem três milhões de títulos, igual a nossa biblioteca nacional. Mas eu, como professor da UERJ e da Unirio, fiquei me perguntando: e se essa universidade que sobrar for a UERJ ou a Unirio, que mundo nós vamos conseguir reconstruir com o que está no nosso cérebro, no cérebro do professor, do aluno e nas nossas bibliotecas? Suspeito que nem sequer plantar mandioca a gente iria conseguir, nem fazer farinha. Berchem insiste nesse compromisso da universidade com a cultura e diz que os currículos dos cursos não refletem esse compromisso, embora tivessem que refletir. Eu fiquei pensando: nós temos, segundo os dados do censo do IBGE, 274 línguas indígenas faladas no Brasil. Nós temos

uma língua como o guarani, que é falada em 10 estados brasileiros, em mais de cem municípios. É falada no Brasil, no Paraguai, na Bolívia, na Argentina e até no Uruguai, embora o Estado não reconheça – e é uma língua importantíssima para o Português que nós falamos. No dicionário Houaiss, de 220 mil verbetes, 45 mil são provenientes de línguas indígenas. Então, o guarani que é uma língua viva, falada hoje em cinco países, é importante para a gente entender o português. Até para dizer eu sou carioca, moro em Ipanema, em Pavuna, etc. eu preciso da língua guarani. No entanto, se você quiser, em qualquer universidade pública, estudar latim, que é uma língua morta, só usada eventualmente em rituais pelo papa e por advogados no Fórum, você encontra e é bom que encontre, é bom que a universidade ofereça. Se você quiser estudar grego antigo, que é uma língua morta, você encontra e é bom que encontre. Mas se você quiser estudar guarani, você não encontra no currículo de nenhuma universidade pública, e seria bom que encontrasse. Então, o Theodor Berchem questiona os currículos dos cursos universitários como currículos descompromissados com uma regra geral com as culturas nas quais as universidades estão imersas. Vai dizer também que essa estrutura curricular da universidade vive engessada, que são muitas as disciplinas obrigatórias, muitos conteúdos que desinteressam aos alunos. Diz, ainda, que o currículo ideal, em qualquer formação universitária, deveria ter no máximo de oito a dez disciplinas obrigatórias. Cada aluno seria livre para buscar no universo da universidade o que quisesse. Um aluno de Jornalismo teria as disciplinas obrigatórias e se quisesse poderia escolher Química inorgânica, Física, Literatura, enfim, seriam disciplinas livres de tal modo que uma turma qualquer não sairia uniformizada. Eu acho muito importante essa preocupação do compromisso da universidade com as culturas nas quais elas estão imersas.

Historicamente, os alunos matriculados nas universidades são filhos de famílias de classe média, média-alta e não servem de espelhos aos jovens afrodescendentes, sem acesso ao ensino superior, com raras exceções. No início dos anos 2000, surge no Brasil uma nova forma de ingresso nas instituições públicas de ensino, as Ações afirmativas na modalidade de cotas. Podemos dizer que estas representam uma nova Campanha abolicionista?

– Com relação ao sistema de cotas, eu mudei de opinião umas 500 vezes. Inicialmente, fui a favor, aí vinha alguém com um argumento sobre a qualidade do ensino e eu passava para o outro lado. E vinha outro, falando outra coisa e eu mudava de novo, fiquei nesse ziguezague. Mas faz uns dez anos que sou um ardoroso defensor do sistema de cotas,

porque sou professor de cotistas e vejo que não tem nenhuma diferença entre cotista e não cotista no sentido de qualidade da formação e do trabalho que eles apresentam. Eu tenho alunos cotistas excelentes e tenho alunos não-cotistas excelentes. Tenho alunos cotistas e não cotistas médios e tenho alunos cotistas e não cotistas ruins. Então, não tem diferença. Eu acho extremamente importante pagar uma dívida histórica da sociedade brasileira, porque se você pensar bem são 400 anos de escravidão. Uma vergonha! A escravidão é uma vergonha para o Brasil. Eu sou professor, eu tenho vergonha. Eu entro na UERJ, uma sociedade como a carioca, fluminense, marcada pela negritude que marcou o *ethos*, a alma do povo brasileiro, e você não encontra um colega negro, não encontra um aluno negro, quer dizer, não encontrava, porque o sistema de cotas agora possibilitou isso. A gente teve uma discussão grande na UERJ, que foi pioneira nessa questão, e me lembro que alguns alunos não-cotistas estavam revoltados. Eu tinha uma aluna que me questionou: ‘ah, professor como é que a gente vai saber se é negro, se não é, se é auto declarativo?’ Eu respondi: é fácil, chama a polícia que ela vai saber quem é negro e quem não é. Me lembro de um episódio ocorrido ainda no final da ditadura militar. Eu estava no Rio, hospedado em Santa Tereza, para uma reunião da Andes, que era na Santa Úrsula (Faculdade). Desci para a reunião. Era domingo, o bonde estava cheio de gente. Aquele pessoal alegre, cantando. Quando chega no Largo da Carioca havia um cordão policial e todo mundo que era branco passou e os que eram negros ficaram. Foram todos revistados. Eu fiquei tão ofendido! E mais ainda, eu queria dizer para a polícia: eu quero ser revistado também, porque só eles? Eu queria protestar, mas fiquei com medo da polícia. Eu tinha muito medo da polícia. Fui preso algumas vezes e aí não fiz isso. Isso me doeu. Mesmo que fosse uma coisa meio quixotesca, meio individual, mas era uma questão. Era eu comigo mesmo. Então acho que a sociedade brasileira tem uma dívida muito alta com essa população afrodescendente. De certa forma, o sistema de cotas é uma compensação, mínima, que se está dando. É muito pouco ainda essa forma de permitir o acesso desses jovens ao universo do conhecimento, da formação profissional. Então é isso... não sei se respondi.

Eu questionava se o sistema de cotas poderia representar uma nova campanha abolicionista, considerando que agora o negro é protagonista da sua própria história, enquanto no século XIX era mais uma ideia.

– Os escravos já eram protagonistas no século XIX. Aqui nessa sala, há uns 15 dias, houve a defesa de uma tese de doutorado de alguém de Três Rios, Vale do Paraíba, que trabalhou com a memória da escravidão. O que aconteceu? Na efervescência da luta pela abolição,

preocupada com os escravos, uma condessa de Rio Novo, em Três Rios, fez um testamento envolvendo seus escravos. A luta pela abolição estava pipocando, então eu acho que essa coisa do protagonismo sempre teve, mas foi um pouco mascarado. Talvez não tenha sido aquele protagonismo que a gente gostaria que fosse, mas também não é o que a história oficial conta. Então, a condessa preocupadíssima com os negros, chama seus escravos, com o tabelião ao lado, e diz: ‘eu quero ler o meu testamento. Quando eu morrer, imediatamente, todos vocês vão ser libertos e as minhas terras passarão para às mãos de vocês, desde que, daqui até minha morte, vocês se comportem muito bem, trabalhando, etc.’ Condessa espertíssima, porque era uma forma de neutralizar qualquer tipo de revolta, de rebelião. Os negros aceitam e a condessa morre durante uma operação em Londres, em 1882, seis anos antes da abolição. Aí abre-se o testamento, os negros são declarados imediatamente libertos, mas e a terra? No testamento estava escrito o seguinte: a terra será dos negros, mas daqui a 50 anos. Nesses 50 anos as terras serão administradas por uma irmandade, a Irmandade Nossa Senhora da Piedade e os negros libertos trabalhariam em parceria com a irmandade. Toda a produção do café é entregue a irmandade para ser vendida e a metade da venda deve ser dada aos negros. Evidentemente começaram a passar a perna nos negros, a enrolar, a não dar nada. Os negros começaram a protestar. A mídia local, o Jornal Provinciano, o Entre-Rios, etc. começam a dizer que os negros eram vândalos, rebeldes, etc. porque eles marcharam até a cidade para dizer, pacificamente, ‘poxa, não estão nos pagando’. E a doutoranda descobriu um documento, que era uma carta para o imperador, escrito por alguém que se dirigia ao imperador e que restabelecia a verdade. Este dizia: ‘não são vândalos, são negros libertos que estão protestando, pacificamente e legitimamente, porque eles não veem a cor desse dinheiro.’ A imprensa dizia que são ladrões. O documento contradizia: ‘não tem uma queixa de um só grão de café que tenha sido subtraído, não tem queixa de um negro reclamando de um outro, de roubo, não tem reclamação dos vizinhos. Então tudo isso é mentira’. Porque? ‘o dono do Jornal Provinciano está comprometido, está jogando na roleta o dinheiro dos negros.’ Ai você vê aquele judiciário podre, corrompido. Eu acho que essa coisa do protagonismo do negro, agora não, eles sempre foram atores e protagonistas da história, mas agora, é claro, nesse contexto, o protagonismo vai ser outro. No terreno, digamos, dessa cultura escolar formal, eu acho extremamente importante que eles venham, desde que consigam empretecer o currículo, para não entrar nesses cursos e embranquecer com esses currículos. Por exemplo: que história eles vão aprender nas nossas universidades? Então temos que

enegrecer os nossos currículos, aí sim, vale a pena, senão é um processo de branqueamento. Nesse sentido sim, acho que a gente pode falar de campanha de abolição.

Na sua opinião, por que as cotas desencadearam a formação de blocos de resistência com o engajamento de intelectuais reconhecidos? Mesmo agora, passados mais de dez anos de sua implantação, ainda encontramos fortes reações, tanto na mídia como no meio acadêmico. A lógica, no caso da inexistência do racismo, ou do seu inverso, a existência, não seria exatamente o contrário?

– Eu fico pensando. Eu li esses artigos aí da Ivone Maggie e de outras pessoas. Bom, tem alguns intelectuais que a gente respeita e não concorda, é claro. E tem outros que a gente não concorda e não respeita, como um Demétrio Magnoli, porque são caras que estão a serviço de uma causa. Eu acho que se trata de uma incompreensão. A discussão, no meu entender, não é uma discussão puramente acadêmica, é uma discussão política. São os negros que estão reivindicando. Aí vou eu dizer para eles: olha, não reivindica porque as cotas vão aumentar o racismo. O que é isso? Quem sou eu para dizer isso para eles? Eu tenho é que ouvi-los. Eles são a favor, então estou com eles. Eu prefiro errar com os negros do que acertar com os brancos. Honestamente, porque acho que é uma questão política. O Luiz Felipe de Alencastro, com quem estive certa vez na Ilha do Marajó, durante um evento organizado por uma líder indígena, me contou uma história. Eu tinha lido o livro do Mário Filho há muito tempo e ele me lembrou um personagem que o autor entrevista. O personagem é um negro, bonitão, que jogava pelo Flamengo. Chegou a jogar na seleção e começou a ganhar dinheiro. Daí, o Mário Filho vai entrevista-lo e faz uma pergunta: ‘Você viu aquele negro que foi discriminado ontem no Hotel Glória?’ Ele disse: ‘Pois é, Mário, eu sei o que é isso, porque já senti na própria pele. Eu também, um dia, já fui negro.’ Genial, né? Porque aí vem a questão da negritude ligada à questão social. Eu tenho um amigo que é juiz, desembargador hoje, o Sérgio Verani, que mostra a sua repulsa ao fato de que as prisões no Rio de Janeiro estão cheias de negros, tem branco também, mas a grande maioria é de negros. Quer dizer, a proporção não é a mesma da universidade, tá longe de ser, mas eu acho que deveria ter cotas nas prisões para os brancos também. Para os brancos delinquentes. Bom, mas qual era mesmo a questão?

Eu falava do racismo. No caso de sua inexistência, como muitos intelectuais alegam, ou da sua existência, a lógica não seria incentivar as cotas para promover a igualdade?

– Nós não fizemos um inventário acabado da contribuição para a brasilidade das culturas africanas e indígenas. Eu acho que nós desconhecemos, a gente apagou isso. Um dia, na sala de aula na UERJ, pedi um exercício aos alunos, como se fosse uma escola de ensino fundamental. Pedi que abaixassem a cabeça na carteira e meditassem o seguinte. No Brasil, na formação do Brasil, não existe negro, nem índio. O que vocês vão comer? Pensem bem. Ai aquele silêncio. O que vocês vão cantar? O que vocês vão dançar? De que vocês vão rir? Depois de uma bateria de perguntas uma aluna levantou a mão e disse: ‘Para, professor!’. Eu perguntei porquê. Ela respondeu: ‘Eu já estou me sentindo uma argentina’ (risos). Mas é um pouco isso. O brasileiro desconhece a contribuição das culturas afro, das culturas indígenas para a formação do brasileiro. Eu acho isso terrível. Me lembro de um mito andino da escola. Não existia escola antes da chegada do conquistador, o sistema de ensino e aprendizagem era outro e quando eles chegam montam a escola. Esse mito foi narrado pelo antropólogo Alejandro Ortiz, professor da Universidade de São Marcos. Ele foi chamado por um amigo, que mora em um povoadinho perdido. Ele disse: ‘Você se lembra do meu avô? Ele está com 90 e poucos anos, nunca saiu do nosso povoado e agora está vindo a Lima para tratamento de saúde. Ele não conhece nada. E você que fala a nossa variedade do quéchua local, porque o velho é monolítico em quéchua, eu queria que você acompanhasse meu avô comigo.’ O antropólogo tinha grande admiração pelo velho e responde que sim. Juntos vão percorrer Lima. Passaram diante de uma escola enorme. O velho olhou a escola e falou: ‘cabem dentro dessa escola 50 escolinhas nossas lá do povoado.’ Ao contar ao velho que tinha drama de consciência por haver matado aula para tomar banho no Rio, o velho disse: ‘Não, isso não é um problema individual seu. Você não sabe porque que as crianças odeiam a escola?’ E contou um mito narrado em quéchua que dizia como tinha surgido a escola. ‘Havia a mãe terra e ela teve dois filhos. O Sucristo e o Inka, este o mais velho. O Inka foi quem transmitiu a língua, ensinou as técnicas agrícolas, etc. E o Sucristo, o irmão mais novo, era como Caim e Abel, morria de inveja do irmão, queria se vingar. Ao vê-lo chorando de inveja e ódio, a lua, lá de cima, olha e diz: Tá chorando por que? Quer afastar teu irmão daqui? Atira um papel escrito e diz: Mostra para ele, que ele vai ficar com medo e aí Sucristo mostra o papel escrito e o Inka corre para Puna e vai para o Litoral. Mas o Puna seca e não deixa o Inka retornar.’ Essa é uma metáfora um pouco para falar de diáspora, de migração lá dos Andes. As pessoas migram lá dos Andes e depois não têm mais condições de voltar. Bom, ‘o Inka acaba morrendo de fome. Os dois filhos menores saem procurando o pai e a mãe, a *Mama Pacha*, que havia sido ferida no pescoço de morte. O Inka estava morto. Da montanha surge a escola. Ela

chama as duas crianças: vem cá crianças, entrem aqui, eu vou dizer onde está o pai de vocês. Ele está numa boa. Vou dizer onde está a mãe de vocês. Venham, venham. Ai as crianças desconfiam daquilo, desconfiam que ela quer devorá-los e fogem. É por isso que as crianças odeiam a escola e fogem, porque a escola quer mentir sobre o pai e a mãe.’ Essa foi a função que a escola teve, a de desensinar. Então, isso que acontece com o mundo afro acontece também com o mundo indígena. Isso é terrível para nós. A escola apagou, desensinou. E eu penso em relação a negritude. No Município de Bom Despacho, em Minas Gerais, tem uma comunidade quilombola que fala uma língua que é uma mistura de Kibundo com Kikongo, chamada de *Gira da Tabatinga*. Tabatinga era o nome do local. Gira, nem sequer gíria, muito menos língua e eles falavam. Eu fui a Brasília, em 2000 (2001) para um evento que houve sobre a patrimonialização das línguas. Dona Fiota, liderança negra, estava lá, junto com outras lideranças negras e indígenas. Havia migração de línguas europeias, ucranianos, italianos e a ideia era que cada um falasse na sua língua original, com tradução simultânea. Ai vai lá dona Fiota, uma negra lindíssima. Ela começa a fazer seu discurso em *Gira da Tabatinga*, com outra mulher negra ali, traduzindo. O que ela disse? ‘Essa língua foi transmitida a mim pelos meus pais, que foram escravos. Eles pegaram ainda o final da escravidão’. Conta como o pai conheceu a mãe. O pai saiu da Bahia, veio por Minas, já liberto, viu a mãe, namoraram, casaram. Diz como essa língua foi um elemento de resistência. ‘Um escravo está conversando com outro escravo e de repente vem o capataz e você não está vendo porque ele vem de costas, aí eu digo na *Gira de Tabatinga*: olha, tem boi na linha, cuidado porque o cara está aí atrás de você. Mas eu digo na minha língua porque o cara mesmo ouvindo não entende.’ No artigo que escrevo sobre isso, digo como essa foi uma língua de resistência porque permitia esse tipo de organização. E o que aconteceu? Há uns anos atrás eles descobriram que as crianças não estavam mais falando a *Gira de Tabatinga*. Quando criança deixa de falar a língua pode encomendar o caixão porque a língua vai morrer. A comunidade se reuniu. Ainda não existia a Lei 11.645 era a anterior e pela legislação eles tinham direito. Essa legislação é uma conquista. As cotas constituem uma conquista, a lei 11.645 é uma conquista. É pouco? É, mas é um elemento que a gente pode se basear. Eles resolveram ir ao Secretário de Educação e disseram: ‘A lei nos permite e nós queremos dar aula de *Gira da Tabatinga*. O Secretário concordou. ‘Vejam um professor que a gente paga um salário.’ Eles voltaram e dona Fiota vai dar aula. Ela deu um mês de aula, quando chegou o final do mês foi à secretaria do município receber o salário. ‘Vim receber meu salário. Eu sou professora de *Gira da Tabatinga*.’ A reação foi imediata. ‘Seu o quê? É a senhora? Então não pago. Se

eu pagar vou ser preso, porque a senhora é analfabeta e não pode ter professor no município analfabeto. Como é que vou pagar para senhora?’ Dona Fiota botou o dedinho na cara dele e disse uma frase magistral, com aquela sabedoria que vem de dentro. ‘Eu não tenho a letra, tenho a palavra, que é mais do que a letra.’ O argumento dela deu resultado e o cara pagou mesmo se arriscando a ser preso. (Um pouco exagerado). Mas eu acho que esses saberes todos estão fora. A escola enganou a você, enganou a mim, continua enganando a milhões de brasileiros, quando diz vem cá, eu vou dizer onde estão os pais de vocês e joga para escanteio as matrizes afro, as matrizes indígenas. Eu queria ter o mesmo orgulho das matrizes afro, das matrizes indígenas da mesma maneira que eu tenho das matrizes europeias. Isso faz parte, não é?

10.2.4. Raquel Paiva de Araújo Soares – 03/06/2015.

Doutora e Mestre em Comunicação, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ, coordenadora do LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária.

(Entrevista realizada no LECC, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ).

No século XIX não havia universidade, a não ser projeto de instalação e debate acerca do papel político das instituições, como o controle estatal das escolas. Eram poucos os estabelecimentos de ensino superior. Ainda assim, funcionavam como faculdades isoladas, em contraste com uma ampla maioria de analfabetos e um sistema de governo escravista. No século XX, a discussão passa a ser conceitual sobre as funções sociais da universidade. E no século XXI, o que se debate, qual o papel da universidade?

– O que as universidades discutem hoje eu realmente não sei. As universidades brasileiras têm uma produção de conhecimento, mas acho que além das discussões dentro das instituições de classe, você não tem uma discussão coletiva acerca de qual universidade queremos. Eu não acho que tenha isso. Tem uma produção, cada vez melhor, cada vez mais ampla, cada vez mais intensa, acho que tem, mas não acho que tenha uma discussão coletiva sobre o papel da universidade. Podem até existir discussões setorializadas, em lugares onde a universidade é mais integrada com a cidade onde está inserida. Discussões se a universidade é mais local podem até ter, mas não é o nosso caso, pelo menos na UFRJ,

não temos. Já minha opinião acerca do papel da universidade, cada vez mais expressa bem o que esse governo do PT, quando começou, tinha em mente no sentido de que cada vez mais a universidade tem que estar vinculada a seu território. Por isso eu estava dizendo que talvez nos lugares menores, essa universidade esteja mais integrada. Na década de 80, 90 a gente teve alguns projetos que depois caíram em desuso, porque vinha com o lastro da ditadura, mas a gente tinha o projeto Rondon que, querendo ou não, era um projeto que interagia com as regiões mais pobres. Por exemplo, as cidades com maiores dificuldades de saúde, de tecnologia, de comunicação recebiam alunos e professores. Eu trabalhei muito com isso, tanto como aluna, quanto como professora. Coordenei o projeto de Tefé, de Comunicação Comunitária, de Rádio. Hoje em dia, eu acho que a ação da universidade não é mais tão intervencionista nesse sentido, como a do projeto Rondon era. Havia uma preocupação de fazer reunião nos locais e isso gerava envolvimento com o povo da cidade, o que considero muito interessante. Eu acho que hoje o papel principal da universidade é que ela deixa de ser elitista, ou pelo menos quer deixar de ser elitista, eu não sei se deixa, de fato. Isso é muito complexo. Por que? Você abrir as suas portas para os mais diversos segmentos da sociedade e abrir essas portas com quinhentos anos de exclusão é muito complicado. Nem sempre é risonho, nem sempre é uma proposta boa, alegre, que se dá de uma maneira natural. É muito difícil você ter um aluno que não acompanha, não é fácil, porque as vezes você tem. Afinal, são 500 anos. Mas eu acho que esse é o papel da universidade, que cada vez mais ela possa abrir de fato as suas portas para todos os segmentos, todo mundo, isso é ponto pacífico. Acho que toda pessoa, todo jovem deveria ter direito a cursar uma faculdade. O Brasil continua perdendo no quesito mão-de-obra e uma das causas é a educação. Era problema na década de 80 e continua agora, agravado, esse mesmo problema. Todos os últimos dados estatísticos (estatística para mim não tem muita serventia, mas serve para isso) mostram que o Brasil é o pior dos piores em termos de mão-de-obra no mundo. Então, acho que a universidade deveria ter esse compromisso de abrir as portas para todos os jovens. Acho que isso é o fundamental.

Historicamente, os alunos matriculados nas universidades são filhos de famílias de classe média, média-alta e não servem de espelhos aos jovens afrodescendentes, sem acesso ao ensino superior, com raras exceções. No início dos anos 2000, surge no Brasil uma nova forma de ingresso nas instituições públicas de ensino, as Ações afirmativas na modalidade de cotas. Podemos dizer que estas representam uma nova Campanha abolicionista?

– É, pode-se dizer que sim, na medida em que ela tem uma espécie de sangue também, porque os contrários a essa proposta têm sangue aí nas veias. Aliás, podemos dizer isso de uma fatia grande e representativa contrária às cotas. Eu não acho nada demais as cotas, acho que é uma obrigação. Tem que ter, entendeu? Penso que não deve ser uma política permanente, porque aí vai se tornar benefício, como benefício de pensão. Não devem ser uma coisa a longo prazo, mas as cotas são fundamentais. E eu acho que um dos efeitos das cotas é que tem uma evasão da classe média brasileira, que tem maior poder aquisitivo, das universidades públicas. Eu já escuto várias falas de pessoas que dizem: ‘não, eu não vou fazer federal, vou fazer particular’. É por isso, porque, na visão dessas pessoas, o ensino piorou, a qualidade decaiu e pensam que um dos motivos são as cotas. Não tem jeito, não adianta dizer o contrário. O Brasil é um país racista. Tem que assumir isso. Se isso não aparece com todas as letras, aparece com ações. Então as cotas são necessárias. Aliás, demorou, como dizem os alunos. Já devia ter havido antes. Não sei se as cotas vão conseguir resolver a questão da desigualdade, não sei ainda. A gente já tem aí dez anos, uma geração, duas formaturas, então não sei ainda se foi melhor, se não foi, acredito que sim, porque hoje existe uma coloração diferente nas universidades. Isso é fato.

Na sua opinião, por que as cotas desencadearam a formação de blocos de resistência com o engajamento de intelectuais reconhecidos? Mesmo agora, passados mais de dez anos de sua implantação, ainda encontramos fortes reações, tanto na mídia como no meio acadêmico. A lógica, no caso da inexistência do racismo, ou do seu inverso, a existência, não seria exatamente o contrário?

– O contrário? Não sei, mas acho que esse engajamento ter saído de dentro das universidades não foi surpresa, porque esse era mesmo o lugar da discussão, não é? Já a resistência às cotas expressa o racismo, e mais do que o racismo, expressa mesmo um sentimento de classe, de categoria, de elite, que era quem sempre conseguiu ter acesso à universidade. Então, na medida em que alguns veem esse acesso generalizado, vem logo aquela brincadeira do *pretinho esforçado*, que as pessoas costumam dizer sobre o filho da empregada e a convivência com os demais. Antes ele não incomodava. Era costume dizer ‘o filho da empregada? Ah, é um pretinho, bonzinho. É pretinho, mas esforçado.’ Até aí, tudo bem, mas na medida em que você vê o *pretinho esforçado* sentado na cadeira, ao lado do próprio filho, fazendo trabalho junto, pensando, discutindo é diferente. Então, eu acho que o Brasil não está preparado para isso. O país é muito racista mesmo. Além de não estar preparado para isso, não quer perder os privilégios. Há poucos dias, eu li alguém falando

sobre as empregadas domésticas e as leis. A forte reação a garantia de direitos da empregada doméstica é um exemplo da mentalidade das pessoas. É um absurdo isso no Brasil. Mostra que ainda se vive uma relação de escravagismo. Um dos motivos pelo qual essa classe média brasileira está revoltada é por isso, porque perdeu a sua empregada. Uma pessoa totalmente explorada, que nunca teve vida, a não ser cuidar dos patrões. Isso é uma manutenção da estrutura do Império, e a revolta é porque estão perdendo. E vão perder mesmo, porque em nenhum outro lugar tem isso. Você que faça suas coisas, que limpe suas coisas, você que arrume suas coisas e que a empregada vá para escola, sim, porque ela não nasceu com essa marca. Não é porque ela é preta, que é empregada. O que é isso? Ainda vai custar muito para se aceitar. E o triste disso é que a gente vê a discriminação do nosso lado, em toda parte. Essa é, na minha opinião, a perversidade da estrutura brasileira. Porque você não tem os guetos, não tem uma segregação racial, como teve nos Estados Unidos (que também não acabou, não é?), como a gente teve na África do Sul. Aqui não, é tudo com a aparência de que está tudo bem. Mas não está nada bem. Tem uma segregação aí vigente, não modificou. Se você me perguntar. ‘Você acha que modificou?’ Eu vou responder: não, acho que não modificou. Eu não sou preta, eu não sinto isso na minha pele, mas eu convivo com as pessoas, então eu já vi. Eu vejo. Esses intelectuais que se manifestaram fortemente contra as cotas, será que essa gente ainda continua pensando a mesma coisa? Eu tenho a impressão que não. Pode ser que eles tenham mudado, ou pelo menos, não tenham mais essa cara de pau de colocar isso publicamente. Até porque eu acho que isso hoje já está mais assumido, que era uma necessidade, e que tinha que ser feito. Tem dados que comprovam. Tem uma pesquisa aí, que mostra o quanto o Brasil melhorou depois das cotas. Então, eu acho que essa gente, que era tão contrária, não ia ter a mesma cara de pau de sustentar sua posição, como defendeu, pelo menos, eu acho. Talvez valesse a pena você entrevistar alguns contrários e perguntar.¹⁹⁴

¹⁹⁴ Em resposta à sugestão de Raquel Paiva, na listagem original dos possíveis entrevistados, feita pela autora, havia nomes de intelectuais contrário às cotas, que assinaram o manifesto “Todos têm direitos iguais na República Democrática”, encaminhado ao Congresso Nacional, solicitando rejeição dos parlamentares aos Projetos de Lei 73/1999 (Cotas) e 3.198/2000 (Estatuto da Igualdade Racial). Alguns não responderam à solicitação de entrevista, outros alegaram que não eram especialistas no assunto, logo, não foi possível ouvi-los.